

Marco Aurélio Borges

VÍTIMAS QUE CHORAM:

**TRAJETÓRIAS DE COERÇÃO, ACUMULAÇÃO SOCIAL
E EMPREENDEDORISMO VIOLENTO NO ESPÍRITO SANTO**



A João, Davi e Ana Júlia...por um mundo melhor;
Suéllen, companheira.....Mãe, inspiração;
Aos amigos, seres que a vida não explica, enlouqueço
sem vocês!

Copyright by © by 2016
Marco Aurélio Borges

PROJETO EDITORIAL:
Wilbett Oliveira

IMAGEM DE CAPA:
Brunella Pífano

CONSELHO CIENTÍFICO
Adriano S. Jardim (UFES)
Bernadete Scleder dos Santos (Unifra/Santa Maria)
Sebastião Costa Andrade (UEPB)
Viviane Giroto Guedes (UFRJ/Unesp)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Eros Cícero de Oliveira

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio e para qualquer fim, sem a autorização prévia, por escrito, do autor. Obra protegida pela Lei de Direitos Autorais Lei 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Marco Aurélio Borges. -

Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo. Marco Aurélio Borges. 1ª edição. São Paulo : Opção livros. 2016.

ISBN: 978-85-8305-055-1

1. Direito. 2. Crimes. 3. História. 4. Coerção. 5. Espírito Santo.
I. Título II. Marco Aurélio Borges Costa

CDD 344.5

Todos os direitos reservados.

OPÇÃO EDITORA

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1140 - 7º Andar

Brooklin – São Paulo, SP - CEP: 04571-000

Home page: www.opcaoeditora.com

Email: opcaoeditora@gmail.com

“Atirador, quando compra vingança alheia
Tem que ter veneno na veia
Tem que saber andar num chão de navalha
Atirador tarda mas não falha
Atirador não tem dó quando atira
Atirador é o dublê da ira
Ele só sabe o nome, só viu o retrato
Alma sebosa é mais barato.”
[Lenine]

“[...] esta sensibilidade que é uma antena delicadíssima, captando pedaços de todas as dores do mundo, e que me fará morrer de dores que não são minhas”.
[Newton Braga]

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

PREFÁCIO.....	11
---------------	----

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

COMO A VIOLÊNCIA SE ACUMULA?.....	15
-----------------------------------	----

AS EMPRESAS DE VIOLÊNCIA.....	40
-------------------------------	----

EMPREENDEDORISMO VIOLENTO VERSUS ACUMULAÇÃO SOCIAL.....	48
---	----

CAPÍTULO 1

VÍTIMAS COMEÇAM A CHORAR ALTO:

DA PENA AO PROBLEMA PÚBLICO DAS ALTAS TAXAS

DE HOMICÍDIO.....	57
-------------------	----

MATAR É ERRADO?.....	57
----------------------	----

PENA OU INCONFORMISMO?.....	75
-----------------------------	----

A VIOLÊNCIA EM MAPAS.....	81
---------------------------	----

UM PROBLEMA “PÚBLICO”	84
-----------------------------	----

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA COMO MARCA NA HISTÓRIA

DO ESPÍRITO SANTO.....	95
------------------------	----

TRAJETÓRIAS VIOLENTAS.....	97
----------------------------	----

CAPITAL, COERÇÃO E O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	104
--	-----

CAPITAL, COERÇÃO E ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA.....	108
---	-----

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	117
--------------------------------	-----

O CASO ARACELLI.....	122
----------------------	-----

O ESPÍRITO SANTO NOS TEMPOS DA DITADURA.....	125
--	-----

O PERÍODO PÓS-DITADURA.....	130
-----------------------------	-----

O QUE HÁ DE NOVO?.....	134
------------------------	-----

CAPÍTULO	3
GRANDES PROJETOS, MÚLTIPLAS MISÉRIAS.....	139
SOBRE DOIS FATOS.....	139
DEPENDÊNCIA DO CAFÉ.....	141
ENCRUZILHADA PARA O FUTURO.....	151
CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL, CONCENTRAÇÃO DE ASSASSINATOS...	185
 CAPÍTULO 4	
CRIANDO MONSTROS PARA GERIR REBANHOS.....	205
INFLEXÕES.....	205
UNIVERSO NACIONAL NO MUNDO ESTADUAL.....	209
A “QUASE” INTERVENÇÃO E A FAMIGERADA “SCUDUERIE”	215
“ <i>QUE FAIT LA POLICE</i> ”?.....	226
COMO NASCEM OS “MONSTROS”	231
CRIME E CASTIGO NA VIDA DE POLICIAIS.....	249
DIFÍCEIS ANOS 90.....	258
O “ESPÍRITO SANTO” EMAÇÃO!.....	264
 CONCLUSÃO.....	269
 REFERÊNCIAS.....	283

APRESENTAÇÃO

Embora passando por uma positiva inflexão na curva de homicídios nos anos recentes, o Estado do Espírito Santo liderou, durante mais de uma década, especialmente na região metropolitana de Vitória, os piores índices de crimes violentos do país. Encravado entre Bahia, Minas e o Rio de Janeiro, o menor Estado do sudeste atravessou, em poucas décadas, a erradicação de sua decadente economia cafeeira em troca de uma grande concentração de investimentos portuários na região de Vitória para atender aos interesses da Cia. Vale do Rio Doce. A forte migração rural-urbana cuidou de inchar as cidades do entorno da capital bem como do sul e do norte do Estado, sem que essas populações tivessem uma recepção minimamente adequada de emprego, habitação, equipamentos urbanos, educação e saúde. Seria essa uma explicação suficiente para o incremento da violência urbana na Grande Vitória e outras partes do Estado? O que caberia à forma de presença (ou de ausência) do Estado nessa explicação? Quando foi que se percebeu que a violência atingira o limite do tolerável e que era preciso enfrentá-la? As elites capixabas estavam interessadas no problema e em sua solução?

A publicação em livro da tese de doutorado de Marco Aurélio Borges Costa é, sem exagero, um acontecimento na área acadêmica capixaba, especialmente entre os que pesquisam e trabalham nessa área temática. Tendo se debruçado na questão da violência no Espírito Santo com uma perspectiva de sociologia histórica, Marco Aurélio extraiu excelentes resultados seja da pesquisa que realizou, seja do enorme e atualizado arco de referências bibliográficas e teóricas que

abraçou. Tendo escolhido verificar o quanto a abordagem de uma “acumulação social da violência” poderia ganhar com a infusão da perspectiva do “empreendedorismo violento” do sociólogo russo Volkov, Marco Aurélio realizou um feito: uma sólida e convincente sociologia da violência cotidiana no Espírito Santo com base no rastreamento histórico de algumas de suas principais dimensões.

Não é grande, como mereceria ser, a bibliografia sobre as transformações sociais ocorridas no último meio século no Espírito Santo, nem suficiente a quantidade e a qualidade dos poucos trabalhos publicados. Pouco se sabe sobre o funcionamento da justiça, das polícias e da administração estatal de conflitos na terra que ofereceu ao Brasil personalidades como o escritor Rubem Braga, a cantora Nara Leão, o ambientalista Augusto Ruschi e o cantor e compositor Roberto Carlos, entre tantos outros nomes. Escândalos que envolveram uma rede criminosa integrada por membros da elite política e judicial capixaba chamaram a atenção para possíveis vínculos – as chamadas “ligações perigosas” – entre criminosos de dentro e de fora do aparelho de Estado. A enorme desigualdade social, as péssimas condições de vida de grande parte da população de baixa renda das principais cidades capixabas, a formação de gangues juvenis em bairros da periferia da região metropolitana e a superestrutura criminosa que envolveria agentes do Estado de diferentes níveis – tudo isso sugeria uma desagregação institucional que se acumulava sob a base de “empresas” criminosas, também ligadas à oferta de proteção cujo recurso principal é a violência ou sua ameaça. Marco Aurélio investiu a sua pesquisa com o fôlego de escrutinar milhares de páginas de documentos e jornais de várias épocas e acurácia em realizar difíceis entrevistas com alguns importantes atores sociais envolvidos nessas tramas. O resultado poderá ser conferido nas centenas de páginas deste livro, um trabalho que permanecerá referência nos estudos sobre a criminalidade e a violência no Espírito Santo. Tive o prazer de ter sido seu orientador de tese e agora a honra de ter sido convidado a apresentar o seu livro.

Michel Misse

Professor titular de sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

PREFÁCIO

Em um desses encontros frequentes e não muito úteis dos quais participamos durante a vida, ocupava meu tempo frutiferamente em uma boa conversa com o então oficial da PM Ruy Guedes Barbosa Júnior, que na época comandava o Batalhão da Polícia Militar sediado em Cachoeiro de Itapemirim. Ruy sempre foi daqueles oficiais que prezavam muito que o trabalho da PM fosse humanizado e focado na inteligência. Disse-me então, que para a segurança do município melhorar eram necessárias duas ações: criar um conselho de segurança e realizar pesquisas sobre a violência no município. Quanto à primeira necessidade não podia fazer muito. Quanto à segunda, como era professor de um Centro Universitário local; percebi uma oportunidade. Comecei algumas pesquisas discretas com alguns alunos. Em 2009, organizando junto com a prefeitura uma Conferência Municipal de Segurança, conheci Michel Misse, um conterrâneo já há muito tempo radicado no Rio de Janeiro que havia se tornado um dos pioneiros e mais respeitados sociólogos no campo de estudo da violência urbana no Brasil. Não sabia da forte relação afetiva que Michel nutria pela sua cidade natal e menos ainda que tínhamos alguns amigos comum. Por esses encontros da vida, além de participar da Conferência que organizávamos, Michel acabou escolhido o “Cachoeirense Ausente” daquele ano, honraria conferida a naturais da cidade que vivem em outras cidades e alcançaram posição de destaque em suas respectivas áreas de atuação. Já foram “Cachoeirenses Ausentes” Rubem Braga, Roberto Carlos, Jece Valadão, Carlos Imperial, Sérgio Bermurdes,

Paulo de Tarso Medeiros, Carlos Lindenberg, Sérgio Garschagen, e outras figuras de relevância nacional. Coisas de Cachoeiro. Se não é cachoeirense nem tente entender.

Durante a pesquisa surgiram muitas problemáticas a serem exploradas: a emergência dos “rankings” de homicídios, os problemas com a estatística dos assassinatos, a construção do crime de homicídio como problema público, como a própria história do estado do Espírito Santo como território específico do Brasil afetou a configuração que se constituiu e da forma como se constituiu, dentre outras. Enfim, borbulhavam questões sociológicas e, muitas delas, dependiam de um olhar histórico. Em uma escala diferente, o que eu tentei fazer foi adaptar o conceito de acumulação social da violência desenvolvido por Michel Misse no âmbito do Rio de Janeiro para oferecer uma explicação do que havia acontecido com o Espírito Santo. Nesse caminho encontrei a obra monumental e impactante de Charles Tilly que me fez rever muitos conceitos acerca do que é do que faz o Estado; e esbarrei também com Vadim Volkov, com quem cheguei a trocar alguns e-mails inclusive. Volkov, analisando o espaço entre o fim da URSS e a emergência da nova Rússia, acabou me despertando para algo que poderia extrapolar fronteiras nacionais. Muitos autores capixabas marcam presença nesse livro. Existem diversos excelentes trabalhos de pesquisadores do estado sobre a violência, mas é preciso destacar que o apoio que recebem para realizar seus trabalhos é pouco. Aliás, é muito pouco diante do tamanho do problema.

No fim das contas, a verdade é que tentei meio que ousada e abusadamente explicar um pouco do mundo a partir das histórias da minha aldeia (uma aldeia expandida é verdade). O resultado está aqui, exposto e explícito, para ser questionado, desafiado, superado, vencido. Ciência se faz para mundo. Talvez ao final da obra o leitor tenha uma sensação de incompletude. De que faltou alguma coisa. De que alguns pontos importantes não foram discutidos, ou foram evitados, esquecidos, ou talvez conscientemente ignorados. De que havia mais passos a serem dados por quem se propõe a fazer uma crítica dessa trajetória; de que o livro parou justamente onde deveria dar o “golpe final”. Espera-se de quem propõe a explicação crítica de uma trajetória de formação de uma configuração violenta que vá até últimas consequências críticas dessa proposta. E essa é uma expectativa justa.

Particularmente, ao ler esse livro com algum distanciamento, essa é a minha sensação. De que o autor – no caso eu mesmo – parou quando deveria continuar.

Tempo, prazo, escolhas, acesso a dados, enfim, não há o que justificar sobre isso. Publicar esse livro me coloca em situação de dívida com a teoria, com a Sociologia e com a sociedade capixaba. Pretendo pagá-la com juros. Ao menos enquanto escrevo essas linhas, ainda não sei muito bem como.

É fato que as taxas de homicídio no Espírito Santo nos últimos anos entraram em uma tendência de queda, embora permaneçam elevadas e sob algumas “sombras”. Isso, a meu ver, valida muito do que está escrito nesse trabalho. Por outro lado, os riscos institucionais que estamos vivendo em 2016, se houver alguma razão em tudo que escrevi, podem se reverter em retrocessos também no enfrentamento das absurdas taxas de assassinatos no Brasil, e ainda muito elevadas no Espírito Santo. Embora o assassinato, a violência física letal e o extermínio sejam uma constante na história de nosso país (e do Espírito Santo), é fato que nos últimos anos, ao menos, se tornaram uma preocupação pública.

A expectativa nesses tempos difíceis, é que continuem a ser...

INTRODUÇÃO

E quando todos me perguntassem – ‘mas de onde é que você tirou essa história?’ – eu responderia que ela não é minha, que eu a ouvi por acaso na rua, de um desconhecido que a contava a outro desconhecido, e que por sinal começara a contar assim: ‘Ontem ouvi um sujeito contar uma história [...]’.

Rubem Braga

A DENÚNCIA DA DENÚNCIA

A maior parte dos assassinatos no Espírito Santo não tem nome, história ou cargo. Raramente, aparecem nas capas dos jornais, exceto quando marcados por algum aspecto pitoresco, exótico ou pela crueldade. São números disputados por quem busca o favor das estatísticas. São alvos de um conflito entre modelos civilizacionais: um baseado no extermínio, na limpeza social; outro, na ascendência do Estado no controle da violência. Se, em alguns momentos, esses mundos se confrontam, noutros, associam-se, confundem-se e suas fronteiras se tornam difusas.

Desde o início dessa pesquisa me preocupavam as implicações políticas do trabalho que desenvolvia. Em que medida minhas próprias percepções políticas influenciariam no trabalho que eu desenvolvia? Afinal, a própria Ciência Social, ao determinar os fatos, adquire um sentido político, como nos ensina Mills (1982, p.193). Havia uma preocupação constante em não ser “panfletário”, mas, ao mesmo tempo, evitar a omissão no que se refere à pesquisa realizada.

Novamente, Mills (1982, p. 193) vem em socorro quando afirma que “hoje, a principal tarefa intelectual e política do cientista social – pois as duas aqui coincidem – é deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas.” (1982, p. 21). Tratava-se de trazer à tona outro olhar sobre a violência como um todo no Espírito Santo, bem como o papel dos diversos atores em seu processo de acumulação para além de uma crônica policial de entretenimento.

Em certa perspectiva, é possível ver este trabalho do ponto de vista intelectual e político como uma “denúncia da denúncia”. Não se tratava de discutir o óbvio, que os índices de homicídios no Espírito Santo são extremamente altos para quaisquer padrões comparativos nacionais e internacionais. Tratava-se de ir além: compreender como esse padrão – que tem no assassinato sua expressão final, terrível e negligenciada – emergiu e se consolidou a ponto de sua reversão ser tão lenta.

Não há nenhuma necessidade, para os cientistas sociais, de permitirem que o sentido político de seu trabalho seja modelado pelos “acidentes” do cenário, ou que seu uso seja determinado pelos objetivos de outros homens. Está perfeitamente dentro de seus poderes discutir-lhe os sentidos e decidir quais as suas utilizações, como questão afeta à sua própria política. Em proporções consideráveis e ainda não comprovadas, eles podem influenciar, ou mesmo determinar, essas políticas. Tal determinação exige julgamentos explícitos bem como decisões sobre teoria, método e fato. Como questão de política, são a matéria adequada ao estudioso individual e à fraternidade dos intelectuais. Não será, porém, evidente que os julgamentos morais e políticos têm maior influência do que as discussões explícitas da política pessoal e profissional? Somente tornando essa influência uma debatida questão de política podem os homens adquirir plena consciência dela e, com isso, procurar controlar-lhe os efeitos sobre o trabalho da ciência social e sobre seu sentido político (MILLS, 1982, p. 182).

Fiz minhas escolhas políticas e intelectuais. Como Cientista Social, não havia como não as fazer. Não havia como evitá-las. Coubeme a transparência (MILLS, 1982, p.182, 193).

Em busca de um “modelo”

Desde o início a proposta desse trabalho era ser histórico e sociológico inspirado em uma sociologia histórica. Aventura arriscada

em virtude das dimensões do objeto e da temporalidade reduzida, diferente dos clássicos da sociologia histórica que comparam nações e escalas de tempo de longo prazo. Sem assumir os modelos dos sociólogos históricos de maneira rígida, é mais apropriado dizer que a sociologia histórica - como campo da sociologia - serviu principalmente como inspiração epistemológica para esta tese. Elisa Reis (1998, p.15) chama a atenção para a convicção de Weber, de que Sociologia e História são ciências irmãs, mas não idênticas, pois causalidade histórica e causalidade sociológica se diferem uma da outra. Enquanto a causalidade histórica busca a sequência singular de eventos que caracterizam determinado fenômeno histórico, a causalidade sociológica busca leis gerais, se expressa como enunciado genérico e probabilístico. Este trabalho focou a causalidade sociológica, mas sem ignorar, eventualmente, a causalidade histórica. Penso que essa seja a lógica que explicita a inspiração da sociologia histórica.

A discussão teórica sobre “violência” foi algo que, ao mesmo tempo em que me encantava me assustava. Discutir teoricamente esse conceito para depois discutir o contexto do Espírito Santo parecia-me trabalho infundável. Preferi tangenciar essa discussão teórica conceitual específica, assumindo o homicídio como indicador principal da violência e tomando-o como eixo para a análise que foi conduzida sobre a acumulação social da violência. Uma espécie de fio condutor. Apesar dos diversos aspectos problemáticos desse indicador, que são discutidos no trabalho, a opção pareceu razoável. No decorrer do trabalho, são apresentadas considerações a respeito de como os homicídios se tornaram um problema público e passaram a hierarquizar as regiões mais violentas no país, sem que isso fosse resultado de mudanças significativas no imaginário dos atores do sistema de justiça criminal ou mesmo de certos segmentos sociais. Nessas hierarquizações - que se tornaram acessíveis às massas via veículos de comunicação - o Espírito Santo figurou durante muitos anos como o segundo estado mais violento do Brasil nos rankings nacionais e algumas de suas cidades com destaque nos rankings internacionais de assassinatos¹. Justificava-se uma pesquisa sobre a elevação e a permanência do estado no topo desses rankings.

¹ Nos últimos anos, em especial depois de 2009, o estado entrou em uma tendência de queda nos índices de homicídios, sendo provável que o Espírito Santo “caia” algumas posições nos próximos rankings, já que estes demoram certo tempo para absorver as mudanças recentes nas taxas.

Voltando a atenção para questões epistemológicas de fundo, é preciso ressaltar que a opção pela inspiração da sociologia histórica influenciou as análises na direção de perspectivas macrosociológicas, ainda que, nalgum ponto ou noutro, tenham sido discutidos aspectos microsociológicos, sem grande profundidade. Sem nenhuma consideração de ordem hierárquica ou predominante, simplesmente fiz opção por um caminho que me pareceu mais frutífero, aplicável, útil, adequado ao conjunto dos fatos que pretendia observar.

No dilema tão sociológico quanto possível, entre ação e estrutura, optei por enfatizar o papel e a reprodução das estruturas e suas influências no conjunto do social, sem adentrar os condicionantes mais detalhados da interação que se dá sob o teto dessa estrutura, com mais ou menos correspondência. Não se tratou de discutir por que um indivíduo mata o outro, e, sim, por que, em algumas regiões, em alguns momentos históricos, sob algumas condições, ocorrem mais assassinatos. Há problemáticas significativas em conectar essa análise macro com as condições microsociológicas que, penso, pesam sob o conjunto da obra como lacuna a ser respondida. Todavia, não me sinto sozinho nesse dilema. Para citar um exemplo, Archer (2003, p.1) já inicia a introdução de sua obra sobre “Internal Conversation” com a pergunta “Como a estrutura influencia a ação?” É uma ampla pergunta que a própria autora tenta responder com o conceito que dá nome ao livro. Antes de adentrar a temática, ela explica que, como as estruturas são variáveis, sua influência sobre os atores sociais vai depender da estrutura e da ação. Ou seja, uma combinação infinita de estruturas, tipos de ações e resultados esperados, que podem inclusive resultar em resultados inesperados, produzindo estruturas não previstas.

Mills (1982, p. 173; 275) ressalta que a compreensão do indivíduo como agente social e histórico deve se dar em “[...] íntima e complexa correlação com as estruturas social e histórica” e que não se pode investir em compreender sua biografia sem fazer referência às instituições sob as quais ela se desenrola. Collins (2008, p. 34), ao assumir que seu foco se concentrava nos aspectos microsociológicos da violência, afirma que a microsociologia (assim como a macro) não é o todo da sociologia. Não se trata de questão ontológica, ou do que é real ou não, mas de uma questão meramente pragmática, acerca do que funciona e do que não funciona em determinado modelo de

pesquisa, em certa delimitação de campo e objeto. O autor ressalta que o relacionamento apropriado entre micro e macrosociologia não é reduzir uma a outra, e sim coordenar os dois níveis de análise de maneira que sejam úteis ao propósito da ciência.

No esforço de apresentar um trabalho de qualidade, senti-me, em alguns momentos, como o estudante que procura o professor no fictício e didático diálogo descrito por Bruno Latour, com a sensação de que algo faltava, em busca de uma “moldura”. No diálogo, a resposta do professor contribuiu para uma melhor percepção do próprio trabalho que desenvolvia, visto que

Eu nunca entendi o que significaria esse contexto. A moldura torna um quadro mais bonito, ela pode ajudar a melhor dirigir o olhar, aumentar seu valor, mas ela não acrescenta nada à pintura. A moldura, ou o contexto, é precisamente o conjunto de fatores que não alteram em nada os dados, aquilo que é de conhecimento comum sobre eles. Se eu fosse você, eu me absteria de toda e qualquer moldura. Descreva, simplesmente, o estado dos fatos que estão à mão (2006, p. 341).

Havia, ainda, a consciência de que enfrentar o dilema de ter ou não uma “moldura” produziria efeitos no que se refere ao método. E então Mills alerta:

As discussões úteis sobre o método, bem como sobre a teoria, habitualmente surgem como notas marginais num trabalho em execução ou no trabalho a ser iniciado. O “método” relaciona-se, em primeiro lugar, com a forma de perguntar e responder, com alguma segurança de que as respostas serão mais ou menos duráveis. A “teoria” relaciona-se, em primeiro lugar, com a atenção rigorosa quanto às palavras empregadas, especialmente seu grau de generalidade e suas relações lógicas. A finalidade essencial de ambas é a clareza de concepção e a economia de procedimentos, e o que é mais importante no momento, a liberação, e não a restrição, da imaginação sociológica (1982, p. 133).

Não como uma moldura, e, sim, como uma espécie de roteiro, de mapa, assumi o conceito complexo de acumulação social da violência (MISSE, 1999, 2008, etc.) como eixo conceitual para explicar o conjunto de processos que, ao longo de décadas, produziu os elevados índices de violência letal no Espírito Santo. Tal conceito con-

tribui para explicar que certas condições atuam como catalisadores capazes de intensificar o ritmo dessa acumulação.

O observado no Espírito Santo não é muito diferente do que se percebe no restante do país em momentos distintos. Revela que as condições que intensificam a acumulação variam nos estados, de acordo com o momento histórico de cada um, no plano geral do desenvolvimento do país. No pano de fundo, essa acumulação é favorecida, em especial, pela dedicação especial do Estado em proteger, a todo custo (humano inclusive), os interesses do capitalismo nacional e internacional, seja por sua “presença” ou por sua “ausência”, o que também não se trata de nenhuma inovação significativa. Sem a chancela do empirismo é difícil afirmar a aplicabilidade desse modelo a situações além das fronteiras brasileiras. Mas tenho como hipótese que em condições minimamente similares, o conceito de acumulação social da violência é viável para explicar situações de violência em diversas partes do mundo², ciente de que esse conceito não se compõe de variáveis estáveis, hierarquizadas ou fixas no tempo e no espaço. Por esse motivo, três aspectos que se mostraram relevantes e interligados na descrição do caso capixaba foram foco deste trabalho:

Primeiramente, a história do Espírito Santo sob o olhar da relação “acumulação de capital x capacidade de coerção”, um tipo de relação que se constitui contingente, embora não necessária. Partindo da hipótese de Tilly (1996), de que capital e coerção andam juntos, percebeu-se que a baixa acumulação de capital no estado, por razões históricas, limitou a capacidade coercitiva do Estado como governo local. Como num ciclo, essa baixa capacidade de coerção retornava em menor capacidade de produzir condições favoráveis à acumulação e à concentração de capital. Nesse processo, o governo local - mais do que em regiões vizinhas que se desenvolviam do ponto de vista econômico, industrial e de estrutura pública e coercitiva - aliava-se a empreendedores privados da violência que ora lhe sustentavam, ora faziam concorrência, ora agiam paralelamente nas amplas margens institucionais e territoriais capixabas. Estabelece-se como data limite da análise o ano 2003, quando, após uma significativa crise institucional, o Estado, como governo local, distancia-se das agências

² De início, parece-me que a Rússia do período de transição do socialismo real e até os dias atuais, alguns países da América Latina, África e Oriente Médio poderiam ser alvo de análises considerando a ideia de acumulação social da violência.

privadas de violência. Trata-se de como, ao longo da história do estado, se deu a relação entre recursos econômicos e recursos de coerção. Isso em um contexto análogo ao descrito por Tilly (1996, p.74), de soberania fragmentada, no qual o entorno do litoral e das cidades principais recebe um maior investimento em coerção, enquanto em outras áreas a opção das autoridades é negociar com centros de poder concorrentes. Anastasia (1998, p. 24) também se utiliza desse conceito em sua pesquisa sobre Minas Gerais dos tempos da mineração.

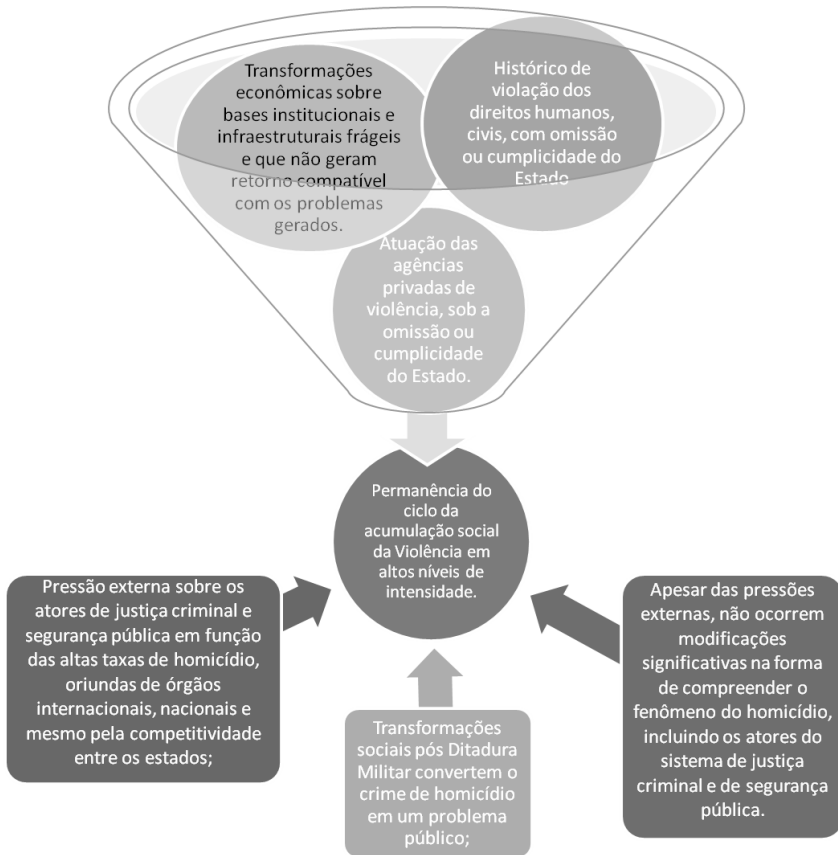
O segundo aspecto concerne às mudanças econômicas nesse ambiente de baixa capacidade coercitiva e pouco capital acumulado, focadas em produzir um salto modernizante, industrializante, eliminando, primeiro, os cafezais improdutivos. Em seguida, implantando grandes projetos industriais que visavam superar a natureza agrícola da economia capixaba. As consequências desses dois episódios para as taxas de homicídio e para a acumulação social da violência como um todo no estado – assim como as características de concentração regional gerada em nível de municípios e bairros – são, inclusive, relevantes e merecedoras de atenção.

O terceiro aspecto diz respeito ao papel do Estado, mas de outro ponto da estrutura. Se o Estado estava presente em sua ausência como garantidor das condições de acumulação de capital no Espírito Santo, fez-se presente como indutor principal e determinante dos processos de erradicação dos cafezais e da implantação das grandes plantas industriais. Este capítulo trata da ação do Estado na ponta da lança, na linha divisória de suas margens, ou seja, a ação policial. Foca-se, com mais interesse, a ação das agências policiais locais até onde se pode mapear, buscando identificar o papel dessas agências nas taxas de homicídio e no processo geral do que se chamou de acumulação social da violência.

O modelo a seguir contribui para ilustrar as ideias que orientaram a condução da pesquisa e a estrutura do trabalho. Ressalte-se, entretanto, que esse modelo foi desenvolvido no decorrer da pesquisa, à medida que se iam identificando os fatores mais relevantes na acumulação social da violência no Espírito Santo. Ou seja, não consistia em um modelo pré-existente à pesquisa no qual se buscou enquadrar – emoldurar – os dados. Trata-se de um modelo que emergiu da própria pesquisa, sugerido pelos resultados, e que pode ser útil e aplicável em outros contextos. Por outro lado, da mesma forma, não

se constitui em um modelo fixo que não possa ou deva ser alterado de acordo com o contexto em que se pesquisa.

Figura 1- Modelo/estrutura da pesquisa



A princípio o modelo é uma demonstração visual do caminho percorrido ao longo do trabalho e pode também servir, eventualmente, como modelo interpretativo. Uma constante violação dos Direitos Humanos se dá em geral em um ambiente de omissão ou cumplicidade do Estado, seja por interstícios políticos, por se tratar de um Estado em formação ou por ser esse mesmo o arranjo político institucional intencionado. Estão sempre evidentes amplas margens não ocupadas pelo monopólio da força por parte desse Estado. O discurs-

so da modernização sempre se impõe como modelo, e, em territórios que se encaixam na descrição acima, essa modernização produz efeitos contraditórios, haja vista as condições preliminares a ela. Assim, o espaço para as agências privadas de violência se expande à medida que se expande o mercado e as margens de atuação nesse mercado, o da comercialização de uma mercadoria, o uso da força física, que deveria – em tese – estar sob o monopólio do Estado, mas não está. Ou, tomando um termo de Barreira, está sob um monopólio desordenado (BARREIRA, 1998, p. 17; 2008, p. 142).

A contraparte desse processo é a pressão nacional e internacional em relação aos altos índices de violência resultantes do quadro anterior à medida que a violência e os homicídios se tornam um problema público. De alguma maneira, essas pressões impõem a necessidade de providências para a redução desses índices de violência, em especial a violência letal. No entanto, como essa pressão externa não é, muitas vezes, acompanhada por mudanças de percepção dentro das estruturas que sofrem a pressão, os resultados efetivos acabam não se consumando. De um lado tem-se um ciclo de intensificação do acúmulo social da violência; de outro, pressões externas que não produzem o efeito esperado. O resultando acaba sendo a manutenção de altos níveis de violência de todos os tipos, inclusive os homicídios, ainda que se reconheça avanço significativo no debate e mesmo na redução das taxas em ritmos lentos no Espírito Santo.

No decorrer do trabalho, será possível, considerando essa proposta apresentada, verificar em que medida os elementos e as associações demonstradas se ligam, efetivamente, com maior ou menor intensidade ao processo de acumulação social da violência.

Com esse percurso delineado, foi possível seguir caminhos variados de coleta de dados, aproveitando os mais diversos materiais: desde processos criminais e jornais do início do século a estatísticas mais recentes sobre a violência no estado. Levei em conta documentos históricos de diversas fontes, preferencialmente primárias, e busquei o mais amplo levantamento bibliográfico possível sobre a história do Espírito Santo, para que eles pudessem oferecer dados seguros à interpretação, ainda que o foco maior recaísse sobre um tipo de causalidade sociológica e não necessariamente histórica. Uma entrevista muito interessante e útil foi realizada com o Jornalista Ro-

gério Medeiros, na sede de seu *site* de notícias, Século Diário, em parceria com o professor da UFES Pedro Ernesto Fagundes. Por algumas vezes incomodei Medeiros, mesmo por telefone, em busca de informações e publicações. Pude acumular algumas horas de conversa com o governador do estado, Paulo Hartung, que, na época da pesquisa estava sem ocupar nenhum mandato eletivo. Hartung foi personagem fundamental da história do estado quando o assumiu pela primeira vez, em 2003, em meio a ameaças de intervenção federal devido ao “crime organizado”. Foi possível, ainda, uma conversa ampla com o ex-desembargador federal e ex-secretário de segurança do estado Henrique Geaquino Herkenhoff. Como desembargador, Herkenhoff compôs a Missão Especial destinada a investigar o crime organizado no Espírito Santo em 2003. Outras entrevistas foram realizadas sob anonimato, com dois ex-delegados de polícia, dois ex-policiais militares expulsos da corporação e que cumpriram pena por crimes diversos, um ex-policia que decidiu, espontaneamente, deixar a corporação, e um policial militar da ativa, com mais de 17 anos na Polícia Militar do Espírito Santo.

Sobre o episódio de Udelino Alves de Souza, da violência no norte do Espírito Santo na década de 50, pude conversar com um dos maiores especialistas nesse assunto no estado, o escritor Adilson Villaça. Em todas as entrevistas, especialmente as que tratavam de assuntos mais delicados, busquei a verificação em documentos judiciais, jornalísticos ou confrontando-as com outras entrevistas. Algumas informações jamais serão confirmadas por motivos diversos, como o desaparecimento dos inquéritos, dos processos e quaisquer documentos, ou mesmo das pessoas que detinham o conhecimento sobre os fatos, ou ainda por não terem chegado aos ouvidos da imprensa. Tal situação exigiu-me extremo cuidado.

Os documentos, as entrevistas e as tentativas de identificar dados que correspondessem aos fatos foram uma forma de verificação empírica que buscou se sustentar na história para explicar a causalidade sociológica. Descer aos fatos é sempre complexo, pois, se não há ideias firmemente ancoradas, há o risco de se ser esmagado por eles (MILLS, 1982, p.137). Quando se trata de fatos da natureza dos estudados neste trabalho, é fundamental que se tenha firmeza para que as narrativas não lhe empurrem na direção de uma indignação simplista e não científica.

Utilizei extensamente trabalhos realizados por pesquisadores do Espírito Santo. Procurei identificar o máximo de estudos locais sobre a violência, tendo contado com a fundamental ajuda dos professores Cláudio Zanutelli, Márcia Rodrigues, Cristina Dadalto, Marta Zorzal e Silva e Pedro Ernesto Fagundes. Por meio deles, tive acesso a teses e dissertações com um rico conhecimento sobre diversos aspectos do objeto que me propunha estudar, além de seus próprios trabalhos. Importantes também foram os trabalhos do professor Erly dos Anjos, Pablo Lira, Mateus Bittencourt, Rossana Mattos, Rachel Daré, David Cruz, Humberto Ribeiro Júnior e de meu companheiro de IFCS Amílcar Freitas, que também desenvolve suas pesquisas com foco no Espírito Santo. A Secretaria Estadual de segurança do Espírito Santo tornou-se mais acessível às minhas solicitações de informações a partir de 2015, tendo sido importante para o desenvolvimento da pesquisa em sua reta final. Desse conjunto de fontes históricas, estatísticas, jornalísticas, testemunhais e bibliográficas, busquei montar, com as limitações evidentes, o panorama da acumulação social da violência no Espírito Santo.

COMO A VIOLÊNCIA SE ACUMULA?

O conceito de acumulação social da violência foi o eixo, uma espécie de roteiro, de mapa, que orientou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e mesmo a estruturação do trabalho. Essa construção conceitual denominada foi desenvolvida e aplicada por Michel Misse (1999, p.6), no caso do Rio de Janeiro, obtendo relevantes resultados em termos de compreensão do fenômeno do crescimento da violência e da criminalidade naquela cidade. Tal construção tem alcance explicativo e, portanto, é válida para a compreensão do fenômeno da violência e dos homicídios no Espírito Santo, assim como em outras regiões que compartilhem, minimamente, condições semelhantes, o que não é incomum encontrar em diversas capitais e estados brasileiros e, quem sabe, fora do Brasil. A diferença de escala – uma cidade e um estado – não seria um obstáculo significativo, exigindo algumas precauções quando à diversidade de fenômenos no caso do estado, sem inviabilizar a sustentação teórica. O próprio autor ressalta, ao definir a acumulação social da violência, que “[...] esse processo ocor-

re na cidade do Rio de Janeiro e em sua área de influência imediata – a região metropolitana do Rio – mas pode, em alguns momentos, alcançar outras cidades brasileiras, como já aconteceu, adquirindo potencialmente abrangência nacional” (MISSE, 2008, p. 371).

Em especial dos anos 50 em diante, período no qual, de acordo com Misse, a acumulação social da violência se torna mais visível, os fatos que ocorrem no Rio de Janeiro são massivamente divulgados na mídia nacional. Sediada, em grande parte na própria cidade, causam um tipo de “efeito demonstração” para outras regiões. Pese ainda o fato de que o Espírito Santo faz fronteira com o estado do Rio de Janeiro e, com ele, compartilha significativas relações, inclusive no que se refere a atividades criminais.

Parto, então, da hipótese de que a situação atual do Espírito Santo não é resultado de uma ou de diversas rupturas, sejam econômicas, políticas ou sociais em níveis local, nacional e mundial. Também não resulta de uma evolução linear de um processo contínuo e constante de aumento da violência letal e de outras formas de violência, ou decorre diretamente de fenômenos de migração, urbanização ou de uma contiguidade territorial com o estado do Rio de Janeiro, e, sim, de uma

[...] acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades ‘subculturais’ sem as quais seria difícil explicar a montante, a persistência, a amplitude espacial e a formação de redes de quadrilhas e de corrupção policial cujos efeitos de violência passaram a ser representados como uma “novidade”[...] (MISSE, 1999, p. 6).

Não se trata de uma situação que surgiu da noite para o dia e em decorrência de um fator único, isolado, como a emergência do tráfico de entorpecentes ou qualquer outro. De acordo com Myrdal, um dos autores nos quais Misse se inspira para propor a hipótese da acumulação social da violência,

Qualquer mudança em qualquer dos fatores, independentemente do modo por que tenha sido induzida, pelo peso agregado dos efeitos cumulativos, correrá para trás e para a frente, entre todos os fatores, desencadeando um movimento de todo o sistema numa ou noutra direção, conforme seja o caso, com uma velocidade que dependerá do impulso original e das funções de inter-relação causal no interior do sistema (1965, p. 256).

Essa concepção “[...] desfaz a ideia de que haja um fator predominante, um fator básico” (idem, p. 258): inclui fatores interdependentes, acumulação, circularidade e cumulatividade. Trata-se de processo não linear, não evolucionista e dinâmico. Analisá-lo exige uma perspectiva sócio-histórica por meio da qual é possível demarcar, identificar, quantificar e evidenciar as inter-relações de fatores, os padrões de sociabilidade inter e intraclasse, a sobreposição de mercados ilícitos, as conexões e desconexões referentes à intensificação da violência.

A perspectiva da acumulação social da violência pressupõe, por suas características, uma complexidade, ou seja, uma cadeia de marcadores analíticos que permitem identificá-la, explicá-la, dando conta de sua multiplicidade. Extrapolam-se os limites de uma óbvia percepção do aumento da criminalidade violenta no Espírito Santo ou no Rio de Janeiro, ou no Brasil, dirigindo o olhar para a percepção social desse processo e como essa percepção atua na reprodução e na ampliação da dinâmica que se propõe analisar.

Essa perspectiva permite compreender como práticas criminais e extralegais se padronizam, transformam-se, reproduzem-se e resultam no acúmulo social da violência que se observa em diversas partes do país, incluindo o Espírito Santo, tendo como um de seus principais indicadores as elevações constantes das taxas de homicídio. O Espírito Santo é a demarcação regional que nos interessa neste estudo, sem ignorar a advertência de Tilly (1984, p. 24), de que as fronteiras definidas para algumas atividades quase nunca são as mesmas para outras. É notório que as atividades legais estejam devidamente submetidas às fronteiras estaduais entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, enquanto os mercados ilegais e extralegais, assim como rixas, vinganças, cobranças e subjetividades diversas não se submetam a esses limites.

Essa ausência de delimitações geográficas formais também se aplica às delimitações normativas, ou seja, o determinismo das fronteiras entre o legal e o ilegal sobre o comportamento social. Assim, compreender a acumulação social da violência considerando, exclusivamente, a noção de crime é extremamente limitador. No Brasil, além da presença de práticas extralegais relativamente legítimas, há uma problemática própria no que se refere a “seguir a lei”, inerente à sua aplicação e à sua interpretação flexível conforme a conveniência de atores específicos em condições de discricionariedade.

Buscando dar conta dessa complexidade, Misse (2008) distingue o processo de criminalização em quatro momentos: a **criminalização** propriamente dita, quando uma conduta passa a ser considerada crime por causa de uma tradição; ou como resultado de algum tipo de empreendedorismo moral depois de uma campanha pública bem sucedida, como descrito por Becker³; ou mesmo uma imposição exterior, como no caso de certas convenções internacionais; ou a lei Maria da Penha. Nesse caso, a conduta passa a figurar definida de forma legal e referencialmente codificada, embora, ao se tornar efetivamente lei, cuja amplitude estende-se a todo o território nacional, não se torne imediatamente (talvez nunca) parte integrante das diversas sensibilidades jurídicas locais.

A criminalização consiste no enquadramento de determinado evento como crime, dependendo de certa interpretação contextual. Um bom exemplo, nesse caso, é a lei 11.343/2006, conhecida como a “nova lei de drogas”, mas não tão nova assim. A partir dela, as penas se tornaram mais brandas para usuários e mais severas para os traficantes de entorpecentes ilegais, concorrendo com os rigores das penas aplicadas a crimes hediondos. O enquadramento do evento criminalizado (posse de entorpecentes ilegais) ocorre considerando uma compreensão subjetiva, sustentada na natureza e na quantidade da substância apreendida, no local e nas condições em que se desenvolveu a ação, nas circunstâncias sociais e pessoais, bem como na conduta e nos antecedentes do agente. Embora, de acordo com a lei, seja atribuição do juiz diferenciar traficante de usuário, são os policiais que, na prática, realizam a prisão ou que conduzem o inquérito policial que define quem é usuário e quem é traficante (MACHADO, 2010, p. 110).

Entendido o evento como **crime** de acordo com a interpretação dos agentes, passa-se, então, à nomeação da autoria e da busca e à punição de seu sujeito, ou seja, a **incriminação**. Em que pese ser essa uma direção racional legal, o processo, no âmbito das práticas sociais, pode, eventualmente, realizar-se de forma diferente. Percebe-se que, em muitos casos, a incriminação se antecipa à criminalização e, ocasionalmente, à própria criminalização, antecipando a existência de um inculpatado sem que tenha havido crime efetivamente. Misse

³ Conferir Becker, 2008, capítulos 7 e 8. O autor oferece uma visão interessante acerca de como surgem e se impõem as regras e de como se busca a criminalização de certas condutas.

adverte que, quando se passa diretamente da acusação à incriminação sem a “criminação” de qualquer evento, o foco se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso. Cria-se, assim, a possibilidade que um sujeito seja identificado com o crime em geral, “assujeitado” ao crime, independentemente de este ter ocorrido ou não, e, sim, por seus antecedentes, por seu tipo físico, modo de se vestir, de portar-se, local de residência etc.

Mais uma vez, é possível recorrer à “nova lei de drogas” para exemplificar, alertando para o fato de que o uso também é criminalizado, porém com penas brandas. Mediante a possibilidade que o agente policial tem de “criminar” ou não determinado evento, ou seja, considerá-lo um caso de uso (sem pena privativa de liberdade) ou tráfico (severas penas de privação de liberdade restritas de benefícios); a porta está plenamente aberta (para não dizer escancarada) para que os eventos que envolvem a posse de entorpecentes sejam criminalizados de acordo com o agente e não de acordo com o evento em si. Isso porque a própria lei orienta a observar, entre outros fatores, o local, as circunstâncias sociais e pessoais bem como a conduta e os antecedentes do indivíduo flagrado com o entorpecente. Ressalte-se que, independentemente da natureza e da quantidade, pesam sobre certos indivíduos o local onde residem, as condições sociais e pessoais em que se encontra, a conduta (não criminalizada, porém extralegalmente condenada) e os antecedentes.

Não raro, são registrados relatos quando, mesmo na total ausência do evento passível de criminalização/incriminação, policiais “plantam” entorpecentes junto com certos indivíduos para “tirar” “maus elementos” da rua⁴. Essa breve digressão serve, grosso modo, para ilustrar o que Michel Misse chama de **sujeição criminal**, “[...] o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um ‘um mundo à parte’, o ‘mundo do crime’. Há sujeição criminal quando há reprodução social de ‘tipos sociais’ representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos” (MISSE, 1999, 1971). A sujeição criminal se enraíza de tal maneira na identidade do sujeito, para além de um estigma

⁴ Há casos também relatados de que drogas são “plantadas” em certos casos para que o policial corrupto possa extorquir ou tirar vantagens financeiras do caso. O livro “Como nascem os Monstros”, de Rodrigo Nogueira, e outros relatos de policiais e ex-policiais estão repletos de situações desse tipo.

ou estereótipo, que só o “nascer de novo”, o “encontro com Jesus”, ou seja, a expulsão do mal que leva ao poder, dará a ele uma chance de reelaborar-se simbolicamente. Tal reelaboração precisa se dar diante de uma comunidade e, se for bem sucedida no processo de convencimento, abrir-se-á a um universo mais amplo, tornando o indivíduo, na melhor das hipóteses, um ex-bandido (TEIXEIRA, 2009).

Outra consequência que Misse extrai do processo descrito consiste na possibilidade de a sujeição criminal abrir portas para trocas assimétricas entre o agente do Estado e o indivíduo sujeitado. Se considerarmos novamente as lacunas da “nova lei de drogas”, um evento de posse de entorpecentes envolvendo um agente cujas características reportam a uma sujeição criminal terá maior probabilidade de ser enquadrado legalmente (criminado) como tráfico e não como uso. Mediante a incriminação antecipada por um evento cuja natureza da interpretação depende, naquele momento exclusivamente, da subjetividade ou das conveniências do agente estatal, abre-se uma margem de negociação por meio da qual se torna possível manusear o fato segundo outras condições. Esse é um exemplo de menor escala, e didático, a respeito da “mercadoria política”, que pode ir de sua forma menos grave, o clientelismo, passando gradativamente por tráfico de influência, acordo ilícito, corrupção até sua forma mais grave, segundo o autor, que é a extorsão. A “mercadoria política” apresenta ainda cinco indicadores de custo, ou seja, aspectos que ampliam ou reduzem o custo da negociação entre os agentes. São eles, segundo o autor,

A **criminalização**, como já vimos, reúne tanto a existência de legislação penal quanto os processos concretos de criminalização-incriminação; esses processos, por sua vez, dependem da efetividade maior ou menor da **reação moral** em cada contexto; a dissuasão pode ser menor se maior for a **eficácia da neutralização da culpa** diante da reação moral; a existência de **monopólio da mercadoria** e o **caráter mais ou menos compulsório** da troca completam o quadro em que pode se dar a troca de mercadorias políticas e o cálculo de seus custos (políticos e econômicos) para os participantes (MISSE, 2010, p. 100 - Grifos nossos).

O comércio de mercadorias políticas não se restringe apenas a casos em que a sujeição criminal é evidente. Entretanto, justamente nesses casos seus efeitos surtem mais consequências significativas.

Um mecanismo similar de neutralização moral - que é mobilizado para justificar a aceitação ou a cobrança de uma simples propina por parte de um agente do poder estatal ou exercendo o poder que caberia ao Estado - acaba sendo evocado também para justificar a eliminação pura e simples do “elemento perigoso”. Esse contexto geral se torna possível com as mudanças nos padrões de sociabilidade a partir dos anos 50, que generaliza o sentimento de “vítima potencial”. O medo social se dissemina, seja por meio dos veículos de comunicação, seja por caminhos além deles.

O sentimento de vítima potencial justifica uma ação antecipatória, preventiva, um aumento na demanda de incriminação e autoridade, assim como o aumento da desconfiança nas transações de todo tipo e a ativação de mecanismos acusatoriais. As consequências da disseminação do medo social acabam atuando como elementos que retroalimentam o recrudesimento dos conflitos sociais, ao valorizar o emprego pessoal ou a ameaça do emprego da força física, gerando desconfiança e expectativa da contraparte na relação de também agir preventivamente. Com maior liberdade para empregar, ou ameaçar empregar, a força física, o espaço para o comércio de mercadorias políticas se amplia. Há, então, um descontrole da possibilidade de cálculo por meio da emergência de irracionalidades passionais contidas por estratégias normalizadoras do interesse privado.

Aparece, assim, um indivíduo incontido, excessivo, destruidor de si e dos outros, mesmo para sua própria autorrepresentação, cuja *reprodução social* o afasta do confinamento individualizador da ideologia jurídica ou das noções sociológicas de comportamento desviante, divergente ou problemático. Um indivíduo que substitui a referência da norma pela referência do risco, do destino ou da escolha. Mas, enquanto a *sociedade da norma* continuar hegemônica, ele será passível de sujeição criminal (MISSE, 1999, p. 51)

Esses modos de interpretar a realidade social, que informam as ações dos atores, decorrem de processos históricos específicos relacionados à forma como o Brasil se consolida como Estado e as consequências desse padrão de consolidação no cotidiano dos atores sociais.

Enquanto na Europa a monopolização do emprego legítimo da violência pelo Estado constituiu-se por meio de um processo civilizador e pacificador de populações, no Brasil, essa consolidação

– incompleta ou seguindo trilhas diferentes daquelas consideradas “ideais” – não resultou de um processo endógeno e ou civilizatório. Foi fruto da tensão entre as oligarquias que controlavam seus domínios a partir do pacto colonial e do escravagismo, modelos que, ao longo dos séculos, tomaram novas formas sem serem totalmente substituídos (MISSE, 1999, pp. 30-32). Tilly chama a atenção para o seguinte: o “Terceiro Mundo” do século XX não se parece em nada com a Europa dos séculos XVI e XVII, quando, segundo ele, tem início esse processo que Misse define como civilizador e pacificador de populações:

[...] uma exploração mais atenta da experiência europeia pode ser muito útil. Ela nos mostra como a exploração coercitiva teve um papel fundamental na criação dos estados europeus; como a resistência popular a esta exploração forçou os aspirantes a deter o poder, a conceder proteção e a conter suas próprias ações (2006, 1895, p. 2)⁵

As estratégias de dominação baseadas no pacto colonial e no escravagismo e os modelos por eles influenciados e que se sucederam não pressupunham, como Tilly destaca no caso do longo processo europeu, a resistência popular à exploração. José Murilo de Carvalho, analisando o processo de construção da cidadania no Brasil, mostra como a contenção das “próprias ações” do Estado e as concessões à proteção – fosse ela física, social ou econômica – não foram resultantes de lutas sociais, e, sim, de ações “de cima”. O processo, segundo Carvalho, se deu de cima para baixo, como a própria proclamação da República, quando conflitos intraoligárquicos transformam súditos em cidadãos, sem a participação dos próprios candidatos a cidadãos, que assistiram, “bestializados”, à Proclamação da República e à deposição de Dom Pedro II, o Imperador que aboliu a escravidão (CARVALHO, 2008, 1996, 1987, 1998). Destaca Carvalho que, no caso da história do Brasil, foi nos momentos de menos democracia, de menos participação popular, que mais se expandiram os direitos sociais.

⁵ “[...] una exploración atenta de la experiencia europea puede resultar muy útil. Nos mostrará cómo la explotación coactiva jugó un papel fundamental en la creación de los estados europeos; cómo la resistencia popular a esta explotación forzó a aquellos aspirantes a detentar el poder a conceder protección y a contener sus propias acciones.

Bourdieu, em acréscimo à celebre fórmula weberiana do Estado, acrescenta , além da violência física, o Estado detém o monopólio da violência simbólica, e é esse monopólio que garante, em sua visão, a possibilidade do monopólio da força (2014, p. 30). Por esse ângulo, a Era Vargas como um todo foi marcada não somente por uma expansão do aparato coercitivo do Estado, mas também por uma expansão de sua máquina de propaganda através dos meios de comunicação nascentes. Atribui-se ao próprio Getúlio Vargas grande habilidade para lidar com esse mundo simbólico. Wieviorka, depois de questionar a aplicabilidade da forma clássica de Estado focada no monopólio da força, entende que, de algum tempo para cá, os Estados perderam a capacidade de exercer o papel clássico a que lhes atribuiu Weber na formulação de seu modelo de compreensão:

É cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas. O monopólio legítimo da violência física parece atomizada e, na prática, a célebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas (1997, p. 19).

Wieviorka questiona se a fórmula weberiana de explicação do Estado se aplica tão bem aos tempos atuais quanto se aplicava aos tempos em que vivia o autor (1997, p. 18). Outra questão a ser considerada é se a fórmula weberiana se aplica tão bem em espaços fora da Europa como se aplicava aos contextos europeus do início do século XX. A questão da legitimidade da violência - ou da suposta legitimidade da violência, para ser fiel ao argumento central weberiano - é vista sob outro prisma por Tilly. Depois de explicar sua percepção da similaridade entre grupos criminosos que vendem a proteção contra a ameaça que eles próprios representam - mostrando como, de certo modo, é exatamente isso que o Estado faz, com a diferença da “legitimidade” - o autor sustenta que, ao fim do processo, é o monopólio que conta, e a legitimidade não é uma opção:

A distinção entre força “legítima” e “ilegítima” pouco importa na prática. Considerando que a legitimidade deriva do cumprimento de um princípio abstrato ou do consentimento dos governados (ou de ambos ao mesmo tem-

po), essas condições podem ser usadas para justificar, talvez até mesmo para explicar, a tendência para monopolizar a força. Portanto, não contradizem a realidade, os fatos. (2006 [1985], p. 4)⁶

O que se extrai desse debate é que, independentemente de legítima ou não, o Estado brasileiro não alcançou plenamente o monopólio da força física e nem mesmo o monopólio do poder simbólico no conjunto da população. Sob outra interpretação, adotou modelos de desenvolvimento que não têm essa meta como absoluta. E isso não se refere somente a populações excluídas dos interiores inacessíveis do norte e/ou centro-oeste do país, mas também a classes sociais intermediárias e zonas urbanas, que vivenciam ou não a experiência da pobreza extrema ou relativa.

Não é necessário muito esforço para evidenciar tal afirmação. Basta rememorar apresentadores de TV sustentando, em rede nacional, o uso da força privada para a contenção de atos nem tão violentos⁷. Esse exemplo mais midiático não ignora, evidentemente, as formas extralegais de extermínio de “indesejados” ou de “perigosos” totalmente à margem do controle do Estado, apoiados (quando não sustentados) por indivíduos privados.

Bourdieu, em outro momento, refere-se a uma fala atribuída a Weber de que uma das tarefas do Estado estaria orientada à “domesticação dos dominados”, a domar as classes perigosas, fazendo-as

⁶ “La distinción entre fuerza “legítima” e “ilegítima”, además, importa poco en la práctica. Si consideramos que la legitimidad se deriva de la conformidad con un principio abstracto o del consentimiento del gobernado (o de ambas a la vez), estas condiciones pueden servir para justificar, quizás incluso para explicar, la tendencia a monopolizar la fuerza. No contradicen por tanto la realidad, los hechos.”

⁷ O caso da apresentadora da rede de TV SBT Rachel Sheherazade foi extremamente noticiado pela forma clara e explícita como foi feita a defesa da justiça privada contra menores que haviam praticado delitos de menor poder ofensivo. No entanto, não se deve crer que o comportamento dessa apresentadora seja exceção. Nos noticiários, em especial os de cunho mais sensacionalista, quando não defendida explicitamente, a justiça privada é justificada, e até mesmo, defendida de forma mais sutil. Denise Sepulveda afirma que “Um especial divulgado pelo portal G1 em 2014 sobre linchamentos no Brasil mostra dados emitidos pelo Núcleo de Pesquisa sobre Violência da Universidade de São Paulo (USP) que revelam um aumento nos casos de agressão quando um caso de linchamento recebe uma cobertura especial da mídia. Só em 2014, foram mais de 50 casos, sendo pelo menos nove no mês de maio, data do linchamento ocorrido no Guarujá.” SEPULVEDA, Denise Vilche. A banalidade do mal: o excesso de violência na mídia. 10º Interprogramas de Mestrado Faculdade Cásper Líbero. Disponível em <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Denise-Vilche-Sepulveda-FCL.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2015.

entrar no jogo. Ou seja, construir o Estado e a nação consistia em favorecer a “integração” dos dominados. Bourdieu cita um exemplo de intervenção típica do Estado que mostra como, de fato, as classes perigosas necessitam ser integradas para a segurança de todos, que é o sistema de esgoto: “[...] uma resposta coletiva organizada diante do fato de que as classes perigosas são objetivamente perigosas: são portadoras de micróbios” (2014, p. 467).

Pode-se perceber que, ao longo da história do Brasil, não houve uma preocupação em “integrar” as classes perigosas, e, sim, excluí-las, isolá-las e, quando não, eliminá-las efetivamente. É complexo atribuir intencionalidade objetiva tanto à permissão quanto à omissão quando se refere à situação dos homicídios no país, porque, no caso do Brasil, nesse momento da história, não ocorrem ações frequentes que causem mortes que possam ser diretamente atribuídas ao Estado. Publicamente, mesmo as mortes em confronto perpetradas pela polícia, são “oficialmente” recriminadas e “punidas”. Somente por meio de pesquisas é possível identificar aspectos que indiquem essa tolerância difusa ao assassinato entre as forças policiais. Além disso, a estratégia discursiva de culpar a vítima de homicídio por seu próprio destino, por ter escolhido o “mundo do crime”, está presente em diversos contextos nos quais a investigação ou a repressão do crime de homicídio é ineficaz, conforme se pôde observar em entrevistas realizadas. Esse discurso tanto pode tratar de uma tentativa de justificação (de “desresponsabilização” dos atores da justiça criminal quanto à incapacidade de dar a resposta formal e juridicamente adequada, ou seja, uma desculpa⁸); quanto da permanência de uma convicção íntima dos atores que, mesmo em tempos atuais, preservam concepções predominantemente individualizantes quanto à interpretação do ato do assassinato sem vê-lo sob um prisma macrossocial.

8 Segundo Werneck (2012, p. 29) “A desculpa, então, parece ser a operadora de uma permeabilidade, de um diálogo mesmo, entre esses dois mundos [o plano abstrato, onde o cumprimento das regras morais é absoluto, e o plano pragmático, onde a regra moral é aplicada caso a caso de acordo com a pressão das circunstâncias]. De fato, se há uma operação de que ela parece dar conta é a da migração, da descida, de qualquer situação de possível conflito moral estabelecida quando uma regra moral é descumprida; uma descida rumo a uma condição menos abstrata e mais circunstancialista”. Nesse caso, a regra moral transgredida é de dar conta do que diz a lei quanto à igualdade, ao direito à vida e à própria prestação jurisdicional para certos grupos da população, que teriam, em “tese”, os mesmos direitos.

Já as formas jurídicas atribuídas a mortes causadas pela polícia, conforme visto por Zaccone (2015), constituem evidências da opção por exclusão, isolamento e eliminação das “classes perigosas” ao longo da formação do Estado brasileiro. Essa opção não é novidade. Remonta aos anos 50, quando do surgimento dos primeiros grupos de extermínio no Rio de Janeiro e sua expansão para outras partes do Brasil, entre elas, o Espírito Santo. Abram de Swaan, analisando o processo de constituição histórica dos sistemas de bem-estar social, esclarece como, em países da Europa, surge essa interdependência entre os “ricos” e os “pobres”, estes associados à ideia de “classes perigosas”:

A interdependência entre os ricos e os pobres, ou entre os fortes e os fracos, é uma característica central no processo de coletivização. Em tempos feudais, os pobres representavam tanto um perigo quanto uma oportunidade para os estabelecidos na sociedade; o perigo de ataque violento aos ricos e às suas propriedades, e, ao mesmo tempo, a oportunidade de usar os “pobres robustos” como trabalhadores e soldados nas lutas de poder entre as elites concorrentes. Em fases posteriores da formação do estado e do desenvolvimento capitalista, os pobres eram vistos como uma ameaça para a ordem pública, para a harmonia de trabalho e também para a saúde pública, ao mesmo tempo em que constituíam uma reserva de potenciais trabalhadores, soldados, consumidores e apoiadores políticos (1998, p. 2).⁹

A própria estratégia de imigração - que, no Espírito Santo, obteve importante relevância na formação do estado - priorizou a substituição da mão de obra escrava de origem africana pela mão de obra assalariada de imigrantes europeus, sem considerar a integração dos ex-escravos na economia. Ou seja, ao longo da formação do Estado brasileiro, a integração das “classes perigosas”, do pobre em termos gerais, não seguiu os padrões observados em Estados europeus. Determinados fatores contribuíram para produzir o quadro brasileiro no qual a crença na concepção de violência legítima do Estado esbarra em limites, não alcançando homogeneamente em todos os estratos e

⁹ “The interdependence between the rich e the poor, or between the strong and the powerless, is central to the collectivizing process. In feudal times, the poor represented both danger and opportunity to the established in society: the threat of violent attack on the person and property of the rich and, at the same time, the opportunity to use the “sturdy poor” as workers and soldiers in the power struggles among competing elites. In later phases of state formation and capitalist development, the poor were seen as a threat to public order, to labor harmony and also to public health, while at the same time they constituted a reserve of potential laborers, recruits, consumers and political supporters.”

segmentos sociais: a permanência, durante muito tempo, de relações sociais autoritárias e de tipos de dominação que prescindem de qualquer tipo de consenso, como a escravidão; a ausência de condições de resistência que permitissem aos grupos explorados negociarem os limites da exploração; e o não surgimento dessa interdependência a que se refere De Swaan.

Essa é uma possível explicação para que, no Brasil, como descreve Misse (1999), a normalização dos comportamentos tenha seguido caminhos tortuosos, mesmo nas elites brasileiras, e ambivalentes entre as classes médias e a burguesia. A autoimposição de limites e desse autocontrole que caracteriza o individualismo moral moderno atua mais eficientemente no controle dos comportamentos sociais por meio da incorporação da disciplina do que as expectativas de punição. Nas áreas urbanas conhecidas como favelas, segundo o autor, o que ocorre é uma “normalização precária”, e as imagens produzidas e reproduzidas acerca desses locais vão justificar a exclusão de seus moradores da integração à “normalidade” da vida social sob a égide de um Estado (p. 28-33).

Essa histórica recusa das elites sociais brasileiras (e, por consequência, do Estado) em integrar o pobre e as classes perigosas, ou seja, a “favela”, pode ser vista sob vários aspectos. Do ponto de vista econômico, o modelo escravista não possibilitava a interdependência econômica e nem o surgimento de um mercado. Entretanto, havia outro elemento, que se pode denominar como ideológico: a crença predominante entre as elites na inferioridade humana dos negros. A industrialização tardia é, também, um elemento a ser considerado, assim como a permanência de relações sociais de dominação e dependência (não interdependência) nas áreas rurais, durante muito tempo, no decorrer do século XX.

É preciso ressaltar que a associação entre pobreza e “classes perigosas” não é automática. De Swaan afirma que a pobreza é um status social, um tipo de invenção da civilização (1998, p.13). Relata ainda que, tanto nos EUA quanto na Europa, era disseminada entre os “não pobres” a percepção de que havia alguma simpatia secreta entre os “bandidos” quanto às populações rurais pobres. Tal percepção, segundo o autor, motivou muitas das medidas que contribuíram para a transformação dos locais pobres, incorporando-os ao siste-

ma nacional de correção e assistência (1998, p. 18). Ou seja, a opção foi pela integração das populações, para evitar que elas mantivessem essa suposta simpatia pelo banditismo, enquanto, no Brasil, a opção tem sido por isolamento, exclusão ou eliminação.

É comum que o aumento da violência em locais como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo¹⁰ seja representado socialmente a partir do crescimento urbano desordenado, do adensamento das grandes cidades e da impunidade dos bandidos, permitindo a ampliação das redes de crime, em especial do tráfico de drogas (MISSE, 1999, 77). Ou seja, a percepção de que a pobreza urbana é causa da violência:

[...] A representação social dominante revela uma expectativa racional, amplamente difundida, de que privação relativa e pobreza extrema podem conduzir ao crime. Essa representação social não é exclusiva dos não pobres, e comparece como um *account* perseverante, direta ou indiretamente, nas pesquisas qualitativas (MISSE, 2006, p. 35).

A hipótese seguida por Misse a esse respeito é que há, sim, uma associação entre pobreza urbana e sujeição criminal, mas que “[...] não é causal, e, sim, constitutiva” (1999, p. 78), ou seja, uma associação entre variáveis cujos efeitos realimentam uma ou mais variáveis que participam da mesma associação. Um tipo de funcionamento análogo ao de uma “síndrome”.

Essas observações sobre como, ao longo do tempo, foram tratados os “pobres” e as “classes perigosas” no Brasil são válidas para o aprofundamento da perspectiva da acumulação social da violência: de que os padrões se transformam, mas que não surgem repentinamente nos anos 80 a partir do aumento das taxas de homicídio. São décadas e décadas de acumulação, que, ao fim do século XX, tomaram formas mais dramáticas pela ampla disseminação de formas mais letais de expressão, a partir, principalmente, da disseminação das armas de fogo, financiadas direta ou indiretamente pelo emergente e lucrativo negócio do tráfico de entorpecentes. Tem-se, assim, uma escalada armamentista entre polícia e criminosos e entre os próprios grupos criminosos. Isso está relacionado à forma que o Estado assumiu ao longo dessas décadas, tendo sua formação orientada pelos

¹⁰ O que se refere ao Espírito Santo será explorado nos próximos capítulos.

valores dos grupos minoritários movidos por ideologias dominantes em cada época e pela ausência de um modelo econômico que exigisse ou causasse interdependências. Todos esses aspectos contribuem, em maior ou menor intensidade, em um ou outro momento, para a acumulação social da violência, sendo necessária a aplicação dos conceitos mediante uma análise do objeto específico, calibrando a teoria ao objeto e ao campo.

Toda essa cadeia de conceitos - mobilizados para uma compreensão melhor do processo de acumulação social da violência na cidade do Rio de Janeiro - é plenamente utilizável para a compreensão da acumulação social da violência no Espírito Santo. É importante ressaltar, novamente, que o Espírito Santo é tomado como “um todo” neste trabalho: como um estado e não uma cidade. Portanto, são abordadas outras regiões que não a Região Metropolitana da Grande Vitória, embora tenha sido essa a região que, de fato, pôs o estado capixaba em destaque nacional no que se refere a todos os tipos de homicídio.

A desproporcionalidade dos homicídios entre a Região Metropolitana de Vitória e os outros municípios do estado é extremamente significativa, e mesmo entre regiões dentro da Grande Vitória, como se pretende discutir neste trabalho. A opção de incluir todo o estado se dá porque se compreende que a emergência da violência letal na Região Metropolitana de Vitória, a partir dos anos 80, se não é uma continuidade linear das formas de violência que ocorriam anteriormente nas regiões interioranas, a elas deve alguns de seus aspectos. A ideia de multivariada de elementos caracteriza a acumulação social da violência. No caso do Espírito Santo, não se pode ignorar as peculiaridades do estado, as diferenças características no que se refere, em especial, à violência homicida em certas regiões do estado, como o caráter que apresenta no norte e no noroeste. Historicamente, essas áreas foram foco de conflitos entre latifundiários e grileiros de terra, assim como contra indígenas, camponeses, posseiros e pequenos agricultores sem nenhum apoio, senão o de uma fé messiânica¹¹.

¹¹ O melhor exemplo disso é o caso descrito no romance historicamente ambientado de Adilson Villaça “Cotaxé”, que conta a história do homem que tentou fundar o estado da União de Jeová com partes de Minas Gerais e Espírito Santo. Existem ainda outros casos bem documentados pelo jornalista Rogério Medeiros, na coletânea do jornalista sobre figuras que se tornaram conhecidas por sua extrema violência, que se concentrava em grande parte nas regiões norte e noroeste do estado. Voltarei a esse tema no decorrer do texto.

Por agora, faz-se necessário destacar que o ferramental teórico-conceitual que envolve a acumulação social da violência como operador analítico é válido como hipótese explicativa com potencial de contribuir com a compreensão de como o estado do Espírito Santo passou a ser considerado um dos mais violentos do país. Todavia, antes de passar a esse ponto, ainda há uma percepção que gostaríamos de acrescentar quanto ao campo conceitual deste trabalho.

AS EMPRESAS DE VIOLÊNCIA

Vadim Volkov (2002),¹² no prefácio de seu livro *Violent Entrepreneurs* (“Empreendedores violentos”), que trata do uso da força na construção do moderno capitalismo russo e envolveu a análise de máfias, *gangs* e outras organizações semelhantes, descreve um quadro que chama a atenção. O autor narra que, enquanto realizava as observações que deram origem ao livro, a caminho de seu trabalho, passava sempre em frente a uma casa no centro de São Petersburgo que abrigava o quartel general de uma unidade da Diretoria Anticrime Organizado, responsável pela região nordeste do país. Assim, começou a reparar pessoas de físico formidável, com cabelos curtos e vestindo jaquetas ou longos sobretudos negros. Então, eis o que nos diz o autor:

A pesquisa preliminar me convenceu de que estes grupos, aparentemente diferentes, estavam todos envolvidos nas mesmas atividades: eles intimidavam, protegiam, recolhiam informações, resolviam as disputas, davam garantias, forçavam contratos e impunham taxas. Sua semelhança, concluí, derivava da gestão do mesmo recurso: a violência organizada. Então eu os chamei de “empresários violentos” e sua atividade de “empreendedorismo violento” (2002, p. X)¹³

12 A obra não foi publicada em português. Portanto, tudo o que se refere a ela é uma tradução livre.

13 “Preliminary research convinced me that these seemingly different groups were all engaged in the same activities: they intimidated, protected, gathered information, settled disputes, gave guarantees, enforced contracts, and imposed taxes. Their similarity, I concluded, was derived from the management of the same resource: organized violence. Hence I called them violent entrepreneurs and their activity violent entrepreneurship”

Certamente que existem muitas diferenças entre o contexto russo pós-soviético e o que acontece no Brasil. No entanto, é possível uma aproximação entre os conceitos de mercadoria política e o “empreendedorismo violento” que, desenvolvidos paralelamente em situações e lugares distintos, surgem como uma interpretação de fenômenos similares com certa pretensão de universalidade.

Ora, se há “mercadoria política”, um produto - uma mercadoria, como o termo diz - há também os empresários responsáveis pela produção, pelo gerenciamento e pela comercialização desse produto: os gerentes da violência organizada, que podem administrar recursos de violência privados ou públicos, tendo em vista a máxima weberiana da pretensão que o Estado detém do monopólio supostamente legítimo da força. Ou seja, o uso da violência acaba expropriado dos Estados que, numa acepção clássica de tipo ideal, foram incapazes de expropriar essa violência plenamente dos indivíduos privados.

A esse respeito, Misse alerta que, no Brasil,

[...] o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência a que nós estamos assistindo hoje (MISSE, 2008, 374).

Lacunas não ocupadas pelo gerenciamento exclusivo da força pelo Estado, por razões já discutidas linhas acima, deixaram amplas margens para o surgimento das empresas de violência, que foram se especializando no comércio de mercadorias políticas. Isso não é um fato novo, como se pretende demonstrar na análise do caso do Espírito Santo. Sendo uma parte do Brasil onde o Estado, ao longo da história, apresentou, por fatores diversos, baixa representatividade institucional, os poderes locais se aliaram a organizações privadas para exercer a violência, controlar as populações, manter a ordem e garantir as condições para a acumulação e a concentração de capital.

Esse fenômeno, que acompanha o Espírito Santo desde os tempos imperiais, se intensificou no fim dos anos 70 e início dos anos 80, período no qual a taxa de homicídios aumenta.

Tilly, que bem percebeu o papel das organizações criminosas na consolidação do Estado Nação (1985, 1996), chega a afirmar, em artigo que se refere ao livro de Volkov, que “as organizações violentas não fazem nada que os Estados nacionais não tenham feito ao longo da história, a única diferença é que não são Estados” (TILLY, 2004, p. 1).¹⁴ No decorrer de sua análise, Tilly discute as relações entre política e violência, entre Estado e organizações criminosas, tornando evidente a pequena diferença que os separa como formas de interação social.

No caso estudado por Volkov, a Rússia vivia um período de hiato institucional. A estrutura estatal soviética¹⁵ havia ruído e um capitalismo selvagem se forjava, sem controle, sem instituições que o regulassem, sem nem mesmo uma experiência histórica que servisse de referência. A submissão à “proteção” dos grupos violentos, formados por militares ou agentes do antigo regime aposentados ou desempregados, esportistas e outros, acaba sendo condição para a sobrevivência dos novos negócios que surgiam na Rússia pós-soviética. As agências ilegais de proteção disputam entre si o “direito de proteger”, disputam territórios. Essas disputas geram episódios constantes de violência e, eventualmente, conduzem a acordos que evitam o extermínio total dos conflitantes. Com o tempo, essas agências vão se formalizando, tornando-se negócios rentáveis que sustentam outros investimentos. Seus líderes buscam diversificar seus investimentos, incluindo segmentos “respeitáveis” na busca de se inserirem social e politicamente, na expectativa de ampliar o controle, os serviços que podem ser negociados, ou seja, o cardápio de “mercadorias políticas”.

¹⁴ “Las organizaciones violentas no hacen nada que los Estados nacionales no hayan hecho a lo largo de la historia, la única diferencia es que no son Estados”

¹⁵ Há uma concepção, quase senso comum, de que o regime soviético totalitarista fosse controlador e regulasse profundamente a vida social dos seus cidadãos. Lendo a obra de Volkov e refletindo um pouco, passei a ter minhas dúvidas que fosse possível impor um tal controle social sobre uma população dispersa sobre uma porção territorial tão enorme quanto era a União Soviética. De que fosse impossível ao poder central ter total ou mesmo um significativo controle sobre tudo que se passava no enorme país. Por outro lado, não posso fazer afirmações a esse respeito, pois não analisei detidamente o assunto, ficando apenas a dúvida a título de precaução.

Considerando a significação que Volkov dá ao termo “empreendedorismo violento”, (*violent entrepreneurship*), ou seja, [...] o modo pelo qual grupos e organizações que se especializam no uso da forma ganham dinheiro” (2002, p. 27),¹⁶ o pensamento remete a comandos, milícias, PCC, grupos de extermínio, pistoleiros, entre outros fenômenos. No Espírito Santo, objeto deste estudo, pode-se fazer referência ao Sindicato do Crime¹⁷, nos anos 50, que sequestrava lideranças políticas às vésperas das eleições para garantir o resultado favorável das eleições para alguns grupos, ou então as capturas, que desaparecer com lideranças camponesas que se opunham aos grileiros de terra e aos latifundiários, consolidando seu poder no norte do estado, ou a tradição de pistolagem descrita pelo professor Dos Anjos (2008). Há, ainda, os grupos de extermínio que surgem nos anos 60 e envolvem policiais civis e representantes políticos descritos por Ewerton Montenegro (1978), ou a filial local da *Scuderie Le Cocq*, organização fortemente ligada à administração paralegal da força física e que, pelo que indicam algumas investigações policiais recentes, nunca deixou de funcionar¹⁸ (embora tenha sido dissolvida pela Justiça em 2004¹⁹).

¹⁶ “[...] is the way in wich groups and organizations that specialize in the use of force make money”

¹⁷ “O “sindicato do crime” é a forma encontrada pela imprensa (principalmente a escrita), para explicar de forma popular o que seria depois conceituado como crime organizado. O sindicato seria uma associação de pessoas, com representações nos campos político, jurídico, empresarial e policial, que se uniam em prol unicamente da obtenção ilícita de lucro.” DE PAULA, 2008, p.109. A imprensa capixaba também usava essa terminologia. As informações sobre esse assunto no Espírito Santo foram obtidas a partir de uma entrevista com o jornalista Rogério Medeiros, que realizou diversas reportagens sobre os criminosos capixabas mais famosos dos anos 50. A entrevista foi realizada em 04 de fevereiro de 2014 na sede do Jornal Século Diário e estão preservadas para verificação.

¹⁸ “Polícia investiga a volta da Le Cocq no Espírito Santo”. Jornal Folha de Vitória, 22 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.folhavitória.com.br/policia/blogs/rondadacidade/2015/01/22/policia-investiga-volta-da-le-coq-no-espirito-santo/>. Acesso em 10/02/2015; “Grupo de extermínio pode estar ligado ao sumiço de vendedor, em setembro (2014). ES Hoje de 22 de janeiro de 2015. Disponível em http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2015/01/noticias/policia/26026-grupo-de-extermínio-pode-estar-ligado-ao-su-mico-de-vendedor-em-setembro-2014.html. Um trecho da matéria chama a atenção: “Durante as investigações da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), um mandado de busca e apreensão foi cumprido na sede da Associação dos Proprietários de Veículos Motorizados do Espírito Santo (Aprovem-ES), no centro de Vitória, onde foram encontradas cerca de 50 fichas de associados. Dentre os nomes, documentos de ex-integrantes da Le Coq.” E “Vendedor que desapareceu em Guarapari foi morto por grupo de extermínio, diz polícia”, site Gazeta on line de 23 de janeiro de 2015. Disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/01/noticias/cidades/3887207-vendedor-que-desapareceu-em-guarapari-foi-morto-por-grupo-de-extermínio-diz-polícia.html. Acesso em 10 fev. 2015.

¹⁹ O pedido inicial de dissolução foi protocolizado pelo Ministério Público em agosto de 1996.

O “empreendedorismo violento” é um serviço de alto valor, se consideramos que nem todos detêm a habilidade necessária para “manusear” a violência ou usar a força física. Volkov destaca, por exemplo, que praticantes de esportes de combate eram frequentemente recrutados pelos empreendedores violentos para cerrar fileiras em seus “exércitos”. Segundo Collins (2008), salvo situações dramáticas em que tensão e medo são superados diante das próprias características da situação, a maioria de nós não é capaz de envolver-se diretamente em um confronto físico de mais graves consequências, como uma briga generalizada, um tiroteio ou mesmo um assassinato a sangue frio. Mesmo quando superada a tensão e o medo que retêm as situações conflituosas nos limites de agressões verbais, a execução dessa violência é incompetente, justamente por causa da própria tensão e do medo anteriores ao fato.

As teses defendidas por Collins (2008), sustentadas em amplas pesquisas, nos permitem pensar que a ação violenta eficiente é uma capacidade detida por poucos indivíduos. Um talento, uma capacidade, uma habilidade rara e, portanto, de alto valor, em especial além das margens do Estado. Vale ressaltar, como faz Misse (2015, p. 14-16), que os argumentos de Collins esbarram em alguns limites quando aplicados em sociedades onde a violência se mostra de forma generalizada. Nesses contextos, os altos índices de criminalidade violenta indicam uma disseminação cultural do uso da força física para além dos “especialistas” nesse uso, que o fazem na intenção específica de ganhar dinheiro, como no caso dos empreendedores violentos.

Os altos índices de assassinatos de mulheres observados no Brasil, em especial no Espírito Santo, e mesmo em países como o México, não indicam uma concentração da capacidade de violência letal em poucos indivíduos. É justamente o contrário: uma disseminada prática de solução de conflitos com uso da violência física muitas vezes letal. O que se toma do argumento de Collins é que alguns indivíduos desenvolvem uma capacidade de interagir socialmente com outro indivíduo de maneira a alcançar um alto grau de efetividade na perpetração de uma violência física letal a esse indivíduo, em geral no contexto de relações econômicas e/ou organizacionais. Refiro-me aos assassinos das gangs, os pistoleiros e outros que se enquadrem nesse perfil.

O estudo realizado por Daniel Hirata sobre ilegalidades na cidade de São Paulo é um ótimo exemplo de empreendedorismo violento e comércio de mercadorias políticas. Tratando do transporte clandestino e das ligações perigosas entre agentes dos poderes públicos, policiais e traficantes disputando a possibilidade de extorquir os trabalhadores clandestinos do transporte público no contexto da formalização da clandestinidade, Hirata descreve:

No centro, a produção de uma demanda de transporte clandestino via a privatização da antiga empresa pública. De um lado a regularização da categoria junto a SPtrans por meio de acordos clientelísticos e a negociação da liberação das peruas apreendidas através da corrupção dos fiscais, de outro a proteção organizada pela associação de membros da câmara municipal com o tráfico de drogas. Nada disto se faz paralelamente aos poderes municipais, mas sim em convergência com este, no raio de ação delimitado por este (2010, p. 207).

Percebe-se algo semelhante na descrição que Volkov faz da função “parceria forçada” (*enforcement partnership*) na estrutura econômica da extorsão que se faz via gerenciamento dos recursos de violência em associação com o comércio de mercadorias políticas:

A “resolução de questões” também envolve obtenção de licenças, registros, permissões, e assim por diante, para as empresas clientes de autoridades estatais. Acordos informais, com as políticas estatais de tributação, são muito difíceis, o que exige fortes ligações com autoridades locais. Autoridades do Estado, tais como serviços de bombeiros ou de saneamento, também podem ser empregadas para pressionar os concorrentes ou devedores (2002, p. 50).²⁰

É possível constatar, no Brasil, as três grandes unidades de “agências de empreendedorismo violento” (*violent entrepreneurial agency*) que Volkov identifica: a) estatal e ilegal: unidades da polícia do Estado e forças de segurança agindo como empreendedores privados, em que poderíamos classificar as milícias e as organizações policiais de extorsão; b) privadas e legais: empresas de segurança privada

²⁰ “The “solving of questions” also involves obtaining licenses, registrations, permits, and so on for client enterprises from state authorities. Informal settlements with the state tax police are the most difficult task requiring strong connections with local authorities. State authorities, such as fire or sanitation services, can also be employed to put pressure on competitors or debtors.”

que crescem a cada dia no país e no mundo;²¹ c) privadas e ilegais: grupos criminosos em geral, sem nenhum vínculo com o Estado, que seriam as quadrilhas, os comandos, os traficantes ou, no caso descrito por Hirata em São Paulo, a própria organização criminosa PCC, que, de acordo com o estudo, participou da partilha da proteção do transporte clandestino.

É interessante observar ainda que Volkov se concentra na proteção ilegal de negócios legais. Embora essa seja uma variável importante dos casos que podem ser identificados no Brasil, não se pode ignorar a proteção de agências Estatais/ilegais que é oferecida a atividades informais, e mesmo ilegais, como o próprio tráfico de entorpecentes. Um exemplo muito claro desse caso é o famoso “arrego” descrito por Misse: “Nos mercados ilegais que transacionam drogas a varejo nas favelas, essa prática, conhecida como ‘arrego’, é a garantira de que não haverá invasão nem violência policial na área” (2008, p. 382).

Outro fato merecedor de destaque é a escassez de indivíduos com capacidade de uso da violência. A “proteção” oferecida por alguns grupos acaba, senão legítima, aceitável diante de certas condições, como a Rússia pós-soviética descrita por Volkov, em que os negócios que emergiam não contavam com a proteção do Estado. Este, mergulhado em processos de transição, pouco oferecia para garantir a ordem necessária para que o capitalismo, que dava seus primeiros passos, se desenvolvesse. Uma aceitação tácita da extorsão se interpõe no espaço temporariamente aberto pela crise do Estado como forma de substituição.

No Brasil, é interessante observar que, se existem os perpetradores diretos da violência, seja ela no contexto estatal/legal ou privado/ilegal, existem os clientes, aqueles cujos interesses são atendidos pelos perpetradores diretos da violência. E esses perpetradores diretos, ao contrário do que imagina o senso comum, são recursos escassos.

Voltando ao argumento de Collins, alguns indivíduos se tornam habilidosos em perpetrar a violência porque encontraram um modo de contornar a situação de tensão e medo em seu proveito prejudicando, naturalmente, seu oponente (2008, p. 20). Mais: a capacidade de perpetrar a violência está diretamente ligada à desigualdade

²¹ “O Brasil, atualmente, já tem contingente maior de segurança privada (considerando-se apenas o universo devidamente regularizado) do que de policiais [...]” (ZANETIC, 2010, p. 29)

de forças entre os oponentes. Havendo um ou um grupo mais forte, ou que se considera mais forte diante de uma situação de confrontação, maior é a chance de a violência ocorrer.

Lutadores (guerreiros?) são, na maioria das vezes, medrosos e incompetentes no exercício da violência; quando eles marcham uniformemente, tendem a ser particularmente incompetentes. É quando o forte ataca o fraco que, geralmente, a violência é bem sucedida (p. 40).²²

De fato, em uma empresa de violência, em uma organização criminosa, não são todos os que estão diretamente envolvidos com a violência direta. Com base nos estudos desenvolvidos e citados por Collins, é justo supor que parte significativa dos assassinatos no universo da violência que se dá no âmbito do empreendedorismo violento seja cometida pelas mesmas pessoas, ou seja, os que desenvolveram a capacidade de administrar suas emoções em uma situação de violência²³. Recentemente, veio à tona o caso do atirador de elite americano que teria abatido mais de 150 iraquianos, reafirmando os dados e as hipóteses resgatados por Collins: mesmo no exército, aqueles que efetivamente perpetraram a violência e matam são muito menos do que se imagina. Na guerra urbana também não são muitos os que alcançaram a capacidade de controle para puxar o gatilho. Essa competência - que se adquire, em muitos casos, por uma necessidade de sobrevivência após o cometimento do primeiro assassinato (MANSON, 2003, 2005, 2012) - torna-se um ativo por meio do qual é possível obter ganhos financeiros para si e/ou para patrões que jamais sujam as mãos de sangue.

²² “Fighters are mostly fearful and incompetent in their exercise of violence; when they are evenly matched, they tend to be particularly incompetent. It is when the strong attack the weak that most violence is successful.”

²³ Pensei em investir na comprovação dessa hipótese, mas a baixa taxa de esclarecimento de crimes violentos, assim como a pouca interação das bases de dados no âmbito do sistema de justiça criminal, impede de verificar tal hipótese com maior exatidão no caso do Brasil. Assim, a ideia fica como hipótese, deixando-se para outra oportunidade a busca de dados que a sustentem de forma objetiva, no caso do Brasil.

EMPREENDEDORISMO VIOLENTO X ACUMULAÇÃO SOCIAL

A acumulação social da violência no Espírito Santo deve muito à presença sempre constante do empreendedorismo violento. Uma hipótese para tal fato é que as margens do Estado (DAAS, POOLE, 2008) historicamente eram ainda maiores no Espírito Santo que em outras unidades da federação localizadas na região sudeste²⁴. Em relação a estados do norte, do nordeste e do centro-oeste, por exemplo, tem-se como uma das hipóteses para o aumento dos homicídios em alguns estados o aumento da notificação. Ora, as margens do Estado nessas áreas são ainda tão amplas que não se sabe, com certeza, quantos nascem e quantos morrem. Todavia, quando se observam os trabalhos de Barreira sobre a pistolagem no nordeste, o que se vê é exatamente a presença do empreendedorismo violento, do agenciamento da força física no espaço das margens do Estado para fins privados mais diversos, desde econômicos até morais (BARREIRA, 1998, 2008).

Em que pese um inegável aumento da violência homicida nos últimos anos no Espírito Santo, diversas fontes informam que, antes de 2003, mal funcionava uma Secretaria Estadual de Segurança. A se tomar pelos relatos de Ewerton Guimarães (1978) - que acompanhou de perto casos ligados a um grupo de extermínio no qual estaria envolvido o irmão do então governador Christiano Dias Lopes, primeiro biônico a governar o Espírito Santo - nos anos sessenta, a Secretaria de Segurança capixaba servia para descarte de corpos.

Henrique Geaquino Herkenoff, ex-Procurador Geral da República, ex-secretário estadual de segurança e, atualmente, advogado, alertou, em entrevista²⁵ que, antes de 2003, inquéritos policiais só eram iniciados mediante insistência da família ou da imprensa e que muitos dos assassinados - quando não desapareciam, como nos idos dos anos 60 - eram enterrados como indigentes. A afirmação do ex-procurador coaduna com o caso descrito por Fábio Alves Araújo (2014, p. 29), ocorrido em Vila Velha, em dezembro de 2003. Na ocasião, um jovem foi levado ao Departamento de Polícia Judiciária sob a acusação de porte ilegal de armas e, tendo desaparecido desde

²⁴ Desenvolvo melhor esse tema no capítulo posterior.

²⁵ Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2014, no escritório do entrevistado em Vitória.

então, foi informado à família que ele havia sido liberado da unidade policial. O corpo do rapaz, carbonizado, estava para ser enterrado como indigente, não fosse sua mãe insistir em um teste de DNA após reconhecer a arcada dentária de um dos cadáveres no IML. Curiosamente, os policiais e os funcionários do IML insistiram pela desistência da mãe do rapaz, alegando que aquele não era seu filho, a ponto de ela ter de fazer plantão na porta do órgão para impedir o enterro do corpo sem identificação. Finalmente realizado, o teste confirmou a suspeita da mãe. Era mesmo seu filho desaparecido. Como protesto, a mãe cortejou com o corpo em um caixão aberto pelas ruas de Vitória acusando policiais pelo crime. Pela descrição de Araújo, está bem claro que, se a mãe não atuasse de maneira a pressionar pela identificação do corpo fazendo até mesmo plantão na porta do IML, o jovem seria enterrado como indigente e nenhuma investigação teria sido feita. Apesar do empenho da mãe na identificação do corpo, até a conclusão desse trabalho, ninguém foi sequer indiciado pelo crime²⁶. É fato que, nos dias atuais, percebem-se significativas melhoras no sistema de justiça criminal do estado. Não se pode negar, no entanto, que os dados apresentados no início deste capítulo - sobre os estudos acerca da persecução penal no Espírito Santo - indicam que se está muito longe de uma efetiva prestação jurisdicional nos casos de homicídio, e, em especial, os que supostamente envolvem policiais.

Saber, com mínima segurança, quantos homicídios aconteciam no estado antes de 2003 era tarefa de extrema complexidade. Em entrevista, o governador do estado à época, Paulo Hartung Gomes, narrou-me que mal havia cadeiras para se sentar na Secretaria Estadual de Segurança, quando ele tomou posse. Hartung assumiu após a gravíssima crise institucional pela qual o Espírito Santo passou em 2002, quando a intervenção federal no estado chegou próxima de se

²⁶ Até hoje, esse crime não foi solucionado e os autores não foram identificados e nem condenados. Há uma sugestão de federalização do caso, por causa da suspeita de interferência da polícia local. “Crime de jovem supostamente executado por policiais também pode ser federalizado - Tiago Luiz Oliveira foi executado em 2003, depois de ser detido em Vila Velha; mais de dez anos após a morte, inquérito não foi concluído.” *Século Diário* de 21 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/18393/12/crime-de-jovem-supostamente-executado-por-policiais-tambem-pode-ser-federalizado-1>>.. Acesso em: 10 fev. 2015.

efetivar em função da ação criminosa e seu enraizamento nas instituições públicas e políticas. Hartung defende que, ao assumir, determinou que “não se escondessem os números” e, de fato, o sistema de contabilidade de homicídios do Espírito Santo sofreu significativa melhora após 2003.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2007, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública,

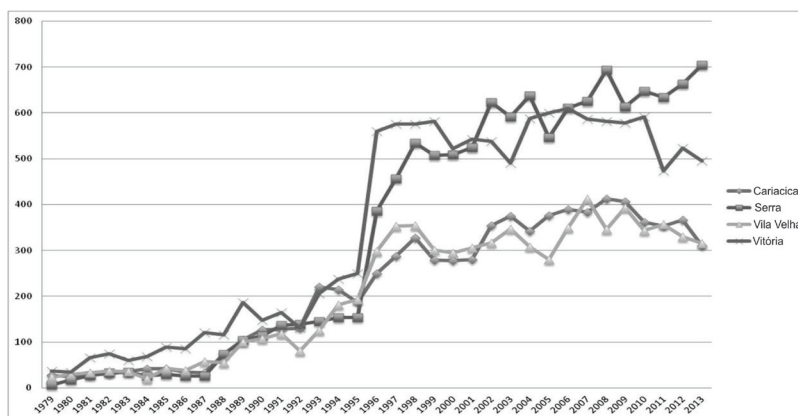
[...] a violência retratada pelas taxas de mortalidade por agressões apresenta um forte contraste regional, assumindo valores cinco vezes maiores nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo em relação a Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Sem negar a existência, de fato, de diferenciais estaduais expressivos de violência extrema, é preciso reconhecer que a qualidade e a cobertura dos registros de mortalidade pelos estados podem ser um componente importante para explicar tal amplitude (2007, p. 89).

Essa mesma publicação indica que o Espírito Santo, já em 2007, se enquadrava no grupo de “estados com elevado nível de violência e qualidade de registro de óbitos acima da média” (p. 89)²⁷. Essa informação coaduna com o discurso do governador de melhorar a qualidade das informações sobre a violência letal.

Dois gráficos ajudam a perceber claramente esse debate sobre a qualidade dos dados. O primeiro mostra como, depois da modificação do sistema de registro do SUS, em 1996, os homicídios dispararam vertiginosamente no município de Vitória e em outros da região metropolitana, mais afetados por esse tipo de ocorrência. Sem ignorar a possibilidade de que a quantidade de crimes tenha, de fato, aumentado, a variação, como se pode ver no gráfico, é de chamar a atenção.

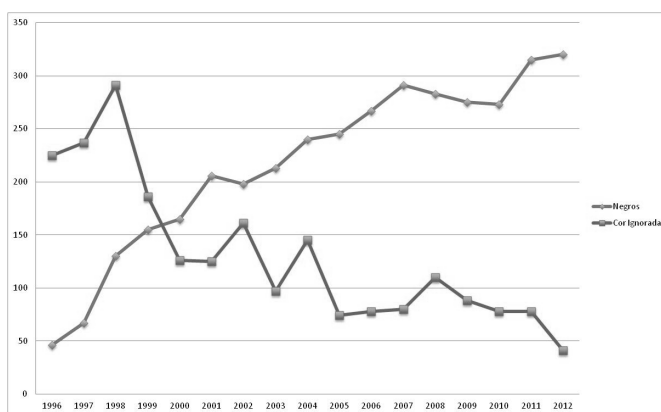
²⁷ Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – ano 2007. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 10 de jun. 2015

Gráfico 1: Evolução da frequência de homicídios dolosos
no Espírito Santo - 1979-2013²⁸



Outro gráfico que permite pôr em questão o aspecto da qualidade dos dados se refere aos homicídios por cor no município de Serra. Em 1997, as vítimas de homicídio com cor ignorada chegam a seu ponto máximo e, a partir daí, começam a decair, enquanto o número de mortos de cor negra começa a subir em proporção similar, sugerindo uma melhoria na qualidade dos dados.

Gráfico 2: Vítimas de homicídio doloso em Serra, ES
- negros e cor ignorada²⁹

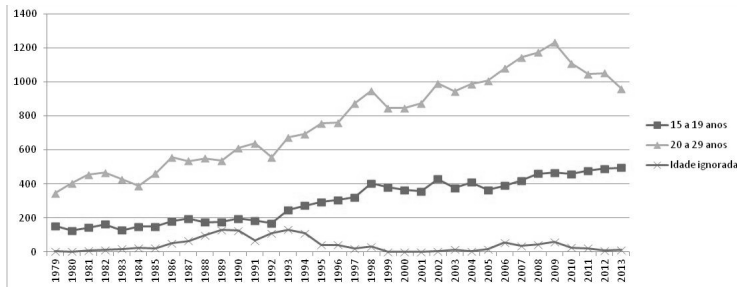


²⁸ Dados do DATASUS

²⁹ Dados do DATASUS

Quando observamos o quesito faixa etária, tomando dados de todo o estado, é possível observar, também, variações que se referem a momentos específicos.

Gráfico 3: Evolução dos homicídios no Espírito Santo por faixa etária – 1979-2013³⁰



Entre 1985 e 1990, aumenta o número de indivíduos com idade ignorada. A partir de 1996, ano das mudanças na forma de registro no Datasus, esse item diminui, chegando a zero em alguns casos para, entre 2006 e 2009, anos de aumento na taxa de homicídios, voltarem a aumentar. Entre 1992 e 1998, podemos ver uma nítida tendência de queda no número de vítimas de idade ignorada e aumento de vítimas com idade entre 20 e 29 anos. A partir desse ponto, o número de vítimas de idade ignorada se estabiliza, aumentando somente quando os homicídios em geral aumentam no estado. Não se pode fazer nenhuma afirmação conclusiva sobre esses dados pela ausência de uma pesquisa mais detalhada. A não identificação da idade do cadáver sugere ou que o corpo não oferecia condições de se realizar a perícia, ou que a perícia não era realizada.

Pode-se observar, ainda, que não há uma correlação direta entre aumento populacional e homicídios. Enquanto o crescimento populacional se dá em uma linha constante, as ocorrências de homicídios oscilam. Os gráficos abaixo mostram a realidade entre 1998 e 2005. Todavia, se forem observados dados populacionais x homicídios desde 1979, é esta a realidade que se vai constatar: uma linha constante de crescimento populacional e oscilações tanto das taxas

³⁰ Dados do DATASUS

quanto dos valores absolutos dos homicídios registrados no estado do Espírito Santo.

Gráfico 4: Taxa de homicídios no ES entre 1998 e 2005

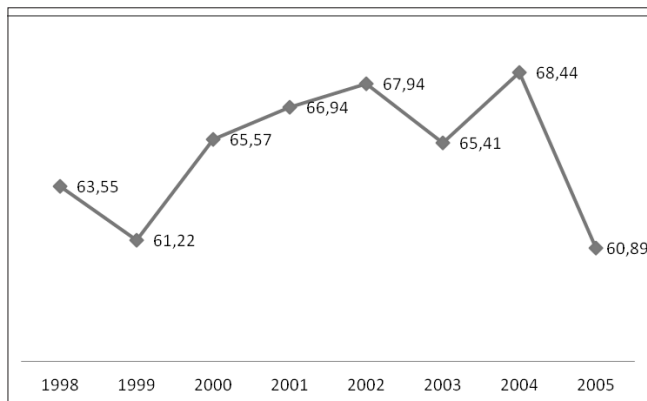
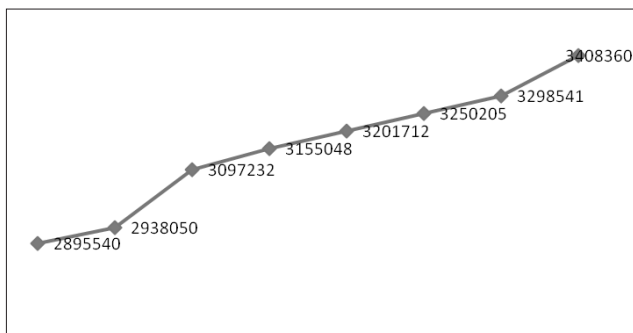


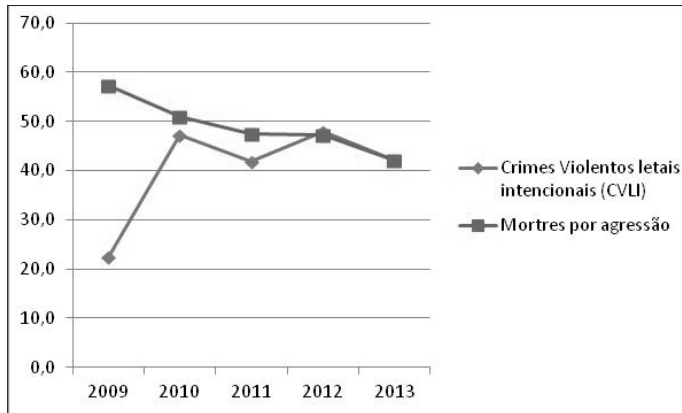
Gráfico 5: Evolução da população no Espírito Santo entre 1998 e 2005



É possível ver novamente um salto na melhoria da qualidade dos dados sobre homicídios no estado a partir de 2010, quando, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as informações de mortes por agressão e crimes violentos letais intencionais começam a coincidir. Em 2003, segundo o que se apurou neste trabalho, é que tem início a reestruturação dos órgãos administrativos de segurança pública. Seria ilusão crer que os resultados dessa estruturação viessem imediatamente. Com o passar dos anos, é notória a melhoria da qualidade dos dados repassados. E, em diversos casos, a

melhoria na estrutura de contabilidade dos homicídios coincide com a elevação nas taxas e mesmo nos valores absolutos.

Gráfico 6: Diferença entre mortes por agressão e crimes violentos letais intencionais³¹



O que se percebe no Espírito Santo a partir dos anos 80 são alguns saltos tanto nas taxas de homicídio como nos valores absolutos, coincidindo, em alguns casos, com situações em nível nacional, como a redemocratização, as mudanças no registro do SUS e, em nível local, com questões institucionais. As taxas alcançaram seu ponto máximo em 2009, quando entraram então na tendência de queda que se tem observado desde então. Contudo, independentemente dessa variação, as taxas vêm se mantendo extremamente altas já há muitos anos. E a queda tem sido lenta. Pelos dados de Zanotelli e outros (2011, p.76), as taxas de homicídio no Espírito Santo já partem do início da série histórica, cuja origem é a sistematização do registro de mortes pelo Ministério da Saúde em 1979, acima das médias nacionais, tendo um primeiro distanciamento para cima em 1988 e um mais intenso em 1998.

Os dados citados têm a intenção de mostrar a situação geral do estado em termos de homicídios, tomando-o como indicador principal em termos de violência e a dificuldade de lidar com esses dados como portadores de verdades absolutas pela “pseudossociologia” que se desenvolve considerando publicações e discussões de *rankings*. Po-

³¹ Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014 – Planilhas.

de-se inferir, entretanto, que a qualidade dos dados está diretamente ligada à estabilidade (ou não) institucional do governo local, às mudanças na forma de registro e contabilidade e aos modelos locais de governança. A linha de pensamento que sustenta este trabalho, considerando essas dificuldades, evita sustentar-se exclusiva e demasiadamente em dados estatísticos, justamente pela dificuldade em obtê-los em nível pleno de confiabilidade.

A violência tem sido um elemento extremamente presente no cotidiano capixaba já desde muitos anos, e a tendência mais significativa de aumento nas mortes tem início nos anos 80 e se expande até 2009, depois entra em queda. Independentemente de números e de sua confiabilidade, é fato que o estado vivenciou um incremento da violência letal a partir dos anos 80, que se somou a realidades pré-existentes no que se refere a todos os tipos de violência e criminalidade. E é esse fato o é objeto da análise, a partir da ótica da acumulação social da violência.

PLANO DE VOO

O que se propôs nesta introdução, além de explicitar os fundamentos gerais do trabalho, foi uma apresentação inicial da situação do Espírito Santo no que se refere à violência letal como indicador principal da violência no estado.

A sequência dos capítulos se inicia com o primeiro segmento discutindo como os homicídios emergem como problema público e a ressonância desse fato no Espírito Santo. Discute a hipótese de que essa emergência afeta de forma desigual o imaginário social, não alcançando plenamente a sociedade e os segmentos do sistema de justiça criminal, produzindo efeitos sobre ele. Em seguida, são discutidos os três aspectos da acumulação social da violência no estado que se mostraram relevantes para o trabalho, conforme descrito. No capítulo dois, o foco é a hipótese de que a incapacidade de garantir coerção pelas via do monopólio estatal da força física comprometeu a acumulação de capital no estado e vice-versa, gerando a necessidade de soluções específicas que envolviam agentes privados de manuseio e administração da força. No terceiro capítulo, são enfatizadas as transformações econômicas que produziram enormes transformações

urbanas e sociais sobre uma estrutura estatal local que herdara dos meados do século XX uma baixa capacidade de coerção e que não logrou ampliar essa capacidade, mesmo com os enormes investimentos aplicados no estado. Tal situação se resume ao paradoxo citado por Siqueira (2001), de industrialização x empobrecimento urbano, e seus efeitos sobre as estruturas pré-existentes. No quarto e último capítulo, há os resultados do esforço em identificar o papel das agências privadas de violência, com foco nos anos em torno do pedido de intervenção federal no estado em decorrência das ações do crime organizado.

CAPÍTULO 1

VÍTIMAS COMEÇAM A CHORAR ALTO: DA PENA AO PROBLEMA PÚBLICO DAS ALTAS TAXAS DE HOMICÍDIO

Meu amigo lança fora, alegremente, o jornal que está lendo e diz: - Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? Não! Os jornais é que falsificam a imagem do mundo. Veja por exemplo aqui: em um subúrbio, um sapateiro matou a mulher que o traía. Eu não afirmo que isso seja mentira. Mas acontece que o jornal escolhe os fatos que noticia. O jornal quer fatos que sejam notícias, que tenha conteúdo jornalístico. Vejamos a história desse crime Durante os três primeiros anos o casal viveu imensamente feliz..." Você sabia disso? [...]

A impressão que a gente tem, lendo os jornais - continuou meu amigo - é que "lar" é um local destinado principalmente, à prática de "uxoricídio". É dos bares, nem se fala. [...]

Porque os jornais noticiam tudo, tudo, menos, uma coisa tão banal de que ninguém se lembra: a vida...

[Rubem Braga]

MATAR É ERRADO?

O livro de Mark Cooney "Is Killing wrong?": a study in pure sociology" (2009) despertou-me a atenção desde quando o folhee pela primeira vez. A obra apresenta um estudo dos homicídios considerando um tipo de sociologia específica desenvolvida por Donald Black, denominada por ele de "sociologia pura"(BLACK, 1976, 2000).

Na parte introdutória, o autor discute os diversos contextos nos quais um indivíduo pode matar o outro. A interpretação do evento, fazendo jus ao título da obra, “É errado matar?”, pode variar.

Ainda que matar alguém seja tirar-lhe seu bem mais precioso e privar-lhe de seu direito mais fundamental, que é a vida, a tolerância em relação a esse ato pode, não raro, surpreender.

A hipótese que exploro neste segmento do trabalho é justamente uma provocação dos limites nos quais o assassinato se torna efetivamente um motivo de preocupação pública para a sociedade brasileira, diante de quadros concorrentes de indignação, pena e tolerância.

Uma experiência vivida contribui para iniciar essa discussão: durante estada em um município do interior de um estado do norte do Brasil, quando atuei como fiscal do programa “Alfabetização Solidária”, soube de um assassinato. O vereador presidente da Câmara Municipal me levava aos distantes locais para verificar como iam as atividades do projeto. Em um dos traslados, no automóvel, conversava com outra pessoa acerca das providências referentes ao crime. A principal consistia em determinar à polícia que capturasse o suspeito e o entregasse à família da vítima, que o sacrificaria conforme a alma do morto havia pedido por intermédio de um sacerdote local. Ainda jovem e inexperiente, e mesmo um tanto surpreso, tratei de compreender – de relativizar – a lógica antropológica do ritual ignorando as implicações legais do fato diante da conversa, que transcorria “naturalmente”, a despeito de minha presença.

Olhando mais distanciadamente no tempo e no espaço, parece-me que, naquela ocasião, matar era “errado” em alguns casos: no primeiro assassinato, o jovem cometeu o crime por motivos que não cheguei a ter conhecimento; no segundo, que teria realmente ocorrido, matar não era “errado”. A justificativa decorria de uma sensibilidade jurídica³² local que não necessariamente se submetia a um

³² Uso esse termo no sentido de Kant de Lima (2009, p.44) “Assim, como já salientei antes, misturam-se, oficial e legalmente, sensibilidades jurídicas de caráter muito diverso, o que colabora para tornar o sistema jurídico empírico, opaco aos próprios operadores, que não dispõem de orientações universais que devam prevalecer em todos os casos. As duas ideias de igualdade, uma associada à semelhança, outra à diferença, sustentam, de certa maneira, a possibilidade de um eterno uso da lógica do contraditório, em que a decisão nunca é das partes envolvidas, mas daqueles que detêm a autoridade, fundada em um saber apropriado ‘particularizadamente’, de origem mágica, que é a fonte de seu poder e da legitimidade de suas decisões.” e Geertz (1983, p.213.) “Law, I have been saying, somewhat against the pretensions encoded in woolsack rhetoric, is a local knowledge – vernacular caracteriza-

regramento jurídico nacional, fato que não parecia incomodá-los. As instituições locais se mostravam adaptadas àquela sensibilidade jurídica e comprometiam-se mais com ela do que com os códigos nacionais. Situações como aquela não deveriam ser incomuns, considerando-se que a própria polícia agiu muito naturalmente de acordo com a sensibilidade jurídica local, não obstante serem servidores públicos sujeitos a códigos e a um poder central.

Ainda que sensibilidades jurídicas variem dentro do amplo território nacional, o código penal em vigor pressupõe que matar alguém é cometer homicídio. Ainda que haja diferença entre “matar” e não provocar uma ruptura com a moralidade da sensibilidade jurídica predominante e entre “matar” e cometer assassinato (ruptura), o modelo penal que se impõe com maior ou menor sucesso no território nacional sobre essa questão busca não deixar ambiguidades entre esses quadros. Um homicídio é um crime e, como tal, é socialmente construído (BROOKMAN, 2005, p. 5). E um crime não pode existir sem que existam leis que “criminalizem” esse evento. A própria Constituição Federal brasileira define, em seu Artigo 5º, parágrafo XXXIX, que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. A legislação brasileira apresenta várias opções de “criminalização” para o “matar alguém”, ainda que algumas delas pressuponham uma inimizabilidade.

Como se pode observar no Código Penal, existem opções para a conduta homicida “criminalizada”. São oferecidos caminhos diversos para o enquadramento do evento “assassinato” (criminação) e para o prosseguimento lógico do processo: a “incriminação” de alguém pelo crime cometido. No entanto, existem algumas questões acerca desse processo:

- há casos em que o evento sequer chega ao conhecimento dos órgãos policiais. Em certas regiões do interior do Brasil, é possível e provável que a violência letal esteja além dos dados disponíveis pelo simples fato de que as mortes não chegam aos órgãos oficiais. Certos locais nos rincões do Brasil não contam, até hoje, com sistema de saúde, registros cartoriais etc. A tendência é de que a subnotificação decorrente desse fator diminua cada vez mais, à medida que essas regiões

tions of what happens connected to vernacular imaginings of what can. It is this complex of characterizations and imaginings, stories about events cast in imagery about principles, that I have been calling a legal sensibility”.

vão sendo dotadas dos instrumentos institucionais de registro e controle policial e de saúde;

- a prova maior permitindo que o “matar alguém” se transforme efetivamente em um evento “criminado” é o corpo e as evidências que ele traz. Uma tática amplamente utilizada pelos que matam é desaparecer com o corpo. Teoricamente, quando não há corpo, não há crime. No entanto, ocorrem exceções, como o caso “Eliza Samúdio”: mesmo sem o corpo³³, todo o processo se desenvolveu mediante evidências indiretas. Esse caso constituiu-se como exceção por causa da projeção midiática que alcançou, uma vez que um dos envolvidos era um jogador de futebol de um clube bastante popular;
- mortes perpetradas por agentes da lei são mais factíveis de serem encobertas ou passarem impunes, seja pelas facilidades de intervir no prosseguimento da investigação pela via da rede interna de contatos corporativos, seja pela própria possibilidade de impedir que a presença do corpo resulte em qualquer persecução penal.

Quanto ao primeiro aspecto levantado, em virtude de uma questão mais administrativa do que criminal ou sociológica, a própria expansão dos serviços e do controle do estado reduzirá, gradativamente, a subnotificação das mortes. O aumento dos óbitos por causas externas na região Nordeste, por exemplo,

[...] acompanhou um processo realizado pelo Ministério da Saúde, que aprimorou a qualidade dos registros de óbitos. Portanto, o crescimento do número de homicídios na região Nordeste pode ser explicado, ainda que parcialmente, pela melhoria na qualidade do registro da informação (BRASIL, 2012, p. 37).

Quanto ao segundo aspecto destacado, a situação se torna mais complexa. Eliminar com o corpo é a forma por excelência de se tentar evitar qualquer possibilidade de punição. Assim, não é incomum que os indivíduos ou os grupos que praticam assassinatos também incorporem técnicas para desaparecerem com os corpos. O termo “micro-ondas”, que designa uma fogueira de pneus para queimar corpos de vítimas de assassinato, tornou-se amplamente conhecido depois da morte do jornalista Tim Lopes por traficantes da Vila Cruzeiro,

³³ Até o momento em que escrevo estas linhas, o corpo de Eliza Samúdio não foi encontrado. Apesar disso, os suspeitos do assassinato foram julgados e, hoje, cumprem pena.

no Rio de Janeiro, em 2002³⁴. A exibição em nível nacional do filme “Tropa de Elite II”³⁵ contribuiu, juntamente com a morte do jornalista, para tornar conhecido esse que é um dos recursos mobilizados pelos assassinos para eliminar corpos. A película apresenta uma cena em que um miliciano do Rio de Janeiro espalha os restos mortais de dois jornalistas executados e queimados, a exemplo de Tim Lopes. No Espírito Santo, tornou-se conhecida a história do matador Manoel Corrêa da Silva Filho à época da Missão Especial de combate ao crime organizado em 2002. Seu costume (segundo seus próprios depoimentos) era levar as vítimas para um aterro sanitário ou um lixão nos arredores de Vitória, executá-las e, após a cremação por meio dos pneus, passar com a pá mecânica por cima dos restos misturando-os com o lixo do local para evitar qualquer resquício do “trabalho” realizado (SOARES *et al.*, 2009, p.126). Também existem histórias de corpos desaparecidos na baía de Vitória, em áreas de mangue e em covas rasas e restingas.

A técnica do desaparecimento já era usada nos anos 60 por policiais civis do Espírito Santo (GUIMARÃES, 1978) e, durante a ditadura militar, foi amplamente utilizada pelos setores do regime encarregados de combater a “subversão política”. Os diversos depoimentos do ex-delegado Cláudio Guerra, que se revestiram de credibilidade devido ao detalhamento e à coerência das informações prestadas, contribuíram sobremaneira para compreender esse modo de operação dos militares no período (NETTO, MEDEIROS, 2012). Fábio Alves Araújo (2014) apresenta diversos casos de desaparecimento, de encontro de ossadas e corpos no Rio de Janeiro, identificados e estudados em suas pesquisas. Essa tática é eficaz, em especial quando a “vítima não chora”, ou seja, no linguajar de ex-policiais entrevistados para este trabalho, trata-se da não reclamação do corpo pela família, não obstante o crime ter sido praticado por traficantes, criminosos diversos e/ou policiais. Em geral, esse quadro se dá quando a vítima se encontra em um contexto de sujeição criminal, ou a família corre riscos ao apontar os responsáveis. Por outro lado,

³⁴ Tim Lopes é torturado e assassinado por traficantes na Vila Cruzeiro (Leia mais sobre esse assunto em <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/tim-lopes-torturado-as-sassinado-por-trafficantes-na-vila-cruzeiro-8903694>)

³⁵ PADILHA, José. *Tropa de elite 2*. Rio de Janeiro, RJ, Zazen Produções/Globo Filmes e Feijão Filmes, 2010.

quando há o “choro”, podem ocorrer complicações, como no caso recente do auxiliar de pedreiro Amarildo, desaparecido na Rocinha, no do jornalista Tim Lopes e no caso descrito por Araújo, ocorrido em Vila Velha em 2003.³⁶

Se, mesmo com o corpo, a investigação policial dos crimes de homicídio, como assinalado em outros segmentos deste trabalho, não é muito eficaz nem em nível nacional (menos ainda em nível estadual³⁷), a ausência do corpo dificulta ainda mais o trabalho investigativo. No entanto, como destacado no terceiro aspecto, quando são os próprios policiais os assassinos, mesmo a presença do corpo não garante qualquer avanço no processo de “incriminação”. Conhecedores dos procedimentos investigativos, os policiais garantem sua própria impunidade amparados pela legislação vigente no que tange aos autos de resistência, que, por quase ausência de investigação, são facilmente manipuláveis pelos agentes do Estado, como mostra o estudo de Misse *et al.*, no Rio de Janeiro (2013), e Zaccone (2015). Depoimentos prestados por um policial e ex-policiais militares para este estudo indicam um entendimento entre os plantões, a distribuição das viaturas e as rondas. Assim, produzem-se novas formas de ocultar-se o evento, impedindo um ciclo completo que resulte na condenação do responsável pelo evento claramente “criminalizado” na legislação brasileira. As rondas são direcionadas para as próprias áreas onde se pretendem cometer os crimes. Então, durante a própria ronda, o homicídio é praticado, retornando seu autor para a viatura e sendo, então, o primeiro a chegar e notificar o fato. Fica, assim, completamente inviabilizada qualquer possibilidade de in-

³⁶ Governo do ES afasta 34 policiais após morte de jovem preso <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u90298.shtml>. Essa notícia é de 2004. Muito pouco tem se falado sobre o destino dos acusados.

³⁷ Jornal A Gazeta de 24 de abril de 2015 destaca como manchete da sessão “Cidades” – “Laudos sem conclusão a quase dez anos”. De acordo com a reportagem, a explicação para tal fato é a pequena quantidade de peritos. Um trecho da matéria ilustra o fato “Em todo o estado, 150 peritos estão divididos na sede, em Vitória, e em seis plantões no interior. “Além do reduzido número de peritos, há uma defasagem muito grande na estrutura física, de forma especial, nas áreas de engenharia e tecnologia de informações. Não temos equipamentos, nem software necessários para algumas respostas”, apontou o presidente da AEPC [Associação Espírito-Santense de Peritos em Criminalística], Danilo Ribeiro.” Ainda na reportagem, o Doutor em Direito Penal, Prof. Thiago Fabres destaca que nessas condições, o sistema penal se torna refém do flagrante delito. A versão on line da matéria pode ser acessada em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/04/mais-de-11-mil-laudos-periciais-estao-sem-conclusao-no-es.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

investigação. Não se pode ignorar, ainda, o corporativismo, no Espírito Santo ou no Rio de Janeiro, entre os atores policiais e o próprio sistema judicial, conforme descrito por Zaccone (2015). E não se pode descartar até mesmo a divisão de lucros quando a morte gera algum retorno financeiro, como um armamento de valor apropriado irregularmente, que poderá ser vendido no mercado ilícito, situação que não é incomum, como relata o ex-policial Rodrigo Nogueira (2013)³⁸. O fato, relatado pelo ex-secretário de segurança do Espírito Santo Henrique Herkenhoff, de que, antes de 2003, raramente iniciavam-se investigações de homicídio, também ilustra como o processo de “incriminação” de um evento de homicídio nesse período encontrava sérios obstáculos. Porque qualquer investigação de homicídio estava condicionada à demanda da família ou de algum segmento social, o responsável pelo crime, quando policial, rapidamente providenciava que a vítima fosse enterrada como indigente diante do não aparecimento imediato de qualquer “choro”. Esse padrão é bem evidenciado pelo caso do jovem de Vila Velha cuja mãe desfilou com o corpo carbonizado em caixão aberto pelas ruas da capital capixaba espalhando o cheiro da morte, conforme descrito por Araújo (2014).

Se a “incriminação” antecipada antes mesmo do evento “criminado” desloca o foco do evento para o sujeito, identificando-o com o crime em geral, percebe-se, em casos dessa natureza, uma inversão: um evento “criminalizado”, como é o homicídio, cujo curso de ação racional legal, deveria, pela lógica, desencadear uma “incriminação”, não se completa porque não se tem a quem “incriminar”. Dessa maneira, anula-se a percepção de que tenha ocorrido um “crime” e, naturalmente, um “criminoso”. Corpos “matados” que surgem sem que ninguém os tenha “matado” se tornam números residuais, como mostra Araújo quando relata o episódio da exoneração da antropóloga Ana Paula Miranda do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2008. Após a saída de Ana Paula, os índices de homicídios diminuíram, e a própria ex-presidente denunciou que o Estado

³⁸ O ex-policial relata uma operação em que os policiais prepararam uma armadilha para traficantes que vinham em fuga e dispararam, matando todos os ocupantes do veículo. As armas que estavam com os criminosos foram retidas pelos PMs e substituídas por outras de valor insignificante para a apresentação quando da prestação de contas da ocorrência. O personagem-autor relata, então, sua parte na operação, um fuzil AK47 Kalishnikov, vendido aos milicianos por R\$ 40.000,00. (2013, p.363-365/394).

do Rio de Janeiro havia deixado de contabilizar autos de resistência, encontro de ossadas, corpos carbonizados e cadáveres como homicídios dolosos. Só o número de pessoas desaparecidas no estado do Rio pulou de 3.620 em 2000 para 6.004 em 2013 (ARAÚJO, 2014, p.54).

Esse tipo de inversão é possível por causa da própria sujeição criminal, quando o indivíduo identificado com o crime “merece” morrer não pelo que, eventualmente, ele tenha feito, mas pelo que é. Nessa direção, a legitimidade de uma investigação – ou uma consideração que seja para com a vítima – dependerá do seguinte: quem é a vítima?

Um segmento do trabalho de Mello Netto (2014) apresenta uma tentativa de desqualificação da vítima na expectativa de gerar indiferença com relação ao evento. Sua análise da investigação policial sobre a morte do motorista da TV Tupi Edgar Farias de Oliveira, cujos suspeitos eram policiais ligados a grupos de extermínio atuantes no Rio de Janeiro dos anos 50, permite concluir que, se a vítima fosse relacionada ao crime, a investigação do caso se tornaria inócua. Porque Edgar, ao que tudo indica, enquadrava-se na categoria “trabalhador”, “pai de família” e “cidadão de bem”, a análise do autor aponta que o processo se deu de maneira mais complexa. Apesar da distância no tempo, outros exemplos evocados indicam a permanência desse padrão. De acordo com Mello Neto,

Não cabe ao pesquisador julgar se o inquérito foi propositalmente (sic) orientado para inocentar os suspeitos, pois não possui elementos para tanto. Tenha ou não sido, a condução dada ao inquérito teve esse efeito. Enquanto os depoimentos das testemunhas acusam os policiais como principais suspeitos, todos os procedimentos da polícia acabam por refutá-los. Contudo, a investigação não se engaja na busca de outros elementos probatórios que reforcem a hipótese em contrário, de que os “malandros”, respondendo aos tiros dos policiais, foram os autores da morte de Edgar. Tampouco prossegue na busca de novos suspeitos. O inquérito apenas absolve os suspeitos, sem formar a culpa de ninguém (p. 132).

A epígrafe do trabalho de dissertação de mestrado do autor, uma charge de Henfil, resume bem o pensamento.

Figura 2: Charge “Orelhão”, de Henfil



Fonte: Mello Neto (2014)

Durante certo tempo e por diversos motivos, a desqualificação da vítima funcionou como um tipo de “amortecedor” da indignação popular. Nos dias atuais, há uma pressão cada vez maior na direção de um combate efetivo ao crime de homicídio e de identificação e punição dos responsáveis. Uma parte do depoimento de um delegado de polícia entrevistado para fins de outra pesquisa que realizei ajuda a compreender como essa “novidade” foi recebida pelos atores do sistema de justiça criminal:

Até alguns anos atrás, não era muito levada em consideração a questão do homicídio no estado do Espírito Santo. Preocupava-se somente mesmo, praticamente, com os crimes contra o patrimônio. Porém, com a interferência positiva dos órgãos internacionais, os governos federal, estadual e até o municipal passaram a ter uma obrigação de fazer um acompanhamento mais de perto da questão do índice de homicídios, da questão de como estava sendo resolvido, e isso levou a se verificar através de estatística dos vetores de como andam as apurações.³⁹

³⁹ A entrevista foi concedida dia 14-03-2014, sob a condição de anonimato. A gravação e a transcrição estão disponíveis para fins de verificação.

Essa pressão internacional relatada pelo delegado, que resultou em uma pressão local, gerou, como ele mesmo relata, uma demanda por políticas públicas que reduzissem o número de homicídios e, obviamente, são perspectivas para essa redução a identificação e a punição dos indivíduos. Passa-se, então, de uma dinâmica em que somente algumas mortes justificariam uma investigação, como já discutido neste e no capítulo anterior, para uma situação em que todas as mortes devem ser investigadas e deve haver um esforço geral para reduzi-las. Vê-se um contexto em que uma morte acidental, causada por um agente do Estado, pode ser resolvida transformando-se a vítima em criminoso e tornando a investigação de sua morte desnecessária: “morreu porque tinha de morrer”; devido a seu suposto (ou inventado) envolvimento com o crime; por resistência à atuação policial (real ou inventada); por causa da própria sujeição criminal para uma situação de igualdade formal, que exige tratamento igualitário para todos os indivíduos.

A análise do processo de persecução penal permite supor, com razoável segurança, que uma parcela dos atores do sistema de justiça criminal, mesmo que sem qualquer envolvimento com mortes criminosas, reluta em perceber algumas mortes como moralmente condenáveis.

Na busca de um culpado para um homicídio, ainda que a vítima pela ascensão recente de uma igualdade formal, burocrática, deixe sua situação de vítima de sua própria sujeição criminal para se tornar merecedora da prestação jurisdicional do Estado, é a sujeição criminal que orienta o procedimento investigatório, judicial. Se, antes, não havia a preocupação de encontrar um culpado para uma morte desimportante, agora, quando as exigências formais de uma democracia põem essa questão como um problema público, procura-se o culpado onde sempre se pode encontrá-lo. E, não raro, constrói-se uma ambiência moral e jurídica na qual a vítima é a culpada por seu próprio assassinato.

No caso do motorista Edgar Farias, retratado por Mello Neto, a tentativa de desqualificar a vítima e torná-la culpada pela própria morte não foi bem sucedida, pois, de fato, tratava-se de um “trabalhador”. Importava, então, encontrar um culpado que isentasse o sistema de falha e responsabilidade (*accountability*). Assim, Cidinho, “perigoso” marginal com passagem pela polícia por porte de armas e vadiagem, preenchia os requisitos.

Misse destaca a elevada frequência dos “autos de resistência” nos anos 90. Esses homicídios, classificados separadamente, porque se enquadram em exclusão de ilicitude (entre 2001 e 2011, foram justificativas para a morte de mais de dez mil pessoas), acabam por ocultar situações como o uso exacerbado da força, as execuções ou os homicídios comuns (2013, p. 16).

Ou seja, pela sujeição criminal, o indivíduo se torna “matável”. Por um lado, se a “vítima não chora”, não há por que correr atrás; por outro, atribui-se, então, uma forma jurídica que amplia para além da ação do policial essa ação de extermínio, como mostram os apontamentos históricos de Mello Neto (e de outros), envolvendo toda uma cadeia de atores que dá forma jurídica à política de extermínio desses inimigos.

Dos anos 50 até os dias atuais, percebe-se ainda o mesmo padrão - mais sofisticado, sem dúvida - de dar forma jurídica aceitável à política de extermínio dos indesejáveis e proteger os atores desse processo quando da ocorrência de algum “efeito colateral”. Ou seja, a morte accidental de um “trabalhador”.

Não se pode ignorar que, sob a alegação de que o faz em nome da sociedade, a pessoa que passa ao degrau seguinte usa, não raro, seu poder discricionário de uso da força para finalidades econômicas no comércio de mercadorias políticas, ou seja, por meio de formas diversas de empreendedorismo violento.

No entanto, também nesses casos, o que se percebe da parte do judiciário, são esforços – quase acrobáticos – para tornar legal essa prática que, como apontado por Misse, é responsável por mais de dez mil mortes em uma década no Rio de Janeiro. Não se ignora que exista confronto entre criminosos. O fato é que, da forma como as investigações sobre os “autos de resistência” são levadas a termo, é extremamente complexo assumir como confiável que todos os dez mil mortos contabilizados nessa rubrica morreram, de fato, em confronto.

Misse e demais afirmam que a maior parte dos inquéritos de homicídios provenientes de autos de resistência acaba em um pedido de arquivamento realizado por um promotor e geralmente é aceito por um juiz. Raramente um juiz rejeita o pedido de arquivamento, solicitando melhor detalhamento do fato. Tal realidade corrobora sem questionamento com a versão policial, cristalizando-a como uma “verdade jurídica” (MISSE *et al.*, 2013, p. 107). Todavia,

seja em obras cinematográficas inspiradas na realidade social, como “Tropa de Elite”, seja em livros-depoimento (“Como nascem os monstros”, de Rodrigo Nogueira, publicado em 2013), o que vemos são inúmeros assassinatos cometidos e ofuscados sob estratégias que os transformam em autos de resistência, embora tenham sido perpetrados por razões econômicas. Pelos próprios depoimentos colhidos para a realização deste trabalho, fica evidente que, no mínimo, uma parcela dos homicídios cometidos por policiais classificados como “autos de resistência” refere-se, de fato, a crimes em que não é cabível a exclusão de ilicitude.

O delegado e pesquisador Orlando Zaccone (2015) levanta a hipótese grave de que tal realidade, quando considerada somente sob o prisma de uma polícia violenta e despreparada, “[...] acaba por ocultar a participação ativa de outras agências executivas do sistema penal na legitimação desses homicídios [...]” (p. 23). Em resumo, afirma o autor, a polícia mata, mas não mata sozinha. É similar ao que defende Misse *et al.* (2013, p.169):

O elevado número de vítimas de “autos de resistência” no Rio de Janeiro indica que a ação policial letal é parte de uma política pública de enfrentamento à criminalidade. Isso se evidencia no apoio declarado por lideranças do governo do estado a operações policiais resultantes em mortes, bem como no investimento acentuado em armamento de alto poder destrutivo para policiamento ostensivo

É interessante notar algumas observações que Zaccone faz sobre os argumentos utilizados pelos operadores do sistema de justiça criminal para solicitar o arquivamento dos atos de resistência dos 300 processos analisados pelo autor no Rio de Janeiro. Em geral, o estudo torna possível perceber que a percepção da morte dos indivíduos vitimados no confronto com policiais é considerada de menor importância e sem valor moral que a faça merecer que se invista mais em seu esclarecimento. Malabarismos argumentativos são invocados para sugerir o arquivamento de casos que, dentro de uma mínima lógica, exigiriam, no mínimo, explicações mais detalhadas.

Sustentado em uma perspectiva *foucaultiana* e na argumentação de Agamben em duas obras principais, “*Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*” (2002) e “*Estado de exceção*” (2004), Zaccone

entende que esse contexto de cumplicidade entre os atores do sistema criminal se deve a um constante “estado de exceção”, que justifica uma “razão de Estado”. Este, diante de um inimigo cruel, o traficante, precisa agir para proteger o “rebanho”. Precisa combatê-lo a qualquer custo, ainda que o preço sejam as liberdades e garantias constitucionais, democráticas; ainda que, eventualmente, efeitos colaterais dessa “guerra” atinjam inocentes e a culpa recaia não no Estado que combate, mas no inimigo que resiste.

Esse “estado de exceção” tem sua expressão mais significativa na metáfora da guerra às drogas, pertinente no Brasil e nos EUA. Esse argumento subsiste como justificativa para a tolerância cúmplice daquilo que é praticado pelo policial em campo. Não há empenho em saber se essas ações sequer teriam o objetivo do enfrentamento e da “limpeza”, havendo, portanto, reforço das ações criminosas. Os pedidos de arquivamento, segundo Zaccone, seguem modelos como se fossem produzidos em linha de produção, revelando a percepção de uma quase normalidade.

Alguns modelos de pedido de arquivamento, seguindo essa linha, são utilizados pelos promotores de justiça aproximando essas peças jurídicas a (sic) uma receita, na qual os arquivamentos são requeridos com fundamento no princípio da autoridade da lei, invertendo o juízo de adequação, que passa não da análise dos fatos para o enquadramento legal, mas sim do enquadramento legal para os fatos. Cria-se assim uma zona de indeterminação entre o direito e o fato, aproximando-nos de um estado de exceção em que o direito vira fato e o fato vira direito na construção presumida da legítima defesa (2015, p. 147).

O autor relata que o tratamento dado a esse tipo de ação penal é tão descuidado que, entre os processos estudados, surgem fatos inusitados: “[...] o morto requer, pela defensoria Pública, o desarquivamento dos autos para a juntada de seu exame cadavérico ao processo já extinto, em 09/08/2004.” (2015, p.150). Outro caso que se destaca entre os vários analisados por Zaccone é o que consta em dois pareceres da Assessoria Criminal da Procuradoria Geral de Justiça do estado do Rio de Janeiro, órgão máximo do Ministério Público, que cito parcialmente considerando a transcrição do autor dos autos:

O fato de ter sido o meliante obituado atingido por projétil com orifício de entrada pelas costas, por si só, não indica que a conduta defensiva do agente da lei tenha se desviado dos limites estreitos da causa justificantes [...] (p. 197).

Em primeiro lugar com a *data venia*, a existência de entrada de projétil de arma de fogo nas costas do cadáver da vítima, por si só, desacompanhada de outros elementos probantes, não obriga a concluir pela inocorrência da situação de defesa por parte dos policiais (p. 197).

É importante ressaltar que esses trechos são extraídos de pareceres de órgãos acusatórios solicitando arquivamentos (fim da demanda punitiva legítima do Estado). Ou seja, órgãos encarregados pelo estado da persecução, da acusação realizam malabarismos semânticos evocando situações imaginárias em que um tiro pelas costas, ou à queima-roupa, não é, necessariamente, um assassinato, podendo tratar-se de legítima defesa. Não se ignora, de antemão, tal possibilidade, embora seja pouco plausível. Entretanto, não se pode saber sobre o fato com mais segurança, haja vista que não se investiu na investigação de acordo com as informações citadas pelo autor.

Percebe-se que, sob a égide da “guerra às drogas”, a identificação com o traficante de drogas ou o assaltante armado é elemento significativo para autorizar a ação letal praticada pelos policiais, construindo-a como legítima defesa. Basta, para isso, a anexação da ficha de antecedentes da vítima, com qualquer passagem que seja. (ZACCONE, 2015, p. 163).

O discurso policial é reproduzido pelo promotor de justiça criminal, que, além de não realizar análise da ação letal praticada por policiais, acaba reforçando os argumentos colhidos no inquérito para a definição do inimigo (p.172).

Eventualmente, um fato específico acaba trazido à mídia por alguma coincidência: alguém filma um evento, como o caso do auxiliar de pedreiro Amarildo⁴⁰, ou o da mulher que, já morta dentro de uma viatura da mesma Polícia Militar carioca, é arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro quando a porta do automóvel se abre, mas o motorista não percebe.⁴¹

⁴⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/nao-vou-cansar-de-lutar-diz-viuvade-amarildo-2-anos-apos-pedreiro-sumir.html>. Acesso em 16/07/2015. Existe uma ampla cobertura sobre o caso.

⁴¹ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/viatura-da-pm-arrasta-mulher-por-rua-da-zo->

Não se pretendeu, neste trabalho, investir na questão dos “autos de resistência” no Espírito Santo. O objetivo dessa discussão é mostrar que a emergência do homicídio como problema público não é uma voz uníssona. Certos padrões de interpretação a respeito do diferente valor da vida humana de acordo com categorias sociais, étnicas ou econômicas, por exemplo, continuam prevalecendo. No Espírito Santo, a realidade não é muito diferente da do Rio de Janeiro, embora não se tenha, ainda, um estudo aprofundado sobre as mortes perpetradas por policiais capixabas. No entanto, é possível identificar - em depoimentos colhidos diretamente de atores do sistema de justiça penal do Espírito Santo em outros capítulos desta tese - afirmações com teor similar. Em segmentos posteriores, serão apresentadas algumas questões sobre as mortes perpetradas por agentes do estado quando se discutir o papel das instituições policiais na acumulação social da violência no Espírito Santo. Quanto aos “autos de resistência” propriamente ditos, eles se mostram baixos no Espírito Santo ao longo de muito tempo, dado incompatível com o que se apurou em nível de pesquisa empírica. É possível reconhecer, entretanto, que em anos recentes houve mudanças significativas no funcionamento da Polícia Militar do Espírito Santo, conquanto ainda se mantenham algumas características questionáveis na formação dos soldados (Ver HEHR GARCIA, 2013).

Por meio de pesquisas realizadas, constata-se que não existem motivos para acreditar-se que, em décadas anteriores (80, 90), não houve um significativo número de mortes perpetradas por policiais. Nesse período, o que se supõe é que sequer havia a preocupação em dar qualquer forma jurídica aos assassinatos cometidos por policiais. Em face de razões já expostas, isso decorre da forte certeza da impunidade no Estado, em especial em tempo anterior à data que consideramos o início da reorganização institucional do Espírito Santo, 2003, principalmente na área de segurança pública. A extensa rede de proteção entre atores do judiciário - político e policiais - cujo melhor exemplo é a divisão capixaba da *Scuderie le Cocq*, é um ótimo exemplo de como funcionava a cobertura jurídica desse tipo de as-

na-norte-do-rio-veja-video-11896179.html. Acesso em 16/07/2014. Nesse caso, as investigações indicam que a mulher foi morta acidentalmente, mas, a se considerarem os relatos de Nogueira (2013) e de outros depoimentos, é de praxe tirar a pessoa, mesmo já morta, da cena do crime e levá-la para algum hospital, visando comprometer uma perícia mais detalhada.

sassinato no Espírito Santo. Isso nos casos em que eles se tornavam, de alguma maneira, conhecidos e, inevitavelmente, objeto de ação judicial. Ou seja, quando os “defuntos choravam”.

FINALMENTE, A INDIGNAÇÃO

Com todas as ressalvas que se possa fazer, é fato que os homicídios – de todos os tipos – emergiram nos últimos anos como um problema social. Passaram a gerar indignação social e constrangimento aos gestores públicos e representantes políticos. Hoje, não é orgulho para nenhuma cidade ou estado do Brasil ocupar o topo dos rankings de homicídios do país. Nesse item, o Espírito Santo amargou segundos e terceiros lugares nacionais por décadas, com algumas de suas cidades disputando colocações bem elevadas em nível mundial, ainda que o homicídio tenha se tornado uma preocupação (em muitos casos, uma preocupação meramente formal, burocrática, política e quantitativa). A burocracia governamental, então, se rendeu aos ditames de uma opinião pública que se levantava e se manifestava contra o “fantasma da violência”. No Espírito Santo, os últimos anos têm sido marcados por diversas iniciativas que com maior ou menor sucesso, se esforçam em tirar o estado do topo dos rankings de mortes violentas. Se por um lado o governo comemora a queda nas taxas de homicídio e atribui esse resultado às políticas públicas⁴², por outro, os “Mapas da Violência” mais recentes apontam para uma redução das mortes no geral, mas um aumento nas mortes por arma de fogo; de jovens; de jovens negros e de mulheres negras. Só para ficar em alguns exemplos, o número de jovens mortos no Espírito Santo em 2012 foi cinco vezes maior do que de não jovens, e entre 2003 e 2012, o número de brancos assassinados caiu de 15,3 por 100 mil habitantes para 9,5, enquanto de negros aumentou de 37,2 em 2003 para 53,6 em 2012.⁴³ O Boletim de Informações Criminais do Insti-

⁴² “Espírito Santo tem sexta queda seguida no número de homicídios” http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/12/cbn_vitoria/reportagens/3916729-espirito-santo-tem-sexta-queda-seguida-no-numero-de-homicidios.html .

⁴³ Os dados desses Mapas se referem até 2012. Conferir “Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo” – Brasília, 2015 e “Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil” – Rio de Janeiro, 2014; ambos editados por Júlio Jacobo Waiselfisz e disponíveis em www.mapadaviolencia.org.br.

tuto Jones dos Santos Neves, do próprio governo estadual capixaba, informa que, na comparação entre o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2015, somente os homicídios de jovens até 14 anos aumentou (150%)⁴⁴. Ou seja, o ritmo de queda se mantém em alguns segmentos sociais, enquanto em outros, esse ritmo de queda ou é muito pequeno, ou não existe. O boletim não traz informações sobre homicídios por cor, apenas por gênero, microrregiões e faixa etária.

Para além de rankings, desaparecimentos e falta de qualidade dos registros em nível nacional, é inegável que, do ponto de vista quantitativo, houve um enorme crescimento da violência nos últimos anos no país. Gláucio Ary Dillom Soares e Luís Flávio Saporì (2014), em uma obra-síntese, resumem boa parte das considerações a respeito do crescimento da violência no Brasil. De acordo com os autores, a taxa de homicídios saiu de 12 por grupo de 100 mil habitantes em 1981 para 27 em 2011. Desconsiderando-se os homicídios e a população de São Paulo, um dos poucos estados a vivenciarem uma queda nos assassinatos, a taxa seria de 31 homicídios por grupo de 100 mil habitantes (p. 12-13). Soares e Saporì dizem ainda que são mais de 130 assassinatos por dia, concentrados em regiões metropolitanas e cidades de porte médio do interior, estando a arma de fogo presente em 90% dos casos (p. 11). No protagonismo desse drama humano, estão os jovens. Na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, os autores indicam que a taxa de homicídios passou de 19,6 para mais de 50 homicídios por grupo de 100 mil habitantes (p. 65), sendo a maior incidência entre jovens pobres e negros residentes em favelas e bairros de baixo poder aquisitivo.

Existem diversas razões para esse aumento. Soares e Saporì apontam, entre diversas possibilidades no complexo leque de variáveis que afetam as ocorrências criminais e em especial o homicídio, a disseminação do tráfico de entorpecentes, não pelo tráfico em si, mas pela mediação violenta do negócio que se dá à margem do estado. O problema não está nos efeitos químicos dos entorpecentes, dizem, reconhecendo que eles

mapadaviolencia.org.br.

⁴⁴ IJSN. Boletim de Informações Criminais Espírito Santo – 3º trimestre de 2015. Vitória, ES, 2015. Todos os boletins de informações criminais do estado publicados pelo Instituto se encontram disponíveis para download no site, www.ijsn.es.gov.br.

[...] criam uma necessidade física e psicológica que favorece furtos e roubos, mas não a violência em si, que surge na comercialização dessas drogas, ou seja, o próprio tráfico de drogas é que gera jovens dispostos a matar. Isso acontece porque o comércio de certas drogas é muito rentável, por ser ilegal, considerado crime pelo ordenamento jurídico (2014, p. 66).

Outro fator destacado é o da impunidade. Citando um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, os autores indicam que a estimativa é de que apenas entre 5% e 8% dos homicídios ocorridos anualmente no Brasil têm materialidade e autoria identificadas (p.86). Em suma, afirmam Soares e Saporì, “[...] a impunidade constitui um inequívoco fator que, somado à consolidação do tráfico de drogas em décadas recentes, contribui diretamente para manter a criminalidade violenta na sociedade brasileira em níveis inaceitáveis” (p.99).

Entre diversos trabalhos que buscam explicar o aumento da violência no Brasil, é digna de nota a análise de Peralva (2000). Depois de identificar alguns discursos que pretendem explicar esse aumento – as ideias que englobam teses relativas a uma continuidade autoritária entre o regime militar e a democracia, a desorganização das instituições de ordem pública, também decorrente da abertura do regime, e o impacto da mudança social e a pobreza – a autora sugere que

A redemocratização no Brasil não se limitou a um mero fato político, posto que veio imbricada em um conjunto de outras mudanças. Tendo como pano de fundo uma crise econômica prolongada, os contornos dessas mudanças foram em muito obscurecidos. Entretanto, a violência generalizada que as acompanhou situa-se na confluência de duas lógicas, que é importante distinguir. A primeira refere-se a transformações no plano social propriamente e aos efeitos que daí derivaram, do ponto de vista da formação de uma conflitualidade urbana de novo tipo. A segunda refere-se à inépcia das instituições encarregadas de garantir a ordem pública e ao seu despreparo diante das novas exigências da democracia (p. 177).

Apesar do significativo aumento da violência no Brasil, melhor representado pelas estatísticas de homicídios, a morte por assassinato não é algo novo no cenário brasileiro. Os crimes letais estavam presentes no cotidiano do começo do século XX e, em geral, envolviam questões passionais, proximidades e questões políticas. No começo dos anos 60, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as escolhas homicidas

ganham novos significados. Bruno Paes Manso (2012), analisando o caso paulista, afirma que, em fins dos anos 1960, os “[...] homicídios passam a ser praticados porque são vistos como uma forma de controle eficaz contra o aumento dos crimes de roubo ou até mesmo o tráfico de drogas. A moral dos indivíduos em relação aos homicídios se transforma quando esse tipo de ação, em vez de provocar os crimes passionais, passa a ser praticada para exterminar bandidos. (p.18)”

No Rio de Janeiro também as polícias se organizavam para matar criminosos, como identificou Michel Misse (1999, p. 191):

O final da década de cinquenta já assinala a transição, quando o então chefe de polícia, general Amaury Kruel, cria o « grupo de diligências especiais », sob o comando do detetive Le Cocq, transferido do «Esquadrão Motorizado» (E.M.) da antiga Polícia Especial para a Polícia de Vigilância. A autorização para matar os bandidos «irrecuperáveis» equivalia, na prática, ao reconhecimento do «fim dos malandros»: o esquadrão da morte visava agora «acabar com os marginais». A transição pode ser observada nas mudanças no emprego das categorias de malandro, malfeitor, valente e marginal pela imprensa sensacionalista da época.

E o Espírito Santo, tão próximo ao Rio de Janeiro e não tão distante de São Paulo, contabilizava, já no fim dos anos 60, os mortos inidentificáveis dos cemitérios públicos, os restos humanos nas areias das praias da Barra do Jucu e os desaparecidos na Baía de Vitória. À parte o sensacionalismo de alguns veículos de imprensa em quaisquer dos Estados, tais fatos não provocavam reações ou políticas mais significativas. Estavam mais para radionovelas do que para um problema público de fato.

PENA OU INCONFORMISMO?

Boltanski afirma que “A transformação da pena em indignação pressupõe precisamente um redirecionamento da atenção para longe da consideração deprimente do infeliz e seus sofrimentos e em busca de um perseguidor de quem se concentrar.” (2004, p.57)⁴⁵. A percep-

⁴⁵ “The transformation of pity into indignation presupposes precisely a redirection of attention away from the depressing consideration of the unfortunate and his sufferings and in search of a persecutor on whom to focus.”

ção é que as vítimas não foram responsáveis por seus infortúnios. A hipótese que se propõe para a mudança na percepção dos assassinatos seria de que, já na década de 60, subjaz a ideia de que, por mais cruel que tenham sido os extermínios e o destino dado aos corpos, as vítimas (criminosos, bandidos), fizeram-no por merecer, tendo em vista o tipo de conduta que orientou suas vidas ou por serem quem eram (sujeição criminal).

A ideologia do Estado Novo nos anos 30, caracterizada pela glorificação do trabalho como único caminho para o enobrecimento do homem e a punição de qualquer aspecto que fugisse a essa proposta, intensifica a perspectiva da seletividade preferencial de certos tipos morfológicos e sociais (CANCELLI, 1991, p. 52) que não fossem considerados “aptos ao trabalho”. Posteriormente, a própria transformação das concepções econômicas, decorrente da emergência do neoliberalismo, valoriza as ações individuais e eleva-as a fator determinante para o sucesso ou o fracasso de cada sujeito, ignorando as condições estruturais. Isso influencia, certamente, o contexto em que essas ideias se consolidam e passam a informar à imprensa e parte da opinião pública. No entanto, não me parece que fosse essa a única questão.

Embora restrita a uma elite letrada e pretensamente humanista, havia, no início do século, uma arena pública de discussão das questões que afetavam a sociedade, impactavam o sentimento de injustiça, provocavam pena ou indignação. O mesmo não se dava sob um regime ditatorial e de censura, que restringia sobremaneira o espaço público no qual a discussão do sofrimento poderia desenrolar-se. Boltanski observa que “Na verdade, a pertinência da demanda para o discurso público é devido à existência de uma esfera pública que está progressivamente constituída juntamente com a concepção de uma política de pena, de tal forma que, às vezes, é difícil separar historicamente os dois processos analiticamente distintos.” (2004, p. 24).⁴⁶

Apesar disso, o autor ressalta que a esfera pública não é apenas um espaço de debate racional das questões importantes do momento. Ela se constitui não apenas de convites à deliberação dos assuntos, mas também de causas e é por meio destas que a esfera pública e a “política de pena” se conectam, tornando possível o movimento em direção à constituição da indignação.

⁴⁶ “Actually, the relevance of the demand for public speech is due to the existence of a public sphere which is progressively constituted along with the conception of a politics of pity such that it is sometimes difficult to separate historically the two analytically distinct processes.”

Gusfield (1984) destaca que reconhecer uma situação como dolorosa não a torna, automaticamente, um objeto da ação pública. Nem todos os problemas sociais, de acordo com o autor, tornam-se problemas públicos. Para que uma questão seja socialmente construída como um problema público, é necessária uma dimensão histórica que lhe dê esse significado. No caso dos homicídios, assume-se a hipótese de que a concepção de responsabilização individual pela própria morte – por motivos diversos – foi a interpretação fundamental que impediu que esse “problema social” saísse da esfera privada para a pública durante certo tempo. Ora, tratava-se de um triste e doloroso episódio, de que a sociedade, como comunidade, não tinha nenhuma “propriedade”. O próprio indivíduo era o responsável por seu destino, a partir das escolhas no decorrer de sua trajetória de vida. Como a responsabilidade era individual, não havia um redirecionamento da atenção da consideração depreciativa da vítima para a busca de um culpado em quem focar.

Quando se percebeu que os homicídios eram resultantes não exclusivamente de decisões individuais, mas de decisões que se davam no âmbito de certas condições de existência social, construiu-se uma nova percepção dessa questão. Então, a pena volta a se converter em indignação no âmbito da esfera pública. Nesse novo olhar, os números contribuem para o convencimento de que há, de fato, uma questão a ser considerada.

De acordo com Gusfield,

A ciência, os pronunciamentos científicos, programas técnicos e tecnologias aparecem como suporte à autoridade, mas também se contrapõem a ela ao validarem um programa ou uma política, fundamentados em um processo neutro, por um método que assegura tanto a segurança quanto a precisão (1984, p.28).⁴⁷

Boltanski (2004, p. 62), resgatando uma terminologia bourdieusiana, diferencia “alienações genéricas” (*generic alienations*), ligadas a questões sexuais, por exemplo, que seriam consideradas apolíticas, de alienações específicas (*specific alienations*), ligadas à questão

⁴⁷ Science, scientific pronouncements, technical programs, and Technologies appear as supports to authority, and counter authority, by giving to a program or policy the cast of being validated in nature, grounded in a neutral process by a method that assures both certainty and accuracy.

da divisão da sociedade em classes, que seria uma questão política, resultante da dominação de uma classe sobre a outra. É possível perceber, na bibliografia sobre a criminalidade violenta no Brasil a partir dos anos 80, essa passagem da alienação genérica para uma alienação específica. Tais estudos relacionam a marginalização econômico-social e subculturais criminais a estratégias de sobrevivência violentas ou à própria ação do Estado brasileiro. Isso até o novo olhar trazido pelos estudos de Alba Zaluar na “Cidade de Deus”, que observa a associação entre pobreza e criminalidade violenta pela mediação do tráfico de drogas (MISSE, 1999, p. 7-8). Mesmo o desenvolvimento dos estudos passando a indicar uma incompletude do monopólio legítimo da violência em certas áreas e/ou um déficit de cidadania, permanece a predominância de uma compreensão no campo da alienação específica, e não genérica, ao menos no que se refere à compreensão acadêmica desse aspecto. Não se pode dizer o mesmo das políticas públicas que, vez ou outra, apresentam estratégias de combate à criminalidade violenta considerando medidas focadas na alienação genérica, ignorando os aspectos específicos do contexto. Uma dessas medidas mais comuns tem sido a determinação de horário de fechamento de bares em certas regiões das cidades, adotada por diversos municípios e proposta recentemente em Vitória.⁴⁸

Essa denúncia de associação entre pobreza e criminalidade violenta, ainda que posteriormente revista por novos estudos, foi importante para trazer a discussão da violência até a esfera pública. Nesta, a emergência dos estudos sociológicos no campo da violência e da segurança pública contribuiu para que surgissem discursos autorizados, validados, sustentados por uma autoridade científica visando enquadramento dos homicídios como problema público. A melhoria das estatísticas de saúde assim como a abertura democrática nos anos 80 permitiu maior e melhor acesso ao registro e ao controle das atividades policiais, possibilitando aos estudiosos produzir esse discurso autorizado. Não bastava, evidentemente, citar números. Eram necessárias teorias que oferecessem uma explicação plausível para o fato, e elas existiam e começavam a ser evocadas no Brasil no fim nos

⁴⁸http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2015/05/noticias/grande_vitoria/29521-audien-cia-publica-sobre-fechamento-de-bares-as-2h-da-manha-em-vitoria.html. Acesso em 16/07/2015, e <http://www.folhavitoria.com.br/politica/noticia/2015/02/vereador-propoe-fechamento-de-bares-de-vitoria-as-2-horas.html>. Acesso em 16/07/2015.

anos 70. No fluxo da abertura e do maior controle das ocorrências de mortes por causas externas, percebe-se um número que progride e se apresenta significativo em um contexto nacional e internacional. Não se trata mais de narrar assassinatos bizarros como se eles fossem novelas ou filmes de terror em que se enfatiza a trajetória individual para explicar o fim da história. Trata-se de observar os padrões resultantes de interação social entre o indivíduo e a sociedade como estratégia para compreender os números que se apresentam como fatos. Michel Misse em entrevista a obra “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (LIMA, RATTON, 2011), quando perguntado se a emergência desses estudos se deu em decorrência do momento político que o país vivia na época, responde que

Esse tema foi introduzido pela mudança do perfil da criminalidade no Brasil, nas grandes cidades brasileiras, pelo aumento das taxas de crimes violentos a partir de meados dos anos 1970. Para você ter uma ideia, comecei a ser chamado pela imprensa para falar sobre esses problemas desde 1972... Tenho recortes de intervenção minha na imprensa em 1976, 1978, 1980. Então, o tema já estava ligado ao problema do aumento, principalmente, dos roubos. Foi isso que causou muita apreensão. Há até uma capa da revista *Veja*, por exemplo, com o título “As cidades estão com medo”, em 1979 (LIMA, RATTON, 2011, p. 21).

Interessante observar como o depoimento acima condiz com o que afirma Boltanski de que “números sozinhos não falam” (2004, p.33). Além dos números, era necessário um especialista que desse significado aos números e, então, oferecesse um enquadramento possível para a construção da narrativa do drama da violência por parte da mídia que se interessava, em especial, pela parte que afetava mais diretamente seu público: os crimes contra o patrimônio. Esse contexto vai gerando uma demanda de investigações científicas que contribuem para “construir” a questão como um problema público (e político), que exige políticas públicas para sua solução. Contribuem ainda para quadro a evolução da gravidade factual (quantitativa e qualitativa) do problema; assim como a melhoria dos sistemas estatísticos, que passam a permitir maior percepção do problema, incluindo tecnologias informáticas que melhoram as possibilidades de cruza-

mentos de dados; e a redemocratização como possibilidade de o tema adentrar, com todas as suas implicações, a esfera do debate público.

Em outro momento do mesmo material sobre o trabalho dos pioneiros, Sérgio Adorno destaca essa relação entre a pesquisa e as políticas públicas, ou seja, sobre a construção da violência como problema público e a discussão de sua superação.

Por que o tema das políticas públicas de segurança entrou na Universidade? Por várias razões. O controle democrático da violência foi se impondo no debate público e exigindo respostas baseadas em investigação científica. Como explicar que justamente no curso da transição democrática, quando se coloca em discussão problemas relacionados à reconstrução das instituições, a retomada do estado de direito, ocorre simultaneamente um processo de ruptura permanente da ordem, das regras que protegem a vida, o patrimônio etc. Isso coloca um ponto de interrogação. É preciso entender como o processo de reconstrução democrática é contemporâneo desta emergência da violência nos seus mais diferentes aspectos. O problema é que não tínhamos no Brasil uma tradição de estudos nessa área. Não tínhamos uma reflexão minimamente consolidada, estudos empíricos acumulados e, sobretudo, uma série de dados qualificados que permitissem o desenvolvimento de pesquisas que, por sua vez, oferecessem respostas para esses problemas. Então, na primeira geração de estudos, se colocou a questão de que era preciso dispor de fontes confiáveis de informação. Se estas fontes não existem, é preciso construí-las ou, ao menos, colaborar para que os formuladores de políticas de segurança possam fazê-lo (LIMA, RATTON, 2011, p. 86).

Se, por um lado, emergem os estudos científicos, abrigados normalmente em universidades e programas de pós-graduação ou institutos de pesquisa públicos e ou privados, por outro, emergem publicações com *rankings* nacionais de homicídios, que exerceram significativos efeitos sobre a percepção da população sobre esse tipo de crime. O mais famoso deles, publicado por Júlio Jacobo Waiselfisz, exerceu, desde que fora publicado pela primeira vez, atração sobre a imprensa porque apresentava os dados sistematizados acessíveis a indivíduos não muito habituados a esse tipo de estudos. No Espírito Santo, essas publicações acabaram trazendo à tona o problema dos homicídios, que já se agravava desde os anos 80. Evidentemente, esses mapas se situam em um campo crítico da questão. Como afirmam Boltanski e Thevenot (1991, p. 7), “ De fato, ainda que intervindo, a

princípio, sob uma exigência de neutralidade, o pesquisador ou estatístico não poderia chegar a uma qualificação sem julgar [...].”⁴⁹

O uso midiático que se faz desses estudos acaba por torná-los uma “denúncia” com um sistema completo de relações: um denunciador (o autor do estudo, as ONGs, os intelectuais), uma vítima (os jovens do Brasil, as mulheres do Brasil, os negros etc.), um culpado (a modernidade, o Estado, a ausência do Estado etc.) e um juiz, que é o público, que vai julgar se essa denúncia é procedente ou não, engajando-se na questão ou ignorando-a.⁵⁰

A VIOLÊNCIA EM MAPAS

Desde o primeiro Mapa da Violência, publicado em 1998 e referente aos dados de 1996, o Espírito Santo já figurava em terceiro lugar no *ranking* de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos e em segundo no total de homicídios. No segundo Mapa da Violência, a capital capixaba, Vitória, figura, desde 1989, como a segunda mais violenta do Brasil. O Espírito Santo sai de quinto no *ranking* em 1989 para segundo lugar, que ocupa desde 1996⁵¹.

Beato (1998, p.13) frisa que os Mapas da Violência, que acabam por tornar populares os *rankings* de violência entre estados e cidades, terminam “[...] sendo uma curiosidade para o público leigo, ou material de análise de uma sociologia semileiga”.

Um exemplo de como o uso desses mapas por gerar distorções absurdas é o caso do município de Simões Filho, na Bahia. Apontado pelo Mapa da Violência 2012 como “a cidade com o maior índice de assassinatos do país”, recebeu amplo destaque no jornal *Bom-Dia, Brasil* de 27 de junho de 2012⁵². Uma análise pouco mais aprofunda-

⁴⁹ “En effet, bien qu’intervenant en principe sous contrainte de neutralité, le chercheur ou le statisticien ne pouvaient parvenir à qualifier sans juger [...]”.

⁵⁰ Não que os outros estudos sociológicos sobre violência também não se coloquem, ocasionalmente, nesse contexto. O que torna os “Mapas da Violência” específicos é efetivamente seu uso pela mídia.

⁵¹ No Anuário de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente a 2014, o Espírito Santo caiu para 5ª colocação em termos de homicídios por 100 mil habitantes, permanecendo Alagoas na primeira colocação, e os estados do nordeste elevações nas taxas.

⁵² [Http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/06/simoes-filho-ba-e-cidade-com-o-maior-indice-de-assassinatos-do-pais.html](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/06/simoes-filho-ba-e-cidade-com-o-maior-indice-de-assassinatos-do-pais.html). Acesso em 08/11/2012.

da do caso indicou que devido ao fato de a cidade se localizar muito perto de Salvador e apresentar áreas de matagal, descampadas, sem iluminação, tornou-se um local preferencial para a desova de cadáveres. A simples atitude de catalogar os corpos encontrados já reduziu 40% dos “homicídios” na cidade.⁵³ As fragilidades naturais de se usarem taxas por 100 mil habitantes em um país em que as populações estaduais e, principalmente, as municipais variam de forma extremamente significativa somam-se à sempre duvidosa forma de coleta de dados. Existem diversos outros casos relatados de acintosos equívocos provocados por interpretações precipitadas desses dados, o que acaba prejudicando severamente a reputação de cidades e regiões.

Mesmo sendo o crime de homicídio menos propenso a manipulações, não existem motivos para confiar-se plenamente em nenhuma das fontes que o registram, seja em etapas policiais, de saúde ou judiciais. Daí o risco do uso nada crítico que se faz dos “Mapas”. Marcelo Durante aponta que existem 27 sistemas estaduais diferentes de classificação de delitos, compostos, normalmente, por duas estruturas independentes de registro, uma da Polícia Militar e outro da Polícia Civil, sem falar na baixa rotinação dos processos e até mesmo no cuidado com o registro (2011).

Segundo depoimento de um gestor local, citado por Ludmila Ribeiro, contido no Anuário de Segurança Pública 2012, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “[...] o Espírito Santo não separa os tipos penais de acordo com a legislação vigente, Homicídio Doloso, Homicídio Culposo no Trânsito, Homicídio Culposo. Segundo a Gestora Estadual, todos são agrupados apenas como homicídios (2012, p.111).” Outro dado que chama a atenção nos anos recentes em termos de violência letal, o crescimento dos homicídios (óbitos por causas externas - agressões) acompanhou, na região Nordeste, um processo realizado pelo Ministério da Saúde, que aprimorou a qualidade dos registros de óbitos. Portanto, o crescimento do número de homicídios na região Nordeste pode ser explicado, ainda que parcialmente, pela melhoria na qualidade do registro da informação (BRASIL, 2012, p. 37).”

⁵³ Ver <http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/08/30/lider-em-assassinatos-no-pais-simoes-filho-ba-questiona-fama-de-capital-da-morte-mas-tem-violencia-como-mote-eleitoral.htm>. Acesso em: 8 nov. 2012.

O Espírito Santo experimentou, durante vários anos, uma desorganização institucional na área de segurança, o que gerou enorme desinformação sobre a verdadeira situação de violência no estado. Além disso, publicações ou estatísticas como as dos Mapas da Violência, que utilizam taxas de homicídio por 100 mil habitantes como índice, pecam também por ignorarem a enorme disparidade populacional entre as diversas cidades, incluindo municípios com populações muito reduzidas na hora de estabelecer a “média” estadual. E esse fato não é uma peculiaridade exclusivamente capixaba, uma vez que, noutros Estados, a disparidade populacional entre regiões metropolitanas e interioranas é muito significativa. Considerando o que tenho observado no caso capixaba, esse “pecado” minimiza a gravidade do fenômeno dos homicídios nas regiões metropolitanas.

Um estudo utilizado como referência para discutir a violência no território capixaba foi o “Atlas da Criminalidade no Espírito Santo”, resultado do esforço de diversos pesquisadores coordenados pelo geógrafo e professor da Universidade Federal do Espírito Santo Cláudio Zanotelli (2011), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, FAPES. Um dos méritos desse trabalho é o fato de a equipe de pesquisadores levar em consideração a alta instabilidade das taxas brutas de homicídio, o que se explica pelas flutuações aleatórias que, comumente, surgem quando a população de risco é relativamente pequena (p. 25). Para superar essas limitações, os autores desenvolveram uma taxa municipal de homicídios corrigida, que é obtida

Considerando-se, além dos homicídios do município em questão, os homicídios daqueles que são vizinhos ao mesmo. E esse estimador é uma ponderação entre a taxa bruta e taxa bruta local, essa última sendo obtida para a região de vizinhança, incluindo-se o próprio município em análise (p. 26).

A fórmula proposta permite diminuir os efeitos deformadores das significativas diferenças populacionais do estado, ainda com municípios extremamente desabitados. A utilização de várias fontes de dados torna o estudo mais próximo do que se poderia chamar realidade, considerando que a contabilidade de homicídios no estado chega a mostrar mais homicídios registrados na Polícia Civil do que no DATASUS. Nos últimos anos, é notória a melhoria na qualidade dos dados e a aproximação dos números das diferentes fontes que conta-

bilizam os homicídios no estado. Na ausência de um sistema nacional que determine os critérios de inclusão/exclusão do que seja um homicídio, cada estado segue contabilizando da forma como lhe apraz, não sendo injusto imaginar que seja comum o instrumento da manipulação de dados para evitar figurações negativas na mídia nacional.

Tais fatos poderiam nos levar a questionar se o Espírito Santo é realmente o segundo estado mais violento do país ou sua forma de contabilizar os homicídios e as opções metodológicas dos produtores de rankings o põem nessa posição.

A resposta a essa questão seria óbvia, pois o estado apresenta, de forma inquestionável, altíssimos índices de violência letal, não obstante os detalhes metodológicos das diversas estratégias de contabilização. Principalmente porque nos anos recentes, a confiabilidade da principal fonte desses rankings, o DATASUS, se ampliou sobremaneira. Independentemente da posição ocupada pelo Espírito Santo nos rankings nacionais e a exploração midiática desse fato, a questão que importa é que o problema da morte por homicídio no estado é grave e persistente. Ainda que de 2009 em diante se perceba uma tendência de queda nas taxas, essas ainda perseveram altíssimas, seja em forma bruta ou corrigida.

Apesar das ressalvas metodológicas, a publicação regular dos “Mapas da Violência” trouxe evidência ao problema dos homicídios no Brasil. Contribuiu para consolidá-lo como um “problema público”, ainda que essa percepção não tenha se tornado, ao menos até agora, uma preocupação que gere ações mais contundentes por parte de diversos atores sociais ligados ao tema. As pressões externas e burocráticas continuam a predominar sobre o enfrentamento dos crimes de homicídio no Brasil.

UM PROBLEMA “PÚBLICO”

Naturalmente, com toda a exposição produzida pelos “Mapas da Violência”, a questão dos homicídios no Espírito Santo passou a ser considerada um problema para os governantes estaduais (não necessariamente, e no sentido estrito da palavra, um ‘problema público’). Como tal, torna-se questão importante para os gestores, constante promessa nas campanhas eleitorais e foco de intensos debates no estado.

Diversos programas foram lançados para marcar o início ou a continuidade de políticas públicas na área da segurança pública no Espírito Santo, em especial, no combate aos homicídios.

No estado, o primeiro programa desse tipo ficou conhecido como PROPAS. É interessante destacar esta observação de Mírian Cardoso: esse programa decorre não de certo planejamento ou evento específico que tenha provocado a indignação interna do estado ou qualquer cobrança social, mas, sim, é resultante da divulgação, em 1999, do Mapa da Violência, que punha o estado no topo dos rankings (2009, p. 59).

No documento intitulado “Síntese do programa da nova arquitetura dos órgãos de defesa social do Espírito Santo”, de 30 de novembro de 1999, são apresentadas algumas prioridades desse primeiro programa, assim como propostas e subprogramas. Esse documento destaca o estabelecimento de convênios para atuação contra a macrodelinquência, principalmente contra o narcotráfico e a lavagem de dinheiro no estado. Pressupõe também construção e monitoração de indicadores de segurança pública, reorganização da instrução dos órgãos de defesa social, criação de fóruns, participação da comunidade, enfim, tudo que necessita efetivamente constar em um programa, segundo as diretrizes anteriormente emanadas do governo federal. Essa síntese não apresenta, em nenhum momento, qualquer explicação para o fenômeno da violência no estado. A apresentação, do então governador José Ignácio Ferreira (PSDB na época), frisa que

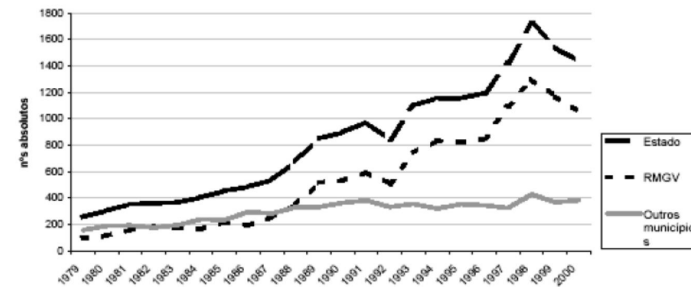
O Governo do Estado do Espírito Santo ciente dos compromissos assumidos com os capixabas no sentido de resgatar os valores éticos e administrativos do dizimado aparelho estatal, após sanear os passivos com os servidores públicos e restaurar o princípio da autoridade nos Órgãos de Defesa Social, fragilizados com a escalada da violência, cujos índices assustadores aumentaram em 700% de 1988 a 1998, vem apresentar a laboriosa e honrada população, uma resposta positiva capaz de reestabelecer a paz social (2002, p. 3).⁵⁴

Em um de seus relatórios, os responsáveis pelo programa atribuem às suas próprias ações a redução dos homicídios.

⁵⁴ Relatório de Ações ProPas. Vitória, 01 de Julho de 2002, Governo do estado do Espírito Santo.

O estancamento da curva ascendente da criminalidade no Espírito Santo talvez seja um dos maiores êxitos da política de segurança pública que vem sendo implementada através do PRO-PAS, conforme se observa ineditamente na série histórica do SUS mostrada a seguir:

Figura 33 - Homicídios na Microrregião Metropolitana, nos outros municípios e no Estado do Espírito Santo- 1979-2000



Fonte: SUS
Elaboração: IPES.

Fonte: citado por Carmo (2002, p. 10 e 11)⁵⁵

A citada queda se sustenta nos dados de um ano para o outro, e não em uma série histórica. Os homicídios no estado cresceram muito mais depois de 2002. Além disso, a segurança pública do Espírito Santo, nessa época, vivia uma aguda crise. Desde 1991, o governo do estado vinha combatendo um inimigo infiltrado principalmente no segmento de segurança pública do estado. Tratava-se da *Scuderie Le Cocq*,⁵⁶ instituição de policiais surgida no Rio de Janeiro e com filial no Espírito Santo. A *Scuderie* é mencionada frequentemente em dezenas de inquéritos e investigações - de todos os tipos e esferas - no período mais grave da crise política que quase levou o Espírito Santo a sofrer uma intervenção federal. Ironicamente, essa quase intervenção, que resultou em uma Missão Especial para “salvar” o estado, ocorreu sob a gestão de José Ignácio Ferreira, que, na apresentação do PROPAS citada acima, diz ter resgatado os valores éticos e administrativos do dizimado aparelho estatal. Mais: disse ter saneado

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Nos capítulos subsequentes irei descrever mais detalhadamente o papel dessa organização no quadro do processo geral de acumulação social da violência no estado.

os passivos com os servidores públicos⁵⁷ e restaurado o princípio da autoridade nos Órgãos de Defesa Social. A organização só foi extinta em 2006, apesar investigações recentes apontarem que ela apenas mudou de nome. Bittencourt informa que

É difícil determinar o quanto a SDLC era capaz de pautar a ação policial e a política de segurança na Grande Vitória e Espírito Santo. As conexões subterrâneas que relatamos acima levam a crer, ao menos, que as pessoas ligadas à organização eram capazes de tornar “ingovernáveis” os aparelhos de segurança pública. Em aliança com outros agentes públicos relevantes, instalados no Legislativo e Judiciário, essa capacidade parece ter sido bem-sucedida, pois nada menos que três governadores eleitos, Albuíno Azeredo, Victor Buaiz e José Inácio Ferreira, abandonaram a política após cumprirem os seus mandatos. Coincidiu com esses governos um arranjo entre Executivo e Legislativo, que atingiu seu auge com a chamada “Era Gratz”, em referência ao deputado estadual José Carlos Gratz, que presidiu a Assembleia Legislativa por três vezes consecutivas, entre 1997 e 2002, com poderes comparáveis a um primeiro-ministro (2014, p. 74).

Bittencourt lembra ainda que foi nesse contexto de crise política que houve a implementação do primeiro plano de segurança do Espírito Santo, o PROPOAS, que se arroga os resultados que citamos acima.

De lá para cá, surgiram outros programas similares. Na gestão do governador Renato Casagrande (PSB) o programa foi denominado “Estado Presente”. Num ato raro, mesmo depois de uma campanha eleitoral na qual se confrontou fortemente com o candidato à reeleição pelo PSB e seu antigo aliado, o governador que assumiu, Paulo Hartung (PMDB) manteve toda a cúpula da segurança pública do estado. O programa referente à segurança pública mudou de nome para “Ocupação Social”.

Em um evento realizado em Cachoeiro de Itapemirim⁵⁸, o atual vice-governador do estado, Cesar Colnago (PSDB), responsável pelo programa⁵⁹, afirmou que o mesmo se divide em quatro eixos:

⁵⁷ O maior atraso registrado em salários de servidores públicos na história do Espírito Santo ocorreu sob a gestão José Inácio e só foi solucionada na gestão posterior.

⁵⁸ Ver: <<http://www.atenasnoticias.com.br/2015/conteudo.asp?codigo=43967>> Acesso em: 16 jul. 2015.

⁵⁹ O vice governador participou de um evento em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 19 de março de 2015, no qual expôs as linhas gerais do projeto. Estive no evento e gravei em áudio

O primeiro é “[...] a articulação entre as secretarias da área social de forma muito ampla com a participação da cultura, com a participação da tecnologia, com a participação do esporte, junto com a educação, fundamentalmente, a saúde e todas as áreas que têm que chegar de forma articulada, coordenada e integrada para que essa ação seja de forma mais clara e eficiente e tenha mais deputados junto dessas comunidades, então vamos fazer um trabalho interno de coordenação dessas secretarias, para que elas não passem muitas vezes” (CARMO, 2002).

O segundo “são as prefeituras, porque nós vamos para um bairro, localizado numa prefeitura que vai ter um papel fundamental. Quando a gente falar em diminuir a violência, melhorar a segurança, aí nós voltamos com iluminação pública, a limpeza pública, os cuidados da praça pública. Isso tudo tem um valor fundamental ‘pra’ que aquela juventude, aquela família possam ter acesso a esses serviços a que parte da cidade tem e, muitas vezes, outras partes não têm acesso”.

O terceiro “são os outros poderes das outras instituições. O Ministério Público tem um papel. A Justiça tem um papel fundamental. As instituições com a sociedade tem um papel. Nós não vamos vencer essa batalha sozinhos. Nós temos que ter um esforço conjunto da sociedade, das instituições da República, dos poderes, mas, acima de tudo, uma grande mobilização das pessoas de bem que querem vencer para que nós tenhamos a cultura da paz”.

E o quarto e último “é a comunidade local. Nós começamos ainda com aquela abordagem territorial e ampla ‘pra’ integrar em cada cidade aquele bairro que precisa, com certeza, de uma abordagem, de uma presença. Que precisa dessa articulação, desse poder, dessas instituições neste espaço. E aí é fundamental que essa abordagem, junto a essas comunidades, seja aqui em Cachoeiro ou em Linhares, na Grande Vitória ou em São Mateus, seja uma abordagem que você busca naquela sociedade local o conhecimento que ela tem da sua realidade. Que você consiga conversar com os formadores de opinião, e as lideranças desses bairros, dando palavra, ‘empoderamento’ a elas, para que elas possam participar e sentir que elas estão participando do processo de definição daquilo que é essencial para a vida delas no seu cotidiano. Vai fazer uma avaliação ampla de suas condições de vida da sua condição de satisfação e, a partir dela, levantando essas demandas [...] junto com a prefeitura, junto com os

as falas, tendo as transcritas e guardadas para comprovação.

outros poderes, junto com o estado, todos juntos criando uma condição essencial para que eles possam, definitivamente, ter acesso a esses bens, acesso à escola, acesso ao conhecimento e acesso às políticas públicas”.

Pode-se depreender do exposto que não existem grandes novidades quanto às linhas gerais das interpretações e das soluções propostas para a violência e os homicídios no Espírito Santo. Depreende-se também que as principais perspectivas de atuação estão mantidas.

Nos debates ocorridos durante a última campanha eleitoral para governador (2014), as discussões sobre as propostas de cada candidatura para área de segurança pública foram um tanto repetitivas. Não havia muito de novo a acrescentar, até mesmo porque as bases do projeto que estava em curso haviam sido lançadas nos mandatos anteriores do próprio candidato Hartung, adversário principal do candidato à reeleição, por ele apoiado anteriormente, Renato Casagrande⁶⁰. O secretário estadual de segurança pública durante a maior parte do governo Casagrande, por exemplo, iniciou suas atividades a partir de um convite de Hartung, quando este era governador e atuava como secretário de segurança o ex-delegado da Polícia Federal Rodney Miranda, hoje prefeito do município de Vila Velha.

O objetivo de citar essa teia complexa de atores interligados é sugerir que muito pouca coisa mudou nos últimos anos em relação à interpretação do fenômeno da violência e dos homicídios no Espírito Santo e as políticas públicas correspondentes. E que interpretação é essa?

A síntese oficial do programa “Estado Presente” nos ajuda a entender a interpretação dos gestores públicos para a violência no Espírito Santo:

As consequências da ocupação irregular dessas áreas urbanas por populações de baixa renda, somadas à ausência de políticas públicas consistentes – em especial para o setor de segurança pública e defesa social – acabaram por produzir uma espiral de violência letal (p. 6)⁶¹

⁶⁰ Para pleno entendimento da relação entre os dois personagens, penso que seja necessário explicar o fato político. O governador Paulo Hartung se encontrava, em 2010, com altos índices de aprovação e capaz de influenciar decisivamente os resultados da disputa eleitoral para o governo estadual naquele pleito. Logo de início, havia indicado que seu candidato seria o então vice-governador Ricardo Ferraço, hoje senador. No entanto, em uma reviravolta até hoje pouco explicada e que ficou conhecida no Espírito Santo como “abril sangrento”, o candidato Ferraço foi excluído da disputa ao governo do estado claramente a contragosto, elegendo-se para o senado. E Renato Casagrande se elegeu governador com o apoio de Paulo Hartung.

⁶¹ Estado Presente – Em defesa da Vida. Cartilha explicativa. Governo do estado do Es-

O documento explica que, entre 1979 e 2008, a Região Metropolitana de Vitória, onde se concentraram 65% das ocorrências de homicídios no Espírito Santo em 2011, o crescimento real do número de homicídios foi de 1423%. No interior do estado, ainda segundo o documento, o crescimento foi de 372%. O documento dá a entender ainda que a concentração não é somente na Região Metropolitana de Vitória, mas em áreas dessa região.

Via de regra, o crescimento da violência letal nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória deu-se não de maneira homogênea, mas concentrada, apresentando algumas características comuns em sua distribuição: manifestou-se principalmente em bairros ou conjuntos de bairros com grande densidade demográfica, de ocupação recente (menor que 30 anos, com raras exceções), caracterizados por baixo grau de urbanização, população residente de baixo nível socioeconômico e submetida a elevados índices de vulnerabilidade social (p.8).

E, logo em seguida, o próprio programa reconhece sua ascendência no governo anterior atribuindo-a ao conjunto de ações empreendidas a partir de 2007. Atribui a essas ações a estabilização e o início do processo de queda dos homicídios⁶², que subiam desde os anos 80. Esse entendimento não difere muito do de seu antecessor, o Plano Estadual de Defesa Social 2007-2010, quando afirma que

Nas últimas décadas, a velocidade de crescimento da Grande Vitória se tem feito acompanhar de efeitos de exclusão e marginalização de importantes segmentos da população. Os municípios mais populosos transformaram-se num *locus* para o qual todas as crises e conflitos parecem convergir. Essa dinâmica social urbana favorece, particularmente, o aumento das taxas de criminalidade, embora parte significativa desse aumento da criminalidade possa ser inserida no quadro de crimes de “pequena monta”. Ainda assim, seu efeito sobre a tranquilidade dos cidadãos parece potencializar a sensação de insegurança (p. 6).⁶³

pírito Santo. Esse material foi distribuído no 1º Fórum Diálogos sobre Segurança Pública, realizado em Vitória, dia 28 de maio de 2015.

⁶² Confesso que essa informação me soou estranha, já que o próprio gráfico no documento aponta que, em 2008 e 2009, ainda houve significativas elevações no número de homicídios. Só a partir de 2010, as taxas chegaram a um patamar inferior às de 2007.

⁶³ Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social -2007-2010. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2007.

A interpretação do fenômeno é importante porque subsidia a intervenção. Considerando que o atual governo do Espírito Santo manteve toda a estrutura do governo anterior, é justo supor que as estratégias e as prioridades das políticas públicas continuam: se não as mesmas, muito similares.

O documento do “Estado Presente” afirma o seguinte em relação a seu antecessor, o Plano Estadual de Segurança Pública 2007-2010:

A partir de um conjunto de diagnósticos produzidos, foram priorizados investimentos em ações estratégicas voltadas especialmente para a prevenção da violência letal, o controle da população carcerária, o estabelecimento de um sistema integrado de Inteligência, o uso de novas tecnologias, a mediação de conflitos, a promoção da cidadania, a melhoria das condições de trabalho e a valorização dos profissionais de segurança (p. 10).⁶⁴

Acerca de si mesmo, o programa “Estado Presente” diz que,

A partir de 2011, objetivando ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior (redução de 9,3% no número de registros de homicídio entre 2009 e 2010), teve início a implementação do Programa Estado Presente. Seu principal objetivo é promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso a educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade social (p. 12).

Novamente, o documento oficial do governo do estado destaca um resultado positivo considerando uma redução de índices de um ano para o outro, sem considerar uma série histórica mais longa. Embora os dados, hoje, nos permitam constatar uma tendência de queda que não necessariamente pode ser atribuída diretamente a essa política pública – seria necessário, para tanto, realizar pesquisas sobre isso sem a influência e o financiamento do governo estadual – essa constatação não se sustentava em 2011.

⁶⁴ Estado Presente – Em defesa da Vida. Cartilha explicativa. Governo do estado do Espírito Santo. Esse material foi distribuído no 1º Fórum Diálogos sobre Segurança Pública, realizado em Vitória, dia 28 de maio de 2015.

Não pretendo fazer uma análise profunda desses programas, já realizada por outros pesquisadores (BITTENCOURT, 2015; CARDOSO, 2009).

O que quero considerar a seu respeito, em primeiro lugar, é que, evidenciada a questão dos homicídios como um problema público, visto como um tipo de sofrimento e contaminada a opinião pública, o poder público, com os programas, reage, então, à provocação. Os “diagnósticos” dos programas mais atuais – considerando que não identifiquei nenhum tipo de diagnóstico no PROPAS – formam a denúncia da injustiça considerando uma constatação científica e dados identificados na realidade, mas sem autoria definida. Então, identifica-se aquele em favor de quem a denúncia é formulada, a vítima: negro, pardo, jovem, homem, mulher, morador de periferias, residente em áreas de ocupação recente etc. Passa-se ao desfavorecido, o culpado pela denúncia: a urbanização acelerada, as deficiências socioeconômicas, as migrações, a ausência do Estado até então, a cultura da violência etc.

Segue-se, então, o projeto: como se pretende superar a injustiça denunciada. Todo o tom da denúncia dos diagnósticos conduz para uma alienação genérica, no âmbito das “famílias”, da vida “privada” e não uma alienação específica, resultante dos conflitos entre classes de interesses antagônicos. Em nenhum momento, a denúncia se refere às contradições estruturais da sociedade. Ao referir-se à urbanização acelerada e às ocupações ilegais, por exemplo, o documento do “Estado Presente” não se permite a discutir as causas anteriores a esses fatos e a própria responsabilidade do governo estadual em relação a eles. Apenas cita-os objetivamente, pois o foco concentra-se nas soluções, que também não seguem na direção de proposições de mudanças mais profundas na estrutura social: limitam-se a paliativos superficiais muito mais ligados a contextos de controle social do que de superação dos desafios sócio estruturais relacionados à violência.

Há uma tentativa de “dar um corte no tempo”, não explicando historicamente de onde vêm os fatos supostamente objetivos que explicam a situação de violência, excluindo a responsabilidade do próprio Estado como um dos principais – senão o principal, em alguns casos – ator da acumulação social da violência. As clássicas associações entre pobreza e violência; migração e violência; população

e violência; urbanização e violência; enfrentadas por diversos estudiosos das Ciências Sociais nos últimos anos, são a regra, ainda que revestidas de alguns eufemismos.

Nem poderia ser diferente. Há um claro conflito quando o operador da denúncia é aquele a quem ela deveria se dirigir. Não por acaso, tanto o relatório do PROPAS quando a síntese do “Estado Presente”, audaciosamente e partindo da presunção da total ignorância de quem lê, apresentam reduções nas taxas de homicídios de um ano para o outro como resultados “positivos”, ou uma evidência de que se “está no caminho certo”. No caso do PROPAS, é bom lembrar que, após sua implantação, o Espírito Santo mergulhou em uma quase total desorganização institucional, e as taxas de homicídio subiram a um nível nunca visto. Não pretendo relacionar o caos que se implantou com o programa, mas apenas deixar evidente que todo o discurso apresentado no projeto não passou de retórica vazia e absolutamente inócua, não encontrando nenhum eco de realidade na vida social e política do estado.

No caso do “Estado Presente” a pesquisa realizada não encontrou nenhum estudo empírico comprovando que as quedas nas taxas de homicídio nos anos recentes no Espírito Santo estejam diretamente ligadas às ações do programa, possibilidade que, efetivamente, não se exclui. Existem muitos fatores relacionados tanto à queda quanto ao aumento das taxas de homicídios. Ainda que os programas e políticas públicas possam ser parte da equação, podem ter participação maior ou menor nas mudanças de tendências, sendo necessária a realização e a divulgação de pesquisas a respeito. A queda das taxas de homicídios em São Paulo, por exemplo, suscitou uma série de estudos que acabaram por problematizar aquilo que o governo estadual atribuía às suas próprias ações, revelando outras nuances do fato. O que, a meu ver, o programa apresentou de efetivamente funcional foi à integração dos órgãos, algo preconizado pelas políticas nacionais de segurança (SE-NASP), como o Gabinete de Gestão Integrada e políticas similares.

Ainda sobre o “Estado Presente”, o programa incorpora obras nas áreas de educação, saúde, mobilidade urbana, entre outras, como integrantes de sua proposta de política pública. Isso é repetido pelo

vice-governador acerca do “Ocupação Social” e, a meu ver, é um tanto óbvio. Se as áreas que concentram a violência, via de regra, concentram desvantagens sociais, é significativamente provável que as obras públicas prioritárias e as políticas de segurança coincidirão para regiões similares. Esse discurso é, indiretamente, uma associação da violência à pobreza, à suposta “ausência” do Estado, às falhas na infraestrutura pública, mitos acerca da segurança pública já enfrentados por diversos estudiosos do tema. (MISSE, 2006) ⁶⁵

⁶⁵ O atual governo, que tomou posse no início de 2015, não apresentou ainda um documento-síntese do planejamento de suas ações no campo da segurança pública. Por isso, foi utilizado o discurso do vice- governador como um indicador do que pretende essa gestão nesse campo. As audiências, como a que ocorreu em Cachoeiro, na qual estive presente e pude registrar, foram realizadas em várias partes do estado. Têm seu foco na apresentação desse novo programa que o governo tem chamado de “Ocupação Social”, contando com a mesma equipe e a mesma estrutura do governo anterior. Algo que pude constatar no discurso dos coordenadores do programa é um avanço na compreensão de que a vulnerabilidade ao crime de homicídio não é a mesma em um bairro para todos os moradores e que, logo, a ideia de integração de ações não passa simplesmente pela construção de escolas, creches, etc. O programa que vem sendo divulgado mantém muito forte o foco na palavra “integração”, referente à atuação conjunta de diversas áreas do governo estadual. Como nos demais, as falas dos representantes do programa (é só o que tenho desse novo projeto até o momento), mantêm a explicação de urbanização acelerada, explosão urbana, explicação-padrão em geral, com foco no perfil vitimológico. Como já era de se esperar, não apresenta um sujeito para a origem desses problemas, ou seja, atribui o “crescimento” urbano, demográfico, entre outros itens, a uma entidade qualquer, como o tempo, a modernização, a globalização etc. Relata que negros, pardos, jovens, entre outros, são as maiores vítimas. No entanto, em nenhum momento, em nenhum plano, se discute o porquê desse perfil vitimológico, como se este fosse resultado do acaso, da escravidão, ou de algum outro ente fantasmagórico e não de decisões concretas das elites empresariais e políticas na direção de um modelo de industrialização voraz, acelerado e inconsequente. Outros problemas surgiram no limiar de 2016, desde a crise política nacional, passando pela econômica e pela seca. E o assunto saiu de foco.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA COMO MARCA NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

E no meio dessa confusão alguém partiu sem se despedir; foi triste. Se houvesse uma despedida talvez fosse mais triste, talvez tenha sido melhor assim, uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval — uma pessoa se perde da outra, procura-a por um instante e depois adere a qualquer cordão. É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito — depois apenas aconteceu que não se encontraram mais. Eles não se despediram, a vida é que os despediu, cada um para seu lado — sem glória nem humilhação.

Creio que será permitido guardar uma leve tristeza, e também uma lembrança boa; que não será proibido confessar que às vezes se tem saudades; nem será odioso dizer que a separação ao mesmo tempo nos traz um inexplicável sentimento de alívio, e de sossego; e um indefinível remorso; e um recôndito despeito.

[Rubem Braga]

TRAJETÓRIAS VIOLENTAS

A história do Espírito Santo revela que bem anterior ao período no qual as altas taxas de homicídios colocam o estado em evidência já se apresentavam sinais da acumulação social da violência. Não é pretensão criar uma linha evolucionária ou traçar uma causalidade que produza uma interpretação de linearidade. Trata-se de, no limite interpretativo conceitual exposto como sustentação teórica do trabalho, identificar traços dessa acumulação e fatores que, de alguma

forma, entraram em cena nos anos 80, quando a violência no estado se expande, tendo no crescimento dos homicídios seu maior expoente. A história do Espírito Santo apresenta peculiaridades que creio serem importantes na compreensão geral do processo de acumulação.

É importante observar que a tese da acumulação social da violência, hipótese norteadora por esta pesquisa, foi desenvolvida no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Sua aplicação em outros contextos e amplitudes geográficas exige a percepção de peculiaridades no novo objeto, no caso, uma delimitação político-administrativa mais ampla, o estado federado. A análise histórica, focada na ideia de acumulação permitiu perceber como as repercussões da relação do poder local com o poder central produziram circunstâncias que se vinculavam aos objetivos estabelecidos de investigação.

Para compreender a violência no Espírito Santo, pareceu fundamental compreender a atuação do governo, do Estado, da empresa regional de dominação política, justamente em face dos limites que essa empresa apresentava no âmbito do território capixaba. Uma consolidação – mais precária ainda – do reivindicado monopólio do uso legítimo da força no território brasileiro denominado Espírito Santo contribuiu para a disseminação de práticas violentas e homicidas de resolução de conflitos nesses limites político-geográficos.

A respeito da questão da precariedade da consolidação do monopólio do uso da força, ressalto alguns pontos antes de seguir adiante na análise: Weber, na perspectiva que se tornou clássica, caracteriza um Estado Moderno considerando o sucesso da empresa de dominação considerada como legítima (WEBER, 2008 [1919]. p.69). Sem ignorar essa perspectiva clássica, considero pertinente, por exigência do objeto, incluir no repertório analítico outras variações de interpretação desse monopólio e de seu processo de consolidação, para evitar classificações e hierarquizações.

Trata-se de evitar tomar a concepção weberiana como sustentação para fazer distinção de caráter linear entre Estados “fracos”, que não alcançaram nível elevado de monopólio, e Estados “fortes”, que já teriam alcançado mais eficiência nesse monopólio. Evito isso para não ter de considerar que o estágio da plena (ou maior) consolidação é o caminho inexorável de todas as organizações estatais. Não faz parte do objetivo desta tese discutir se é ou não, pois o interesse pela

teoria política se resume à construção de um campo para a análise do objeto, e não à discussão da teoria em si. Evitar esse caminho é uma opção que permite olhar os fatos observados como próprios no espaço de uma realidade específica, e não como versões defeituosas do que deveriam ser, conforme interpretações típico-ideais desenvolvidas em ambientes exclusivamente europeus. Essas teorias/discussões emergiram antes que países fora desse eixo se tornassem relevantes para a análise da teoria política e pudessem, então, ser percebidos em suas especificidades.

Veena Das apresenta um caminho para relativizar a ideia de Estado:

Uma vez que é impossível pensar os sistemas políticos do mundo contemporâneo compreendidos por qualquer forma de sociedade sem estado, será que estamos observando formas de estado incompletas (ou frustradas), em tais situações? Ou será que são as formas de ilegalidade, propriedade parcial e desordem que parecem existir às margens do Estado, que constituem as condições para o estado como objeto teórico e político? (2008, p. 22).⁶⁶

A hipótese de que Estados que não alcançaram um controle mais amplo da violência privada seriam Estados diferentes - e não “atrasados”, que têm características diferentes e não necessariamente estariam a caminho de se tornarem “modernos”, no sentido weberiano - é interessante porque escapa a certa limitação sobre o pensar acerca do Estado; assim como sobre a fronteira entre legal e ilegal, entre o que está no âmbito do monopólio do Estado e o que está fora. Bendix aponta que

Segundo Weber, o Estado moderno existe onde a comunidade política possui as seguintes características: 1) uma ordem administrativa e jurídica sujeita a alterações através da legislação; 2) um aparelho administrativo que conduza os assuntos oficiais de acordo com a regulamentação legislativa; 3) autoridade com poder sobre todas as pessoas - que normalmente obtém a cidadania com o nascimento - e sobre a maioria das ações que aconteçam em sua área de jurisdição; 4) a legitimação para usar a força dentro de sua

⁶⁶ “Dado que es imposible pensar a los sistemas políticos en el mundo contemporáneo comprendidos por cualquier forma de sociedad sin estado, ¿es que estamos observando formas de estado incompletas —o frustradas— en dichas situaciones circunstanciales? ¿O acaso son las formas de ilegalidad, pertenencia parcial y desorden que parecen habitar los márgenes del estado, las que constituyen las condiciones necesarias para el estado en tanto objeto teórico y político?”

área quando a coerção é permitida ou recomendada pelo governo legalmente constituído, isto é, se estiver de acordo com algum estatuto promulgado. A ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são as características essenciais do Estado moderno (1986, p. 323).

No limite do texto, acompanhando Bendix, Estados que não apresentam as características citadas não poderiam, segundo Weber, ser considerados “modernos”. O próprio autor aponta para uma percepção weberiana de inevitabilidade de um sistema de governo burocrático que afetaria todas as fases da sociedade moderna e, prosseguindo até uma maturação total, isso resultaria num despotismo ainda mais rígido do que as dinastias do Egito antigo (1986, p.351). Elias considera que a tendência à monopolização dos diversos recursos por parte do Estado, incluindo a violência, seja decorrente de uma resistência aos monopólios privados.

Em todos os casos em que é alta e crescente a divisão de funções, os poucos que, em ondas sucessivas, reivindicam o poder monopolista, cedo ou tarde acabam enfrentando uma situação desvantajosa diante dos muitos, porque precisam de seus serviços e, assim, se estabelece sua dependência funcional dos mesmos. A teia humana como um todo, dada sua divisão de funções sempre maior, manifesta uma tendência inerente a se opor com veemência a toda monopolização privada de recursos. A tendência dos monopólios, como, por exemplo, da força ou da tributação, a se transformarem de monopólios “privados” em “públicos”, ou “estatais”, nada mais é do que uma função da interdependência social. A teia humana, com sua elevada e crescente divisão de funções, é impelida por seu próprio peso coletivo para um estado de equilíbrio em que se torna impossível a distribuição das vantagens e renda das oportunidades monopolizadas em favor de uns poucos (1993[1939], p. 103).

Acompanhando o raciocínio de Elias, faz sentido afirmar que a distribuição fragmentada do uso da força em um território seja combatida em nome da centralização em uma representação de algo que se supõe coletivo e, principalmente, impessoal: o Estado. E que, no decorrer do processo, a tendência seja que essa violência privada, ainda que exercida sob a égide ou o consentimento tácito ou explícito do Estado ou de seus governos, seja substituída, e os próprios agentes privados, incorporados à oficialidade, como na análise empreendida por Volkov (2002), na Rússia.

De Swaan⁶⁷ defende que, na visão de Elias, o processo civilizatório é precário e pode, eventualmente, retroceder. O próprio Elias, tratando da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial, relata que as novas autoridades que governavam o país tinham um controle muito limitado sobre as forças militares e policiais necessárias à manutenção do monopólio da força física: “[...] a capacidade do governo para empregar os órgãos executivos do monopólio da violência - as forças armadas e a polícia — em apoio de decisões parlamentares e governamentais era muito limitada (1997, p. 199)”.

Desse fraco monopólio, emerge, então, a Alemanha nazista, na qual, diante de fatores diversos, ocorre um profundo colapso das restrições civilizadoras constituídas ao longo de séculos anteriores, contexto no qual a violência é dirigida com especial fúria contra os judeus (1997, p.321). Dessa análise, surgem, segundo De Swaan, diversas propostas de se analisar o processo inverso ao processo civilizador:

Nos últimos anos, uma série de discípulos de Elias têm continuado os seus estudos e escrito sobre “descivilização” e “processos de descivilização” (por exemplo: Fletcher, 1997; Goudsblom, 1994; Mennell, 1990; Szakolczai, 1997; Van Krieken, 1999; Wacquant, 1999; Zwaan, 1996). Ambas as expressões “descivilização” e “colapso da civilização” se referem a constelações de generalizada e violenta destruição que sucederam períodos anteriores quando a civilização prevaleceu a um grau maior, com modos mais contidos de interação e autorrestrições mais moderadas. Os próprios termos sugerem algo que uma vez existiu e, desde então, desapareceu, que foi perdido ou destruído. Esse sentimento de perda e deterioração é claramente evocado por expressões como: “regressão à barbárie”, “vulnerabilidade da civilização”, “colapso”, “decadência” (explicitamente *versus* “crescimento”) e a recaída do Nacional Socialismo à barbárie.⁶⁸

A esse respeito, é possível argumentar que o violento empreendedorismo russo emerge em um contexto similar ao descrito por

⁶⁷ Abram de Swaan. <http://deswaan.com/dyscivilization-mass-extermination-and-the-state/>

⁶⁸ Abram de Swaan. <http://deswaan.com/dyscivilization-mass-extermination-and-the-state/> - “In recent years a number of Elias’ students have taken up this thread where Elias left it and written about ‘decivilization’ and ‘decivilizing processes’, (e.g. Fletcher, 1997; Goudsblom, 1994; Mennell, 1990; Szakolczai, 1997; Van Krieken, 1999; Wacquant, 1999; Zwaan, 1996). Both expressions, ‘decivilization’ and ‘breakdown of civilization’ refer to constellations of wide-spread and violent destruction that succeed earlier periods when civilization prevailed to a greater degree, with more restrained modes of interaction and more tempered self-constraints. The very terms suggest that something that once existed has since disappeared, that it was lost or destroyed. This sense of loss and decay is vividly evoked by such expressions as: ‘regression to barbarism’, ‘vulnerability of civilization’, ‘breakdown’, ‘decay’ (explicitly versus ‘growth’) and, ‘the open relapse of the National Socialists into barbarism’.”

Elias em relação à Alemanha pós-1918: um tipo de colapso, *breakdown* de determinado modelo civilizacional - que era o soviético - em um contexto de transição caótica e não planejada. Já no caso do Brasil, tratar-se-ia mais de um processo de direção civilizacional de orientação externa que se consolida precariamente, com avanços e retrocessos, progressos e permanências.

Independentemente da natureza dessa precariedade, do transcurso de formação ou da ruptura de um modelo de civilização, o que interessa desse argumento é que a incapacidade do Estado de fazer valer seu monopólio (real ou ideal) abre um espaço de que emergem tanto agências que cooperam com o Estado quanto agências que concorrem com ele. Ou, ainda, simplesmente agências que correm paralelamente, sem expectativa de se institucionalizarem. Na tentativa de contornar uma perspectiva evolucionista, tem-se uma soberania fragmentada, que permite a exploração das lacunas pelas agências privadas de coerção, em uma aproximação análoga ao modelo de Tilly (1996).

Cesar Barreira contribui com o debate afirmando que

A não totalização de um processo civilizador torna o autocontrole tênue, havendo espaço para extravasar emoções e sentimentos agressivos. Não havendo a monopolização da violência física, não existe a concentração de armas e homens armados sob única autoridade. Neste sentido, o medo, a precaução e a autodefesa é que dão sentido à desordenada monopolização da violência. Espaços sociais “não pacificados” transparecem, dando lugar as soluções violentas de conflitos, podendo ser, nesse sentido, as questões pessoais ou rixas resolvidas através de agressões físicas (1998, p. 160).

Trata-se de um debate teórico denso, que não pode ser tratado com a merecida profundidade no espaço deste trabalho, considerando ser outro seu foco. O debate que vem à tona é o que coopera com o entendimento dos vetores que intensificam a acumulação social da violência. Pois é nesse espaço de margens que concorrem as mercadorias políticas. Ainda assim, tenta-se evitar a ideia de que a incompletude da consolidação do monopólio legítimo da violência seja resultado de um “atraso” em uma suposta linha inevitável que conduz ao “Estado Moderno”, aquele que apresenta todas as características listadas por Weber e citadas por Bendix. Até mesmo porque, na linha das interpretações no campo teórico em que se movem as concepções

weberianas de Estado, “[...] as demandas de justiça têm sido sempre interpretadas como facetas da natureza humana que não foram ainda domesticadas pela racionalidade” (DAS, 2008, p. 23). A prioridade é por uma abordagem historicista, que percebe peculiaridades, especificidades, diferentes combinações, que trazem diferentes resultados, à medida que as próprias variáveis se aproximam ou se distanciam.

As interpretações (mesmo implícitas) de que a violência no Espírito Santo é resultado de processos de “modernização”, “industrialização” ou “urbanização” precárias ou incompletas ignoram o fato de que “modernidade” e “tradição” não são excludentes, como se fosse possível uma sociedade se tornar totalmente “moderna” ou “industrializada” (BENDIX, 1977, p. 9-10). Essas concepções são interessantes no âmbito comparativo à medida que não se extrapolam em uma expectativa de futuro (p.388-389). Uma “retomada do crescimento”, ou qualquer *slogan* que reporte a um “retorno” ao bom caminho perdido, não será a solução mágica para qualquer problema, inclusive o da violência. De acordo com Volkov (2002),

O estado como um monopólio da força é, em primeiro lugar, uma categoria analítica e um tipo ideal. Nenhum Estado pode reivindicar um monopólio completo, é claro. É mais importante que o Estado seja uma organização que busque um grau razoável de monopolização sobre a violência e que constantemente tome medidas para esse efeito, diferentemente de outros detentores de força que competem, pois seu uso de violência é visto como legítimo, uma vez que se baseia na alegação de interesse público (p. 167).⁶⁹

Tais considerações nos dirigem às críticas de Charles Tilly acerca de postulados das Ciências Sociais que se referem a interpretações das mudanças sociais considerando linearidades e continuidades que não podem ser comprovadas. Em primeiro lugar, é interessante citar a síntese que Tilly faz da formação do Estado. Para tanto, ele toma como base, em um longo período de tempo, os Estados europeus, cujas características, dada a difusão desse modelo para as Américas, podem ser também observadas deste lado do oceano Atlântico.

⁶⁹ “The state as a monopoly of force is in the first place an analytical category and an ideal type. No state can claim a full monopoly, of course. It is more important that the state be an organization seeking a fair degree of monopolization over violence and that it constantly take measures to that end. It differs from other competing force wielders in that its use of violence is seen as legitimate, since it rests on the claim that it is pursuing the public interest.”

Sob pressão dos seus eleitores, de igual modo, os Estados assumiram responsabilidades pelos serviços públicos, infraestrutura econômica e bem-estar das famílias em níveis nunca antes alcançados. Os gestores dos estados nacionais passaram da repressão reativa à ativa; de reações violentas contra rebeliões e resistências a vigilância ativa da população e tentativas vigorosas para evitar rebeliões e resistências. Todas essas atividades derrubam notáveis locais ou regionais autônomos, e colocam funcionários em seus lugares. Como consequência, os notáveis perdem muito de sua eficácia e atratividade de como intermediários nas tentativas de realizar os interesses das pessoas comuns. Essas foram as grandes alterações do século XIX (1984, p. 10).⁷⁰

Considerando essa síntese, podemos de início observar que a “pressão” que leva o Estado a prestar os serviços públicos não existe no Brasil do século XIX ou do início do século XX. O que existe é uma oferta de serviços limitada por uma organização que se pretende um Estado e se pretende moderna. José Murilo de Carvalho (2009) explica, de maneira concisa, essa inversão que ocorre no Brasil, onde as concessões do Estado em termos de atendimento ao bem-estar não são resultantes de conquistas (pressão), mas de concessão. A ação preventiva quanto às revoluções e resistências só era possível em regiões do Brasil onde existiam forças públicas de segurança, o que não era, por exemplo, o caso do Espírito Santo até bem poucas décadas atrás.

Assim, as ações acabam sempre reativas. Por fim, os poderes locais mantêm ainda muita capacidade de atender aos interesses das pessoas comuns, dada a grande necessidade. Vê-se a incapacidade do Estado de atender a esses interesses de forma generalizada, igualitária e universal. Incapacidade também de oferecer um acesso medianamente razoável a esses bens no mercado, considerando condições econômicas mínimas que garantam a possibilidade desse consumo.

Não se trata de pôr em questão a síntese de Tilly, e, sim, de confirmar suas críticas, de que não se pode aplicar um mesmo padrão interpretativo a realidades historicamente distintas no tempo, na escala, no espaço. Isso porque esses padrões sequenciais não existem ou, na

⁷⁰ “Under pressure from their constituents, likewise, states took on responsibilities for public services, economic infrastructure, and household welfare to degrees never previously attained. The managers of national states shifted from reactive to active repression, from violent reactions against rebellion and resistance as they occurred toward active surveillance of the population and vigorous attempts to forestall rebellion and resistance. All these activities supplanted autonomous local or regional notables, and put functionaries in their places. As a consequence, notables lost much of their effectiveness and attractiveness as intermediaries in the attempts of ordinary people to realize their interests. Those were the nineteenth century’s great changes.”

melhor das hipóteses, se existem, não podem ser comprovados historicamente. Embora funcionem como referências, norteadores, não servem como balizas inamovíveis. O próprio Tilly diz que as teorias que sugerem “estágios de crescimento econômico” ou de “modernização política” têm muitos atrativos, pois são mais fáceis de serem compreendidas e aplicadas do que modelos contínuos multivariados (1984, p.41).

Então, se não existe uma passagem do Estado não moderno para o moderno, não pode haver uma passagem de uma violência ilegítima para uma violência legítima. A distinção de violência legítima e ilegítima se torna impraticável, segundo Tilly, porque ambos os lados – legítimo e ilegítimo – lidam com fenômenos muito similares e em condições parecidas (1984, p. 57). Segundo Volkov, ambos os lados da moeda lidam com a violência organizada (2002, p. X).

Criticando os postulados das Ciências Sociais considerados por ele “perniciosos”, Tilly, então, afirma.

Todos os postulados perniciosos assumem uma separação nítida entre os mundos da ordem e desordem. A aplicação mais explicitamente política desse pressuposto separa forças ilegítimas e legítimas. Conflito ilegítimo, coerção e expropriação, nesta mistificação, incluem motim, rebelião, assalto, esquemas de proteção, roubo e fraude; que resultam de processo de mudança e desordem. Conflito legítimo, coerção e expropriação, seriam então guerras, controle de multidões, pena de morte, prisão, tributação e apreensão de bens por dívida; tudo isso resulta de processos de integração e de controle. Os mesmos atos, de fato, mudam de ilegítimos a legítimos se uma autoridade constituída executá-los. Matar aparece em ambas as colunas, mas com valores muito diferentes. Os valores dependem se o assassino é um soldado, um policial, um carrasco, ou um indivíduo independente (1984, p. 56).⁷¹

Essa é uma rica discussão que ocuparia outro trabalho de dimensões significativas e cujo escopo foge ao objetivo deste. Cabe, então, seguir a direção da pesquisa e da aplicação desse debate na

⁷¹ “All the pernicious postulates assume sharp separation between the worlds of order and disorder. The most explicitly political application of that assumption separates illegitimate and legitimate forces from each other. Illegitimate conflict, coercion, and expropriation, in this mystification, include riot, rebellion, assault, protection rackets, robbery, and fraud; they result from process of change and disorder. Legitimate conflict, coercion and expropriation then, include war, crowd control, capital punishment, imprisonment, taxation, and seizure of property for debt; all of them presumably result from processes of integration and control. The very same acts, indeed, switch from illegitimate to legitimate if a constituted authority performs them. Killing appears in both columns, but with very different values. The values depend on whether the killer is a soldier, a policeman, an executioner, or a private person.”

compreensão da acumulação social da violência no Espírito Santo, tomando-a como um processo contínuo, embora não linear e não causal, além de multivariado. Tomam-se, como base, as ideias de capital e coerção, à medida que representam formas relacionais dos indivíduos em sociedade.

Na análise que se segue, assume-se como referência a proposta de Tilly (1996) no que se refere à sua interpretação do processo de consolidação do Estado Nacional na Europa. Ressalte-se, porém, uma advertência quanto aos limites dessa aplicação: o Espírito Santo não é um estado nacional, e, sim, faz parte de um; e o processo de construção do Estado Nacional, no Brasil, deu-se num contexto diferente em relação aos países europeus. O objetivo é, então, explorar as possibilidades explicativas considerando as ideias inspiradas por esse autor, na expectativa de acrescentar novas formas de compreensão para o histórico de violência no Espírito Santo que, a partir dos anos 90, viria a ser considerado um dos estados mais violentos da federação.

CAPITAL, COERÇÃO E O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Da vasta obra de Charles Tilly pouca coisa foi traduzida para o português. Em outros países, sua sociologia histórica já, há anos, exerce grande influência, tendo o autor se tornado um dos grandes expoentes desse campo do conhecimento que, no Brasil, não é percebido como um campo à parte da Sociologia ou da própria História.

Uma peculiaridade do pensamento desse autor no âmbito dessa proximidade entre Sociologia e História consiste em relacionar fenômenos sociológicos específicos com processos concretos de mudanças sociais em grande escala. É o que ele faz em *Capital, Coerção e Estados Europeus*, um de seus mais famosos trabalhos (traduzido para o português), que busca, considerando o olhar sociológico, compreender a formação dos Estados Nacionais europeus ao longo de 1000 anos. Para tanto, toma como eixo principal a relação entre o capital e a coerção.

Monsma, na apresentação da edição brasileira dessa obra (1996), nos diz que

Tilly estabelece uma relação entre os Estados e os esquemas de chantagem em que criminosos organizados ameaçam com violência e depois cobram um

pagamento em troca de “proteção” contra essa ameaça. Segundo Tilly, um Estado institui esse sistema quando a repressão do Estado representa maior perigo para o bem-estar de sua população, ou quando ele próprio inventa ou provoca inimigos, domésticos ou estrangeiros, contra os quais fornece “proteção”. Isso constitui uma caracterização particularmente hábil da formação inicial do Estado na Europa. Muitas vezes a distinção entre guerreiros, bandidos e governantes não era muito clara. Depois que um guerreiro e seus seguidores, mediante a subjugação dos oponentes, monopolizavam a violência dentro de determinado território particular, poderiam extorquir tributos para sustentar novas guerras e tentar ampliar o território sob o seu domínio (p. 24).

Comerciantes que aderem a esse sistema ao cooperarem financeiramente com os guerreiros obtêm significativa vantagem sobre seus competidores, uma vez que a própria organização ainda em formação – o Estado – garante, seletivamente, essa proteção, favorecendo mais a quem lhe paga mais. Ao mesmo tempo, grupos de comerciantes excluídos participarão ativamente para que grupos políticos com os quais se identifiquem assumam o monopólio da violência e o controle do território.

Essa estrutura, em que pesem conflitos em certos momentos, favorece o desenvolvimento do capital, que se acumula, concentra-se e financia cada vez mais os exércitos dos guerreiros. Em determinado momento, esses grupos saem da condição de milícias ou bandos para se tornarem exércitos regulares, nacionais, profissionais, nos moldes que conhecemos hoje. Assim, garantem mais estabilidade política e contribuem para a definitiva consolidação do monopólio da violência naquela área.

Distanciando-se de uma perspectiva evolucionista - muito criticada, aliás, por Tilly em outras obras⁷² - o autor entende que o Estado na América Latina alcançou seus contornos em contexto diferente do europeu. Entre os países da América Latina, as guerras se apresentavam menos intensas. As próprias atividades econômicas, com foco agrário e/ou extrativista, dispensavam grandes estruturas burocráticas de tributação, uma vez que bastava fiscalizar os enclaves de exportação. Não havia a necessidade de instrumentos mais complexos de monitoramento da atividade econômica doméstica, além, é claro, da própria condição de colônia experimentada pelos países latino-americanos.

Tal realidade, devidamente advertida pelo próprio autor, não invalida o uso do recurso teórico por ele apresentado para a com-

⁷² Conferir TILLY, 1984.

preensão de realidades diferentes da europeia. O próprio Tilly ressalta não ter pretensão de explicar a formação do Estado fora da Europa e, mesmo em referência ao velho continente, tem pretensões limitadas a identificar algumas conexões necessárias (1996, p.37). Se não é possível tirar conclusões da experiência europeia, assinala Tilly, o que podemos tecer, considerando a argumentação por ele apresentada, são questões importantes sobre o Estado contemporâneo, suas relações com o poder, a força, o uso da violência e a militarização das relações sociais (p.39).

Tilly, ao tratar do lugar reservado aos meios organizados de violência nas transformações dessa forma de governo que passamos a chamar de Estados nacionais, sugere, como analogia, a semelhança entre os estados em formação e o que chamamos, hoje, de crime organizado. A diferença é que os chantagistas – que não são o Estado – atuam sem o beneplácito dos governantes, ou seja, sem legitimidade (2006 [1985]. p. 4). Karstedt observa, a esse respeito, que

A formação e consolidação do Estado, em particular o monopólio sobre a violência que o Estado moderno detém, oferece segurança para alguns e insegurança para os outros; cria estados fortes o suficiente para proteger os direitos de propriedade dos cidadãos e confiscar seus ativos, suas instituições e facilita a prestação de contas; são igualmente poderosos o suficiente para impedir a responsabilização dos funcionários e organizações estatais, e encobrir as suas atividades ilegais (2014. p. 307).⁷³

Assim como é importante destacar a pertinência e as reservas quanto ao uso desse recurso teórico em terras latino-americanas, é relevante trazer as advertências para a aplicação da teoria também em território africano, como o faz Daniel dos Santos. Este autor analisa o caso da formação do Estado angolano e extrai as possíveis contribuições da relação capital x coerção, conforme elaborada por Tilly. Analisa também os limites de sua aplicação para a compreensão da formação de Estados em territórios africanos, trazendo ainda ao debate o papel da colonização para a acumulação de capital na Europa.

⁷³ State formation and consolidation, in particular the monopoly on violence that the modern state holds, provides security for some and insecurity for others; it creates states strong enough to protect property rights of citizens and to confiscate their assets; its institutions facilitate accountability and are equally powerful enough to impede accountability of officials and state organizations, and cover up their illegal activities.

Aplicar a tese de Charles Tilly a Angola ou à África ao sul do Sahara obriga-nos a certa prudência, pois não se trata simplesmente de constatar que o aparelho do pretense Estado foi invadido e controlado por indivíduos que não respeitam as leis desse mesmo Estado, e que, apesar da protecção de que eles gozam, são – na maior parte dos casos – incapazes de transformar a riqueza assim acumulada em capital produtivo. Ele apresenta-se, pois, não só como um obstáculo à construção da identidade angolana, mas também como um freio à formação do Estado angolano, e, por consequência, ao desenvolvimento de uma burguesia nacional (1995, p. 114).

No caso de Angola, e poderia se dizer algo similar do Brasil, a formação do Estado antecede à formação de uma burguesia nacional, produzindo uma hegemonia estatal nos processos e afetando significativamente a ideia de acumulação de capital, sem afetar a concentração da coerção. Segundo Tilly, capital e coerção se retroalimentam. Em Angola – e no Brasil – a coerção vem antes; o capital vem posteriormente e subordinado à coerção, oriunda de um reconhecimento internacional da existência de um Estado que lhe dá autoridade jurídica sobre determinado território reconhecido. Isso sem que as relações de dependência entre capital e coerção tenham se constituído internamente.

Enfim, como ressalta Daniel dos Santos, “Aplicar a tese de Tilly literalmente a Angola [e a qualquer Estado], mesmo sem cair em exageros, seria aceitar que a história é só uma, que não existe espaço para o particular e o relativo” (1995, p. 114).⁷⁴

Na sequência, são desdobradas as ambiguidades desse Estado que provê segurança e insegurança, estando à violência manifesta segundo uma lógica de acumulação de capital e concentração da coerção. A violência, aqui, é tratada em sentido mais geral: agressões, conflitos e também assassinados, sem especificidades estatísticas, uma vez que, em boa parte do período abordado, uma contabilidade dessa natureza seria complexa em qualquer lugar do Brasil, tanto mais no Espírito Santo.

A partir dos anos 80, então, é possível focar a análise com mais clareza no indicador “taxas de homicídios”, por motivos já discutidos neste trabalho. Busca-se, então, tornar visíveis as marcas da acumu-

⁷⁴ É possível que toda essa discussão sobre o monopólio do Estado, sobre a atuação desse Estado associada ao crime organizado se aplique a diversos países, incluindo os da América Latina, sendo um bom exemplo a Colômbia, no tempo dos Cartéis, que dominavam a produção e o tráfico de entorpecentes.

lação social da violência que, embora percebida como novidade no estado, principalmente a partir do fim dos anos 90, estava já registrada na trajetória da região.

CAPITAL, COERÇÃO E ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA

Analisar a lógica capital x coerção pressupõe analisar as transformações que envolvem uma estrutura burocrática, administrativa e, principalmente, política, que reivindicará o monopólio do uso da força⁷⁵, a exclusividade da coerção, à medida que aplica essa coerção na direção da concentração de capital. Há de se esperar que a reação da sociedade a essa coerção se manifeste em momentos nos quais a estrutura coercitiva se encontra em algum dilema ou conflitos internos; ou mesmo quando os próprios desenvolvimentos das estruturas levem à percepção de que seja possível alcançar patamares mais altos de benefícios na barganha da submissão. Pode-se depreender daí que há uma relação entre os fatores políticos que se referem à consolidação, ao controle e à distribuição dos recursos coercitivos entre os grupos dominantes e seu reflexo na violência social e em sua acumulação.

Pode-se perceber claramente como, no fim do século XIX e início do século XX, o Espírito Santo apresentava tanto uma limitada estrutura coercitiva quanto uma insuficiente concentração e acumulação de capital. Tanto em nível local quanto em termos da federação, o estado dispunha de pouca capacidade política, reproduzindo uma condição de exclusão no âmbito nacional, mesmo tão próximo aos mais importantes centros da República. As possibilidades de o estado capixaba garantir reprodução, concentração e acumulação do capital eram restritas. Os manipuladores de capital, no contexto de uma história de autonomia desde os tempos coloniais, providenciavam suas próprias garantias coercitivas sem o apoio do Estado. A expansão dos serviços burocráticos não se fazia urgente, fosse pela atividade econômica - focada na monocultura de café, facilmente tributável nos pontos de comércio sem a necessidade de grandes investimentos no monitoramento da produção - fosse até mesmo pela pouca produção. Caso fosse urgente, não haveria recursos

⁷⁵ O fato de a estrutura “reivindicar o monopólio” não torna o pressuposto “evolucionista” razoável, pois não impõe que, na classificação de quem analisa, se separe as organizações políticas específicas que obtêm sucesso na reivindicação das que não obtêm.

para mais investimentos, porque a baixa disponibilidade de capital no âmbito privado se refletia na pequena capacidade da burocracia regional de impor-se tanto administrativamente quanto coercitivamente. Esse contexto no qual a coerção se concentra em algumas cidades e regiões e em outras as autoridades negociam com as autoridades locais é muito claro no Brasil da época. Em nível nacional, o Espírito Santo preterido em relação a outras regiões com maior importância política e econômica, como São Paulo e Rio de Janeiro. Dentro do Espírito Santo, regiões mais urbanizadas no sul e entorno da capital recebem um tratamento diverso das regiões ao norte do estado (TILLY, 1996, p. 74)⁷⁶.

Misse destaca que o Estado, no Brasil, nunca deteve, em nenhum momento, a completa capacidade de monopolizar a violência física e assumir plenamente a administração de uma justiça que oferecesse igual acesso a todos. Ou seja, sempre houve espaços (2008,374).⁷⁷

Se essa incompletude do monopólio da violência é válida para o Brasil, mais evidente será no Espírito Santo, cuja história está repleta de exemplos de dificuldades significativas na construção de sua burocracia local. Isso se reflete na baixa capacidade de monopolizar a violência e excluir as formas privadas de controle social e mediação de conflitos, exercidas, prioritariamente, pelos fazendeiros - no contexto da Primeira República - tomando outros direcionamentos no decorrer da história do estado. Assim, impõe-se que o aparelho burocrático local se associe à violência privada para a manutenção dos interesses mais amplos do estado e do Estado, ou seja, garanta a acumulação e a reprodução do capital.

O que se põe em questão é justamente como essa incompletude do processo de consolidação do monopólio da violência atua como fator indutor de circunstâncias que intensificam padrões que contri-

⁷⁶ Pode-se dizer que as cidades, mesmo atualmente, apresentam um quadro de concentração da coerção nas áreas centrais, que concentram circulação e residência de classes médias e ou altas, assim como circulação de capital; enquanto nas áreas periféricas que ficam excluídas se dá uma negociação das autoridades com os chefes locais, sejam traficantes, milicianos, líderes comunitários, potentados da área, qualquer um que detenha poder sobre o território.

⁷⁷ Uma questão importante é colocar se algum país alcançou esse pleno monopólio em algum momento, ou se, pela própria normalização das sociedades, a presença do Estado no exercício desse monopólio acaba se tornando menos destacada. Ao se observar o fenômeno do terrorismo nos dias atuais, percebe-se que, por mais estrutura que as agências de segurança e inteligência tenham, não conseguem, eventualmente, impedir que uma violência física de grandes proporções seja perpetrada. A questão que se coloca é se o problema está no alcance do monopólio ou, no limite, até mesmo em sua necessidade.

buem para a expansão da violência em todos os níveis. No caso do Espírito Santo, longe da monopolização pública ou privada, é a fragmentação que vai unir as agências de violência em torno dos projetos comuns desde o início do século XX: “industrializar”, “modernizar” etc. Tal situação acaba obscurecida por ideologias de uma normatização inadequada ou um *déficit* do processo civilizador, os quais transformam objetos da violência em sujeitos de violência.

É importante retomar a discussão de Tilly sobre o fato de as organizações violentas não fazerem nada muito diferente do que os Estados nacionais fizeram ao longo da história, até se tornarem Estados no sentido que entendemos hoje (2004, p. 1). É interessante notar que, no período posterior ao “desarmamento” dos coronéis locais, consequência da revolução de 30 (FACÓ, 2012, p. 212; GUIMARÃES, 2008, p. 161), surge certa proximidade entre a administração estadual e organizações violentas, além do uso das forças policiais para fins privados.⁷⁸

O Espírito Santo vivenciou, ao longo do século XX, a transição de uma organização estritamente focada na violência - que utiliza grupos privados (ou públicos atuando privadamente) para ultrapassar seus limites estruturais, morais e políticos - para uma organização burocrática que, de fato, monopoliza, ou tenta monopolizar, o exercício da violência supostamente legítima. A questão é que a conclusão dessa passagem, a meu ver, é extremamente recente: não se reporta nem ao século passado e não representa mais eficácia desse monopólio. Isso se considerarmos que a violência está ainda mais disseminada que antes. Trata-se de um tipo de “modernização” que demora a produzir seus efeitos pacificadores.

Pistolagem (DOS ANJOS, 2008) e fatos como a “captura”, narrados pelo jornalista Rogério Medeiros,⁷⁹ são também evidências

⁷⁸ Barreira (2008, p. 22) destaca denúncias feitas logo após o massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, de que os proprietários de terra se armaram para defendê-las e que teria havido uma coleta de dinheiro para financiar a Polícia Militar para que reprimisse o MST de forma específica. Um dos pontos importantes nesse episódio é que algumas vítimas do massacre não parecem ter morrido em confronto, mas terem sido executadas, como se houvesse já uma predeterminação de quem deveria morrer no confronto. Não sugere diferenças com os fatos ocorridos na zona rural da região norte do Espírito Santo, cujo principal evento é o massacre do Cotaxé, relacionado ao Estado da União de Jeová e do líder Udelino Alvez de Souza. O episódio será discutido mais adiante.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor e ao Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, na sede do site *Século Diário*, em janeiro de 2013.

importantes de como o poder político utiliza os recursos violentos ilegítimos décadas depois do fim da Primeira República (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 257). Em verdade, esses aspectos, que poderiam ser considerados de uma violência tradicional, de cunho rural, perpassam o tempo até os dias atuais.

O tema da pistolagem no Espírito Santo merece mais atenção. Corre uma expressão jocosa entre diversos atores ligados à violência entrevistados para este trabalho que diz que, quando alguém precisa de um pistoleiro, utiliza o termo “capixaba”: “preciso contratar um capixaba”.

Sendo poucos os trabalhos acerca do tema no estado, destacando-se o de Erly dos Anjos, é útil trazer algumas considerações de Cesar Barreira, que desenvolveu importantes pesquisas sobre a dinâmica da pistolagem com foco nas regiões do Nordeste, com as quais o Espírito Santo compartilha diversas semelhanças. É razoável considerar que as conclusões de Barreira são válidas para o Espírito Santo, até mesmo porque o autor não se detém apenas na descrição do fato: propõe um tipo de teorização que chama de “sistema de pistolagem”.

De início, o autor destaca que os “pistoleiros surgem nas fissuras de um desordenado monopólio da violência [...]”, no qual ainda há espaço para “[...] resoluções de conflitos interpessoais e políticos” por meio da violência (1998, p. 160). Chama a atenção que existe um “sistema de pistolagem”, caracterizado por uma rede de relações “prenhe” de normas e valores sociais (1998, p. 12), na qual o mandante e o pistoleiro são faces de uma mesma moeda, mas em dois pontos diferentes da escala social: no desfecho do crime e nas consequências que podem surgir caso o crime seja descoberto. A pistolagem é, enfim, a evidência crítica da não existência concreta de uma concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade e mais: da ausência de uma mentalidade que considere essa centralização significativa para a convivência social na forma de um Estado Moderno.

Tais práticas deixam transparecer as fissuras do monopólio legítimo do exercício da violência física definidor do Estado Moderno, segundo Max Weber, como também a existência de áreas não pacificadas, demonstrando as fragilidades do “processo civilizador” (ELIAS, 1993) (2008, p. 262).

De acordo com estudos na região Nordeste, e que muito se aproximam da realidade do Espírito Santo, a utilização de pistoleiros nos assassinatos de adversários políticos demonstra a importância do

voto como sustentáculo do poder político, enquanto o assassinato de camponeses mostra a importância da propriedade territorial. Ambas as situações revelam a estratégia voraz utilizada pelas elites para a manutenção desses dois sustentáculos de poder: a política eleitoral e a terra (p. 13). Ao mesmo tempo em que os sucessivos governos estaduais e elites econômicas do Espírito Santo buscavam a “modernização” do estado em termos econômicos, fosse a partir do golpe de 30 ou de 64, eles sustentavam que não participavam desses modelos de dominação econômica e política. Como destaca o próprio Barreira, são principalmente os setores das classes dominantes que mais dificilmente se submetem à modelação social no chamado “processo civilizador” (2008, p. 166).

No decorrer da dinâmica da pistolagem, ocorre uma profissionalização do pistoleiro, o que, atualmente, é uma de suas principais características. Afasta-se do padrão, dos laços tradicionais de lealdade ligados às práticas culturais das áreas rurais e passa a ter suas atividades gerenciadas por um profissional, um intermediário: o corretor da morte. Seus serviços se ampliam para além de uma região e ele acaba comandado não mais pelo potentado rural, mas, principalmente, por “serviços ilegais” (1998, p. 147).

A presença deste intermediário representa a institucionalização de um sindicato do crime, com hierarquia e diferenciação de papéis. A existência do corretor da morte possibilita o anonimato do autor intelectual, como também uma “profissionalização” crescente do pistoleiro (2008, p. 139).

É nesse ponto de profissionalização do pistoleiro que o “sistema de pistolagem” se aproxima do conceito de “empreendedorismo violento” desenvolvido por Volkov (2002) para explicar a situação na Rússia pós-soviética:

Falando de forma simples, o empreendedorismo violento é a forma pela qual os grupos e organizações que se especializam no uso da força ganham dinheiro. [...] Empreendedorismo Violento pode ser definido como um conjunto de soluções organizacionais e estratégias de ação que permitem a força organizada (ou violência organizada) a ser convertida em dinheiro ou outros bens valiosos de forma permanente (p. 27).⁸⁰

⁸⁰ “Simply speaking, violent entrepreneurship is the way in which groups and organizations

Ora, se considerarmos o que nos diz Erly dos Anjos sobre o fenômeno da pistolagem no Espírito Santo, podemos perceber uma clara correlação com o conceito:

Crime de mando, ou aquele encomendado por meio de uma rede em que atuam vários atores sociais, parece sobressair no Espírito Santo. Esta modalidade de crime que deixa de ser um fenômeno tipicamente rural, como modo de se resolver (sic) litígios por posse de terras ingressa no cenário urbano e adquire racionalidade empresarial. Ao se relacionar com poderes instituídos, passa a contar com o aval de setores da sociedade. Em geral, quando se deparam com situações de conflitos que não podem ser enfrentados pela via legal, como: lidar com um adversário político, resolver desafetos pessoais, dar fim às ações de um cônjuge inconveniente ou de desentendimentos com um vizinho cogita-se usar de outros meios que não sejam socialmente aceitos. Quando isso ocorre pode-se dizer que se está agindo dentro da lógica oriunda do sistema de pistolagem; isto é: recorre-se a códigos de uma justiça particular e às margens do funcionamento pleno das instituições (em particular das instituições jurídicas). Esses tipos de crimes que se instalam em organizações informais, mas têm um “braço” no crime organizado, caracterizam-se por um alto grau de racionalidade empresarial, cobertura jurídica e se valem do sigilo: sabe-se quem matou, mas contra ele nada se consegue provar (2008, p. 186-7).

Barreira afirma que existem dois blocos dentro da rede da pistolagem. O primeiro é composto por pistoleiros, intermediários e mandantes, que são a parte mais visível; o segundo é o bloco de retaguarda, que consiste em operadores do sistema judicial e de órgãos de segurança que garantem a impunidade do crime. (1998, p.157)⁸¹

O autor afirma ainda que dois pontos são fundamentais para se entender o espaço que a pistolagem ocupa em uma sociedade moderna, considerando-se os sinais visíveis que essa “modernidade” deixa a respeito de uma violência legítima e monopolizada. Sinais esses que são um convite aberto à violência exercida por diferentes interesses que buscam reafirmar seus lugares ou resolver problemas litigiosos. (p.17)

É perceptível que se manifesta no Espírito Santo, desde o fim do século XIX, a precariedade da consolidação tanto da capacidade

that specialize in the use of force make Money. (...) Violent entrepreneurship can be defined as a set of organizational solutions and action strategies enabling organized force (or organized violence) to be converted into money or other valuable assets on a permanent basis.”

⁸¹ Nesse sentido, a Scuderie Le Cocq, que vai ser discutida em capítulos posteriores, consiste em um completo “sindicato do crime”, uma empresa de violência com ciclo completo, que vai desde o agenciamento à retaguarda para a execução do serviço.

de coerção quanto da acumulação e da concentração de capital na subunidade nacional Espírito Santo. Tal fato produz efeitos no governo local, na relação com as classes que o dominavam e sobre as quais ele se impunha como dominação. Isso, além de tornar evidente a dependência em relação às agências privadas de proteção e a resolução de conflitos relacionados ao poder, entre as quais as redes de pistolagem eram elemento fundamental. Tudo para garantir, ao longo do processo, uma acumulação de capital, uma estrutura de tributação e, enfim, a capacidade coercitiva necessária e suficiente para não mais dispor das agências privadas de gerenciamento do uso da força. Novamente, recorremos a Tilly (1996), que afirma:

A história diz respeito ao capital e à coerção. Narra os recursos que os aplicadores de coerção, que desempenharam um papel importante na criação dos estados nacionais, extraíram, para os seus próprios propósitos, dos manipuladores de capital, cujas atividades geraram as cidades (p. 63).

Mesmo não sendo um Estado no sentido estrito do termo, e, sim, parte de um, a história do Espírito Santo nos permite observar como se combinam situações específicas de aplicação de coerção, concentração e extração de capital para subsídio do aparelhamento estatal.

A baixa capacidade de coerção - associada à baixa capacidade de acumulação e concentração de capital herdada do destino que o Império impôs a essa região - deu o tom de seu desenvolvimento: produziu um estado federado incapaz de impor-se em nível nacional em termos políticos e econômicos. Independentemente disso, suas elites e a sociedade em geral foram afetadas da mesma forma pelas ideologias desenvolvimentistas e pelas intempéries econômicas que alcançaram o Brasil e o mundo.

Diferentes combinações de capital e coerção produzem tipos diferentes de Estados. No caso do Brasil, com enorme território formado em diversidade regional, geográfica, política, histórica e cultural, é justo supor que capital e coerção se combinaram diferentemente em subunidades nacionais. Isso produziu realidades distintas que oscilam entre a força do poder local e a submissão ao poder central em busca de hegemonia. Deve-se levar em conta, ainda, a relativa independência que os estados alcançaram, principalmente na Primeira República, no conjunto do movimento pendular que caracteriza a

maior ou a menor autonomia de poder regional em cada época da história do país.⁸²

É importante ressaltar que as elites políticas e econômicas do Espírito Santo (assim como de diversos estados) viviam o dilema de buscar a modernização sem perder de vista a manutenção de estratégias extras (ou paralelas à legalidade) de manutenção de seus sustentáculos de poder: a terra e o controle político. Havia certa resistência de segmentos importantes dessas elites a ventos modernizantes que viessem comprometer esses sustentáculos, principalmente nas regiões em que eles se faziam mais presentes. Nas regiões do estado, em especial na metropolitana, em que a terra não era um valor tão significativo e os votos poderiam ser conquistados por outras estratégias (populistas), a tendência era buscar a modernização do Estado e, consequentemente, do poder local.

A ruptura do modelo de autonomia das unidades federadas decorrente do golpe militar de 64 encerra, temporariamente, o dilema, impondo um modelo de desenvolvimento baseado na indústria (sem terra) e no autoritarismo (sem voto). Iniciam-se enormes esforços na direção da modernização do país em todos os aspectos. Esse impulso se sustenta em uma idealização que põe o “industrializado” como ponto a ser alcançado em uma trajetória normal de desenvolvimento.

O Espírito Santo, desprovido dos meios coercitivos e dos capitais necessários para adentrar essa realidade, mesmo localizado tão perto das regiões mais prósperas do país, passará o século XX como o adentrou: em busca de compensar, a qualquer custo, o “atraso” em seu processo de “modernização”. Naturalmente, houve resistências, remodelamento dos pactos locais de dominação e reorganizações que, no entanto, não resistiram à força da ideologia desenvolvimentista que se colocava em nível nacional e internacional.

O impacto das reações a essas pressões se dá de forma quase insignificante no contexto internacional, e pouco relevante no contexto nacional, dada a pequena importância econômica do estado no contexto da federação, mas é muito relevante quanto à sociedade capixaba. Em outras palavras, o Espírito Santo influencia muito pouco de baixo para cima, em termos da federação. Por um lado, ele afeta

⁸² Reporto aos estudos de Faoro, em “Os Donos do Poder” (FAORO, 2001), sendo também interessante se observar Victor Nunes Leal em “Coronelismo, enxada e voto”. (LEAL, 2012)

muito pouco as decisões nacionais; por outro, é fortemente impactado pelas decisões nacionais tomadas de forma generalista e sem levar em consideração as peculiaridades regionais, principalmente nos ciclos autoritários de 30-45 e 64-89.

Desde o período Imperial, a combinação de decisões macropolíticas, fraqueza econômica da região e oscilações nas tendências de centralização/descentralização que marcaram a formação do estado brasileiro (FAORO, 2001) afetaram fortemente essa subunidade nacional. Os capixabas muito mais lidavam com as consequências das decisões nacionais do que as influenciavam. Já no fim do século XIX, impunha-se o debate autonomia versus centralização, que ocupou diversos intérpretes da sociedade brasileira, assim como os limites da intervenção do Estado na economia em suas diversas nuances.

A situação desvantajosa dos poderes locais em relação aos nacionais, em decorrência da inserção tardia do estado na economia nacional, em especial na região sudeste, gera decisões, ações e reações das elites governantes locais e da sociedade quanto ao “desenvolvimento” nesse contexto desfavorável. Dependendo dos grupos que alcançavam a hegemonia política e predominavam politicamente no estado, alternavam-se objetivos em relação ao gerenciamento do capital. Em certos momentos, o objetivo era preservar estruturas tradicionais das ondas industrializantes e modernizantes que se impunham na pauta do país; noutros, a ânsia visava acelerar processos desejáveis de modernização, intensificando, conscientemente ou não, aspectos indesejados resultantes desse processo.

As relações de autoridade no Espírito Santo permaneceram, durante muito tempo, dentro do estilo de grandes proprietários rurais. Ou seja, sustentadas na dependência do café, que seria o principal elemento da economia capixaba até o fim da década de 60 do século XX. Ressalta-se que a própria fraqueza desses proprietários e a fragmentação das grandes propriedades em algumas regiões no início do século XX afetaram a consolidação da coerção e do capital. Isso gerou situações específicas, que poderíamos apresentar na forma de uma hipótese a ser explorada: a necessidade de mais coerção para compensar o desequilíbrio acumulação/concentração de capital x gestão da coerção. Tal fato geraria um contexto ainda mais autoritário que justificaria o uso de meios ilegítimos para essa coerção,

assim como a neutralização moral das suas consequências⁸³. A fragilidade do pacto de dominação, sustentada pela fraca acumulação/concentração de capital, exige mais violência para que se imponha, pelo grupo dominante sobre o grupo dominado, qualquer forma de hegemonia. Quando a estrutura burocrática não é capaz de oferecer essa coerção, esta é buscada em fontes privadas.

Das prestadoras de serviços complementares à estrutura precária de coerção, temos uma trajetória que se acrescenta de novas configurações sociais mais ou menos porosas à violência. Como resultado da estrutura coercitiva precária por parte do “Estado Nacional”, temos os exércitos particulares dos fazendeiros, no início do século, passando pelas agências de gerenciamento da violência, encarregadas de solucionar, “a valores”, conflitos em diversos âmbitos. Isso até os anos 80, quando se deu a disseminação dos homicídios entre populações de regiões oriundas das formações urbanas a partir do grande salto de industrialização.

Os anos 80, com o fim do ciclo dos grandes projetos, uma tentativa então mais recente de “acelerar” e compensar as defasagens no “desenvolvimento” do estado, combinam com a intensa migração e com uma desorganização territorial. Os resultados se mostram em uma urbanização acima da capacidade de controle da estrutura burocrática e coercitiva que se constituiu na região ao longo do século XX, que se encontrava fragilizada no momento de abertura política do país.

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Pode-se perceber, com muita clareza, no Espírito Santo do Estado Novo, o quadro que José Maurício Domingues considera típico em todo o processo de desenvolvimento brasileiro: de uma “modernização conservadora” (2004, p.188). Esse conceito foi desenvolvido por Barrington Moore JR (1973) para explicar os processos de modernização observados na Alemanha e no Japão que, segundo o

⁸³ Decker (2013, p. 136) afirma que a relação entre privação relativa e atitudes antidemocráticas foi confirmada por diversos estudos. No decorrer do artigo, o autor aprofunda essa ideia, apresentando indícios empíricos para sustentar que uma situação desvantajosa em termos materiais está fortemente ligada a atitudes autoritárias. O estudo é complexo e envolve situações específicas. Contudo, é uma possibilidade de análise interessante a ser perseguida no decorrer da pesquisa. O autor usa o termo “narcissistic fellings.”

autor, se fizeram sob o controle das elites agrárias antes dominantes. A preservação de massas rurais no norte do Estado, a associação do novo regime, ainda que em outros termos, às oligarquias agrárias predominantes da República Velha e a contemplação de seus termos são apenas alguns aspectos que sustentam essa interpretação. Poderíamos enquadrar o caso do Espírito Santo também como uma “modernização autoritária” (REIS, 1979) ou um “reformismo autoritário” (ACHIAMÉ, 2010). Todavia, a questão que se levanta é saber em que medida houve qualquer tipo de modernização significativa no estado. De acordo com Sallete (1996, p. 153), em 1940, havia, no Espírito Santo, 505 propriedades produzindo café em grande escala e empregando apenas 25 mil trabalhadores das mais de 200 mil pessoas empregadas na agricultura. Em que pesem inegáveis avanços organizacionais e de aparelhamento do estado quanto a serviços públicos e ampliação das próprias atividades típicas do estado, o que ocorre concomitantemente ao enfraquecimento das velhas oligarquias, percebe-se a manutenção das formas de produção e dominação.

Com o retorno à democracia entre Vargas e a Ditadura Militar, as velhas formas políticas da Primeira República ressurgem com novas roupagens e estratégias, num coronelismo adaptado aos novos modelos político-jurídicos. Na visão de um dos personagens políticos capixabas mais importantes do período, Carlos Lindemberg,⁸⁴ trata-se de um “coronelismo esclarecido” (ACHIAMÉ, 2010, p. 222), no qual os valores fundamentais de honra e lealdade, típicos das relações coronelísticas da Primeira República, seriam mantidos sob um viés desenvolvimentista.

Em entrevista, Rogério Medeiros⁸⁵ relatou-me os fortes vínculos do PSD, partido de Carlos Lindemberg, com as mais variadas formas de violência política. Uma dessas formas, a “captura”, ilustra bem os métodos da época. De acordo com Medeiros, a captura consistia no sequestro de lideranças políticas opositoras por parte da polícia às vésperas da eleição, criando um vazio para a atuação dos represen-

⁸⁴ Carlos Fernando Monteiro Lindemberg era descendente da principal oligarquia política do Espírito Santo na Primeira República. Seus tios Jerônimo e Bernardino Monteiro foram das mais importantes personalidades do estado, tendo ocupado diversos cargos no governo capixaba. A família Monteiro Lindemberg é, hoje, proprietária do maior grupo de comunicações do estado, a *Rede Gazeta*.

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor e ao Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes na sede do site *Século Diário*, em janeiro de 2013.

tes políticos situacionistas. Nem sempre as lideranças voltavam. Dois importantes personagens desse período foram o Tenente Scárdua

Com o desbravamento e a conquista das terras de Baixo Guandu, município que fica nas proximidades da fronteira de Minas, os homens que lá chegavam tinha que ser duros para conservar as suas conquistas. As lutas se sucediam, as mortes eram diárias e impunes. Eram os velhos tempos, onde tudo se resolvia à bala, e a lei era impotente para decidir quem tinha razão. Os 38, os 45 e os rifles eram mais convincentes. Foi nesta guerra que cresceu José Scárdua. Foi desta época difícil que adveio sua fama. Os governos depois usaram-no. Acabou na polícia e chegou a frequentar o Palácio Anchieta e conversou com os poderosos do dia. Durante toda a década de 50 e grande parte da década de 60, as mortes, os crimes, as tocaias se sucediam. E foram surgindo nomes: os irmãos Paiva, Antônio Pinto, João Pinto, Major Orlando, os Barros e, acima de todos, o tenente José Scárdua.⁸⁶

E o emblemático Coronel Bimbim, que atuou da última década da Primeira República até os anos 60:

No caso específico do coronel Bimbim, apesar de a região ter reunido, no seu período, os maiores matadores de sua história, tendo tido entre eles figuras legendárias como o tenente José Scárdua, nenhum deles, no entanto, deixou de prestar-lhe reverência e obediência. Era saudado como o principal chefe do crime, numa extensão territorial em que cabiam meio Espírito Santo e uma parte de Minas Gerais. Seus poderes sobre a vida dos que habitavam essa região foram de tal ordem que um de seus sobrinhos-netos, Raul Cipriano, 60 anos, chega à ousadia de afirmar agora que “não caía uma folha de uma árvore em seu território de mando que não obedecesse a um desejo seu”. Imagem que não está de todo dissociada do que ainda hoje dizem antigos moradores das cidades de Baixo Guandu (ES) e Aymorés (MG), assegurando que “ninguém partiu de lá para outro mundo, de morte matada, que não fosse por uma decisão dele”.⁸⁷

⁸⁶ Em 1982, na revista *Agora*, Rogério Medeiros e Cláudio Bueno rocha escreveram sobre a morte de um dos homens mais temidos do Espírito Santo: Tenente José Scárdua. A morte de um homem: Tenente Scárdua.

⁸⁷ Ainda de acordo com a reportagem, “Cálculos mais exagerados dão conta de que Bimbim, nos seus 40 anos de domínio sobre o Vale do Rio Doce, foi responsável por cerca de oito mil mortes. Seus parentes não reagem contra esses números, mas observam que, desses oito mil, além dos que ele próprio executou e dos que mandou executar, devem constar também as mortes pela quais não moveu uma única palha para evitá-las.” MEDEIROS, Rogério. Ele impôs a paz dos cemitérios na região do Contestado, contabilizando em sua biografia política oito mil mortes. (em arquivo).

É uma hipótese que as relações coronelísticas acerca das quais Carlos Lindemberg manifesta seu saudosismo - baseadas em rígidos códigos de honra e lealdade - atribuísem alguma previsibilidade ao sistema político e que isso resultasse em menos conflitos. O rompimento dessas relações sem uma mudança significativa da paisagem econômica e social em que elas se davam e o controle mais rígido sobre o processo eleitoral são fatores que, combinados, podem ter tido um efeito de intensificação, disseminação e racionalização da violência política, ilustrado, principalmente, pelo fenômeno da pistolagem.

A política federal de erradicação dos cafezais, nos anos 60, somada à ideia de que a industrialização seria a única forma de redenção do Espírito Santo quanto a sua situação de inferioridade contribuiu para desagregar definitivamente os arranjos oligárquicos da Primeira República ainda vigentes. A falência de pequenas e médias propriedades e, consequentemente, a intensificação da migração para os centros urbanos reduziram ainda mais a intensidade da vida no interior. Em algumas áreas rurais ao norte do estado, houve uma ainda mais concentração de terras nas mãos de latifundiários⁸⁸. Na região metropolitana e nas cidades principais, surgem periferias urbanisticamente precárias.

Conforme será visto com mais ênfase no próximo capítulo, Daré (2010) apresenta uma forte argumentação em favor da ideia de que a “crise” que sustenta a ampla erradicação dos cafezais capixabas foi uma construção produzida em linguagem tecnicista, que buscava legitimar uma virada do estado na direção dos segmentos industriais. Mostra ainda que essa construção encontrou objeções em políticos tradicionais, como o próprio Carlos Lindemberg (p. 42), que não puderam resistir à ascensão da ditadura militar e o consequente fortalecimento das instituições representantes do interesse industrial alinhadas com regime que se iniciava com foco no desenvolvimentismo autoritário.

Já no primeiro governo indicado pelos militares, a sociedade capixaba se defronta com acusações de envolvimento do secretário de segurança, José Dias Lopes, irmão do governador, com crimes bárbaros. Tortura, extermínios, ocultação de cadáver, crimes de mando,

⁸⁸ Embora o Espírito Santo seja considerado um caso atípico no cenário nacional em termos de distribuição de terra, a generalização ignora a especificidade. Como temos argumentado aqui, a distribuição de terras mais igualitária se concentra na região Sul. A região Norte é marcada por uma concentração de terras e vive uma tendência ainda maior de concentração. Estudo, a esse respeito, Bernardo Neto (2009).

assassinato de testemunhas de fraudes financeiras teriam sido realizados sob o comando do próprio secretário, quando não a seu pedido. Boa parte dos registros sobre esse período foi reunido no livro de Ewerton Montenegro Guimarães (1978), que pretende mostrar a “verdadeira história do Esquadrão da Morte”. A obra se sustenta em uma farta documentação reunida pelo autor, que era advogado e atuou em alguns dos casos discutidos no livro. Apresenta um quadro estarrecedor de violência policial na capital capixaba. O contexto retratado pelo autor inclui relações entre a polícia e crimes de furto, extorsão, fraudes. Trata-se de um quadro que abrange desde pequenos objetos até casos mais graves envolvendo corrupção e fraude no âmbito das agências de segurança do governo estadual.

O depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra a Rogério Me-deiros e Marcelo Netto nos permite observar as atividades criminosas da polícia sob os auspícios da Ditadura Militar nos anos 70, como, por exemplo, a cobertura ao jogo do bicho, os assassinatos encomendados de criminosos concorrentes e de testemunhas. O sucesso de Guerra como “matador” o levou a ser convocado pelos militares para o extermínio de militantes de esquerda, chegando a ser comparado ao famoso delegado paulista Fleury. Sem entrar no mérito da veracidade da informação do depoente, Guerra afirma sobre o início de sua carreira:

Com o célebre coronel PM de Minas, Pedro Ferreira dos Santos, que tinha base em Governador Valadares, participei de várias diligências para combater o banditismo na fronteira capixaba. Deixamos marcada a nossa passagem por lá com a eliminação, de uma só vez, de cerca de 40 pistoleiros e algumas lideranças camponesas. Em seguida, vim para Vitória e ingressei na Polícia Civil. Se lá servi às elites rurais, no Espírito Santo prestei serviço às elites políticas, ocupando os principais postos daquela corporação. Como delegado do DOPS, estabeleci ligações com o regime militar. Participei das execuções de terroristas em vários pontos do país e também estive presente aos atentados que visavam à ampliação da vida do regime militar (2012, p. 32).

O depoimento do ex-delegado é um forte indicador de transição da violência das áreas rurais para as áreas urbanas e revela a manutenção do uso das forças públicas para interesses políticos e econômicos das elites capixabas. Nesse contexto, novamente percebemos com clareza a presença dos empreendedores violentos, que utilizam o mandato público da ordem para extrair lucros da própria possibilidade ou força da violência que gerenciam.

O trabalho de Guimarães (1978), focado nos autos e nas notícias da época, evidencia, de forma muito clara, que os extermínios decorriam da extorsão financeira sobre negócios ilícitos, queimas de arquivo, sempre com um viés de teor mais econômico e menos ideológico. Pode-se observar no depoimento de Cláudio Guerra que, no vazio resultante da desagregação da organização de extermínios do Regime Militar, ex-membros passam a usar suas habilidades no uso da violência para auferir lucros que em nada se relacionam com qualquer vocação política idealista.

Tudo isso mostra que as agências violentas que aterrorizarão o Espírito Santo nos anos 90, no auge da crise que pôs o estado em evidência nacional, já estavam presentes décadas atrás, não apresentando novidades significativas em seu modelo.

O CASO ARACELLI

Outro fato que ilustra o contexto da violência no Espírito Santo antes dos grandes fluxos migratórios, da desaceleração industrial, da “explosão” de violência dos anos 80, é o assassinato de Aracelli Cabrera Crespo.

De acordo com registros coletados por José Louzeiro,

Aracelli morreu numa bacanal de tóxicos. Aplicaram uma dose muito violenta nela. Quando perceberam seu estado, foram com ela para o Hospital Menino Jesus, mas já ‘tava’ morta. Os médicos se recusaram a fazer o encaminhamento do corpo, o que seria mais tranquilo para os assassinos. Diante dessa dificuldade, levaram o cadáver para a Boate Franciscano, colocaram num freezer de sorvete, enquanto pensavam numa maneira de sumir com ele. Depois disso, veio a ideia do ácido – quem sabe obtido no próprio Hospital Menino Jesus? – e o abandono da menina no matagal. Ali, não fosse o garoto que caçava passarinhos, jamais seria achada. Ao mesmo tempo, estaria num local que os próprios matadores poderiam controlar com relativa facilidade (2012, p. 122).⁸⁹

⁸⁹ LOUZEIRO, José. Aracelli, meu amor. São Paulo. Prumo, 2012. Esse trabalho é jornalístico, mas um pouco romanceado e permeado por alguns aspectos estranhos à produção do conhecimento científico. Tomei-o como fonte por não se tratar de ponto importante do estudo. Caso o leitor tenha interesse em se aprofundar, sugiro buscar os documentos da CPI na Assembleia e outros depoimentos.

Os suspeitos de terem assassinado eram Paulo Constanteen Helal, o Paulinho, e Dante de Brito Michelini, o Dantinho, então jovens membros de duas das mais importantes famílias da capital capixaba⁹⁰. Relatos jornalísticos dão conta de que os dois lideravam um grupo de jovens que se drogava com LSD e cocaína em festas nas quais violentavam meninas e adolescentes. Louzeiro relata em um livro-reportagem as idas e vindas da investigação da morte da menina, as mortes misteriosas de pessoas ligadas ao acontecimento e o dia a dia da CPI instalada na Assembleia Legislativa por iniciativa do então deputado Clério Falcão, em 1975, para apurar as circunstâncias do assassinato.

O dia do assassinato da menina, num ato simbólico, se tornou o “Dia nacional do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”. Com relação aos suspeitos,

em agosto de 1977, o juiz Hilton Sily (falecido em abril passado) determinou a prisão de Dante de Brito Michelini e Paulo Constanteen Helal, pelo assassinato de Araceli, e de Dante Barros Michelini, acusado de tumultuar o inquérito para livrar o filho. Em outubro do mesmo ano, eles já estavam soltos e o juiz havia sido “promovido” a desembargador. Em 1980, Dantinho e Paulinho foram julgados e condenados, mas a sentença foi anulada. Em novo julgamento, realizado em 1991, os réus foram absolvidos.⁹¹

Até hoje, ninguém foi condenado por esse crime. Em torno do episódio de Araceli, estima-se que tenham ocorrido outros assassinatos: o de um usuário de entorpecentes inicialmente acusado do crime, cuja morte foi resultado de uma troca de remédios no hospital ligado à família de Paulo Constanteen Helal, um dos suspeitos; o de Jorge Michelini, tio do suspeito Dante de Brito Michelini, que teve o carro atingido de madrugada por um ônibus que só deveria estar circulando até meia-noite; um policial que investigou o caso no início, um mecânico e um porteiro ligados às famílias dos suspeitos.

Outra vertente do caso Araceli que não veio à tona foi-me narrada por um informante, ex-delegado,⁹² que participou de uma segunda investigação a respeito do caso:

⁹⁰ Uma importante Avenida de Vitória se chama Dante Michelini, em referência ao pai de um dos suspeitos.

⁹¹ Ver <<http://jornalggn.com.br/fora-pauta/18-de-maio-caso-araceli>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

⁹² Entrevista realizada dia 02 de julho de 2015 na residência do entrevistado. Foi gravada, transcrita e encontra-se disponível para fins de comprovação.

[...] um dia, quando eu ‘tava’ de plantão, chegou uma denúncia que tinha uma mulher aqui na Serra maltratando uma criança. Aí eu mandei uma equipe lá. Chega lá, uma surpresa: quem que era essa mulher? A “entre aspas” mãe da Aracelli, com uma menina idêntica a Aracelli e também boliviana. Trouxe ela, a ‘mãe da Aracelli’, e essa criança. Mande buscar em casa. No plantão, fez o ‘autocorpo delito’ da criança. A criança, os mamilos dela aqui tinham mordidas de quase arrancar o peito. Os órgãos genitais da menina, feridos “de dedo”. E quem ‘tava’ fazendo aquilo com ela? A ‘mãe da Aracelli’ – porque a ‘mãe da Aracelli’ preparava as meninas ‘pra’ poder entregar ‘pros’ ricaços depois usar (sic). Então, ela trazia meninas lá da Bolívia ‘pra’ poder servir a... e outros e outros. Aí, então, havia na realidade um tráfico dela trazendo garotinhas ‘pros’ pedófilos. Naquela época, ainda não existia esse termo ‘pedófilo’. Na investigação, eu avancei mais. Ela punha que a Aracelli tinha nascido no hospital numa cidade São Vicente, em São Paulo. Fui nesse hospital e verifiquei que não tinha nascimento da Aracelli. Então, eu iria provar que a Aracelli, a exemplo daquela menina, tinha sido trazida também e que não era filha nada. Sou chamado no gabinete do governador e do secretário ‘pra’ parar com a investigação, devolver todo o material que eu tinha e... Acabou.

O entrevistado afirma ainda que os acusados não foram condenados porque o julgamento e a investigação seguiram um caminho equivocado. De acordo com o depoimento, o tipo de acontecimento envolvendo Aracelli não era incomum nos anos 70 e reunia o mesmo público: classes sociais abastadas, consumidora de entorpecentes, implicados em pedofilia, tráfico e exploração de menores. A indicação que emerge dessa narrativa é que não havia interesse dos governos da época em esclarecer totalmente os fatos.

O caso de Aracelli interessa à medida que se constitui como evidência de que o tráfico de drogas, os assassinatos, a violência contra menores e o clima violento em geral vem de antes do período de crescimento das taxas de homicídios no estado. Mostra claramente: incapacidade de prestação jurisdicional já naquela época, com um número quantitativamente menor de ocorrências; atuação ambígua da polícia e da justiça; omissão, no mínimo, dos governos em certos casos, quando não acobertamento. Nos anos 80, enquanto Cláudio Guerra atua sob as ordens de sua organização no âmbito do regime militar visando prolongar esse regime por meio de atentados, as denúncias de Ewerton Montenegro Guimarães (1978) pouco efeito causaram em termos de punição judicial. O caso Aracelli não deu em nada, assim como tantos outros crimes da época.

O estado inicia o fim de seu ciclo de aceleração do crescimento. Esses investimentos do período militar, que ficaram denominados como os “Grandes Projetos”, se concentraram na capital e no norte do estado. Como vemos no quadro adiante, apenas uma cidade ao sul de Vitória consta na lista dos empreendimentos: Anchieta.

Situações como as descritas - que se acumulam e vão compor, com mais intensidade, o quadro dramático do fim dos anos 90, início dos anos 2000, já sob o efeito dos impactos migratórios e da queda do crescimento do estado e da geração de emprego - são temas discutidos em capítulo posterior. Interessa, nesta parte do trabalho, destacar que esse quadro apresentado, muitas vezes como novidade, é, em verdade, uma continuidade de processos que já vinham ocorrendo no estado há muito tempo. Se, de fato, houve um aumento quantitativo, não se pode dizer que qualitativamente houve grandes mudanças ou rupturas no que se refere à crise do pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

O ESPÍRITO SANTO NOS TEMPOS DA DITADURA

Do ponto de vista da violência política, durante anos vem predominando, no Espírito Santo, a ideia de que a ditadura militar no estado teria sido quase imperceptível em seus efeitos. Muito pouco se destacou em termos de torturas e desaparecimentos ligados ao regime militar, a ponto de se ignorarem as consequências de violência da ditadura no estado. No entanto, Fagundes e Ângelo (2014, p. 168) advertem que

Se analisarmos os dados apenas do ponto de vista da extensão territorial do Espírito Santo, chama a atenção o fato de o estado somar mais denúncias de tortura que outros muito maiores como Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No quadro elaborado a partir da análise de quase 10 mil processos do Superior Tribunal de Justiça Militar (STM), outro destaque é o fato de também existirem mais casos de denúncias contra capixabas dos que foram denunciados no estado de Goiás, local em que de fato foi registrada a ação de grupos da esquerda armada.

Em 2014, veio à tona o depoimento da jornalista Mírian Leitão, então estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo (em 1972), presa e torturada, submetida a condições degradantes: nua em um quarto escuro na companhia de uma cobra, com a agravante

de estar grávida.⁹³ De acordo com o depoimento de Rubinho Gomes, que acompanhou os fatos relativos à prisão de Mirian Leitão, a jornalista, depois da prisão, assim como outros profissionais, foi perseguida pelo então governador biônico do estado, Elcio Álvares, que

Tão logo foi escolhido, com suas íntimas relações com seu financiador político João Santos Filho, Elcio passou a interferir diretamente na redação de A Tribuna. Foi quando ele exigiu da direção do jornal a demissão da jornalista Miriam Leitão (que havia sido presa em 1972) e de outros que ele considerava “subversivos”, como o estudante de Medicina Gustavo do Vale, o jornalista Jô Amado, o catarinense Nei Duclós, entre outros. É bom lembrar que Miriam e Gustavo haviam sido presos naquele grupo acusado de integrar uma célula do PCdoB e que foi vítima de bárbaras torturas no quartel de Vila Velha do 38º Batalhão de Infantaria, fato que acaba de ganhar repercussão nacional, após anos de silêncio.⁹⁴

Quando o relato da jornalista, nacionalmente conhecida por atuar na Rede Globo, notoriamente um dos maiores veículos de comunicação do país, tornou-se de amplo conhecimento, o ex-governador Elcio Álvares rebateu as declarações da jornalista, ratificadas por Rubinho Gomes. Por meio de pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (era então deputado estadual), afirmou desconhecer totalmente qualquer iniciativa de seu governo - e/ou em seu nome - no sentido de prejudicar qualquer profissional. Frisou, no pronunciamento, que era um “cristão praticante e liberal por essência, e que sua conduta era a favor da liberdade de expressão e dos preceitos republicanos.”^{95 96}

⁹³ Miriam Leitão relata torturas sofridas durante a ditadura militar. Ao portal ‘Observatório da Imprensa’, a jornalista contou detalhes da prisão. Grávida do primeiro filho, foi deixada nua junto com uma cobra em quarto escuro. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/miriam-leitao-relata-torturas-sofridas-durante-ditadura-militar.html>. Acesso em: 19 mar. 2015.

⁹⁴ Jornalista diz que Elcio Alvares mentiu ao afirmar que não perseguiu Miriam Leitão - Rubinho Gomes, que passou por *A Gazeta* e *A Tribuna*, revela os bastidores da perseguição implacável do governador da ditadura a jornalistas. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/18499/12/jornalista-diz-que-elcio-alvares-m>>.

⁹⁵ Elcio Alvares rebate acusações da jornalista Mirian Leitão. Jornalista disse ter sido torturada no Espírito Santo e que Elcio, quando governador, pediu sua demissão de um jornal do estado. O deputado negou as acusações. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/2014/08/elcio-alvares-rebate-acusacoes-da-jornalista-mirian-leitao.html>>. Acesso em 19 de março de 2015.

⁹⁶ Em seu mais recente mandato de deputado estadual, Elcio Álvares foi líder do governo liderado por Renato Casagrande (PSB), que, por sua vez, foi vice-governador no mandato de

Ângela Milanez, também estudante da Universidade Federal do Espírito Santo no período 1972-1973, época foi marcada por prisões e perseguições no estado, relata também ter tido suas roupas rasgadas, deixada nua, ter sido ameaçada com uma cobra jiboia, cachorros e armas de fogo, além de presa sob condições degradantes, sempre no 3º Batalhão de Caçadores, hoje 38º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, local onde, segundo os relatos, ocorreu a maior parte dos casos de prisão e tortura. O objetivo de torturar Ângela era localizar o líder estudantil Iran Caetano (FAGUNDES; ÂNGELO, 2014, p. 159).

Ribeiro da Silva (2013), analisando a atuação de militantes cristãos católicos sob a ótica do DOPS do Espírito Santo nos anos 70, destaca diversos eventos e encontros de militantes católicos, protagonizados por padres e incentivados pela própria CNBB. Tais encontros eram dedicados a condenar a violência – pela repressão – contra camponeses, em especial no norte capixaba, e mesmo contra militantes da própria Igreja Católica e de padres.

A ocupação do norte do estado, que já vinha em uma espiral de violência desde os anos 30, experimenta novos episódios sob a égide do regime autoritário. Ao fim dos anos 60, a Aracruz Celulose, hoje Fíbria, depois de já ter adquirido dez mil hectares de terras em territórios indígenas da Cofavi,⁹⁷ que haviam sido entregues à empresa pelo governo do estado, adquiriu “[...] pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, mais trinta mil hectares de terras indígenas, que foram negociadas pelo Estado como se fossem terras devolutas” (GUIMARÃES, 1982, p. 151 *apud* BARCELLOS, 2008, p. 136).

Giffoni Pinto (2010) afirma que a Aracruz Celulose utilizava estratégias no mínimo heterodoxas para providenciar o esvaziamento dos territórios de seu interesse, cooptando a população local e militares coniventes com o crime organizado para expulsar e exterminar residentes. Recorria a funcionários para comprarem terras devolutas,

Vitor Buaiz (PT, depois PV), médico e sindicalista de Vitória que sofreu diversas perseguições da ditadura militar, com a qual Élcio era profundamente ligado, a ponto de ser indicado como governador pelos militares. Embora não tenha vencido as eleições e, portanto, não esteja ocupando mandato, o ex-governador exerce cargo de confiança no atual governo, liderado por Paulo Hartung (PMDB), adversário de Renato Casagrande nas últimas eleições.

⁹⁷ Empresa de carvão vegetal que, primeiramente, instalou-se no território indígena no norte capixaba.

uma vez que pessoas físicas não o poderiam fazer. Mais: adquiriam terrenos em torno daqueles que não vendiam suas terras, isolando-os: eram cercados de eucaliptos por todos os lados, pois

[...] a história da constituição da base territorial da Aracruz Celulose não inclui somente os altos financiamentos do então BNDES e as políticas de incentivos fiscais para a compra de terras, mas, principalmente, estratégias discricionárias por parte da empresa, valendo-se da violência física e das chantagens econômicas para se apropriar do território antes tradicionalmente ocupados por povos Tupinikim e Guarani, quilombolas e pequenos agricultores (PINTO (2010, p. 47).

Ciccarone *et al.* (2008, p. 6) completam afirmando que

A empresa multinacional [Aracruz Celulose] se instala em pleno regime militar, quando, junto à violação dos direitos indígenas a terra (que afeta também os Guarani enquadrados na categoria de nômades), práticas de agressão e abusos eram sistematicamente cometidos por forças militares e do crime organizado a serviço da empresa, com o aval dos poderes públicos regionais e municipais. Mais de onze aldeias Tupinikim foram destruídas e algumas famílias, junto aos Guarani-Mbya, foram levadas para a Fazenda Guarani, em Minas Gerais, gerida pela FUNAI, onde ficaram presas ao longo de seis anos, até seu retorno ao norte do Espírito Santo em 1978, época da eclosão da primeira mobilização indígena pela retomada de suas terras.

É digno de nota que as estratégias utilizadas no regime militar pouco diferem das utilizadas para expulsar camponeses e pequenos posseiros desde a época de Udelino Alves de Souza e seu Estado da União de Jeová, mesmo não estando o Brasil nos anos 50 sob um regime militar. Novamente, percebemos nos relatos a presença de agências privadas de violência, de “empreendedores violentos”, indivíduos públicos e/ou privados que se sustentam com o manuseio habilidoso da violência.

Loureiro informa que a Aracruz Celulose utilizou todo tipo de argumentação e coação para expulsar indígenas e posseiros. Apos-sou-se - de forma ilícita e com o apoio do aparato burocrático-militar - de praticamente todo o território onde viviam os índios Tupinikin e Guarani Mbya, no norte do Espírito Santo. A autora cita um depoimento do cacique Tupinikin Lauro Martins à CPI instalada pela

Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 2002 para investigar a apropriação indevida de terras pela empresa:

Em primeiro lugar, era dar um prazo para sair de dentro de casa e, caso não saísse, eles botavam fogo com a gente dentro de casa. Então a pessoa era obrigada a sair dentro daquele prazo, vinte e quatro horas. [...]. Isso foi o começo da invasão do Major Orlando com a sua equipe, garantindo a expulsão dos povos indígenas nesse território.⁹⁸

Analisar todos esses processos demandaria outro estudo de igual ou maior dimensão. Vale dizer que a relação da Aracruz Celulose com os índios e os camponeses no Espírito Santo já foi estudada por diversos autores e denunciada até mesmo internacionalmente. O objetivo de citar essa relação é insistir no fato de que a violência não começa no Espírito Santo nos anos 80. As agências de violência privada - que eram recrutadas para complementar as ações públicas de violência com fins privados - estavam presentes muito antes dessa época. Tais agências complementaram a força do Estado no território do Espírito Santo de forma seletiva e parcial. A intenção era garantir a execução do projeto de desenvolvimento elaborado pelas elites políticas e empresariais locais, alinhadas às políticas nacionais.

Cabe ainda destacar que a ditadura militar no estado seguiu os mesmos padrões de violência presentes na região antes mesmo de sua implantação. Há a ilusão de que a ditadura, em terras capixabas, não teria sido violenta. Tal ilusão é mostrada por meio dos dados empíricos coletados e tratados por pesquisadores que, recentemente, têm se dedicado ao tema. Esses estudos recentes desconstroem estas ideias: a de que a herança dos anos de chumbo para o Espírito Santo tivesse sido apenas os “Grandes Projetos” e a de que a ditadura no estado não tivesse contribuído gravemente para a acumulação social da violência que vinha em curso no decorrer da história do estado.

⁹⁸ CPI da Aracruz Celulose, 2002. Depoimento das lideranças indígenas: Sr. Lauro Martins (cacique Tupinikin) e Antônio dos Santos - da aldeia Pau-Brasil, 21 maio 2002. Proc. nº 156. Citado por Loureiro, p. 95 (ver nota 50). Entre 1980 e 2002, ocorreram cinco pedidos de abertura ou prorrogação de CPIs relacionadas às atividades da Aracruz Celulose na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

O PERÍODO PÓS-DITADURA

É interessante notar a análise que Zorzal e Silva faz do período pós-militar no Espírito Santo no que se refere à reorganização política do estado e das consequências dessa reorganização. De acordo com a autora, as novas regras institucionais que emergem da Constituição de 88 e referem-se à relação entre executivo e legislativo, reproduzidas no estado, criam oportunidades para os atores políticos do poder legislativo obterem vantagens de todo o tipo no executivo. Assim, aumenta-se, sobremaneira, o custo da negociação entre os dois poderes. Zorzal e Silva indica que grande parte dos eleitores da Região Metropolitana da Grande Vitória comportava-se politicamente segundo padrões culturais herdados de seu passado rural e não seguindo os novos mecanismos racionais legais que caracterizavam o novo modelo. Assim, o “conservadorismo predatório” passa a angariar mais espaço nas interações entre executivo e legislativo, provocando as turbulências que vão caracterizar, segundo a autora, o período compreendido entre 1982 e 2002. A partir de 1986, os ocupantes do executivo passam a não ter mais a maioria na Assembleia até 2002, o que resulta em custos ainda mais altos na negociação com o que Zorzal e Silva chama (2010, p. 47) de “conservadorismo predatório”.

Mais precisamente, desde meados do Governo Max Mauro (1987-1990), um grupo de deputados com fortes traços de conservadorismo e tradicionalismo político passou a controlar a agenda do Legislativo e a impor pesados custos de transação na interação com o Executivo. Na medida em que eles foram reeleitos para o Legislativo, ao mesmo tempo em que novos líderes de naipe idêntico ingressaram na Assembleia nos sucessivos pleitos, instauraram-se uma situação de difícil governabilidade e condições de governança extremamente adversas. Tal situação conduziu a uma deterioração em escala ascendente das instituições e organizações do aparato de Estado, passando pelos Governos Albuíno Azeredo (1991-1994) e Vitor Buaiz (1995-1998), atingindo uma situação insustentável no governo de José Ignácio (1999-2002).

A ideia de que a população das áreas urbanas recém-ocupadas da Grande Vitória se comportava sob padrões rurais é uma percepção da autora que requer certa precaução. Banck (2011[1977]), em

sua etnografia das áreas periféricas de Vila Velha, permite entrever como eram as relações clientelísticas já desde os fins dos anos 60 nas áreas periféricas da Grande Vitória. A passagem abaixo ilustra bem a relação entre as “ocupações” e os agentes políticos.

Em 1968, porém, o prefeito tinha dado os lotes a amigos para construir residências e a congregação moveu uma ação na justiça contra ele, que, aliás, já estava envolvido em atos de corrupção. Esse processo, acumulado a outra denúncia de corrupção, levou à sua cassação em 1968. Apesar de o terreno ficar ao lado do bairro pobre, não houve tentativa de invasão até 1971. Por que aconteceu em 1971? Embora não tenha podido descobrir uma conexão estreita, a posse do novo prefeito deve ter sido um sinal para se fazer a tentativa. Esse tipo de invasão era muito comum, especialmente durante as campanhas eleitorais, mas também depois da posse dos prefeitos e dos vereadores. Somente algumas vezes as invasões tinham um caráter espontâneo. Durante as campanhas, candidatos organizavam invasões para ganhar mais votos e, depois das posses, essas invasões podiam ser organizadas por pessoas que contavam como certo o consentimento tácito de políticos influentes (p. 72)

Informar autor e ano

A hipótese da ampliação da possibilidade de voto para os parlamentos, a extensão do poder de barganha desses parlamentares (conforme apontado por Zorzal e Silva) e o surgimento de mais áreas urbanas precárias no rastro dos “Grandes Projetos” (em que as relações clientelísticas teriam lugar certo), contribuíram para a emergência de políticos de perfil populista que ancoravam seu sustento financeiro em empresas de gerenciamento da violência e negociação de mercadorias políticas. Então, não parece estranho que a principal figura desse período citado pela autora não seja um político de raízes rurais, mas, sim, um bicheiro de perfil urbano, José Carlos Gratz.

O ápice da instabilidade política nesse período se deu no início da primeira década do século XXI, no governo de José Ignácio Ferreira (1999-2002). Em tal época, ocorreram assassinatos de figuras públicas, denúncias de corrupção com valores estratosféricos, pagamentos de servidores atrasados, entre tantos outros graves problemas. Já desde o assassinato do advogado Marcelo Denadai, em 2002, o governo federal estava pressionado por um pedido de intervenção no estado, governado por um político aliado e do mesmo partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Contornando a intervenção propriamente dita, que chegou até mesmo a ser anunciada, o presidente enviou uma “Missão Especial” com o objetivo de combater a corrupção e dar início a um processo de recuperação institucional. Durante a vigência dessa Missão, ocorreu o assassinato do Juiz Alexandre Martins, que, inclusive, fazia parte da equipe e acumulou inimizades por denunciar graves esquemas de vendas de sentenças na Vara de Execuções Penais. Martins foi morto quando chegava a uma academia, num raro momento em que se encontrava sem escolta policial. O crime teria sido encomendado por um consórcio de personalidades criminosas, entre as quais coronéis, outros juízes e políticos, que, com a contribuição de Martins, teriam sido levados à prisão.

Dois dos acusados de serem os mandantes foram julgados, sendo condenado o Coronel Ferreira condenado a 23 anos de prisão e o ex policial civil Cláudio Luiz Andrade Baptista (vulgo Calu), foi absolvido. O julgamento do outro acusado, o Juiz Antonio Leopoldo, segue sem data marcada. Os executores foram rapidamente presos após o crime.

A versão de que a morte do Juiz Alexandre Martins foi resultado de um crime de mando se consolidou nas investigações e no processo, mas foi duramente questionada durante o julgamento.⁹⁹ Ficou também conhecida após a publicação do livro “Espírito Santo”, assinado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, pelo juiz amigo de Alexandre Martins e pelo secretário de segurança da época, hoje prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda.

De acordo com a outra versão para o crime, dada pelo já citado jornalista Rogério Medeiros em entrevista, o crime em nada teria vínculo com o ambiente institucional da época, tendo sido uma ocorrência, um latrocínio precipitado pela tentativa de reação do jovem juiz ao roubo de seu automóvel. Segundo o jornalista, a repercussão dada ao caso buscou criar um “mártir” e produzir novas formas de extorsão. Três ex-policiais, militares e civis, que concederam entrevistas para o desenvolvimento deste estudo, alegam que não houve crime de mando no caso do juiz. Dois deles chegaram a estar presos com o principal acusado, cuja alcunha é “Lombrigão”. O outro o conhece de suas atividades atuais como pastor evangélico. Um desses ex-policiais, que

⁹⁹ Juri condena Ferreira e absolve Calu no caso Alexandre Martins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/08/juri-condena-ferreira-e-absolve-calu-no-caso-alexandre-martins.html>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

foi delegado de polícia e tem ampla experiência em crimes de mando (como investigador e como executor), afirma categoricamente:

Foi latrocínio, porque a experiência policial que nós temos... aí, a gente vê que se você vai fazer um crime de mando, você vai ter todas as garantias ‘pra’ não ser descoberto. Ali, foram dois moleques fazendo a ação, com uma 765 velha, que mascou na hora, com uma moto emprestada velha, que não pegou na hora da fuga. Que crime de mando é esse? Não tem... Não tem... [...] O governo, na época, ‘tava’ desgastado, o secretário mais desgastado ainda. Arrumaram essa história ‘pra’ poder, politicamente, crescer.¹⁰⁰

Outro entrevistado, ex-policial militar, afirma:

Eu acho que isso tudo aí é uma fantasia, entendeu? Eu estive preso com os caras e acho que isso aí é “bode expiatório” para uma outra questão, questão política, enfim... na minha concepção [...].¹⁰¹

O terceiro ex-policial, também oriundo da PM, quando perguntado sobre esse caso, respondeu que

Eu sou amigo dos caras que mataram. Ele não morreu por causa disso não, só pra te avisar. [...] Não é não [crime de mando]. O dele foi latrocínio mesmo. [...] Foi, eu sou amigo de alguns caras que estão junto lá, Lombrigão, e era amigo dos policiais que foram acusados de matar ele... E não foi nada daquilo não... Não foi nada a ver.¹⁰²

Em meados de 2015, o deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e tradicional político do estado, Theodorico de Assis Ferraço Filho (DEM), fez graves acusações ao desembargador Pedro Valls Feu Rosa¹⁰³ na sessão de 12 de maio de 2015, chamando-o de “bandido” e “impostor”. Apresentou gravações e

¹⁰⁰ Entrevista realizada dia 02 de julho de 2015 na residência do entrevistado. Foi gravada e transcrita e se encontra disponível para fins de comprovação.

¹⁰¹ Entrevista realizada dia 16 de junho de 2015 no local de trabalho do entrevistado. Foi gravada e transcrita e se encontra disponível para fins de comprovação.

¹⁰² Entrevista realizada dia 16 de junho de 2015 em local público (um Shopping). Foi gravada e transcrita e se encontra disponível para fins de comprovação.

¹⁰³ Pedro Valls Feu Rosa era sobrinho do prefeito da Serra assassinado em 1990. Havia suspeitas de que ele estaria envolvido com a *Scuderie Le Cocq*. O principal suspeito de ser o mandante era o vice-prefeito do município, que assumiu após a morte do prefeito.

levou o próprio Juiz Antonio Leopoldo, acusado de ser mandante da morte do Juiz Alexandre Martins, para depor. Segundo o *site* de notícias Século Diário, o juiz acusado afirmou que “Pedro Valls teria oferecido um acordo para se livrar das acusações de participação na morte do juiz Alexandre.”¹⁰⁴

Este trabalho não tem por finalidade avaliar qual versão do assassinato do juiz Alexandre Martins é a verdadeira. Há de se ressaltar, entretanto, que, até hoje, ecoa a disputa para saber se esse crime foi de “mando” ou não. Não só: ecoa também a história do uso político desse assassinato no âmbito das condições institucionais gravíssimas que o estado vivia à época, além de ter, em seu entorno, tantos outros casos interligados que revelam como a realidade da violência, do assassinato, estava presente das mais às menos abastadas populações do estado. Tudo numa rede de interesses paralelos, quando não concorrentes ou associados ao “monopólio” da força por parte do Estado.

No que se refere às investigações da Missão Especial, apontam a atuação de grupos de extermínio, ocultação de cadáver, pistolagem, envolvimento de policiais, magistrados e políticos com crimes hediondos. Investigações sobre a atuação da *Scuderie Le Cocq* revelam grandes esquemas de tráfico de drogas, crimes de mando, extorsões e desvio de dinheiro público (SOARES *et al.*, 2009; ZANOTELLI, 2001).

Ao longo da primeira década do século XXI, os escândalos de venda de sentenças, corrupção no judiciário e nepotismo ainda assolam os capixabas, ao lado das altas taxas de homicídio e de outras formas de violência (MEDEIROS; CALADO, 2010).

O QUE HÁ DE NOVO?

A deterioração das instituições que de acordo com Zorzal e Silva (2010, p. 32) se tornou insustentável no período de governo de José Ignácio Ferreira (1999-2002). De acordo com a autora, essa deteriora-

¹⁰⁴<http://seculodiario.com.br/22761/9/ferraco-chama-pedro-valls-de-ijbandidoij-e-impostor-e-pede-a-prisao-do-ex-presidente-do-tjes-1>. Acesso em 20 de julho de 2015. Existem diversos outros sites de notícia dando conta do fato, disponíveis em <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/05/presidente-da-ales-faz-acusacoes-contradesembargador-pedro-valls.html>; http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2015/05/politica/politica_capixaba/29586-ferraco-chama-desembargador-de-bandido-e-chefao-da-mafia-em-depoimento-a-cpi.html;

ção foi resultado de uma trajetória de descompasso entre crescimento econômico e indicadores sociais, que veio a tona com a redemocratização e se manifesta primeiramente na forma de movimentos sociais reivindicatórios e posteriormente na crise ética e de representatividade; esta última tem seu melhor exemplo na iminência de intervenção federal vivida pelo estado no período de governo de Ignácio.

A visão defendida nessa tese é que as raízes desse processo se localizam em pontos anteriores da História e o próprio descompasso a que se refere a autora é consequência do modelo adotado e se inclui como um elemento de intensificação do ciclo de acumulação social da violência que dispara outros fatores. Essas raízes estão presentes, das mais diversas maneiras, ao longo da história do estado: na forma de ocupação do norte do estado (o episódio da fundação, por Udelino Alves de Souza, do *Estado da União de Jeová* é um exemplo ilustrador, porque aponta para a instrumentalização das forças policiais para fins privados e para usos políticos pessoais ou partidários); na existência e na impunidade dos grupos de extermínio que atuaram na Grande Vitória e tiveram como personagem da trama o próprio Secretário Estadual de Segurança e irmão do Governador; no caso *Aracelli*, em que figuram dois membros de famílias ricas e suspeitas de envolvimento com crimes, mas terminou sem solução, mesmo depois da investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que há de novo em 2002 é que as agências privadas de empreendedorismo violento são, por força das novas circunstâncias políticas do país, obrigadas a se separar e seguir vida própria à parte do aparelho de governo. Investigações policiais recentes apontam para a manutenção dos grupos de extermínio no Espírito Santo, sendo uma associação considerada pela polícia como a nova pessoa jurídica da própria *Scuderie Le Cocq*, que ficou conhecida por estar relacionada a crimes de extermínio.¹⁰⁵

A diferença é que, hoje, pelo que se pode apurar das reportagens, essas organizações já não se encontram enraizadas dentro do sistema de governo e não mais exercem sobre ele a forte influência que sempre exerceram. É bem plausível que essas organizações ainda tenham fortes ligações com os poderes constituídos, mas não como nos anos anteriores a 2002.

A lista de políticos, magistrados e personalidades públicas capixabas que aparecem em documentos e investigações alcança per-

¹⁰⁵ O papel da *Scuderie Le Cocq* no Espírito Santo será mais bem debatido à frente.

sonagens da estirpe de um ex-governador que chegou a ser Ministro da Defesa!¹⁰⁶

A emergência do problema da violência e dos homicídios como um problema público é uma razão para uma demanda de “modernização” nas formas de lidar com os conflitos sociais, mesmo anos depois de a Constituição, em tese, ter posto em voga os termos dessas novas formas.

As agências de violência privada – que, em determinado momento, eram invocadas pelo governo local para auxiliar o domínio político que garantisse a acumulação e a concentração do capital – tornaram-se desnecessárias ou, no mínimo, indesejáveis. A partir de 2002, o poder público estatal local faz a opção de sustentar a coerção por si sem recorrer a essas agências. Pelo contrário, busca combatê-las, elegendo-as como inimigo a ser combatido, superado, vencido pela “união” dos capixabas.

Naturalmente, a atuação de movimentos sociais e de direitos humanos foi importante para construir esse inimigo público, na figura do crime organizado, personificado, principalmente, na simbologia e no nome *Scuderie Le Cocq*. Todavia, o fato é que, nos anos 50, houve uma CPI para apurar os abusos cometidos no enfrentamento com o *Estado da União de Jeová*. Nos anos 60, o esquadrão da morte foi intensamente denunciado, apesar do contexto de ditadura militar. No caso da morte de Aracelli, uma nova CPI chegou a ser instalada e a realizar diversas audiências. Ou seja, os movimentos sociais sempre atuaram, mesmo diante dos rigores do regime militar, para denunciar a violência no estado. É claro que, com a abertura política e a ampliação da penetração dos veículos de comunicação, a denúncia dos movimentos sociais e de direitos humanos ecoa com mais força e se torna, então, mais capaz de produzir indignação que venha a se converter em ações públicas. Entretanto, não é fato que somente nesse período houve denúncias e indignação social.

No que se refere a homicídios, faz-se necessário ressaltar que a redução da intensidade da crise institucional não gerou efeito imediato nas taxas de homicídio, que continuaram a subir mesmo depois de 2003, assim como aumenta significativamente a taxa de encar-

¹⁰⁶ O nome do ex-governador, ex-ministro da defesa do governo Fernando Henrique Cardoso, ex-deputado, ex-senador etc., Êlcio Álvares, é citado nove vezes no RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O AVANÇO E A IMPUNIDADE DO NARCOTRÁFICO.

ceramento. Uma hipótese para tal fato é a incapacidade estrutural do aparelho de Estado para lidar com os conflitos sociais dentro de uma lógica “moderna” e não mais tradicional, evocando o auxílio dos “empreendedores violentos”.¹⁰⁷ É preciso lembrar, ainda, aspectos já tratados neste estudo e referentes à qualidade dos dados e à própria condição operacional do estado em oferecer dados confiáveis para o controle e a verificação dessas taxas no período de maior desorganização institucional.

Os fatos que assustam os capixabas de tempos recentes são uma atualização de linhas gerais que, desde os anos 30, principalmente, vem se construindo no Espírito Santo. O que se pode considerar *vinho novo em velhos odres* é a emergência do tráfico de drogas e suas consequências violentas, apresentando uma dinâmica similar à constatada em outras regiões metropolitanas do Brasil. É possível perceber, nesse tipo de violência capixaba, um sentido que Manso (2003, 2005, 2012) chama de ciclo da violência, também consequência da emergência do tráfico e de interações violentas. Tais interações ocorrem condicionadas à possibilidade de perpetração da violência letal ocasionada pelo fácil acesso a armas de fogo de grande potencial letal. Isso não significa, entretanto, que as formas tradicionais deixam de existir.

A própria pistolagem, como nos alerta Barreira, trocou o tradicional cavalo por “possantes motos”¹⁰⁸; a lealdade não se dá mais pelos laços tradicionais de favores, honra, e, sim, pelo próprio medo da morte; o pistoleiro, agora, reside na cidade ou em cidades-dormitórios; seus serviços ultrapassam a barreira de seu estado, e seu patrão não é mais necessariamente o grande proprietário rural, e, sim, o gerente de negócios ilegais. A pistolagem tornou-se um negócio lucrativo, um verdadeiro empreendimento a partir do uso da força e da violência.

Alguns dos entrevistados para esta pesquisa apontaram para o fato de que, nos dias atuais, menores de idade têm sido utilizados como pistoleiros devido à sua condição jurídica privilegiada por causa da menoridade penal. Tal fato condiz com os depoimentos que Freitas vem coletando em seu trabalho de campo com menores homicidas:

¹⁰⁷ Essa é uma hipótese que demandaria outra tese.

¹⁰⁸ Não sempre tão possantes. Em muitos dos casos que tive conhecimento, tratavam-se de motos de 125 cilindradas.

Em vários depoimentos, adolescentes confirmaram sua aversão à pistolagem, tanto em entrevista quanto em conversas informais. Existem duas razões apresentadas para isso. A primeira é que os pistoleiros podem ser contratados para agirem contra eles, especialmente se, além de traficar, o indivíduo na vida do crime praticar “157” [roubo]. A segunda é que, como pode ser motivado exclusivamente pelo interesse financeiro, o pistoleiro aparece como um indivíduo imprevisível e difícil de ser submetido ao controle social dos traficantes. Além disso, ele também está armado e escapa à lógica da submissão pela violência da sociabilidade violenta (FREITAS 2014, p. 11).

O autor afirma ainda que, de acordo com os depoimentos, o envolvimento de um companheiro de tráfico com pistoleiro é motivo de separação e isolamento do indivíduo. Cito um depoimento coletado por Freitas, que ajuda a compreender a dinâmica atual da pistolagem:

Pistoleiro gosta de matar trabalhador. No crime que a gente fecha, a gente [não] fecha pelo errado não. Mesmo que a gente ‘tá’ nessa vida aí, a gente tem que ter os morador do nosso lado, não longe de nós, não tem? Nós têm que defender eles também. Pistoleiro, nossa... Pistoleiro se você está assim, o cara é trabalhador, se o cara não gostar da sua cara, você vai lá: “te” dou dois mil reais pra você matar aquele cara ali”, ele vai lá e mata. Pistoleiro é o cara que gosta de matar por dinheiro, não tem? Pistoleiro, se você tiver uma peça¹⁰⁹ resposta [bacana] que ninguém tem, ele te mata para tomar a peça. Isso aí que é pistoleiro. Entra em guerra porque os outros contrata eles para poder pegar a gente. Fiz um assalto, tinha uns quatro pistoleiro atrás de mim. Chegava na favela, “eu quero (Apelido)”. [...] Eu tinha que matar, se eu não matasse eu ia morrer. Não é guerra. Nem era traficante eles. Pior de tudo que era tudo polícia (Depoimento coletado e citado por FREITAS, 2014, p. 11).

Com as mudanças sociais, mudam-se os repertórios de ação coletiva¹¹⁰, embora algumas formas de confrontação permaneçam sob novas roupagens, formas e estratégias, considerando os instrumentos que vão se tornando disponíveis ao repertório com as transformações sociais, políticas e econômicas. As mudanças econômicas que ocorrem no estado, iniciando-se com a erradicação dos cafezais e chegando ao ponto máximo com os “Grandes Projetos”, provocam significativas mudanças no repertório das ações coletivas e nas ferramentas disponíveis para atuar nesses novos conjuntos de possibilidades. São essas transformações e suas consequências que são tratadas no próximo capítulo.

¹⁰⁹ Peça, na gíria, é arma de fogo.

¹¹⁰ Utilizo o conceito de Tilly para repertório, mas considerando uma síntese produzida por ALONSO, 2012.

CAPÍTULO 3

GRANDES PROJETOS, MÚLTIPLAS MISÉRIAS

Ao meu pai chamavam de coronel, e não o era; a mim muitos me chamam de capitão, e não sou nada. Mas isso mostra que não somos de todo infensos ao militarismo, de maneira que não há como explicar o profundo ódio que o nosso bom cachorro Zig votava aos soldados em geral. A tese aceita e família é que devia ter havido, na primeira infância de Zig, algum soldado que lhe deu um pontapé. Haveria de ser um mau elemento das forças armadas da Nação, pois é forçoso reconhecer que mesmo nas forças armadas há maus elementos, e não apenas entre as praças de pré como mesmo entre os mais altos... mas isto aqui, meus caros, é uma crônica de reminiscências canino-familiares e nada tem a ver com a política.

[Rubem Braga]

SOBRE DOIS FATOS

Dois episódios foram marcantes na história do Espírito Santo e contribuíram para que o estado assumisse as configurações econômicas e sociais atuais. Apresentando uma economia predominantemente agrária e concentrada na produção de café, o Espírito Santo foi fortemente afetado pelas políticas federais voltadas para a erradicação de cafezais nos anos 60. Diante dos impactos dessas políticas na economia, o estado se voltou para uma busca de novos rumos econômicos. E o rumo, sob os auspícios de um governo autoritário e desenvolvimentista, foi a industrialização. A isso, deu-se o nome de “Grandes Projetos”.

O entendimento defendido neste trabalho é de que a violência no Espírito Santo não é nem atual e nem causada diretamente pelas mudanças específicas da urbanização ou da redemocratização. A ideia geral é que se trata de uma acumulação social da violência. As mudanças na estrutura social que resultaram da erradicação dos cafezais e da implantação dos “Grandes Projetos” são fatores importantes nesse processo, pois contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento de estruturas sociais altamente coercitivas.

Retomando a discussão do segundo capítulo, Myrdal, ao tratar da acumulação social como explicação para o problema do negro nos EUA, insiste em que qualquer mudança dos fatores, independentemente da forma pela qual tenha sido induzida, e dependendo do peso agregado dos efeitos cumulativos, produzirá maior ou menor intensificação do fenômeno. Desencadeará, portanto, um movimento de todo o sistema numa ou noutra direção, conforme seja o caso, em velocidade que dependerá da intensidade do impulso original e das funções de inter-relação causal no interior do sistema. (1965, p.256)

A hipótese aqui considerada é esta: tanto a erradicação dos cafezais quanto a implantação das grandes plantas industriais, se não foram determinantes ou predominantes, agregaram peso significativo e desencadearam um movimento em direção ao que se refere à acumulação social da violência.

Os fluxos migratórios “intra” e interestaduais se relacionam com a urbanização precária das regiões no entorno das plantas industriais concentradas na Região Metropolitana da Grande Vitória, o que gera estratégias diversas de sobrevivência. Tudo se expande sobre um pano de fundo no qual o recurso à força física coercitiva, legítima ou não, já era uma estratégia dos atores sociais para a resolução de conflitos econômicos, políticos e sociais diversos. A narrativa se desenrola no espaço de uma parte do território brasileiro gerida por um poder local que apresentava significativos limites quanto ao “monopólio da violência” e acabava compartilhando-o com agências privadas – empresas de prestação de serviços de violência – na manutenção da dominação social e política. A erradicação dos cafezais intensifica um quadro de “desruralização” do estado, e a ideia de “favelização” é emerge quando os “Grandes Projetos” estão parcialmente implantados e o país entra em crise econômica concomitantemente à transição para a democracia.

Considerando estudos diversos, procuro analisar, então, esses dois fatos históricos e extrair deles as consequências para a acumulação da violência social, levando em conta uma análise da formação das periferias capixabas, onde, hoje, percebem-se os mais relevantes índices de violência letal. Antes, ressalto que o maior foco de tal violência na área metropolitana da Vitória (sem ignorar totalmente as outras áreas) se justifica pelos próprios números que serão discutidos, produzidos, em geral, por importantes pesquisas desenvolvidas no estado.

A desproporcionalidade da violência letal na Região Metropolitana de Vitória em relação aos municípios do interior é muito significativa. A concentração dos homicídios em algumas cidades, e até mesmo em bairros, é fundamental para que se compreenda o quadro atual de violência no estado. As políticas públicas de segurança (no estado) dedicam - tanto no governo anterior (2011-2014) quanto no atual (2015-2018) - uma atenção especial às áreas onde a violência se concentra. O “Estado Presente” e sua atualização no atual governo, a “Ocupação Social”¹¹¹, são o melhor exemplo dessas políticas que objetivam ir além do aparelho repressivo, integrando diversas áreas dos serviços públicos na expectativa de produzir melhores condições sociais. Poder-se-ia dizer, evocando Sampson (2012), que se busca uma “desconcentração das desvantagens sociais”.

DEPENDÊNCIA DO CAFÉ

A economia do Espírito Santo foi extremamente dependente do café desde que ele surgiu no horizonte econômico capixaba, em fins do século XIX, fazendo a riqueza de algumas regiões. Segundo Rocha e Morandi (2012, p. 29),

[...] o estado chegou aos meados do século XX com forte dependência da atividade cafeeira. Em 1960, o PIB estadual apresentava a seguinte composição: 41,8% gerado pela agropecuária e pesca, 5,3% pelo setor industrial e 52,9% pelo setor terciário. Neste mesmo ano, a cafeicultura empregava

¹¹¹ Esse termo não consta em nenhum documento oficial do governo do Espírito Santo. Até o momento, é apenas um termo dito com frequência pelo governador do estado, mas sem uma definição clara do que seja efetivamente ou do que pretenda, ou mesmo de quais as suas diferenças em relação ao antecessor. Oficialmente, temos como registro o depoimento do vice-governador do estado do Espírito Santo, realizado em um evento sobre segurança pública em Cachoeiro de Itapemirim, discutido no capítulo três.

55% da população economicamente ativa capixaba e gerava 22% da renda estadual. Por outro lado, o beneficiamento de café representava, aproximadamente, 17% do valor da produção industrial e o ICMS café respondia por 62% da receita pública estadual. Além desta atividade, as pequenas propriedades rurais, que se tornaram predominantes, e os parceiros desenvolviam outras atividades rurais produtoras de alimentos básicos, tais como milho, feijão, pecuária leiteira, criação de pequenos animais, etc. O comércio exterior tinha como base as exportações de café e de minério de ferro, esta última atividade iniciada em 1945 e com boas perspectivas de expansão a partir da inauguração do Porto de Tubarão, em 1966.

É importante ressaltar que, já nos anos 50, o país havia incorporado o modelo de crescimento econômico baseado na substituição de importações, que se encontrava em fase de acentuação de seu dinamismo. Enquanto isso, apesar de inserido na região sudeste, o Espírito Santo permanecia em situação desfavorável nesse contexto em relação aos centros dinâmicos da economia brasileira (SIQUEIRA, 2001, p. 41). Evidentemente, o Espírito Santo não era o único estado da federação que aproveitava muito pouco do modelo de desenvolvimento econômico de então. A peculiaridade capixaba em relação aos outros estados é o fato de o Espírito Santo estar tão próximo desses grandes centros de dinamismo capitalista. Siqueira, a esse respeito, aponta que

Enquanto no Brasil, até o final da década de 1950, as relações de produção capitalista já são predominantes, o Espírito Santo, embora inserido na região sudeste e articulado com o bloco cafeeiro que comandava as articulações capitalistas em nível nacional, continuava com relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades. Com essa realidade, o estado capixaba estava incluído na região considerada subdesenvolvida no quadro do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro imposto pela inserção dependente da economia no mercado capitalista mundial (2001, p. 39).

A permanência dessas estruturas econômicas de caráter rural e familiar permitiu também a permanência de modelos políticos sustentados em práticas políticas análogas ao coronelismo¹¹², ainda que

¹¹² Decidi não utilizar o termo “coronelismo” como Zorzal e Silva o utiliza, sustentado na consideração de que o coronelismo é um fenômeno específico da Primeira República. O que se observa no Espírito Santo no período em questão são permanências residuais do fenômeno, que já se enfraquecera nas mudanças eleitorais de 1932, no próprio período Vargas e na Constituição de 1946. É datado historicamente. É possível, entretanto, concluir que, estando o fenômeno do “coronelismo” fortemente associado às estruturas e ao modo de produção

os partidos menos conservadores e defensores de pautas progressistas, modernizantes e industrializantes começassem a ganhar espaço (ZORZAL E SILVA, 1986). A eleição de Francisco Lacerda de Aguiar, em 1954, era um indicador desse processo de mudança em curso. No entanto, em que pesem “influências” progressistas presentes em Aguiar, ele era representante típico da classe agrofundiária do sul do estado.

Na eleição seguinte, retorna Carlos Lindemberg, outro representante dessas classes agrofundiárias que, há décadas, dominavam a política do Espírito Santo e, de acordo com Zorzal e Silva, ele estava mais identificado com as práticas análogas ao coronelismo. O que interessa nesse processo é que o estado ainda era totalmente dependente do café, enquanto os estados vizinhos davam passos importantes para a industrialização e a modernização. As próprias relações de poder no interior do Espírito Santo sustentavam-se nas permanências desse modelo econômico tradicional e suas influências na realidade política.

Ancorado nessa dependência, os capixabas viram, logo no início dos anos 60, o Governo Federal criar o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA)¹¹³, que recebeu a missão de planejar a produção cafeeira do país e evitar as superssafras. Os preços internacionais do café vinham apresentando significativas quedas em decorrência do aumento da produção. O Grupo implanta, então, uma política de erradicação dos cafezais, que institui uma considerável indenização por cova de café erradicada. A primeira fase dessa erradicação se deu entre 1962 e 1966 e não gerou resultados expressivos no Espírito Santo; já na segunda fase, entre 1966 e 1967, o Espírito Santo teve sua área de plantação de café consideravelmente reduzida. As informações sistematizadas por Daré nos dão conta de que, entre 1960 e 1970, a área cultivada de café no Espírito Santo caiu quase pela metade (2010, p. 51).¹¹⁴

rural e tendo o Espírito Santo permanecido mais tempo operando sob esse modelo do que seus vizinhos do sudeste, esses resíduos sejam constatados com mais força no estado entre 1945 e 1964. Cf. LEAL, 2012, em especial a conclusão. Também em Carvalho (1997).

¹¹³ O GERCA era composto por um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. Do Conselho Executivo, participavam representantes dos estados cafeeiros e dos órgãos da administração pública, os quais estavam, de alguma forma, interligados à problemática cafeeira. O Conselho era presidido pela mesma pessoa que presidia o Instituto Brasileiro do Café – IBC.

¹¹⁴ Obtive a maior parte das considerações sobre a erradicação dos cafezais nesse trabalho. Não pela ausência de outras fontes, mas pelo fato de ele parecer muito competente e crítico.

A política federal de erradicação dos cafezais, nos anos 60, somada à ideia de que a industrialização seria a única forma de redenção do Espírito Santo de sua situação de inferioridade, causou a desagregação definitiva das oligarquias de perfil rural que dominaram a política capixaba desde o início do século XX. Provocou também a falência de pequenas e médias propriedades e, consequentemente, a intensificação da migração para os centros urbanos. Em algumas áreas rurais ao norte do estado, houve ainda mais concentração de terras nas mãos de latifundiários¹¹⁵. Na região metropolitana e nas cidades principais, surgem periferias urbanisticamente precárias.

Na interpretação de Daré (2010), a “crise” que sustenta a ampla erradicação dos cafezais capixabas foi uma construção produzida em linguagem tecnicista que buscava legitimar uma virada do estado na direção dos segmentos industriais. Já no segundo governo de Carlos Lindemberg (1959-1962), esses grupos ampliavam suas bases representativas, fazendo frente aos interesses da “burguesia agromercantil” que dominava as bases políticas e econômicas do estado.

A análise, realizada pela autora, dos documentos técnicos que produziram a ideia de uma crise quase irreversível e de significativa inviabilidade do modelo agrário do Espírito Santo mostra um direcionamento que visa construir a percepção de uma necessidade urgente de mudança da base produtiva. Daré mostra ainda que os políticos tradicionais, como o próprio Carlos Lindemberg (2010, p. 42,) contra-argumentaram, apresentando dados e informações que contradiziam os relatórios técnicos, evidenciando uma tensão no fim da década de 50 e início da de 60 acerca do tema “industrialização”. Com a ascensão da ditadura militar, já em 1966, quando termina a primeira fase de implantação do projeto de erradicação dos cafezais, que pouco afetara o Espírito Santo, Lacerda de Aguiar renuncia ao governo e passa a ser o último governador do estado ligado ao setor agrícola. No período do vice-governador - que assume com a renúncia de “Chiquinho”, como era conhecido Lacerda de Aguiar - já se percebe o fortalecimento mais significativo das instituições repre-

¹¹⁵ Embora o Espírito Santo seja considerado um caso atípico no cenário nacional em termos de distribuição de terra, a generalização ignora a especificidade. Como temos argumentado aqui, a distribuição de terras mais igualitária se concentra na região sul. A região norte é marcada por uma concentração de terras e vive uma tendência ainda maior à concentração. Um excelente estudo pode ser consultado a esse respeito: Bernardo Neto (2009).

sentantes do interesse industrial, que prosseguem e intensificam-se com o primeiro mandatário indicado pelos militares, Cristiano Dias Lopes.

A construção da ideia de crise da economia cafeeira se torna muito forte, a ponto de apresentar-se irreversível no contexto de um governo federal autoritário e interessado na modernização/industrialização do país. O Espírito Santo não pode mais resistir. Associado às forças locais e atendendo a interesses nacionais, o estado inicia uma corrida pela industrialização. Assim, mergulha no programa de erradicação de cafezais, que, até então, não havia gerado fortes efeitos, e adota uma série de outras medidas para “industrializar”, “modernizar” o Espírito Santo.

Não faz parte dos objetivos deste trabalho discutir se houve ou não crise do café. O que cabe discutir é que o discurso de crise contribuiu para reforçar, de forma significativa, o discurso da necessidade da industrialização acelerada a qualquer custo. Ou seja, a construção de um cenário de caos absoluto e total falta de perspectiva servia como pano de fundo para justificar a ideologia desenvolvimentista e os custos possíveis da implantação acelerada desse processo, considerando atores externos e ações “de cima para baixo”.

O discurso da crise contribuiria, ainda, para justificar sacrifícios como as renúncias fiscais, que comprometeriam a arrecadação pública. Esta, já naquela época, não acompanhava a demanda de serviços públicos que se expandiam cada vez mais tanto com o crescimento natural da população quanto com as consequências da erradicação do café em termos de acréscimo de população e ocupação de novas áreas no entorno das cidades. A “crise”, real ou não, na intensidade descrita ou não, era mais um elemento a reforçar a ideologia predominante na época de que tudo o que era rural representava atraso, uma etapa anterior ao desenvolvimento, e deveria ser urgentemente superado.

Rocha e Morandi (2012, p. 31) ressaltam que, no período compreendido entre 1966 e 1967, deu-se o movimento de destruição da capacidade produtiva da agricultura cafeeira do Espírito Santo, sem que outras atividades econômicas, que fossem capazes de abrir novas frentes de desenvolvimento, tivessem sido implantadas com mínimo sucesso no meio rural. E afirmam ainda que

[...] tornou-se claro para as elites políticas e empresariais que a gravidade da crise demandava união política e ação coordenada. Assim foi que o Governo do Estado, a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio somaram esforços, numa ação conjunta, para a elaboração de diagnósticos precisos da situação econômica e social e, ao mesmo tempo, para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento. Concluiu-se, acompanhando a grande tendência da economia brasileira, pela priorização do desenvolvimento da atividade industrial no Espírito Santo.

O processo descrito gerou consequências importantes para o estado. Uma delas foi o desemprego. Os dados, citados abaixo, dos próprios autores permitem ver o impacto da política de erradicação dos cafezais no Espírito Santo no que se refere ao desemprego.

Tabela 1: Estimativa do desemprego de mão de obra ocasionado pelo Programa de Erradicação dos Cafezais, Espírito Santo, 1962/1967¹¹⁶

Fatores de desemprego e reocupação	1ª Fase	2ª Fase	Total
1. Mão de obra liberada pela erradicação	14.827	58.643	73.470
2. Reocupação por atividades alternativas	2.639	10.437	13.076
2.1. Pastagens	1.949	7.708	9.657
2.2. Milho	475	1.878	2.353
2.3. Arroz	8	31	39
2.4. Algodão	28	112	140
2.5. Feijão	109	432	541
2.6. Mamona	40	159	199
2.7. Café	30	117	147
Saldo de desempregados	12.188	48.206	60.394
Fontes: 1ª fase: Estimativa de Guarnieri (1979). 2ª fase: Estimativa dos autores com base nos Quadros III.9 a III.13 do citado trabalho de Guarnieri (1979)			

Siqueira (2001, p. 129) afirma, com base em documentos do governo do estado, que o programa de erradicação dos cafezais no Espírito Santo liberou, de uma só vez, 50 mil trabalhadores rurais, o que correspondia a, aproximadamente, 150 mil pessoas¹¹⁷, que em grande medida, seguiram para a região da Grande Vitória. Rossana Mattos, sustentada em farta documentação estatística, afirma que

¹¹⁶ (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 81.)

¹¹⁷ Isso em uma estimativa tímida de que cada trabalhador tinha uma família de três pessoas em média.

A mão de obra liberada pela erradicação do café, culminando com um saldo de 60.394 desempregados, composta prioritariamente por pequenos agricultores sem qualificação, e a reocupação dessas áreas por atividades alternativas, onde a pastagem representou 73,85%, o que exigiu a expansão e a concentração da grande propriedade rural, foram fatores decisivos para o movimento migratório no Espírito Santo no período. O desemprego e o êxodo da população rural para as áreas urbanas foram as consequências mais graves da crise social gerada pela política de erradicação no estado (2011, p. 100-1).

Reproduzo a tabela organizada pela autora, que demonstra a evolução das populações rural e urbana do estado do Espírito Santo no período que compreende à erradicação dos cafezais. Os dados permitem perceber o impacto dessas políticas no fluxo migratório do estado, reduzindo o peso da população rural e ampliando o peso da urbana.

Tabela 3: Percentual populações urbana e rural 1940- 1970

Anos	População total	População rural	%	População urbana	%
1940	750.107	593.099	79,07	157.008	20,93
1950	861.562	666.627	77,37	194.935	22,63
1960	1.169.553	799.478	68,36	370.075	31,64
1970	1.599.333	877.417	54,86	721.916	45,14

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI - 2000¹¹⁸

Os efeitos negativos da erradicação dos cafezais não eram ignorados pelos planejadores. Pelo contrário, segundo Siqueira (2001, p. 53), os órgãos responsáveis pela execução do programa desenvolveram, simultaneamente, programas de estímulo à diversificação da produção agrícola e à realização de novos plantios nas áreas liberadas. Contudo, tais programas obtiveram pouco êxito. Os que contavam com um grande número de cafezais e, conseqüentemente, mais vultosas indenizações, capitalizaram-se para novos investimentos; os que não se enquadravam nessa categoria viram-se desprovidos de condições de sobrevivência. Estes últimos eram a maioria. O resultado foi

¹¹⁸ (MATTOS, 2011, p.101)

o empobrecimento urbano e a expulsão da população do campo para as cidades centrais (SIQUEIRA, 2001, p. 53).

O Instituto Jones dos Santos Neves, autarquia do governo estadual do Espírito Santo dedicada a pesquisas, ressalta que, até meados dos anos 60, o movimento migratório no âmbito do território capixaba se resumia à dinâmica da economia cafeeira. O escoamento da produção pelo porto de Vitória fortalecia a capital como centro econômico da economia cafeeira agroexportadora. O documento frisa que os fluxos migratórios desse período não chegavam a comprometer a estrutura demográfica da capital capixaba. Davam-se muito mais em decorrência da expansão das fronteiras agrícolas e do papel político atrativo que a região da capital exercia do que por fatores de expulsão das regiões de origem, dentro do próprio estado. Por outro lado,

O processo de ruptura com a base socioeconômica anterior e a passagem a um *novo* padrão de desenvolvimento baseado na produção industrial, ao final da década de 60 e início da década de 70, faz com que o movimento migratório assuma *novas* características. A ocupação do espaço passa a se dar de forma diferenciada, através de uma violenta concentração demográfica em certas frações do Estado e esvaziamento de outras (IJSN, 1992, p.10).¹¹⁹

Os impactos migratórios decorrentes das políticas de erradicação dos cafezais não se dão na década de 60. Considerando a segunda fase de sua implantação, que termina em 1969, só surtirão efeitos na década seguinte. Coincidem, então, com a atração migratória exercida pela expectativa da implantação das plantas industriais planejadas para o estado. Os movimentos migratórios internos mobilizam um contingente reduzido de pessoas, haja vista o próprio estado não estar, até hoje, entre os mais populosos. São os movimentos migratórios interestaduais que vão provocar mudanças mais significativas nas estruturas urbanas e sociais, projetando-se, inclusive, no migrante, em especial o nordestino, que mais tarde acabará identificado com o aumento da violência na região.

Zorzal e Silva (2010, p. 31) afirma que

O conjunto das transformações ocorridas na economia e na sociedade capixaba conduziria a RMGV a apresentar, no limiar do século XXI, um perfil

¹¹⁹ Considerações sobre os fluxos migratórios com destino à Grande Vitória. IJSN, Vitória, 1992.

que ostenta elevados níveis de concentração populacional, renda, produção e consumo. A expressão dessa concentração pode ser visualizada pelos indicadores populacionais. Se em 1970 o Estado do ES tinha um contingente populacional da ordem de 1.599.324 habitantes, dos quais 418.273 estavam nos municípios da RMGV, o que significava 26% do total, em 2007 a população total subiu para 3.351.669 habitantes, sendo que desses 1.624.837 estavam na RMGV, o que representa 48% do total. Ou seja, quase a metade da população do Estado está residindo na RMGV.

O que se pode perceber é que não houve, a partir da atividade cafeeira, acumulação de capital suficiente para sustentar o desenvolvimento da indústria, fosse em termos de capital ou de infraestrutura. De acordo com Siqueira (2001, p. 66), ao longo da história, a expansão cafeeira no estado não criou as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria, como acontecera em São Paulo. Em terras capixabas, esse tipo de investimento era realizado por capitalistas externos, que aplicavam seus recursos em estradas, bancos, energia e indústria, ainda que em pequena proporção. Pelo contrário, a economia cafeeira esgotou a economia local, tornando inevitável que políticos e empresários passassem a peregrinar em direção ao governo federal demandando maior suporte para o Espírito Santo.

Assim como a erradicação dos cafezais, a implantação dos “Grandes Projetos” industriais, apesar de intensa participação das elites locais, atendeu muito mais às necessidades do capital nacional e do internacional, e de cunho privado. Siqueira alerta ainda sobre a inexpressividade política do Espírito Santo, fator relevante para que o estado sempre tivesse de arcar e lidar com as decisões tomadas em nível nacional. As lideranças locais não possuíam grandes possibilidades de nelas interferir, mesmo sendo uma área crítica, a qual, mais cedo ou mais tarde, tenderia a agravar suas condições econômicas e sociais (SIQUEIRA, 2001, p. 36).

De fato, a renda capixaba, como mostrará a próxima tabela, revela como o Espírito Santo, até a década de 60, realmente acumulava desvantagens em relação a seus vizinhos e principais estados da federação, o que tanto pode ser considerado causa quanto resultado da inexpressividade política. Soma-se a isso o fato de que, por uma pequena diferença, o estado, nos 60, fora incluído em uma região com uma renda *per capita* média três vezes superior, perdendo a

oportunidade de obter mais atenção do governo federal por estar em área do país considerada subdesenvolvida (SIQUEIRA, 2001, p. 37). Esse acúmulo de desvantagens contribui naturalmente para a construção da ideologia da necessidade urgente de industrialização, que vai suportar as ações que irão se desenrolar nos anos 70.

Tabela 3: Espírito Santo: renda interna em confronto com a renda dos principais estados nacionais – milhões de cruzeiros – 1948-1960¹²⁰

Ano	Brasil	Espírito Santo	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Bahia
1948	158.466	1.803	51.809	23.514	19.229	7.678
1949	181.760	2.524	60.032	27.807	20.905	8.492
1950	214.408	2.800	71.128	33.771	23.733	9.910
1951	254.485	3.982	87.053	38.613	27.832	10.896
1952	293.198	3.749	101.543	43.428	31.583	12.194
1953	360.452	4.820	122.163	51.773	41.376	15.172
1954	455.846	5.992	158.435	65.673	52.780	20.842
1955	579.072	7.450	194.381	82.237	65.405	29.949
1956	732.106	9.191	233.801	109.948	83.434	30.595
1957	871.896	11.224	278.977	125.853	100.229	37.041
1958	1.065.009	11.877	345.853	159.291	109.879	45.741
1959	1.431.476	15.569	457.888	207.962	145.809	62.617
1960	1.901.177	20.546	617.605	257.837	186.093	89.340

Fonte: GPV.ES.Codes. Aspectos da economia do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1996

A busca pela “industrialização acelerada” e a implantação dos “Grandes Projetos”, assim como as consequências decorrentes desse processo, referem-se a resultados de ações coletivas das elites políticas e econômicas do estado na busca de alternativas de acumulação de capital em níveis compatíveis com os que o Brasil começava a alcançar. Isso depois de terem esgotado o modelo econômico anterior considerando uma perspectiva de ação econômica extrativista e imediatista, que não priorizou um desenvolvimento amplo e inclusivo de um mercado interno e uma diversificação da produção. Essas ações coletivas orientavam-se pelos valores típicos da época e das respectivas classes: não inclusão dos excluídos no mercado de consumo; maximização da exploração; quadro em que não havia resistências que se opusessem seriamente ou oferecessem qualquer resistência a esse modelo de dominação que se impunha desde o fim do século XIX, com o domínio das oligarquias rurais.

¹²⁰ (SIQUEIRA, 2001- anexo 1, p. 178).

Os conflitos eram intraclases e, muito raramente, interclasses. Quando o eram, o massacre era inevitável, como no caso dos camponeses do noroeste do estado, citados em capítulos anteriores. O contexto prévio à implantação das plantas industriais também inclui as consequências geradas pela erradicação do café e a ânsia por melhorar as condições do estado em todos os aspectos. No entanto, o passo seguinte não é diferente em termos das ideologias principais que informaram as ações coletivas das elites nos períodos anteriores. Embora o objeto econômico mude de eixo - da produção rural para a indústria - o modelo que emerge está focado em bens intermediários com menor valor agregado e ancorado em estratégias de renúncia fiscal e capital externo. Tais bens não agregaram recursos à máquina pública de forma proporcional aos impactos que causaram.

ENCRUZILHADA PARA O FUTURO

Siqueira informa que “a base agrária que caracterizava a economia capixaba não permitia ampliar os limites excessivos que persistiam na tributação estadual” (2001, p. 37). Em outras palavras, o estado não tinha recursos para dar conta de serviços públicos e/ou estruturas capazes de dinamizar a economia.

Diante da encruzilhada em que a erradicação dos cafezais colocou o Espírito Santo, novos caminhos precisaram ser encontrados para a sobrevivência e o desenvolvimento do estado. Rocha e Morandi (2012) confirmam o fato de que o Espírito Santo não contava com a estrutura necessária para suportar os investimentos necessários para a industrialização do estado: precária infraestrutura de transportes, pouca disponibilidade de energia, inexistência de capitais privados acumulados¹²¹ e de estrutura bancária capaz de aportar recursos. Os autores ainda destacam, e sobremaneira, mais de uma vez, o papel da união das elites políticas e econômicas capixabas na superação dos obstáculos que se opunham ao desenvolvimento do Espírito Santo na década de 1970. Ainda ressaltam que

[...] à crise de preços do café e à política federal de erradicação dos cafezais, o Espírito Santo reagiu com a união de ações das elites políticas e empresaria-

¹²¹ Isso se reporta à análise feita acerca do capital x coerção no capítulo anterior.

riais, com a captação de recursos federais na área de logística e de energia, com a modernização da estrutura de gestão pública estadual, especialmente com a criação da Codes/Bandes, e com a constituição de dois fundos financeiros voltados para o apoio aos investimentos privados nas atividades agroindustriais, industriais e de comércio exterior (p. 33).

Os autores atribuem um protagonismo significativo à atuação das “elites políticas e empresariais” no contexto da emergência dos projetos de industrialização do estado. Em um regime autoritário como o que se vivia nos anos 70 no Brasil, com as instâncias de participação popular e políticas suspensas e/ou cooptadas pelo governo central, não havia, no Espírito Santo, ninguém que pudesse se opor às decisões tomadas pelas elites políticas e empresariais ou sobre elas opinar. Importante discutir até que ponto essa ausência de participação e de dependência das elites em relação às bases sociais não contribuiu para que o modelo de desenvolvimento adotado considerasse exclusivamente um lado da moeda, assumindo contornos com consequências contraditórias, como se pode observar nos anos posteriores.

Ressalta Siqueira (2001) que havia, na época da implantação desses projetos, década de 70 em especial, uma ideologia predominante no Brasil (e no mundo) acerca do conceito de desenvolvimento: a máxima de que era necessário, primeiramente, fazer o bolo crescer para, depois, dividi-lo. Como já discutido, a crença disseminada era de que o desenvolvimento econômico era linear, e que o subdesenvolvimento era uma etapa anterior à do desenvolvimento. E que o modelo econômico desigual, concentrador, associado e dependente era necessário – inevitável até – naquele momento, como passo prévio, inicial, rumo a uma situação melhor no futuro (SIQUEIRA, 2001, p. 34-5).

Reis (1998) aponta que, na República Velha, o que trazia à tona a importância do “indivíduo coletivo” era a defesa dos interesses privados do poderoso setor cafeeiro (p. 77). Essa politização da economia torna-se ainda mais presente com o autoritarismo de Vargas, convertendo o Estado no grande avalista da coalizão de poder que acomodava as elites agrárias tradicionais e o setor industrial emergente. Com a manutenção das relações de produção no campo e da força de trabalho que lá se encontrava, o Espírito Santo acabava fora da arena política que se urbanizava cada vez mais (p. 82).

A industrialização tardia no Espírito Santo garante, por um período ainda mais longo, esse modelo de relações no campo. Também tardiamente, vão surgir setores urbanos relevantes politicamente que começam a impor mudanças nos principais atores políticos, porém, ainda assim, muito vinculados ao campo. Tal transição não ocorre completamente no estado, “atropelado” pelo Golpe Militar, que inviabiliza qualquer participação política mais ampla. Sob esse regime, o projeto de modernização adotado é o que sacrifica a participação política e retarda a redistribuição social em favor do crescimento econômico rápido (214). Ou seja, o impacto da industrialização acelerada no Espírito Santo pode ter sido mais significativo em virtude das suas condições anteriores, do interesse que passou a representar em termos de logística para o capitalismo nacional e o internacional e sua proximidade geográfica com os grandes centros econômicos do sudeste. Entretanto, isso não é algo que foge à lógica que predominava no país e na esfera geopolítica sob a qual o Brasil se encontrava influenciado nos anos 70.

A concentração de investimentos na RMGV e proximidades litorâneas, junto com o fluxo migratório que trouxe, era, de certo modo, legitimada pelo imaginário que considerava a industrialização, independentemente de seu modelo, como propulsora de desenvolvimento, quando na verdade o que se percebeu foi uma lógica de crescimento econômico, pouco vinculada ao desenvolvimento social. Apesar dessa questão não ser privilégio do cenário capixaba, a hipótese aqui exposta é que o Espírito Santo expressa de maneira singular o desenvolvimentismo brasileiro implantado pelos Governos Militares. Ou seja, um estado produtor e exportador de *commodities*, com uma industrialização baseada em setores que geram poucos encadeamentos inter-setoriais e que quase não dialogava com a realidade urbana onde se inseria. (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2014, p. 37-8).

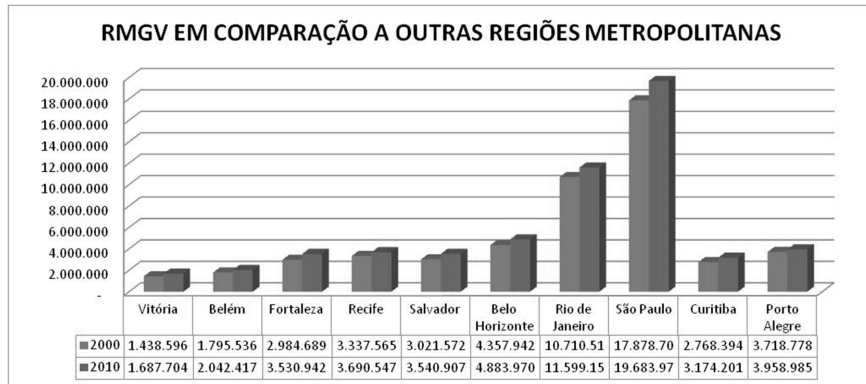
A perspectiva de pouco encadeamento intersetorial acaba reforçando a concentração na metrópole. O esvaziamento do interior foi tão intenso, que diversas cidades do sul do estado tinham, em 1940, população superior à da capital, como Mimoso do Sul, Colatina, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim.¹²² Hoje, no estado, en-

¹²² Observando em LIRA; OLIVEIRA JUNIOR; MONTEIRO, (2014, p. 20), apenas para fins de comparação: em 1940, Mimoso do Sul tinha 49.813 habitantes e, em 2010, contabilizava 25.902, enquanto Vitória, que contabilizava 45.212, contava, em 2010, com 327.801 pessoas.

tre cada seis municípios, cinco têm menos de 35 mil habitantes, e os municípios polo do interior não ultrapassam 200 mil habitantes. Para agravar o quadro, se o ponto alto da implantação dos grandes projetos foi o fim dos anos 70, a década de 1980 foi caracterizada por intensa crise fiscal do estado, o que o afetou tanto em nível nacional quanto local, comprometendo investimentos em infraestrutura em geral, como habitação e transporte coletivo, ampliando a população residente em favelas e cortiços (MONTEIRO, *et al.*, 2014, p. 198).

Comparar o impacto dessa urbanização acelerada no Espírito Santo é extremamente complexo, porque, mesmo com toda essa expansão, a Região Metropolitana da Grande Vitória continua sendo uma das menores regiões metropolitanas do Brasil, como se pode ver abaixo.

Gráfico 7: População RMGV em comparação com outras regiões metropolitanas¹²³



É preciso destacar que todas essas transformações no Espírito Santo foram possíveis, pois o estado entrou na rota dos interesses nacionais e internacionais antes da emergência dos movimentos dos anos 70 na direção do desenvolvimento. É justo supor que, não fosse o fato de o estado já constar dessa agenda nacional, os projetos não teriam tido o sucesso esperado.

¹²³ Dados da Série Urbana sobre Vitória do Observatório das Metrôpoles e Ind010101RM - População residente, por ano, segundo região metropolitana [Internet]. Rio de Janeiro: Portal Determinantes Sociais da Saúde. Observatório sobre Iniquidades em Saúde. CE-PI-DSS/ENSP/FIOCRUZ; 2013 Nov 30. Disponível em: <http://dssbr.org/site/wp-content/uploads/2013/12/Ind010101RM-20131130.xlsx>

Zorzal e Silva destaca o papel extremamente importante exercido pela Companhia Vale do Rio Doce, então estatal que cumpria importante função na estratégia nacional desenvolvimentista. Tal papel, segundo a autora, marcava as estratégias econômicas do Estado nacional já desde os anos 30. A empresa, constituída em 1942 no âmbito de acordos relativos à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, vai concentrar suas atividades no Vale do Rio Doce, abrangendo Minas Gerais e Espírito Santo. Tinha como função “[...] gerar divisas e, assim, ser um instrumento de desenvolvimento para o país” (ZORZAL E SILVA, 2001, p. 137). Expande suas atividades nos anos 50 e terá grande influência nos rumos da industrialização do Espírito Santo, assim como ditará, de certa maneira, os rumos dessa industrialização, no âmbito de uma cadeia nacional e internacional de interesses econômicos relativos ao fornecimento de matérias-primas, pois

[...] é no contexto da interação desses dois movimentos – crise da economia cafeeira e aprofundamento da estratégia desenvolvimentista via industrialização por substituição de importações – que a simultânea estratégia de expansão da CVRD no mercado transoceânico de minério de ferro reorientou de maneira decisiva o curso da trajetória em que se realizava a modernização capitalista na região do Espírito Santo. Isto porque é exatamente no limiar dos anos 60 que as estratégias de crescimento e reaparelhamento da CVRD têm lugar. Estas visavam, de um lado, fazer face aos desafios da emergência no mercado mundial de ferro de novos grandes produtores – Austrália e África do Sul – e, de outro, acompanhar as novas tendências que se esboçavam na indústria siderúrgica mundial. Como resultante, a região do Vale do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo), em especial o Estado do Espírito Santo, passou a receber maciços investimentos da empresa para o reaparelhamento do complexo mina-ferrovia-porto e, na sequência, para a montagem da indústria siderúrgica vinculada ao referido complexo (ZORZAL E SILVA, 2001 p. 136).

Para a autora, a aceleração das mudanças econômicas e sociais passa a ocorrer no Espírito Santo a partir dos anos 60 (não dos anos 70), na trilha da segunda fase da erradicação dos cafezais. E deve-se, ao menos, a três conjuntos articulados de fatores determinantes: a) a logística de transportes de cargas de longa distância, constituída pela Vale, assim como seus desdobramentos; b) as políticas de desenvolvimento industrial implementadas a partir do primeiro governador biônico, Christiano Dias Lopes (1967/70); c)

o aprofundamento da ação desenvolvimentista do Estado brasileiro, em especial a partir do regime militar.

Não é interesse desta pesquisa avaliar o papel das elites capixabas na industrialização do estado, ou da própria Vale do Rio Doce. Importa destacar, para fins deste estudo, que os grandes investimentos se deram sem nenhuma consideração pelos impactos sociais que poderiam causar e que, de fato, causaram. Foram pensados exclusivamente pelas elites e para as elites visando à satisfação das necessidades do capitalismo nacional e do internacional. Deram-se no âmbito de uma perspectiva ideológica desenvolvimentista e autoritária, aportando recursos nacionais (privados e públicos) e, quando esses não eram suficientes, recorria-se aos internacionais.

O fato é que, como afirma documento do Instituto Jones dos Santos Neves,

Em meio à aparente prosperidade econômica alcançada, nem os administradores da esfera federal, muito menos os gerenciadores da escala estadual, parecem ter lançado seus olhares e atenção ao futuro. À medida que os anos passaram, os projetos industriais foram se desenvolvendo sem que se planejassem políticas urbanas e sociais adequadas.

A súbita transformação da estrutura econômica implicou alterações na estrutura demográfica, como a intensificação dos fluxos migratórios destinados ao centro urbano capixaba. Isso propiciou um incremento abrupto no número de pessoas que se fixavam na Grande Vitória em busca de novas oportunidades de emprego. Com base nos registros censitários do IBGE, constata-se que a taxa de variação populacional entre 1960 e 1970 no Espírito Santo registrou um *aumento* de 13%. Em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, o referido acréscimo populacional foi de, respectivamente, 156%, 88%, 60%, 123% e 60%. Do início da década de 60 ao início década de 70, os demais municípios capixabas apresentaram redução de 2% na taxa de variação populacional (p. 8).¹²⁴

O vulto desses investimentos - constituídos para operarem em grande escala a fim de garantir competitividade no mercado internacional - elevou de modo significativo a economia do Espírito Santo e acarretou aglomeração urbana, ignorando seus efeitos sobre uma in-

¹²⁴ Instituto Jones dos Santos Neves. Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória, ES, 2011. 27 p., il. tab. (texto para discussão, 37) ISBN: 978-85-62509-85-8.

fraestrutura precária. A região da Grande Vitória não tinha estrutura para absorver o enorme fluxo migratório decorrente da erradicação dos cafezais e da implantação das indústrias (SIQUEIRA, 2001, p. 92-3). Como dito anteriormente, o estado arrecadava pouco e poucas condições tinha com recursos públicos para dar conta das questões sociais, que não estavam na agenda dos empreendedores. Os interesses da população foram relegados a segundo plano em nome de “[...] um desenvolvimento cujo significado ideológico era prioritariamente a integração do Espírito Santo no contexto capitalista nacional e internacional” (SIQUEIRA, 2001, p. 97).

Outra questão importante é que a implantação dos “Grandes Projetos” não impacta de maneira equivalente a arrecadação estadual. Ou seja, enquanto as demandas se ampliam sobremaneira, os recursos para atendê-las acumulam *deficits* ao longo dos anos.¹²⁵

Os lucros gerados pelas empresas que se instalaram no Espírito Santo não seriam reinvestidos no estado, nem mesmo suas contribuições para a arrecadação estadual e/ou municipais seriam significativas em decorrência das isenções fiscais que lhes foram concedidas e, como os investimentos foram principalmente multinacionais, nem os grupos privados nacionais e nem o próprio Governo Federal foram fortalecidos numa proporção equivalente com os empreendimentos investidos, o que confirma o argumento da permanência do caráter periférico da economia estadual, agora com um novo perfil (p. 47).

Autoria, ano

Embora tenha se inserido no contexto do capitalismo nacional, o Espírito Santo ocupou, nessa estrutura, um lugar de produtor de bens intermediários destinados ao mercado externo, ou seja, manteve sua condição periférica na economia nacional (p. 46)

A informação que nos oferece Rocha e Morandi (2012) é que, em 50 anos, a população capixaba aumentou 147,8% (1960-2010), sendo que a população urbana reduziu-se em 45,5% e a urbana aumentou em assombrosos 626,6 % no mesmo período. A indústria,

¹²⁵ Importante ressaltar que não se trata de isentar o Estado de suas funções e obrigações em relação à população em função de sua baixa arrecadação, mas de explicar que foram as escolhas feitas que resultaram em uma situação de dificuldades no atendimento dessas demandas. Além disso, também a aplicação dos recursos públicos se dá no contexto de escolhas dos grupos que governam, ou seja, mesmo com recursos escassos, a aplicação desses se deu a partir de escolhas e prioridades que, podemos supor, durante muito tempo não foram as áreas periféricas da região metropolitana. Mas essa questão ultrapassa os limites desse trabalho.

que, em 1960, respondia por 5,3% do PIB capixaba, representava, em 2009, 29,8%. A agricultura caiu de 41,8% para 6,8% no mesmo período. Ainda segundo Rocha e Morandi, a mudança estrutural pela qual passaram a sociedade e a economia capixaba em cinco décadas apenas mostrou grande dinamismo econômico sendo causadora de grandes problemas sociais. Vale a pena citar como os autores explicam a emergência dos problemas que afetam a Região Metropolitana, em especial a capital Vitória.

Assim, constituiu-se uma metrópole de porte médio num curto espaço de tempo, criando-se uma aglomeração de pessoas que deixaram as suas raízes sociais nos seus locais de origem, no interior do estado ou em outras localidades de estados vizinhos, especialmente Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. O afastamento de suas raízes e a inserção em novas regiões de domicílio da Região da Grande Vitória levou à formação de uma nova sociedade sem relações estruturadas e de baixa solidariedade social. Somava-se a isto a falta de emprego para todos e as carências sociais decorrentes da falta de renda mínima para suportar as necessidades básicas de cada família.

Destas condições resultaram vários problemas sociais, tais como: habitações inadequadas, condições precárias de saneamento, de transporte coletivo e de atendimento à saúde, além da educação pública com oferta insuficiente e de baixa qualidade. Instalou-se, também, um ambiente propício à violência e ao comércio e consumo de drogas de forma descontrolada e disseminada (ROCHA E MORANDI, 2012, p. 40).

Das muitas razões apontadas pelos autores para os “problemas sociais”, em nenhum momento é destacada a forma como transcorre a “industrialização” capixaba. Se, em um momento, há um sujeito das mudanças, noutro, não há um sujeito das consequências. É fato que as estratégias escolhidas pelos atores que poderiam atuar efetivamente e se fazerem ouvir no contexto autoritário dos anos 70 não encontravam resistência política ou social, uma vez que o próprio regime se encarregava de silenciar. Esse fato, é forçoso notar, não era peculiaridade do Espírito Santo. Segundo Reis,

Até certo ponto, todas as experiências modernizantes tardias que ocorreram no segundo ou no terceiro mundo podem ser encaradas como tentativas de usar articulações específicas de mercado, autoridade e solidariedade para atingir o desenvolvimento, a modernização ou alguma outra meta ‘progressista’ que desse sustentamento (sic) ao projeto político de uma nação ou bloco de nações (1998, p. 218).

Ocultar - intencionalmente ou não - os sujeitos e os atores das transformações ocorridas no Espírito Santo, quando a essas são atribuídas consequências indesejáveis das próprias transformações, acaba obscurecendo fatores essenciais na compreensão do surgimento do problema da violência no estado, seja como representação, seja como elevação dos índices de homicídios. Percebe-se, em diversos estudos sobre o tema, que seus autores elaboram uma visão considerando os grupos empresariais que se constituíram no âmbito desse projeto autoritário, que acabaram controlando a versão histórica oficial dos fatos.

Os diagnósticos que sustentam os planos de segurança, conforme analisados em capítulo anterior, seguem na mesma direção: atribuir violência e “problemas sociais” a essas mudanças estruturais, mas sem investir na profundidade da crítica em perceber que essas mudanças estruturais não ocorreram do nada. Tais mudanças ocorreram por causa de estratégias de atores públicos e privados, de interesses econômicos tanto estatais - em nível de estratégias desenvolvimentistas nacionais - quanto de interesses locais.

Interessante observar que a síntese do planejamento estratégico ES 2025, elaborado considerando a iniciativa do movimento *Espírito Santo em Ação*, demonstra sua preocupação com a violência na seção “condicionantes de futuro endógenos/gargalos e tensões estruturais”: “Violência urbana, com disseminação para o espaço rural e repercussões sobre a atração de capitais e a imagem do Estado”¹²⁶. Em referência às ações frente à violência, o segundo item da lista é “Redução dos crimes contra o patrimônio”. A redução de homicídios não consta, mesmo o Espírito Santo sendo considerado, à época da elaboração do plano, um dos estados mais violentos do Brasil. A violência, na visão do ES 2025, é um risco porque sua insistência provoca a perda de atratividade de novos investimentos (MACROPLAN, 2006, p.22).¹²⁷

¹²⁶ PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO 2025 - SÍNTESE DO PLANO ELABORADO POR EQUIPE TÉCNICA DO IJSN. Vitória, IJSN, 2007.

¹²⁷ Por rigor, cito a lista inteira, constante nas páginas 20 e 21 do referido plano “Redução da Violência e da Criminalidade: 16. Sistema Integrado de Defesa Social (âncora); 17. Redução dos Crimes Contra o Patrimônio; 18. Atenção ao Jovem; 19. Prevenção Social da Criminalidade; 20. Gestão da Segurança Pública; 21. Capacitação Policial Orientada para Resultados; 22. Modernização da Polícia Técnico-Científica; 23. Ampliação e Modernização do Sistema Prisional; 24. Policiamento Comunitário e Solução de Problemas; 25. Controle da Atividade Policial; e 21 26. Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública. In Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: carteira de projetos estruturantes. - Espírito Santo: Macroplan, 2006. v.8 : il., color. ; 30cm.

Na atual revisão do ES 2025, o ES 2030 - depois de tratar do aumento vertiginoso da população e da concentração populacional na região da Grande Vitória, mas sem relacioná-lo à implantação das políticas industrializantes implantadas - consta que

As mudanças demográficas foram acompanhadas do aumento percentual de pessoas que viviam em estado de pobreza e de subemprego; de carência de serviços públicos essenciais, de saúde, de educação, de segurança e de habitação, gerando crescentes desafios (p. 25).¹²⁸

Chama a atenção que “as mudanças demográficas” não são associadas às intervenções “industrializantes”. E foram “acompanhadas de aumento percentual de pessoas que viviam na pobreza [...]”. A redação dá a entender que não há qualquer relação entre industrialização e empobrecimento urbano no Espírito Santo, ao contrário do que Siqueira (2001) e outros autores de linha mais crítica apontam com muita propriedade. É como se fosse uma infeliz coincidência o aumento demográfico, as mudanças demográficas e o aumento percentual de pessoas que vivem na pobreza.

Vale ressaltar ainda que tanto o ES 2025 quanto o ES 2030 são planos financiados, principalmente, por grupos empresariais com o apoio do governo do Espírito Santo. São documentos reveladores da percepção que as elites políticas e empresariais têm da situação do estado. Uma rápida olhada na parte final dos documentos, onde constam os entrevistados das pesquisas qualitativas e os grupos que participaram da elaboração do documento, permite perceber que se trata de um documento que considera os interesses das classes empresariais. É direcionado para os interesses dessas classes e ilustra o que esses segmentos pensam acerca do problema quando, por exemplo, o ES 2030 apresenta seu diagnóstico das causas da violência:

De causalidades e motivações múltiplas, o comportamento caracterizado como desviante da normalidade, nas suas variadas formas de expressão, desde o pequeno delito ao crime de morte, além da perspectiva do indivíduo, deve ser visto e interpretado como resultado de suas complexas relações em grupos sociais específicos e em relação às instituições constitutivas da sociedade (p.147).

¹²⁸ Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2030. Vitória, Espírito Santo em Ação, DVF Consultoria, 2013.

Na compreensão dos autores do documento, o “comportamento desviante da normalidade” não se deve somente ao indivíduo, mas também decorre das relações desse indivíduo em “grupos específicos”, sem definir quais seriam esses grupos. Atribui o “comportamento desviante” também às relações complexas no que se refere às “instituições constitutivas da sociedade”¹²⁹, retornando ao pressuposto inicial da normalização, mesmo tendo inicialmente tentado evitá-lo. O trecho e o documento são pouco precisos e/ou objetivos, priorizando pela generalidade.

Quanto aos projetos listados (p.160-161), é digno de nota que o “plano” apresenta como meta uma taxa de homicídios menor do que 10 ocorrências por 100 mil habitantes em 2030. O foco em geral se concentra, por um lado, em ações de integração, tecnologia, políticas públicas em áreas vulneráveis, prevenção e repressão; por outro lado, as críticas ao modelo de produção e ao discurso do ES 2025 – extensivo à sua atualização ES 2030 – não são nenhuma originalidade desse trabalho.

Zanotelli *et al.* (2013) fazem uma análise contundente do documento.¹³⁰ De início, ele ressalta que o plano foi coordenado por Guilherme Gomes Dias, na época Secretário de Planejamento, e Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex-governador biônico do Espírito Santo, justamente na década de 70 (1971-1974). Este também foi presidente da Aracruz Celulose (hoje Fíbria) e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (hoje Arcelor Mittal).¹³¹ Zanotelli confirma o que observamos algumas linhas acima: que a participação da sociedade é muito pouco perceptível, que não foram entrevistados representantes de movimentos sociais e nem fica claro como foram

¹²⁹ Trocando em miúdos, a culpa é da família.

¹³⁰ Reporto-me a algumas partes do texto do autor, mas poderia citar todo um segmento do artigo por ele publicado a respeito. ZANOTELLI, 2013. Disponível em http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT09_Claudio.pdf. Acesso em 17 de março de 2015.

¹³¹ Alguns jornalistas sugerem que Arthur Gerhardt atua como lobista de grandes empresas no Espírito Santo. Esta tese não tem nenhuma pretensão em fazer quaisquer acusações ou qualquer tipo de investigação. Tão somente busca levantar questões sobre o objeto que procura discutir. Ver em MEDEIROS, Manaira. Arthur Gerhardt: o lobista de prestígio das transnacionais. Documentos revelam como a Sereng, que tem em seu quadro societário empresa do ex-governador biônico, faturou milhões em contratos com a Vale. Século Diário. Disponível em <http://seculodiario.com.br/12438/10/arthur-gerhardt-santos-o-lobista-de-prestigio-das-transnacionais>.

os supostos processos participativos de elaboração do plano. Afirma ainda que o discurso do plano ES 2025 visa ao crescimento econômico, considerando que os responsáveis pela elaboração desse plano pressupõem um direcionamento das políticas públicas ao mercado e ao atendimento de interesses privados, rentistas e lucrativos. O autor analisa ainda os efeitos pretendidos pelo plano:

Nesse sentido, cabe levar em conta que o ES 2025 traz ainda outras estratégias de criação de efeitos de verdade. Globalmente, o plano idealiza um futuro em 2025 de forma fantasiada. Pintada de cores mais belas. O presente seria um caminho de lutas necessárias. Os sujeitos, deste modo, seriam levados a abrir mão de alegrias presentes em função dos benefícios distantes no tempo. O plano ainda busca a estratégia do consenso, a fim de se criar a coesão social necessária à sua efetivação. Cria-se o ser “o nosso Espírito Santo” e, a partir desse ente, são convergidos os interesses e intencionalidades de todos, mascarando as diferenças de classes, bem como distinções regionais que existem no território capixaba e aqueles que redigem o plano se colocando no lugar de um “nós” coletivo fabricado (ZANOTELLI *et al.*, 2013, p. 5).

E uma passagem do plano ilustra muito bem o que afirma Zanotelli

O futuro já está escrito. Suas linhas passam a compor nossos projetos e nossos sonhos. Num momento de perspectivas tão promissoras, como nunca se viu no Espírito Santo, este Plano sinaliza um caminho concreto para a efetivação de um horizonte de prosperidade compartilhada, com a inclusão social e respeito ao meio ambiente (MACROPLAN, 2006, p. 7).¹³²

A consideração de Zanotelli de que o plano ES 2025 apela para um cenário de tempos de corrupção, escândalos e descaso - superados graças ao heroísmo das “elites políticas e empresariais” com o estabelecimento de consensos, pactos e convergências de interesses - condiz perfeitamente com o argumentado neste segmento do trabalho. Ora, houve convergência de interesses nos anos 70 para a implantação do novo modelo econômico no Espírito Santo. Não houve participação da sociedade civil e das massas, considerando que

¹³² Espírito Santo 2025: Plano de desenvolvimento. E77 Vitória (ES): Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006. 156p. Disponível em: <http://prodi.ifes.edu.br/prodi/Planejamento_Estrategico/Documentos/Plano_de_Developmento_ES_20-25.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

o Brasil se encontrava sob um regime autoritário no qual os canais de participação social estavam suspensos.

Já nos anos 2000, a exclusão se deu de forma de formas sutil, como revela a elaboração dos “planos”. A sociedade não foi convidada para participar do “projeto” - uma parceria entre empresários e governo estadual, segundo Zanotelli - mas o recebeu de “presente”, devidamente legitimado por um consenso mítico que explica o porquê de esse plano ser norteador das ações públicas no Espírito Santo.

Não se pode perder de vista que as transformações ocorridas no Espírito Santo a partir dos anos 60 foram resultado das decisões das elites políticas e empresariais num espaço não democrático em que seus interesses não poderiam ser confrontados com outros interesses. Não levaram em conta as consequências sociais da implantação desses interesses. Documento do Instituto Jones dos Santos Neves¹³³ afirma

Os representantes públicos do Estado, talvez por uma maior preocupação com os aspectos macroeconômicos, ou até mesmo por mero descaso, não conceberam a força e intensidade da transformação pela qual a região passaria. A falta de adequadas políticas públicas, que contornariam ou amenizariam os problemas trazidos pela nova dinâmica estabelecida de uso e ocupação do solo urbano, se caracterizou como um dos fatores decisivos que contribuiu para o desencadeamento de processos socioespaciais contraditórios (IJSN, 2011, p. 10).

E em outro momento, o mesmo documento frisa o seguinte:

Sobre o desenvolvimento industrial acelerado que estava ocorrendo na região, cabe salientar a posição de “neutralidade” do governo estadual em relação à fiscalização e ao estabelecimento de políticas públicas dirigidas aos contingentes de imigrantes que chegavam a Vitória (IJSN, 2011, p. 17).

Apesar de ser mais profundo na crítica ao processo de industrialização capixaba considerando a dimensão do estudo, ao enfrentar o “mito” do migrante como causa da violência, o trabalho, na sequência, enfatiza, sobremaneira, a ideia de “ausência do Estado”:

¹³³ Instituto Jones dos Santos Neves. **Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória**. Vitória, ES, 2011. 27p., il. tab. (Texto para discussão, 37).

Com base na análise da problemática capixaba, acredita-se que a ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado durante o auge do processo de industrialização e urbanização foram alguns dos fatores cruciais que propiciaram sérios problemas de ordem socioeconômica, a saber: ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência dos serviços básicos de saúde e educação, dentre outros. Acredita-se, também, que o aumento da criminalidade violenta, registrado na Grande Vitória nos anos subsequentes à década de 70, estaria mais associado a estes problemas estruturais do que à intensificação da migração (IJSN, 2011, p.10).

Não se nega o efeito dos fatos descritos pelo trabalho do IJSN. Apenas insiste-se neste ponto: as condições de uma acumulação social da violência já estavam presentes anteriormente a esses processos e foram afetadas por ele, ampliando-se em intensidade e alterando-se em termos de distribuição espacial.

Alinhados aos interesses do capital nacional e do internacional, os governantes estaduais, com o suporte dos segmentos locais economicamente dominantes, impuseram à população do estado o modelo de desenvolvimento que ocupava o imaginário dos grupos dirigentes estaduais e era compartilhado com o ideário dos planejadores do regime militar: de integração econômica sem nenhuma perspectiva de integração social, acompanhando uma tendência histórica da formação do Estado brasileiro, de excluir, isolar e exterminar em vez de integrar, conforme discutido em capítulos anteriores. Reproduzo ainda outro trecho do estudo do Instituto Jones dos Santos Neves que ilustra o que defende este estudo:

O processo tardio de industrialização do Espírito Santo, assim como de outros estados, foi mais um exemplo bem sucedido do modo brasileiro de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. Dessa forma, a desigual distribuição espacial do crescimento econômico industrial da década de 70 produziu desequilíbrios e gerou reflexos sociais que contribuíram para o crescimento gradativo da criminalidade urbana violenta (MACROPLAN, 2011, p. 12).

Em outro momento de sua análise, Rocha e Morandi confirmam o ES 2025 na construção do terrível passado superado a partir de 2002:

Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, o conglomerado urbano foi se expandindo e os problemas sociais se multiplicando. Com o restabelecimento da democracia no país, a partir de 1982, e com as eleições de governadores e de prefeitos em 1984, formou-se o ambiente propício para que, por meio do voto popular, indivíduos e redes criminosas pudessem acessar o Poder Político no Executivo e principalmente no Legislativo. A partir da ocupação estratégica destas posições, os tentáculos do crime organizado foram expandidos para o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Na década de 1990 até 2002, o Espírito Santo teve suas instituições públicas submetidas ao crime organizado e mergulhado nos desmandos e na corrupção. Foram anos difíceis e de muita angústia para a população (p. 40).

De fato, houve diversas transformações no estado a partir de 2002. Uma das hipóteses defendidas neste trabalho é a de que os empreendedores privados da violência, que sempre foram sócios do governo estadual, complementaram os limites desse governo no que se refere ao gerenciamento da violência e da coerção, haja vista a baixa capacidade própria do governo local de exercer esse controle. Outros casos ilustram essa baixa capacidade: a greve dos ferroviários de 1908, quando o governo do estado teve de pedir apoio ao Rio de Janeiro porque não era capaz de conter uma mísera greve de esfomeados (MOREIRA *et al.*, 2014); a revolta da Xandoca, em que a crise interna das oligarquias pré-1930 utilizavam a capangagem e os exércitos próprios dos fazendeiros para prevalecer politicamente, diante de um reduzido quadro de policiais (BOU HABIB FILHO, 2007); a ocupação do norte do estado, entregue a figuras como Djalma Borges, Coronel Bimbim, semeando o terror e distribuindo benesses a seu bel-prazer mediante delegação do governo estadual; os relacionamentos ambíguos entre figuras públicas importantes da história do Espírito Santo e pistoleiros (Sindicato do Crime), em especial nos anos 50¹³⁴; a suspeita participação de José Dias Lopes, secretário estadual de segurança pública, irmão de Christiano Dias Lopes, governador do estado, no episódio do Esquadrão da Morte (GUIMARÃES, 1978); os depoimentos de Cláudio Guerra (NETTO, MEDEIROS, 2010), matador implacável, amigo de governadores e da alta sociedade capixaba; a expulsão de indígenas e camponeses que atrapalhavam a

¹³⁴ Reportagens de Rogério Medeiros, já citadas.

implantação do projeto das elites políticas e empresariais, como no caso da Aracruz Celulose (CICCARONE; EHRENBRINK; SILVA, 2008).

Ainda digna de nota é a afirmação de um dos ex-delegados entrevistados, de que “[...] eram usadas pessoas que não eram policiais ‘pra’ poder fazer a limpeza [...] precisa de “limpar uma área”, você subloca... Quer dizer, não foi o governo que fez... foi ‘bandido’.” Para completar, ainda cita um desses, Zé Sasso, que, segundo o entrevistado “matou pra polícia muito”.¹³⁵ Sasso, famoso pistoleiro dos anos 80, de acordo com o Procurador de Justiça aposentado Ronald de Souza¹³⁶, “matou mais ou menos umas oitenta pessoas e só foi condenado uma vez, por tentativa de homicídio, em Iconha”. Sasso, que, segundo o ex-procurador, já chegou a cobrar R\$ 160.000,00 para matar um prefeito, morreu envenenado em uma prisão em Linhares em 1992, supostamente por motivos “amorosos”.

Ora, os exemplos são muitos, e são poucos ao mesmo tempo, porque são apenas uma amostra do que ocorria no período, haja vista a justa expectativa de que a maior parte de crimes e ocorrências não se tornassem públicas ou levassem a processos e/ou investigações de qualquer tipo. Considerem-se os tempos aos quais se referem esses eventos, e ainda mais envolvendo figuras públicas e inseridas nas famílias tradicionais e economicamente poderosas do estado. Esses exemplos são, ainda, amostras subjetivas, uma vez que, em nenhum deles, é possível, do ponto de vista jurídico, apresentar provas concretas. E nem nos interessa.

O que se propõe neste trabalho não tem nada de investigativo, policial ou de cunho jurídico. Trata-se de um trabalho sociológico, interessado nos indícios que os casos representam. Na possibilidade de que eles ilustrem o mito de que a redemocratização tenha contribuído para formar um ambiente propício para que criminosos pudessem acessar o poder político, como algumas versões defendem. Essa concepção consiste em atribuir ao povo, ao eleitor e à democracia a responsabilidade pela chegada de supostos criminosos a cargos

¹³⁵ Entrevista realizada dia 02 de julho de 2015 na residência do entrevistado. Foi gravada e transcrita e encontra-se disponível para fins de comprovação.

¹³⁶ Ministério Público do Espírito Santo. Depoimento do Procurador de Justiça aposentado Ronald de Souza para o projeto Memória Oral – 2011. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaSemFoto.aspx?pagina=547>>. Acesso em: 22 jul. 2015 ou <<http://siteantigo.mpes.mp.br/memorial.2.0/entrevistas.aspx>>.

importantes do estado.¹³⁷ Essa visão implica ignorar um histórico no qual o crime organizado se confunde com o próprio Estado no território do Espírito Santo. Acaba criando um novo mito fundador para a violência no estado. Ignora os anos de acumulação social dessa violência que, mediante os fatores que a impulsionam e o peso agregado dos efeitos cumulativos, corre para frente e para trás; desencadeia movimentos numa ou noutra direção; varia em velocidade dependendo do impulso original e das relações causais no interior do sistema (MYRDAL, 1965; MISSE, 1999).

Como pano de fundo desses mitos fundadores da violência homicida no Espírito Santo – atribuindo tal violência às “transformações pelas quais passou o estado”, como se observa em diversos documentos oficiais, ou relacionando a ascensão de criminosos aos poderes estaduais com a abertura democrática – encontram-se: uma estratégia ideológica de dissipar permanências históricas que unem os extermínios de camponeses, posseiros e indígenas nos anos 30, 40 e 50; os grupos de extermínio dos anos 60 e 70; a *Scuderie Le Cocq*; a atuação de delegados, a exemplo de Cláudio Guerra; a completa destruição operacional do aparato de segurança do estado nos anos 90: o ciclo de violência letal que se desenvolve e se concentra fortemente em áreas de concentração de desvantagens sociais e que eleva as taxas de homicídios a níveis extremamente altos; a expansão das políticas de aprisionamento como estratégias de enfrentamento ao crime e à violência e as terríveis condições desse aprisionamento (BONI, 2014); as novas personalidades jurídicas da própria *Scuderie Le Cocq*, como sugerem investigações recentes da Polícia Civil no estado e depoimentos colhidos para esta pesquisa. Assim, não se pode tentar apagar o fato de que o estado que combate a violência é o mesmo que a cria¹³⁸.

¹³⁷ Um exemplo dessa versão pode ser encontrado em ZORZAL E SILVA, 2010, pp. 43-44. “Esses traços, resultantes das estratégias dos atores que conduziram os processos de mudanças, ao lado do fragmentado e frágil sistema partidário que emergiu da reforma partidária encaminhada em âmbito nacional, compuseram o cenário mais geral da institucionalidade política que circunscreveu o campo de possibilidades e de incentivos à ação dos atores políticos presentes no Espírito Santo a partir de então. Como consequência, ao longo das décadas de 1980 e de 1990, o cenário político e institucional do Estado do Espírito Santo esteve pontuado por crises de governo, desmandos, malversação de recursos, corrupção e outras mazelas que acabaram por produzir retrocessos institucionais, ao invés de mudanças virtuosas, apesar da tendência ascendente do crescimento econômico registrado no período.”

¹³⁸ Conforme citado em capítulos anteriores, a impressão é que a associação entre as agências privadas e públicas de violência sofre uma interrupção a partir de 2003, após a crise institucional que quase levou à intervenção estatal. Se ela, a associação, não deixa de existir, torna-se

Fagundes e Ângelo (2014, p. 152) destacam que

[...] os efeitos positivos dos Grandes Projetos Industriais são lembrados e reivindicados por diversos setores da sociedade. Entretanto, a herança perversa dessa industrialização acelerada tende a ser esquecida por esses mesmos segmentos. Os trabalhos que analisam os desdobramentos sociais da modernização do complexo industrial capixaba indicam a produção de uma série de problemas que afetaram diretamente a Grande Vitória, a exemplo da ocupação desordenada do espaço urbano e da acentuação das desigualdades regionais, além daqueles causados pela inexistência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte coletivo.

Os autores alertam para o risco de que essa versão dos “Grandes Projetos” - repetida e reproduzida por documentos do governo e mesmo pelo meio acadêmico e intelectual - se consolide como uma história oficial, resultante de uma elaboração imprecisa e parcial da situação do Espírito Santo nos anos da ditadura militar. Tal versão parcial, proposta como oficial, não se refere somente ao período do regime de 64. Estende-se a toda a história do Espírito Santo quando se omite da narrativa a constância da violência como estratégia de resolução de conflitos no território capixaba, inicialmente em territórios rurais e, posteriormente, urbanos.

Volto os olhos a Charles Tilly quando este defende que as organizações violentas fazem o que os Estados Nacionais fizeram ao longo de sua história de consolidação como Estados (2004, p. 01). Creio que Tilly nos esclarece ainda mais quando afirma que

[...] A natureza das relações entre os governos e as organizações violentas afeta fortemente a extensão e localização da ação coletiva dentro de um regime. Em geral, a violência coletiva cresce na medida em que as organizações especializadas no uso de meios coercitivos (exércitos, forças policiais, banditismo coordenado, confederações de piratas, empresas de mercenários, negócios de proteção e outras) crescem em tamanho, escopo geográfico, recursos e coerência. Mas o controle civil das organizações violentas diminui esses efeitos. Da

menos explícita e apresenta um perfil diferente, voltado, exclusivamente, para os interesses econômicos dos agentes e não mais para uma atuação complementar à estatal, como na forma original do empreendedorismo violento. Poder-se-ia dizer que tal associação se define, nesse momento, pela predominância da mercadoria política com menor organização do empreendedorismo violento. Mas é uma hipótese que carece de investigações mais profundas.

mesma forma, a violência coletiva cresce na medida em que os especialistas escapam do controle democrático civil. Temos, portanto, razão para valorizar a democracia e estudar as organizações violentas com juízo (2004, p. 6).^{139 140}

As ameaças à segurança pública e a violência em geral são produto das estratégias dos atores do Estado e das elites que o comandam em nível “nacional”, ainda que aqui nos interesse o nível “local”. As estratégias para combater essas ameaças “externas” – oriundas não de uma guerra com um país ou outra região, mas contra as “drogas”, os “efeitos da globalização”, o “atraso econômico” – abstraem a causa daquilo que quer combater justamente por ser ele, o próprio Estado e sua natureza, o causador dos problemas que se propõe solucionar.

Narra-se o mito fundador desse inimigo para obscurecer a necessidade de preservar os interesses das classes dominantes, reivindicando alguma legitimidade à violência que se dá supostamente em prol do interesse coletivo. Trata-se, em nível mais amplo, de proteger uma “ordem” que nada mais era (é?) do que a estrutura de exploração vigente em determinado momento histórico. Industrializar o Espírito Santo é necessidade e convicção exclusiva do Estado nacional e das elites locais. Trata-se do constante Estado de Exceção a que se refere Angamben:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional

¹³⁹ “[...] el carácter de las relaciones entre los gobiernos y las organizaciones violentas afecta fuertemente la extensión y el lugar de la acción colectiva dentro de un régimen. En forma global, la violencia colectiva crece en la medida en que organizaciones especializadas en el uso de medios coercitivos – ejércitos, fuerzas de policía, bandillaje coordinado, confederaciones de piratas, empresas mercenarias, negocios de protección, y demás — crecen en tamaño, alcance geográfico, recursos y coherencia. Pero el control civil sobre las organizaciones violentas disminuye esos efectos. De la misma forma, la violencia colectiva crece en la medida en que los especialistas escapan al control democrático civil. Nosotros, por lo tanto, tenemos razones para valorar la democracia y estudiar a las organizaciones con violencia con juicio”.

¹⁴⁰ Cabe complementar: “The reflections that follow merely illustrate the analogy of war making and state making with organized crime from a few hundred years of European experience and offer tentative arguments concerning principles of change and variation underlying the experience” (TILLY, 1985, p. 169).

entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (2004, p. 13).

A grande massa da população passa ao longo de todo processo histórico do século XX excluída de participação. Em se tratando de Espírito Santo, mesmo no interregno democrático entre 1945 e 1964, quando a violência e a pistolagem imperavam em diversas regiões, tudo parte do próprio Estado, e, depois, se torna alvo do combate desse próprio Estado.

Defensores de governos, em particular e em geral, normalmente argumentam que eles oferecem proteção contra a violência local e externa. Afirmam que os preços cobrados mal cobrem os custos de proteção. Intitulam as pessoas que reclamam do preço de proteção de “anarquistas”, “subversivos”, ou ambos. Mas, considere a definição de um mafioso como alguém que cria uma ameaça e, em seguida, se encarrega de reduzi-la. A prestação de proteção por parte dos governos, considerando esse padrão, muitas vezes pode ser qualificada como extorsão. Na medida em que as ameaças contra as quais um dado governo protege seus cidadãos são imaginárias ou consequências de suas próprias atividades, o governo tem organizado uma “máfia” de proteção. Dado que os próprios governos comumente simulam, estimulam, ou até mesmo fabricam ameaças de guerra externas, e, uma vez que as atividades repressivas e extrativistas dos governos muitas vezes constituem a maior parte das ameaças para o sustento de seus próprios cidadãos, muitos governos operam essencialmente da mesma maneira como mafiosos. Há, naturalmente, uma diferença: os mafiosos, pela definição convencional, operam sem a autorização dos Governos (TILLY, 1985, p. 171)¹⁴¹

¹⁴¹ Apologists for particular governments and for government in general commonly argue, precisely, that they offer protection from local and external violence. They claim that the prices they charge barely cover the costs of protection. They call people who complain about the price of protection “anarchists,” “subversives,” or both at once. But consider the definition of a racketeer as someone who creates a threat and then charges for its reduction. Governments’ provision of protection, by this standard, often qualifies as racketeering. To the extent that the threats against which a given government protects its citizens are imaginary or are consequences of its own activities, the government has organized a protection racket. Since governments themselves commonly simulate, stimulate, or even fabricate threats of external war and since the repressive and extractive activities of governments often constitute the largest current threats to the livelihoods of their own citizens, many governments operate in essentially the same ways as racketeers. There is, of course, a difference: Racketeers, by the conventional definition, operate without the sanctity of governments.

Ainda em relação ao “mito” da redemocratização como acesso de supostos criminosos ao poder político, é de se ressaltar que tanto antes quanto depois, indivíduos providos de forte simbologia associada a ações violentas vêm alcançando êxitos eleitorais antes e depois do período militar. Desde Tenório Cavalcante, em Duque de Caxias, o *Homem da Capa Preta*, até a “Bancada da Bala”, atualmente um segmento com significativa capacidade de articulação no Congresso Nacional, não raro indivíduos ligados explicitamente a atividades criminosas obtêm mandatos legais e isso desde antes da ditadura militar. Durante o regime autoritário, mesmo sem eleições, esses indivíduos não deixavam de tomar parte no poder político, o que reforça o mito de que a redemocratização abriu as portas do Estado e dos governos para criminosos.

O quadro do Espírito Santo no decurso do século XX - até, pelo menos, 2003 - era similar ao vivido pela Rússia no decorrer da desintegração do Estado Soviético, conforme descrito por Volkov (2002). Assim como no quadro descrito pelo sociólogo russo, o que se vê no território capixaba são fronteiras borradas entre a violência pública e a violência privada, assim como a própria existência do Estado como uma entidade unificada. Além disso, seu domínio nos assuntos públicos é posto em questão: há uma incapacidade de impor a taxaço, prover a proteço e monopolizar a forço na direço de um senso de justiça qualquer que fosse (VOLKOV, 2002, p. XII).

Se, antes, essa era a realidade nas regiões interioranas, ela passa, a partir dos anos 60 e 70, a ser a realidade em áreas periféricas da região metropolitana. Como nos mostra Banck (1977), a população nessas regiões estabelece relações personalistas, clientelistas, dependendo de relacionamentos pessoais para obter benefícios públicos, pagando por esse benefício na forma de votos e mesmo de dinheiro. Não se trata, necessariamente, de falar de máfia ou de crime organizado. Trata-se, sim, de uma violência organizada, gerenciada por empreendedores privados que atuam direta ou indiretamente como delegados do Estado para complementar os limites da estrutura pública, incapaz de gerenciar essa violência sozinha. A existência dessas agências de violência - desde os exércitos particulares dos fazendeiros, passando pelos grupos de extermínio dos anos 60, Sindicato do Crime, até os usos privados das forças públicas policiais mediante promessas de proteço - sempre

teve como objetivo converter a possibilidade do uso da força em ganho político ou financeiro.

É interessante notar outra similaridade na tentativa de aproximação que proponho entre a situação capixaba e a caracterizada por Volkov na Rússia dos anos 90. Lá, os operários das empresas de violência foram recrutados, entre outros, entre ex-funcionários das forças de segurança do Estado Soviético e praticantes de esportes de combate; no Espírito Santo, os potentados locais - desprovidos dos meios para perpetrar o poder pela força em face das mudanças políticas de 1930 - desempregam e despejam numa vida totalmente sem controle ou fonte de renda uma leva de assalariados da violência, seus antigos exércitos particulares (FACÓ, 2012, p. 212; GUIMARÃES, 2008, p. 161).

Esses assalariados da violência, como observado em capítulo anterior, acabam absorvidos pelas forças públicas de segurança ou se organizam como “cangaceiros”, “bandidos” etc. A questão dos capangas e da polícia se tornará aspecto essencial da violência que se implantará nos anos posteriores no estado.

Não à toa, os “valentões” que habitam o imaginário capixaba dos anos 50 eram oriundos da polícia e desenvolviam suas atividades no interior, como os já citados “Tenente Scárdua”, “Coronel Bimbim”, “Lau-ro Farias”, “Djalma Borges”, entre outros descritos pelo jornalista Rogério Medeiros na coleção “Bandidos e Valentões do Espírito Santo”.¹⁴²

A inversão, no caso do Brasil, explica-se pelo fato de que a Rússia, no momento da transição da União Soviética, tem seu “monopólio da violência” temporariamente comprometido por causa da desorganização do modelo estatal anterior, o que dá margem ampla para a absorção dos indivíduos no meio privado. No Brasil de 1930 em diante, há consolidação, expropriação da violência privada e tentativa de concentração desta nas mãos do Estado. Entretanto, assume-se como hipótese, no caso do Brasil e do Espírito Santo, que, mesmo migrando para as forças públicas, boa parte dos indivíduos “liberados” para o mercado de trabalho do empreendedorismo violento continua prestando serviço aos mesmos “patrões”. Pode-se dizer que, à semelhança da Rússia, havia, no Espírito Santo, mão de obra disponível e qualificada para atuar nas empresas de violência em meados do século. Tal mão de obra continua a se reproduzir ao longo das décadas posteriores.

¹⁴² Material cedido pelo autor em meio digital.

O Espírito Santo, ao longo do século XX, não havia ainda alcançado, em nível da prática cotidiana, a incondicional prioridade do uso da força, da imposição de taxas e mesmo de jurisdição sobre os cidadãos em seu território. Em vez de um alto nível de regulação ou monopólio da força, o que existia era uma competição e, eventualmente, uma cooperação entre diferentes agências de gerenciamento da violência. Trata-se de situações em que ora o Estado estava ausente, ora presente. Segundo Volkov (2002), o termo que melhor dá conta dessa situação é *state formation*. Ou seja, o Espírito Santo, ao longo de todo esse período, foi uma parte em que o Estado brasileiro estava em formação. Utilizamos, novamente, os argumentos de Volkov (2002) considerando que ele trata de uma lacuna entre a desestruturação da forte estrutura coercitiva do Estado soviético e a reestruturação do Estado russo, o que não invalida a comparação e/ou o argumento.

GRANDES PROJETOS, GRANDES PROBLEMAS

É fato que os índices de violência letal se ampliaram no estado a partir da década de 80, embora: a) as explicações apresentadas questionem mitos fundadores da violência no Espírito Santo e evidenciem que ela resulta de um processo de acumulação social e não de uma mudança de estrutura social, econômica e demográfica produzida por decisões divinas e não humanas; b) a união das elites políticas e empresariais – em sua estratégia para a superação do modelo agroexportador – tenha causado a concentração populacional e de renda e não de “salvação” do estado. Não se pode ter exatidão e segurança a respeito dos índices de homicídios anteriores a esse período em virtude da precariedade dos registros. De qualquer forma, tomando-se os anos 80 como referência, as taxas de homicídio seguem uma trajetória de crescimento até o ano de 2009. Atribuir esse aumento a um simples aumento quantitativo ou à precariedade das estruturas urbanas é insuficiente. Lodhi e Tilly (1973, p. 296) defendem que

A ligação da criminalidade, da violência e da desordem com o crescimento urbano deve enquadrar-se na categoria de coisas nas quais as pessoas simplesmente querem acreditar. Trata-se de uma crença para a qual não há nenhum fundamento substancial, seja por fato verificado, seja por análise sistemática.

A migração, a explosão urbana e a precariedade de certas regiões, principalmente das áreas metropolitanas e dos arredores das grandes cidades, são frequentemente citados em documentos governamentais, depoimentos de autoridades e de pessoas sem nenhuma responsabilidade pública como causas para a violência no estado. Ressalta-se que é preciso enfrentar o fato de que a violência no Espírito Santo é extremamente concentrada não somente em municípios, mas em bairros. Algumas áreas apresentam uma taxa de violência letal extremamente alta, enquanto outras, no mesmo município, quando não são bairros fronteiriços, apresentam índices mais baixos ou próximos do que se poderia chamar “normalidade”. Essas áreas estão, de alguma forma, conectadas aos projetos industriais dos anos 70.

Os anos 80 representaram uma desaceleração no forte e intenso crescimento econômico que marcou a década de 70 no Espírito Santo. Ainda que crescendo mais do que a média nacional, o estado reduziu substantivamente o crescimento industrial a partir da conclusão de algumas plantas e da não continuidade de outros projetos. O país entrava, nessa época, no ciclo do fim do “Milagre Econômico”. Iglesias (2010) afirma que “A queda da taxa de investimento e o crescimento do Brasil durante os anos 80 e 90 também afetou o desempenho do Espírito Santo. A economia e o investimento se recuperaram somente na segunda metade dos anos 90, quando o setor de petróleo começou a atrair altos volumes de investimentos e a gerar novas oportunidades de negócios” (p.166). Siqueira destaca que, na primeira fase de implantação dos “Grandes Projetos”, houve um amplo aproveitamento da mão de obra que migrou para a região da Grande Vitória. Já na fase de operação, a redução foi de, pelo menos, 50% (2001, p. 96), gerando um enorme acúmulo de desempregados na região. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves,

Essa tendência de concentração da violência está relacionada às transformações estruturais desencadeadas pelos processos de industrialização e urbanização capixaba. Como visto, foi justamente na Grande Vitória que ficaram concentrados os grandes investimentos industriais. Investimentos estes que favoreceram a alteração dos fluxos migratórios, que passaram a convergir para a Grande Vitória, contribuindo assim para o adensamento populacional dessa região (IJSN, 2011, p. 11).

O Quadro 1, a seguir, demonstra essa realidade. Apesar de o norte capixaba ter se tornado obsessão estadual desde os anos 30 - e apesar dos empreendimentos industriais e das descobertas de petróleo, que trouxeram investimentos vultosos para as cidades litorâneas da região - a evidente precariedade econômica e social dessa região do Espírito Santo foi argumento para que os municípios ali localizados fossem incluídos pela lei 9.690 de 15 de julho de 1998 na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Quadro 1: Distribuição dos grandes projetos por municípios

GRANDES PROJETOS	Grupos Empresariais	Localização	Investimento Fixo (em 10 milhões de US\$ de 1973)		Escala final de produção	Fase atual (em 1974)
			1ª Fase 1974-78	2ª Fase 1979/83		
COMPLEXO SIDERÚRGICO						
Usina de semi acabados	Companhia Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	1.900,0	520,0	6.000.000 t/ano	Início da obra março/75
Usina de acabados planos	Cofavi + Associados estrangeiros	" "	720,0	510,0	2.600.000 t/ano	Em estudo
Usina de acabados planos	Siderbras + Republic Steel	" "	110,0	-	1.500.000 t/ano	Em negociação
Novas usinas de pelotização	Itabasco – Iníbras – Nipobras	" "	200,0	-	12.000 t/ano	Em implantação
Usina de pelotização	Samarco	Anchieta	70,0	-	5.000.000 t/ano	Em implantação
COMPLEXO PARA QUÍMICO						
Fábrica de Celulose	Aracruz Celulose S/A	Aracruz	227,0	153,0	800.000 t/ano	Em implantação
Fábrica de Celulose	Flonibra	S.Mateus	93,0	417,0	800.000 t/ano	Em projetamento
Usina de minerais físeis	CBTN + Associados estrangeiros	Aracruz	80,0			Em estudo
COMPLEXO NAVAL						
Estaleiro de reparos	Renave + Lisnave	Grande Vitória	250,0	-	Navios até 270.000 TPB	Em projeto de engenharia
Estaleiro de construção		" "	100,0	-	Navios até 250.000 TPB	Contatos preliminares
Estaleiro de desmonte	Nisibra	" "	0,6	-	Navios até 80.000 TPB	Em implantação
COMPLEXO PORTUÁRIO						
Porto de Vitória-Tubarão	Administração do Porto de Vitória	Grande Vitória	143,0	179,5	Navios até 270.000 TPB	(III)
Porto de Ubú	DNPVN + Samarco	Anchieta	30,0	-	Navios até 300.000 TPB	Em implantação
Porto de Barra do Riacho	DNPVN + Aracruz	Aracruz	15,0	-	Navios até 60.000 TPB	Em implantação
Porto de Uruçuquara	DNPVN + Flonibra	S.Mateus	-	50,0	Navios até 100.000	Em estudo
Porto siderúrgico	DNPVN + Cia.Siderurgica de Tubarão	Grande Vitória	120,0	-	Navios até 100.000 TPB	Em projetamento
COMPLEXO TURÍSTICO						
Cidade do Sol	Emcatur	Guarapari	85,0	90,0		Projeto final em estudo.
Parque Juparanã		Linhares	-	-		

No contexto desses fatos, as elites urbanas do estado, concentradas, principalmente, na capital e nas regiões metropolitanas, absorvem o temor pelo “fantasma” da violência urbana, da subversão e do “perigo social” apregoado pela mídia e pelo regime ditatorial, que se instalou em 64. Esse fantasma se dissemina por todas as regiões do estado em diferentes intensidades.

O mapa elaborado por Lira para o Instituto Jones dos Santos Neves permite ter melhor visão espacial da distribuição dos investimentos no território capixaba.

Figura 3: Grandes Projetos Industriais Distribuição Espacial no território do Espírito Santo



Fonte: IBGE – Geobases (2009). (LIRA, 2009, p. 9)

A implantação das plantas industriais demandava uma quantidade maior de mão de obra sem qualificação. Nada foi planejado, entretanto, para absorver essa mão de obra, mesmo sendo evidente, desde o início, que ocorreria a desocupação desse público tão logo os projetos entrassem em operação. E, como agravante, o fluxo migratório para o estado se matinha, apesar da redução do ritmo de crescimento econômico, justamente porque, mesmo com esse novo quadro, o estado ainda estava alcançando melhores índices econômicos em relação às outras regiões do país. É o que se pode observar na Tabela abaixo.

Tabela 4 – Taxa média anual de crescimento do PIB, Espírito Santo e Brasil (1939-2004) – em porcentagem (%) (CAÇADOR; GRASSI, 2009)

Esírito Santo	1939/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1990	1990/2000	2000/2004
Agricultura	4,6	1,4	1,5	9,3	- 5,1	6,1	11,4
Indústria	6,6	0,4	17,4	22,3	3,0	2,7	3,4
Terciário	5,8	4,4	10,6	7,5	1,5	4,3	2,8
Total	5,0	3,1	8,1	11,5	2,9	3,9	3,7
Brasil	1939/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1990	1990/2000	2000/2004
Agricultura	5,0	4,6	- 0,5	8,1	- 0,5	0,7	10,6
Indústria	5,1	6,3	11,5	13,6	1,7	1,8	3,1
Terciário	3,5	5,3	8,8	7,5	2,5	1,1	0,6
Total	3,8	5,7	7,7	10,3	2,0	2,4	3,0

Fonte: Elaboração própria dos autores baseada nos dados de IPEADATA (2007a), para dados até 1980, e Instituto Jones ... (2007), para os dados a partir de 1990, no caso do Espírito Santo e IPEADATA (2007a), no caso do Brasil.

Também se pode observar que, entre 1950 e 1960, a indústria, no estado, cresceu 0,4%; nas décadas de 70 e 80, 17,4% e 22,3% respectivamente, caindo para 3,0% na década compreendida entre 1980 e 1990. Documento do Instituto Jones dos Santos Neves afirma que, “[...] na segunda metade da década de 1980 foi mais intensa a atração de imigrantes exercida pelo estado e menor a saída de emigrantes, já refletindo provavelmente a crise dos anos 1980 sobre as antigas (e principais) áreas de atração populacional do Brasil e o relativo bom desempenho da economia estadual no período.”¹⁴³

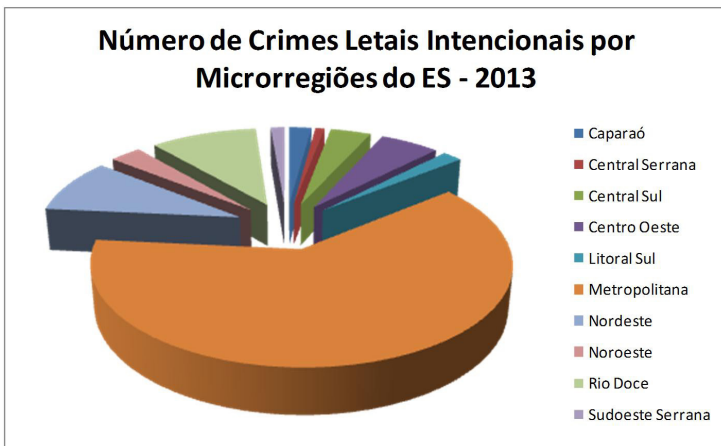
A Região Metropolitana da Grande Vitória - que concentrou tanto os investimentos e os incentivos fiscais, quando da implantação dos “grandes projetos”, quanto as migrações - prosseguiu ao longo dos anos 80, mesmo com uma desaceleração significativa da economia que decorreu de uma desaceleração ainda maior de outras regiões do país. E isso sem que houvesse um planejamento para a acomodação das pessoas

¹⁴³ Instituto Jones dos Santos Neves. Movimentos Migratórios no estado do Espírito Santo – 1986-1991. Vitória, IJSN, 2003.

que migraram interna e externamente em direção ao Espírito Santo.

Acompanhando a concentração populacional, ocorre também a concentração da violência, considerando que é a Região Metropolitana da Grande Vitória que, hoje, contabiliza a maior parte dos homicídios do Espírito Santo. O gráfico abaixo, elaborado com base em dados do Boletim da Criminalidade produzido Instituto Jones dos Santos Neves, referente ao terceiro quadrimestre do ano de 2013, permite ver claramente essa concentração.

Gráfico 8 – Número de crimes letais intencionais por microrregiões – ES 2013¹⁴⁴



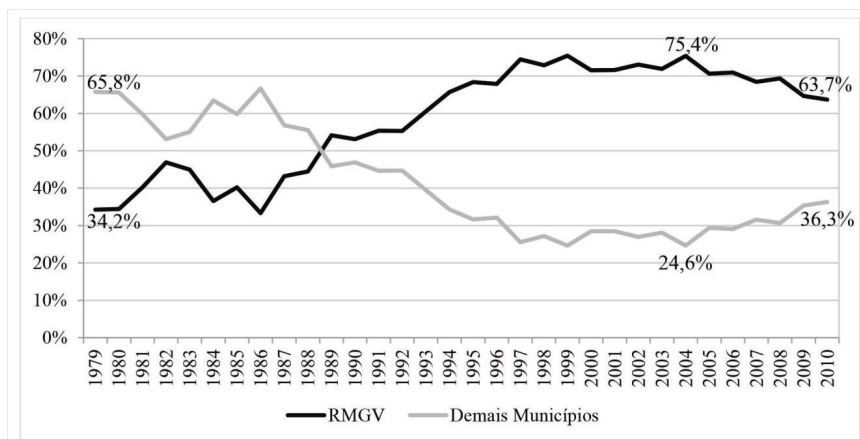
Além da Região Metropolitana, as regiões Nordeste e Rio Doce se destacam no gráfico, ainda mais por contarem com um contingente populacional muito mais baixo. Essas são regiões que, além de terem sido (e ainda serem) palco de conflitos agrários quando da ocupação dessa região a partir dos anos 30, conforme descrito em capítulos anteriores, concentram, hoje, atividades referentes à cadeia do petróleo. A região Noroeste – que foi palco dos conflitos entre Minas Gerais e Espírito Santo no início do século e onde se desenrolou a saga de Udelino Alves de Souza, conforme descrito no capítulo anterior – é, hoje, extremamente desabitada, porém, ainda assim, conserva altos índices proporcionais de violência letal.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Instituto Jones dos Santos Neves. Boletim de Informações Criminais Espírito Santo. 3º Quadrimestre de 2013, p.17

¹⁴⁵ Não considero oportuno, e nem seguro, estabelecer, teoricamente, uma relação entre a violência dos anos 50 no norte do estado e as questões atuais. Alguns dados apontam que a ex-

Outro gráfico permite ver claramente a concentração dos homicídios na região metropolitana em relação ao interior no mesmo período de concentração dos investimentos nessa região.

Gráfico 9 - Participação relativa dos homicídios, segundo região
- Espírito Santo 1979-2010¹⁴⁶



Documento já citado do Instituto Jones dos Santos Neves defende que a região da Grande Vitória, como já discutido neste trabalho, não dispunha de infraestrutura básica que suportasse o tamanho do fluxo migratório que veio em busca de trabalho, reforçando a ideia de concentração.

A considerar o que apontam Rodrigues e Cruz (2011), a atração de migrantes para a atuação nos projetos dos anos 70 se concentrava em mão de obra não especializada. As soluções habitacionais para o crescimento populacional esperado – como consequência da atração de mão de obra para os projetos – sustentou-se em uma estimativa subdimensionada, tanto em termos habitacionais quanto em termos de oferta de serviços públicos. De acordo com os autores, houve uma racionalidade estratégica das elites capixabas ao articularem espaços industriais e de moradia num mesmo lugar. Complementam os autores que a expansão industrial na direção do município de Serra, na RMGV, considerado, hoje, um dos mais violentos do país, buscou responder a uma lógica de integração entre o espaço industrial e o residencial, sendo este em função daquele.

pansão da violência nessas regiões está ligada à expansão da indústria petrolífera. Porém, não se pode ignorar que haja continuidade nos processos que marcaram a formação da região.

¹⁴⁶ Lira et al 2014, p. 307 – considerando: MS; SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013. p. 307

Ora, é preciso ressaltar, então, que a formação das áreas periféricas nas quais se concentra a violência no Espírito Santo não é obra do acaso ou consequência de fatores incontrolláveis do devir histórico. É resultado de políticas, de decisões racionais que submetem o elemento humano ao elemento econômico, ignorando as consequências humanas e sociais dessa submissão, ainda que se possa dizer (pode-se realmente?) que as consequências desses atos intencionais tenham sido não intencionais. Ainda que não intencionais, eram previsíveis.

Novamente, o que diversos autores, documentos públicos, projetos de segurança, entre outros, ocultam, é que é o Estado; são as decisões das elites políticas e empresariais (se é que é possível separar tais termos no Espírito Santo) que produzem o problema que se quer combater hoje, ou seja, o problema da violência. Não explicam que foi a escolha de um tipo de política pública, um modelo de desenvolvimento, um dos fatores fundamentais para a concentração de desvantagens sociais que se relacionam, em algumas regiões, a altas taxas de violência letal no âmbito microrregional dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória.

A desproporcionalidade entre a necessidade de empregos para construir uma fábrica e operá-la agrega-se a um excedente de mão de obra e à continuidade de atração da cidade sobre o campo, retroalimentando o processo. Neste contexto de continuidade de fluxos migratórios, o déficit de renda gera um déficit habitacional. A construção de conjuntos habitacionais foi insuficiente frente a essa demanda, e direcionou-se a atender a demanda de um operariado industrial nascente para as indústrias implantadas no município. No início da década 1980, ocorre uma inflexão crucial, a demanda por mão de obra que gerou todo um movimento de agenciamento nas cidades do interior converte-se em excedente de mão de obra. Isso não significa ausência de crescimento econômico na década de 1980 para o estado do Espírito Santo. Pelo contrário, é justamente o crescimento diferencial desse estado vis a vis aos demais da região Sudeste que – operando em uma mudança da matriz de empregos e continuidade de fluxos migratórios – retroalimenta a situação apontada (RODRIGUES, CRUZ, 2011, p. 31).

Desde o início dos anos 60, os moradores das regiões recém-ocupadas no entorno da Grande Vitória transitam entre a legalidade e a ilegalidade na busca de estratégias de sobrevivência, ironicamente definidas pelo antropólogo holandês Geert Banck (1977) em seu es-

tudo como “caçar com gatos”¹⁴⁷. Esses moradores estão sempre sujeitos às trocas assimétricas e clientelísticas que se davam na relação com os operadores do Estado, fossem políticos, policiais ou prestadores de serviços públicos. O próprio Banck, em outro trabalho mais recente, afirma que essas ocupações, invasões e invasões dentro de invasões seguem pelas décadas de 70 e 80. E o fazem sempre com características clientelísticas, ainda que em formas variadas, que resultam de transformações tecnológicas, sociais, de abertura política, entre outros fatores (2011, 249-280/215-236).

Rodrigues e Cruz (2011) apresentam algumas conclusões bem interessantes acerca dos efeitos dessas transformações em termos de aumento de violência letal. Admitindo que os dados sobre assassinatos são minimamente confiáveis apenas a partir dos anos 80 (acompanho-os com toda segurança), os autores afirmam que

Em termos relativos, o número de homicídios teve o primeiro surto de alta no fim da década de 1980 até meados da seguinte, quando praticamente dobrou, pulando de cerca de 20 para atingir o pico de 42,5 homicídios por 100 mil habitantes em 1994. Ainda nessa década, o estado alcançou seu recorde histórico de 57,8 homicídios por 100 mil habitantes em 1998. Desde 2003, a taxa vem girando em torno de 50 homicídios por 100 mil, demonstrando uma estabilização, embora em patamares muito elevados (p. 37).

No decorrer do trabalho, defendem que a velocidade, a profundidade e a complexidade das transformações sociais e econômicas produziram significativas mudanças nos modos de vida tradicional das populações, em especial as de origem rural que migraram para o meio urbano. Isso teria tido implicações decisivas nos modelos de sociabilidade e constituição emocional dos indivíduos.

De acordo com os autores, a modernização ocorrida na região metropolitana gerou impactos sociais, políticos e psicológicos que podem exceder a capacidade de adaptação de diversas camadas sociais e dos indivíduos. O fato que decorre desse modelo de modernização pode gerar, segundo Rodrigues e Cruz (2011, p. 33), equilíbrios instáveis e prejudiciais à própria sociabilidade, em virtude dessa dificuldade de adaptação. Produz-se uma geração mais jovem que

¹⁴⁷ Alusão ao ditado popular “quem não tem cão caça com gato”.

não se reconhece no passado e uma de idosos que não se reconhece no presente. Os autores, então, apresentam como hipótese que

Dessa forma, o problema inicial dos efeitos da modernização no ES, seja em função de sua especificidade e de sua extensão na histórica recente, converte-se não em uma resposta, mas no ponto de partida para uma relação mais profunda entre criminalidade e modernização na Grande Vitória e o seu efeito no contexto regional nas últimas décadas (RODRIGUES; CRUZ, 2011 p. 36).

É como se mudanças abruptas, migrações repentinas, urbanizações aceleradas, todas atuando sobre populações de ordem tradicional, provocassem-lhe um desequilíbrio cognitivo que acarretaria um tipo de sofrimento social, que pode organizar-se ora como demanda de reconhecimento, ora como tendências autodestrutivas. Ainda nesse sentido, os autores afirmam que “o que parece ocorrer é a ausência de políticas públicas de Estado articuladas com as especificidades estaduais de modernização capazes de controlar e diminuir as taxas de crime” (p.36). Para completar o raciocínio, afirmam Rodrigues e Cruz (2011, p. 32):

A percepção de distanciamento do Estado, no sentido de políticas públicas e emprego, ou seja, a não existência da função parental do Estado e a quebra de laços sociais, como aponta Pierre Legendre, passa a ser tônica de muitas famílias. Ocorre então uma adaptação à nova ordem urbana e em função das fragilidades sociais destas camadas sociais frente ao estado, criam-se condições propícias para o aumento significativo e crescente da corrupção e atores criminais, advindos ou não de seus meios. Esse processo deflagra a fragmentação, desorganização socioespacial e a concentração populacional de pobres em alguns bairros, com resultantes no aumento da violência e criminalidade urbana na região metropolitana, sobretudo na Serra e em alguns de seus bairros.

À parte a importância do modelo explicativo proposto pelos autores, ressalto a observância dos fatores históricos que contribuíram definitivamente – considerando de decisões racionais – para produzir as condições “propícias para o aumento significativo da crescente corrupção e atores criminais”. O que de novo ocorre nas regiões periféricas é, efetivamente, o adensamento populacional, que não pode ser diretamente relacionado ao aumento dos homicídios, embora presente, em algumas circunstâncias, correlação estatística positiva no caso

da Grande Vitória.¹⁴⁸ Não se pode estabelecer uma linearidade entre os fatos ocorridos antes desse processo e o aumento das taxas de violência. Pode-se, sim, estabelecer como hipótese que o processo de acumulação social da violência é anterior ao adensamento populacional. E esse fato demográfico atua como variável que amplia a intensidade da acumulação em níveis significativos, mas que, ainda assim, constitui o que, em termos foucaultianos, chamamos de “acontecimento”.¹⁴⁹

É importante ressaltar ainda que a formação dessas áreas não é resultado do acaso ou do azar, ou de um inexorável e irresistível processo de globalização, industrialização ou outro padrão qualquer. A explosão demográfica, a concentração populacional e de renda foram resultado de escolhas acerca de que rumos a economia estadual deveria seguir. Tais escolhas foram tomadas por indivíduos tanto em nível local quanto nacional, e mesmo internacional, sob a proteção militar, coercitiva, excludente e antidemocrática. Mais: movidas por anseios de lucro, de poder e na expectativa de desenvolvimento, partindo de uma compreensão, à época consensual, de que esse deveria ser o modelo a ser seguido. De acordo com Siqueira (2001),

Foi através desse modelo de crescimento, baseado na concentração de rendas, na utilização de técnicas poupadoras de força de trabalho nos diversos setores produtivos e na elevação dos desníveis sociais, que se constituiu, nesse espaço de tempo tão curto, o que é hoje o polo urbano industrial da Grande Vitória (p. 159).

¹⁴⁸ Instituto Jones dos Santos Neves. Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória, ES, 2011. 27p., il. tab. (Texto para discussão, 37) ISBN: 978-85-62509-85-8. “Pesquisadores como Zanotelli ET al. (2007a) ressaltam a correlação existente, em nível municipal, entre altas densidades demográficas e o registro de crimes, sobretudo contra a pessoa. Partindo de uma análise cartográfica sistematizada na escala dos municípios do Espírito Santo, os referidos autores identificaram uma associação positiva entre as densidades demográficas e a distribuição espacial da criminalidade violenta contra a pessoa. Em outras palavras, as violências relacionadas aos crimes contra a pessoa apresentaram tendência de prevalecer nos municípios que tinham maior densidade demográfica, principalmente os que compõem a aglomeração da Grande Vitória, entre os quais a capital capixaba. Zanotelli *et al.* (2007a) destacaram que essa correlação em nível municipal torna-se genérica e suscita mais detalhamento” (p. 20).

¹⁴⁹ “Para a história, na sua forma clássica, o descontínuo era, simultaneamente, o dado e o impen-sável: o que se oferecia sob a forma de acontecimentos, instituições, ideias ou práticas dispersas; era o que devia ser contornado, reduzido, apagado pelo discurso da história, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos. A descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história.” FOUCAULT, 2013. p. 87

O que podemos observar no Espírito Santo é um acúmulo social de violência resultante dos modelos de ocupação social do norte do estado e da própria violência típica do interior do Brasil na primeira metade do século XX (com algumas variações depois dos anos 30). Tal violência se intensifica com as consequências das políticas de erradicação dos cafezais, combinadas com os impactos das políticas de industrialização acelerada sobre uma estrutura totalmente incapaz de absorvê-las. Essas políticas foram fundamentais para a emergência de regiões e categorias sociais marcadas por forte sujeição criminal; com um amplo espaço de margens estatais favoráveis ao comércio de mercadorias políticas e com condições propícias para o desenvolvimento de um empreendedorismo violento e plenamente associado com os agentes estatais, que migra dos meios rurais para os urbanos.

A situação dá sinais de mudança a partir de 2003 - quando fatos como a Missão Especial, a iminência de uma intervenção federal, a CPI do Narcotráfico e outras situações discutidas em outras partes deste trabalho - sugerem alguma disposição do Estado brasileiro em dispor de seu formal monopólio da violência no território capixaba. A partir daí, a percepção é que as ações dessa natureza passam a se dar de forma menos explícita, não havendo condições de dizer com segurança a partir desse trabalho de pesquisa, se diminuíram ou não. O que se pode afirmar é que as taxas de homicídio se estabilizaram a partir de 2009, mas não há garantias de que essa estabilização e a posterior tendência de redução sejam efeito direto da reorganização do estado ou mesmo de suas intervenções em termos de políticas públicas. Tal confirmação exige mais pesquisas.

O caso da redução de homicídios em São Paulo, por exemplo, vem promovendo diversos estudos que apontam para o fato de que a redução dos assassinatos pode não ser necessariamente resultado das ações governamentais.¹⁵⁰ Vários fatores podem ser evocados para explicar esse fato, como as mudanças na estrutura etária da população, a acomodação de organizações criminosas entre si e tantos outros que não são objeto deste estudo identificar.

¹⁵⁰ Ver Manso 2012; HIRATA, 2010; FELTRAN, 2010; PERES, et al, 2011, entre vários outros.

CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL, CONCENTRAÇÃO DE ASSASSINATOS

Os rankings de homicídios publicados ano a ano no Brasil insistem em hierarquizar a violência entre cidades e estados. Não obstante, existem também *rankings* internacionais de órgãos ligados à ONU que hierarquizam países. Esses dados apresentados de forma tão macro ignoram e obscurecem a realidade dos contextos nos quais a violência, em especial a violência letal, acontece. Acabam por promover generalizações cuja sustentação empírica é demasiadamente limitada, considerando a dificuldade de se expandirem conclusões gerais em relação a fenômenos cujos fatores são muito complexos e dependentes de uma enorme quantidade de variáveis. A visualização macro dos índices de violência – já discutida neste trabalho – produz distorções, deprecia regiões, estados, cidades, o que se dá, não raro, de forma injusta, simplesmente porque é impossível verificar *in loco* a confiabilidade das informações coletadas¹⁵¹.

A percepção que esses rankings trazem é de que houve um aumento da violência letal em algumas regiões, entre as quais está o Espírito Santo. Podem-se apresentar algumas questões a essa ideia que, mesmo não sendo claramente defendida pelos documentos do Mapa da Violência, por exemplo, acabam ficando implícitas nas próprias tabelas e nos rankings apresentados pelos documentos publicados ano a ano. A primeira questão é que os dados anteriores a 1980 não são confiáveis. É inegável o aumento quantitativo do número de mortes não só no Espírito Santo e em todo o Brasil, até mesmo por causa de um significativo crescimento demográfico. Importante frisar que a análise proporcional da quantidade de homicídios em relação à população é um cálculo complicado de se realizar no estado em se tratando de um tempo anterior a 1980. Se calculado, será inseguro.¹⁵²

Em verdade, alguns interlocutores com os quais conversei – desde a base da segurança pública até ex-secretários – são unânimes em dizer que, até 2003, muito pouca coisa era confiável no que se refere a dados

¹⁵¹ Não se pode negar que esses rankings contribuíram para pôr o problema do homicídio na pauta da indignação da sociedade, ou seja, contribuiu para que os assassinatos se tornassem um problema público. Cf. capítulo 3.

¹⁵² Procurei essas fontes em diversos lugares. A maioria dos pesquisadores da área com quem conversei dizem que é quase impossível, senão impossível, obter esses dados.

relativos a homicídios no estado.¹⁵³ Fica, então, a dúvida: se a violência ampliou-se proporcionalmente ou se se tornou visível à medida que a qualidade dos dados sobre ela, no estado, tornou-se mais confiável.

Atualmente, o Espírito Santo está incluído no grupo um do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, classificado como de “alta qualidade” e que “alimenta o SINESP JC¹⁵⁴ adequadamente” no que se refere às estatísticas de homicídios dolosos¹⁵⁵. É interessante observar que os estados considerados “mais violentos”, como Espírito Santo, Alagoas e Pernambuco, estão no grupo um, enquanto outros, como Santa Catarina, Piauí (grupo quatro), Minas Gerais, Pará, Paraná (grupo três), Maranhão e Rondônia (grupo dois), estão “ranqueados” como menos confiáveis no que se refere ao preenchimento e à qualidade dos dados referentes aos homicídios dolosos.

É importante observar o gráfico que Saporì e Andrade (2007, p. 225) apresentam sobre a evolução dos crimes violentos em Minas Gerais entre 1986 e 2004. A partir de 1996, ano da mudança de registros no DATASUS, ocorre um aumento constante da taxa desse tipo de crime, que só vai se estabilizar em 2003. O dado por si só não diz o suficiente, mas o conjunto das informações apresentadas, incluindo gráficos de segmentos anteriores do trabalho, sugere uma oscilação na qualidade dos dados. E tal fato não se refere somente ao Espírito Santo.

Conforme discutido no primeiro capítulo, com as transformações - em especial a partir do fim da década de 80 - as altas taxas de homicídios passam a ser consideradas um problema público, pelo menos por alguns segmentos da população. Com isso, surgem pressões para que esse problema seja enfrentado. De acordo com Lima,

A produção de estatísticas criminais ganha dinamismo e não mais se pode fazer o discurso da falta de dados. O recurso ao sigilo e ao segredo, historicamente utilizado no Brasil como tática de não transparência dos atos governamentais na área de justiça criminal e segurança pública, perde força política

¹⁵³ Conversei com dois policiais (sem, absolutamente, vínculo político), com um ex-secretário de segurança pública estadual e com o próprio governador que ocupava o cargo em 2003. Existem outros documentos e fatos citados de outras fontes em capítulos anteriores que corroboram essa informação.

¹⁵⁴ Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) /

¹⁵⁵ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 ano 6 2012. Ministério da Justiça (Brasil), p.10.

em razão de mudanças legislativas, pressões de grupos sociais organizados e investimentos em informatização do Estado. A partir de então, formalmente, a transparência é tida como o pressuposto estruturador das ações do Estado na área, sendo que, em muitas unidades da Federação, existem legislações que obrigam a publicidade das estatísticas policiais (2005, p. 11).

O autor adverte que, apesar dessa pressão pela transparência, a informação que agora se torna factível de ser conhecida se torna algo opaco. A produção dos dados em si, segundo Lima, não torna o objeto do sistema de justiça criminal algo que possa ser contado, mas em variáveis de um sistema de estatísticas criminais. O entusiasmo pelo geoprocessamento de ocorrências, pela disponibilização de processos via *internet* e por outras iniciativas acaba desprovido de uma preocupação mais detida sobre qualidade, integridade e mesmo utilidade dos dados disponíveis. Resulta num movimento que “[...] lida com a tecnologia em si mesma e desconsidera processos políticos, classificações adotadas, categorias e conteúdos do fluxo informacional no interior das instituições” (LIMA, 2005, p. 12).

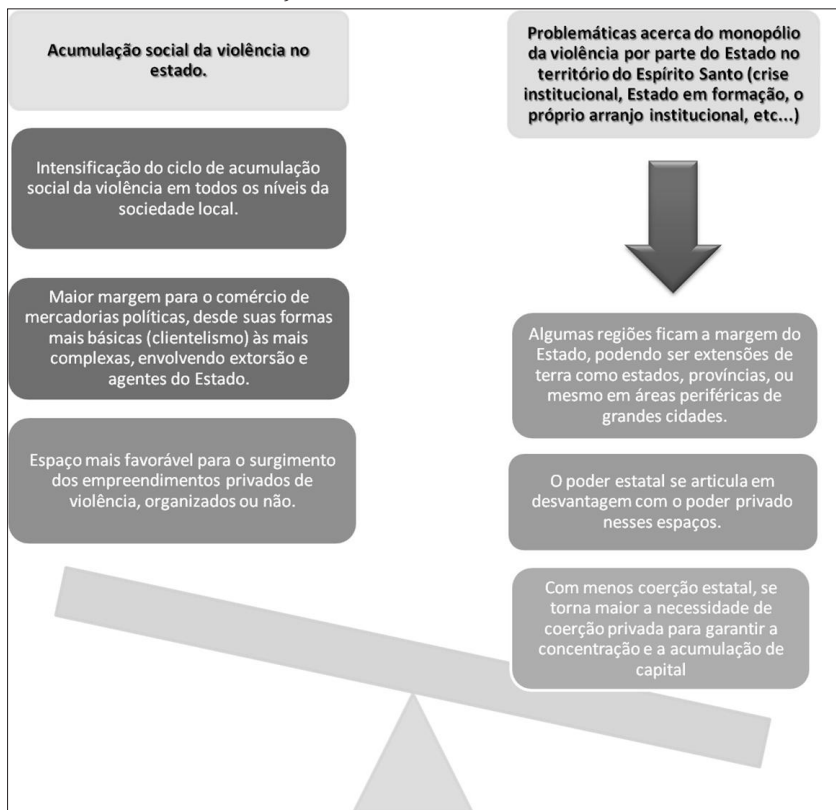
A consequência é que dados são produzidos, mas não há coordenação entre usuários e produtores das informações, reforçando “[...] a manutenção dos mecanismos de reprodução de verdades profissionais e institucionais nos modelos vigentes de segurança pública e justiça criminal [...]” (id. *ibid.*).

A título de conclusão, Lima ainda afirma que

Em síntese, as estatísticas criminais brasileiras revelam que dados existem e fazem parte da história do sistema de justiça criminal do país, mas que eles não se transformam, mesmo após a redemocratização, em informações e conhecimento em razão de práticas reificadoras de segredo. Nesse processo, o aumento da quantidade de dados produzidos, advindo da modernização tecnológica do Estado, provoca a opacidade do excesso de exposição e permite que discursos de transparência sejam assumidos, mas não provoquem mudanças nas regras e práticas de governo (do que adianta ter disponível milhões de registros se o usuário não-especialista não sabe o que elas significam ou traduzem). A permanência de práticas jurídicas e burocráticas baseadas num modelo desigual de relações de poder como determinantes dos conteúdos de tais dados implica o fato de que as ações estatais na área retroalimentam e reproduzem lógicas não democráticas (2005, p.188)

As preocupações com os aspectos destacados por Lima orientaram todo o desenvolvimento deste trabalho, no sentido de escapar a esse entendimento. Argumenta-se que não houve uma explosão de violência no estado do Espírito Santo decorrente exclusivamente da intensificação da urbanização, que resultou das transformações econômicas e, consequentemente, sociais. O argumento é que a formação do Estado brasileiro na região do estado do Espírito Santo produziu condições para a intensificação da violência letal, principalmente a partir do maior adensamento populacional na região do entorno da capital Vitória (não por causa do adensamento). Ou seja, como esse modelo de formação foi uma das variáveis que contribuíram para a acumulação social da violência que, na região, já vinha de décadas. O modelo abaixo contribui para ilustrar a ideia defendida.

Figura 4: Modelo explicativo - relação monopólio da violência *versus* acumulação social



Considerando esse modelo, é possível perceber as permanências e certa continuidade entre as experiências vivenciadas pelas comunidades rurais mais isoladas do Espírito Santo nos anos 50 e as vivenciadas nos anos 90, bem como no início do século XX nas periferias da Região Metropolitana da Grande Vitória. Ou seja, enquanto se percebe um desordenado monopólio da violência em certas áreas - nas quais o Estado se alia em desvantagem a poderes locais que podem estar, e normalmente estão, inseridos dentro da própria máquina estatal - a balança pesa, produzindo como efeito inverso a intensificação dos fatores que contribuem para acelerar a acumulação social da violência.

Pelas questões expostas, em vez de focar a questão da “explosão da violência” no estado a partir de certo período temporal, o desafio centrou-se em discutir como macrofatores - as mudanças econômicas ocorridas no estado entre 1960 e 1980 - produziram efeitos na vida cotidiana do ponto de vista da escolha homicida. No caso do Espírito Santo, uma total heterogeneidade nas taxas de homicídios e de população entre municípios torna extremamente complicada a discussão dos assassinatos considerando, exclusivamente, taxas por 100 mil habitantes. Para se ter uma ideia, a cidade mais populosa do estado, Cariacica, contabilizava, em 2010, 348.738, enquanto a menos populosa, Mucurici, 5.655. Pelo mapa seguinte, é possível perceber um grande número de municípios com menos de 100 mil habitantes, o número padrão para o cálculo utilizado pelos rankings.

Essa realidade vale frisar, não é exclusiva do Espírito Santo. Diversos outros estados do Brasil partilham de situações semelhantes ou até mais graves, em casos de estados com maior dimensão territorial.

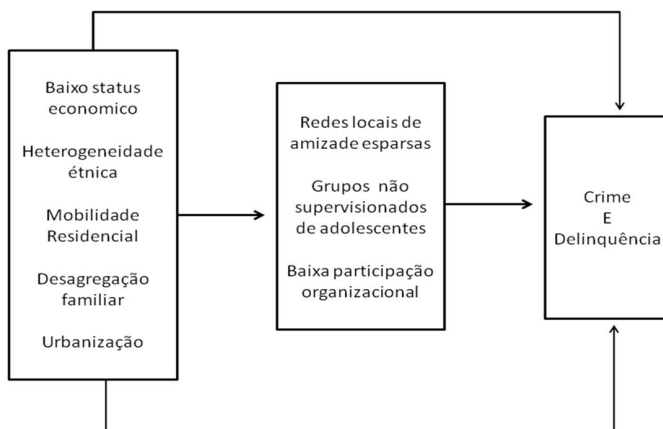
Pablo Lira realizou um interessante estudo - considerando sistemas cartográficos e mapas - que permite perceber claramente a porosidade do problema da violência não somente além da fronteira de municípios, mas em bairros. O autor afirma que “[...] a análise em escala de detalhe, bairros de Vitória, permite a identificação de dinâmicas espaciais que escapam do estudo em escala municipal”. (2014, p. 86)

Estudiosos do crime e da violência já apontavam para a importância dos bairros e das vizinhanças na compreensão desses fenômenos desde o início do século XX. Louis Wirth, Robert Park e Ernest Burgess fizeram pesquisas focadas no impacto do espaço urbano sobre a dinâmica do crime, no âmbito de formação do movimento acadêmico que ficara conhecido como Escola de Chicago.

Assim, para os estudiosos da Escola de Chicago, a violência urbana se concentra em espaços degradados, que envolvem tanto a estrutura física deteriorada quanto o baixo poder aquisitivo. Há, então, o surgimento de jovens delinquentes em constante conflito entre si e com o Estado, mantendo relação estreita com essa diferenciação espacial. Seguindo essa lógica, Shaw e Mckay entendem que contextos favoráveis à emergência de motivações criminosas surgem onde a vida coletiva está enfraquecida. Chegam a essa conclusão considerando a constatação de que quase todas as regiões violentas eram bairros pobres e deteriorados; de que as comunidades violentas eram as que apresentavam heterogeneidade étnica; de que os bairros com grande incidência de criminalidade violenta apresentavam alta rotatividade residencial.

Os autores relacionam o crime prioritariamente com a capacidade de impor limites aos comportamentos desviantes em seu cotidiano, não estabelecendo relação causal com a pobreza ou a desestruturação física e/ou urbana da comunidade (SOARES e SAPORI, 2014, p. 45). Robert Sampson afirma que, em termos gerais, a teoria da desorganização social se refere à inabilidade de uma comunidade para socializar valores comuns de seus residentes e manter um efetivo controle social (SAMPSON; GROVE, 1989, p.777). O autor expande as variáveis inicialmente analisadas por Shaw e Mckay e nos apresenta um esquema bastante ilustrativo de como explicar o crime considerando a desorganização social (p.783).

Figura 6: Modelo causal de versão estendida da teoria de Shaw e McKay da relação entre a estrutura sistêmica da comunidade e as taxas de crime e delinquência



Sampson também apresenta algumas críticas que foram levantadas acerca da teoria da desorganização social. Uma delas, a que nos interessa, está sustentada no trabalho de William White. Para Sampson (2012), “A pesquisa de Whyte passou a ser vista como um repúdio da teoria predominante de que as comunidades de favelas eram inerentemente “desorganizadas” (p. 38),¹⁵⁷ evitando um tipo perigoso de determinismo. De fato, existe o risco de uma interpretação radical da teoria da desorganização social ignorar que os fatores identificados por Shaw e Mckay como fontes da desorganização sejam de origem externa às próprias comunidades, o que é outra crítica que se faz à teoria. Está presente nessa crítica a ideia de que as vizinhanças são formadas por processos extralocais, enraizados em estruturas políticas e econômicas.

No que tange à compreensão dos problemas de violência no Espírito Santo, parece haver uma tendência priorizando a “desorganização social” causada por urbanização acelerada, migração, falta de serviços públicos adequados. Se, por um lado, isso permite escapar das simplificações dos *rankings*, por outro, traz em si certos perigos. O primeiro deles - como procuro expor neste trabalho - é ignorar que as vizinhanças hoje violentas sejam alvo prioritário dos planos de segurança. Diagnosticadas como áreas de maior interesse social por apresentarem altos índices de violência, elas foram produzidas por fatores externos, por decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento do Espírito Santo, em especial pelas escolhas das elites políticas e empresariais locais no âmbito do regime ditatorial de 64. Assim, deu-se lugar a uma industrialização acelerada, sem planejamento adequado, que redundou em áreas periféricas desprovidas de estruturas, fluxos migratórios intensos e outros fatores já debatidos.

Essas estratégias foram fundamentais para a acumulação social da violência no Espírito Santo a partir do momento em que produziram espaços propícios a situações de violência em quantidades ainda muito superiores às que já existiam antes dos “Grandes Projetos”. Tais situações de violência foram disseminadas e esparsas pelo estado enquanto a questão dos homicídios ainda não havia se constituído como problema público e nem mesmo contagens confiáveis estavam disponíveis para que se tornasse. Ainda que estivessem, a arena pública estava interdita para esse debate. O segundo perigo de se as-

¹⁵⁷ “Whyte’s research came to be seen as a repudiation of the prevalent theory that slum communities were inherently ‘disorganized’”

sumir a desorganização social como explicação para a violência atual no Espírito Santo é essa interpretação, ainda que indireta, subjetiva, implícita, não declarada, de que algumas vizinhanças são intrinsecamente violentas, gerando, fortalecendo uma sujeição criminal dos indivíduos moradores dessas áreas.

Interessante destacar a pesquisa realizada por Dadalto e Rodrigues que analisa o caso do “baiano” no Espírito Santo. Envolvendo residentes e representantes do poder público no âmbito da RMGV, as autoras concluem que esse *outsider*, que é associado a diversos problemas nos municípios, tem cara de “baiano” para o poder público:

Avaliou-se que essa clivagem tem como fulcro tanto o discurso produzido pelos representantes das instituições públicas quanto aquele reproduzido pelos moradores com relação à presença de grande número de *outsiders* ali residentes. Em consequência, são eles responsabilizados pelo caos no município, no que se refere às questões de habitação, emprego, saúde, educação, violência, entre outras. Porém, para o poder público, esse *outsider* tem cara: é o “baiano” – metáfora utilizada para designar quem é de fora ou qualificação estigmatizada dos nordestinos em geral –, todavia, para a população, esse *outsider* não tem uma face definida [...] (2014, p. 154).

Ainda que não declarada, uma das percepções comumente encontradas nos documentos do poder público sobre a violência – como foi possível conferir no decorrer deste trabalho – é que sua causa reside em algum tipo de desorganização social provocada pela urbanização e pela industrialização aceleradas. Mais: que somente uma reorganização social irá reduzir o número de homicídios no estado. Esse é o discurso implícito nas falas dos representantes do atual governo estadual no que se refere ao combate à violência letal, que são os mesmos do anterior, e do anterior que é o atual.¹⁵⁸ Discursos esses sempre focando a reestruturação da família, da escola, ou seja, insistindo na normalização dos jovens identificados como o ponto principal da questão.

A discussão apresentada funciona como um tipo de ressalva, uma vez que a desorganização social é bastante interessante como

¹⁵⁸ A fala do atual vice-governador do estado em evento – conforme discutido em capítulo anterior – permite ver, nos quatro eixos do programa “Ocupação Social”, como a ideia de desorganização social, desde os níveis econômico, urbano, familiar e comunitário são os focos da atuação, ou da “normalização”, uma vez que seria seu desencaixe dos padrões vigentes a causa da violência.

ferramenta explicativa, desde que consideradas de forma crítica. Em especial, em seu desdobramento desenvolvido por Sampson, a discussão serve bem para dar conta do que, hoje, ocorre no Espírito Santo, sem perder de vista que essa realidade é um processo de acumulação social, no qual figuraram vários atores e várias estratégias. Vários fatores que, acumulados, resultaram nos atuais quadros.

Os quadros a que me refiro são os vividos por alguns bairros de cidades do Espírito Santo, onde a violência se concentrou de forma extrema, a ponto de tornar algumas cidades capixabas as mais violentas do país e do mundo. Devemos considerar que esses títulos são garantidos pelo que acontece apenas em algumas partes dessas cidades, e não em toda a extensão territorial desses municípios. Em alguns casos, pode-se perceber certa concentração de violência letal em áreas específicas desses bairros, não estando sequer disseminada pela maioria das ruas dessas comunidades.

Uma experiência que tive a esse respeito foi quando busquei compreender o aumento da taxa de homicídios de Cachoeiro de Itapemirim em 2008. Analisando os inquéritos e conversando com os policiais, descobri que o município, que normalmente apresenta taxas bem abaixo das estaduais, vivenciou, nesse ano, um conflito entre dois grupos de jovens num dos bairros da cidade, que é tido como muito violento. Foi surpresa descobrir que a maior parte dessas mortes “extras” estava limitada a um grupo muito pequeno de pessoas e a um espaço muito reduzido do próprio bairro: algumas ruas.

Considerando os dados cedidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública¹⁵⁹, foi possível identificar, em Serra, município da Grande Vitória, uma rua que, em 2010, concentrou 22% dos homicídios de todo o bairro, considerado muito violento. Outra rua concentrou 13% e outras duas, cerca de 10% cada. Ou seja, quatro ruas de um bairro razoavelmente grande concentraram mais de 50% dos homicídios.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Agradeço a cessão dos dados ao Secretário Estadual de Segurança Pública, André Garcia, e ao Subsecretário Ten. Cel. Gustavo Debortoli.

¹⁶⁰ Usei percentuais para dar uma dimensão melhor da situação. Entretanto, para fins de melhor explanação, o bairro referido contabilizou, em 2010, 22 homicídios (100%), sendo na primeira rua cinco ocorrências (22%), na segunda três (13%) e, nas duas últimas, duas ocorrências cada (10%). O bairro em questão é um dos mais populosos e maiores em extensão do município, que é o segundo mais populoso do estado.

Apesar desses indicativos, seria necessário um investimento em pesquisa muito superior ao tempo, aos recursos e aos objetivos deste trabalho, para comprovarmos, empiricamente, que a concentração de desvantagens em algumas vizinhanças está relacionada com a violência letal na Grande Vitória ou mesmo em outros municípios. Além do mais, não dispomos de recursos como os de Robert Sampson para a realização de seu trabalho em Chicago, apresentado em “Great American City” (2012). Seria necessária, ainda, para aplicação desse conceito com mais efetividade, uma correta interpretação dos significados correspondentes de bairro e vizinhança da forma como é entendido nos EUA e no Brasil.

É preciso ressaltar que o padrão de concentração dos homicídios em ruas não se repete em todos os bairros sob observação considerando as informações cedidas pela Secretaria Estadual de Segurança. Existem situações nas quais o ponto de maior concentração de ocorrências fica às margens de uma lagoa e outros nos quais o ponto de maior concentração muda de ano para ano. Alguns municípios considerados grandes para os padrões capixabas são, em verdade, pequenos e com uma quantidade de ocorrências que não permite nenhuma análise comparativa convincente. Dessa forma, o trabalho desenvolvido por Pablo Lira (2014), com foco na Grande Vitória, assim como o de Rossana Mattos (2011), são empiricamente mais confiáveis para a sustentação das conclusões.

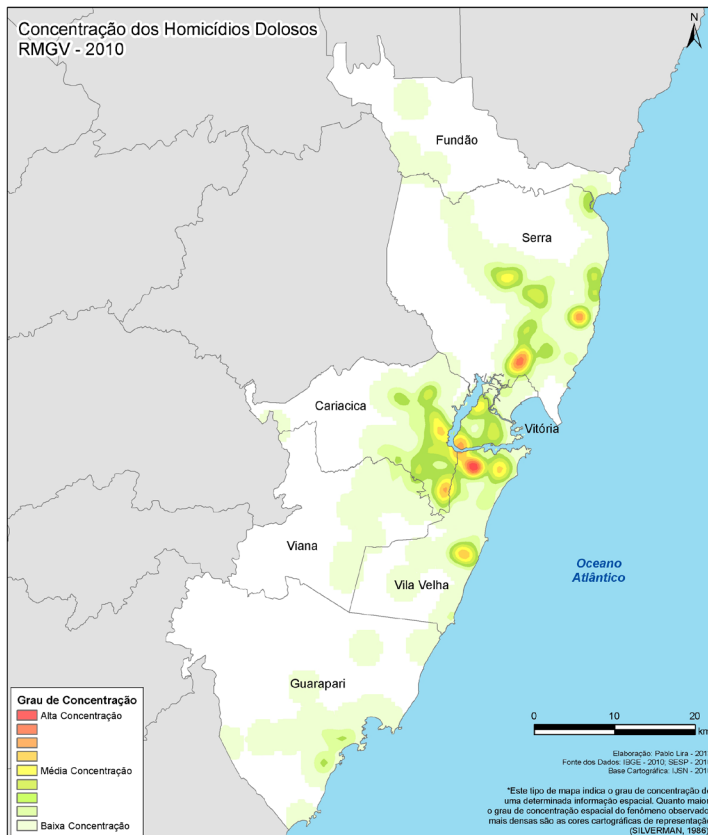
Apesar dessas ressalvas, é justo supor que essas são áreas nas quais o desenvolvimento da região, nos termos que temos demonstrado neste trabalho, produziu áreas isoladas com desvantagens concentradas. A suposição é que há certo isolamento dessas áreas em relação ao restante das cidades onde elas estão inseridas. A ideia acompanha as características bem definidas por Sampson, que apresenta como indicadores de concentração de desvantagens a pobreza, o desemprego, a ausência de equipamentos públicos, o percentual de lares liderados por mulheres, a densidade de crianças e a composição étnica da população (2012, p. 100). De acordo com Pablo Lira *et al.* (2014, p. 308),

Em 2010, a RMGV registrou 1.175 homicídios dolosos. O mapa dos homicídios dolosos demonstra que aglomerados (*clusters*) de bairros de Serra

(grandes Planalto Serrano e Carapina, Feu Rosa e Vila Nova de Colares), Vitória (grande São Pedro e conjunto de bairros da Ilha do Príncipe e seu entorno), Vila Velha (conjuntos de bairros de São Torquato, Primeiro de Maio, Divino Espírito Santo, Terra Vermelha e seus entornos) e Cariacica (conjuntos de bairros de Flexal, Bela Aurora e seus entornos) evidenciaram alta concentração de crimes letais.

Os dados não diferem muito dos encontrados por Rossana Mattos (2011). Com dados cedidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, tem sido possível verificar, em termos de vizinhanças, essa concentração de homicídios a que se refere Lira. O mapa elaborado considerando dados de ocorrências de homicídio é bem esclarecedor acerca da ideia de ilhas de concentração de assassinatos.

Figura 7 - Concentração dos homicídios dolosos, RMGV 2010¹⁶¹



¹⁶¹ Lira *et al.*, (2014, p. 314)

Essas são regiões que, em geral, surgiram na esteira dos fluxos migratórios resultantes da erradicação dos cafezais e, principalmente, da fase de implantação das plantas industriais. No caso do município de Vitória,

[...] bairros localizados nas encostas dos morros do entorno do Centro (morros da Fonte Grande, do Cabral, Morro do Moscoso etc.) e a leste do Maciço Central (morros São Benedito, Gurigica etc.) também passaram a ser densamente povoados por trabalhadores de baixa renda e pela leva de migrantes desempregados, que chegavam ao município atraídos pela expansão industrial e pelas possíveis chances de emprego (NEI, 2007 p. 16).

A região de Nova Rosa da Penha, aglomerado também considerado “violento” em termos de homicídios, em Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória, surge da seguinte forma:

Em 1981, o então Governador do Espírito Santo, Eurico Resende, doou uma grande fazenda do Estado, para que moradores de invasões da Grande Vitória pudessem construir suas casas. Como as primeiras famílias eram provenientes do bairro Rosa da Penha, o novo bairro passou a se chamar Nova Rosa da Penha. O bairro também passou a abrigar migrantes do interior do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Bahia e de outros estados.¹⁶²

Outro aglomerado considerado problemático em termos de violência letal na Região Metropolitana de Vitória, dessa vez no município da Serra, é o de Feu Rosa:

O Conjunto Habitacional Dr. Pedro Miguel Feu Rosa e diversos loteamentos, como Vila Nova de Colares, bem como os demais bairros dos loteamentos que se encontram no entorno do CIVIT - Centro Industrial da Grande Vitória - são parte intrínseca do processo de modernização do ES e da racionalidade estratégica das elites capixabas que articularam espaços industriais e de moradia num mesmo local (NEI, 2007, p. 20).¹⁶³

O Núcleo de Estudos Indiciários frisa, em seguida, que

[...] a expansão das áreas industriais para o município de Serra é parte de uma decisão política que veio a desdobrar-se em uma massa de investimen-

¹⁶² Disponível em <http://www.abn.com.br/editorias1.php?id=46025> . Acesso em: 23 jul. 2015.

¹⁶³ Plano de Segurança Local. Diagnóstico histórico sociológico. Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Ciências Sociais. Núcleo de Estudos Indiciários. Serra, 2007.

tos que transformaram radicalmente o uso do espaço neste município. Neste sentido, buscou responder a uma lógica de integração entre o espaço industrial e residencial, sendo o último em função do primeiro (2007, p.21)

Esses são alguns exemplos de regiões que se formaram na esteira da atração de migrantes “inter” e intraestaduais para a RMGV e que, depois, passaram a se constituir o foco das ações contra a violência. Foram regiões produzidas pelas próprias decisões político-estatais. Sem discutir o mérito, a ocupação supostamente desordenada seguiu alguma ordem. De qualquer forma, é importante frisar um item interessante que o diagnóstico histórico-sociológico da Serra, para fins de um plano de segurança citado, destaca: de que a pobreza não “apareceu”, e, sim, deslocou-se das zonas rurais para as zonas urbanas e “[...] é ilusão pensar que há uma piora das condições de vida destas populações, apenas a pobreza rural desloca-se para o meio urbano, tornando-se visível (2007, p. 23-24)”.

Com a desaceleração da economia nos anos 80, essas populações concentraram desemprego, pobreza urbana, isolamento e outras desvantagens sociais. Os recursos do estado - agora industrializado considerando um modelo que não garantiu às estruturas governamentais locais recursos para o atendimento das demandas sociais resultantes da própria industrialização - são insuficientes para fazer frente às carências que emergem nos anos 80. Ao longo do tempo, essas regiões acabam caracterizadas como áreas violentas, reforçando a interpretação de regiões de “outsiders”, responsáveis pela desordem que passa a ser figurar no estado, em especial com o aumento das taxas de criminalidade (no caso deste trabalho, principalmente de homicídios).

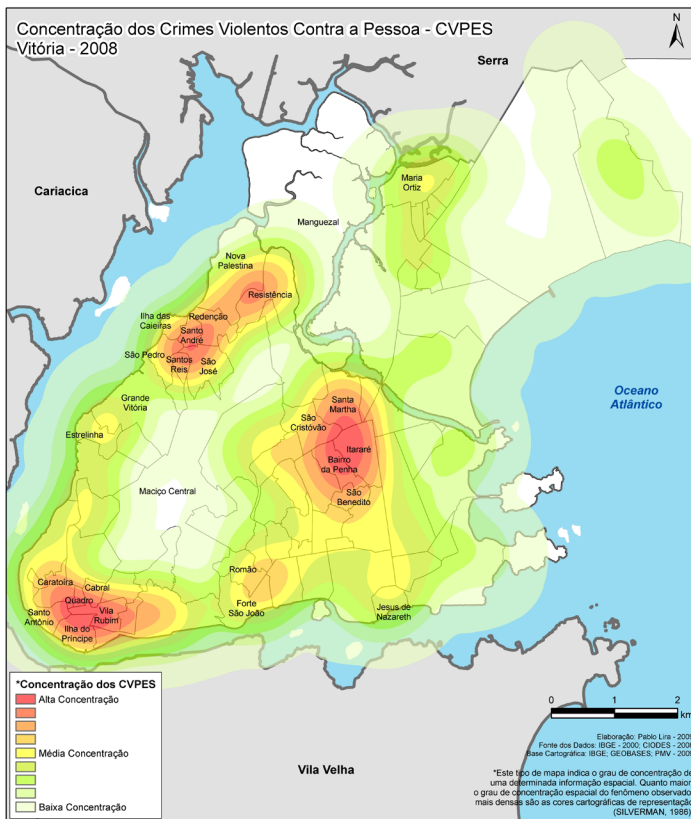
São essas as regiões preferenciais não somente dos conflitos interpessoais, mas também da atuação dos policiais responsáveis pela “limpeza” considerando a ideologia transmitida às polícias nesse período, condizente com a permanência desses valores de décadas passadas, contudo intensificada pelo agravamento das condições em geral.

Dois mapas elaborados por Pablo Lira contribuem para perceber visualmente essa discussão em Vitória, especificamente. Os dados foram coletados no CIODES, organizados em formato digital

Shapefile utilizando o método de análise espacial *hot spots*, ou “manchas críticas”, ou, ainda “áreas críticas”.

No primeiro, relacionado aos crimes violentos, é possível ver claramente a concentração desse tipo de ocorrência em áreas bem específicas no quadro dos contextos descritos linhas acima.

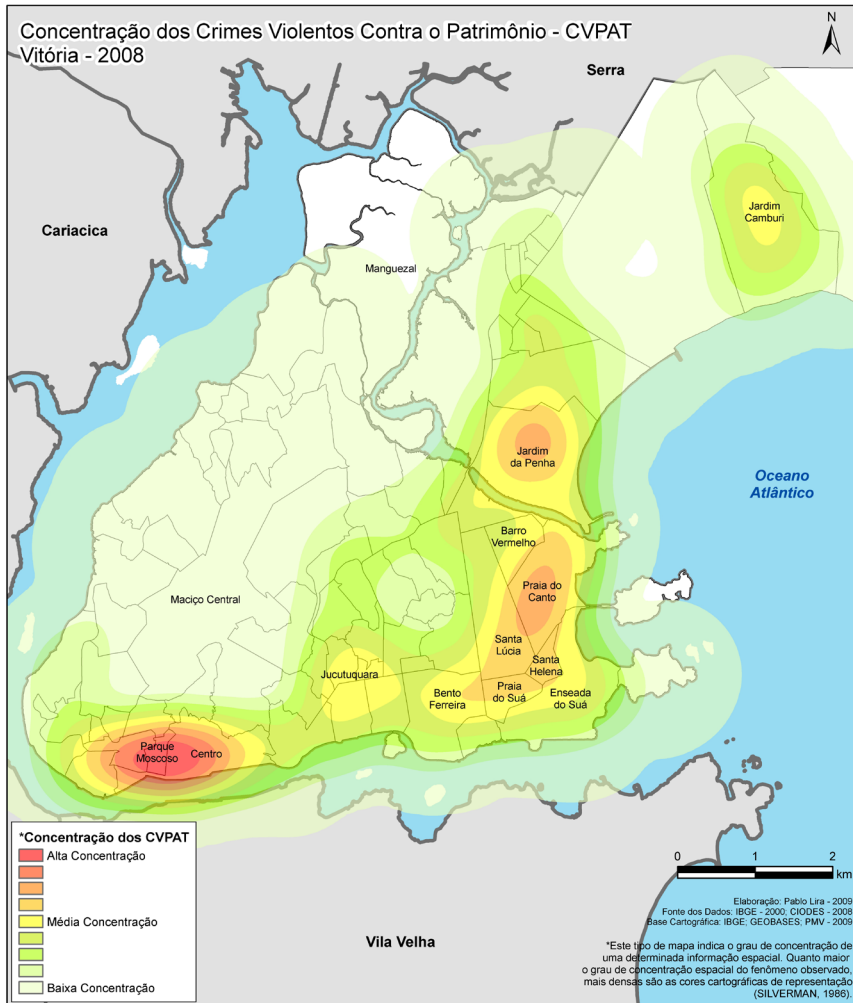
Figura 8: Concentração dos crimes violentos contra a pessoa¹⁶⁴



Diferente é o caso dos crimes violentos contra o patrimônio, que se concentram em áreas nobres da cidade de Vitória, como se pode ver claramente no próximo mapa, também elaborado por Pablo Lira se utilizando das mesmas fontes e métodos.

¹⁶⁴ CVPES - Vitória/2008 (2014, p. 83).

Figura 9: Concentração dos crimes violentos contra o patrimônio¹⁶⁵



De acordo com Sampson, os fatores relativos à concentração de desvantagens isolam e se perpetuam mantendo um padrão local de desvantagens sociais e econômicas que dificilmente se rompe. Para além dos tipos de segregação e sujeição que afetam as populações em si, surge a segregação espacial, que, num círculo vicioso, torna os moradores dessas áreas mais vulneráveis à violência cotidiana em decorrência da baixa efetividade dos mecanismos informais de controle social e manutenção da ordem pública (SAMPSON *et al.*, 1997).

¹⁶⁵ CVPAT – Vitória/2008 (2014, p. 85).

Soma-se a isso o empreendedorismo violento, uma vez que se tornam áreas preferenciais para o exercício do clientelismo político, da corrupção, da cooptação e da associação com atividades criminosas no bojo do comércio das mercadorias políticas.

No caso do Espírito Santo, em especial da Grande Vitória, muitas dessas áreas não foram regiões ou vizinhanças que se degradaram, mas que já surgiram degradadas. Vizinhanças que já surgem sob o signo dos *outsiders*, sob o estigma do “baiano”. Surgem em áreas periféricas, precárias, formadas por pessoas que saíram de seus lugares de origem em busca de melhor vida no *eldorado* capixaba, que se encontram deslocadas, desencaixadas, sujeitas a todo tipo de exploração. As áreas que passam a habitar se tornam propícias à emergência de organizações de controle político e criminoso, mediado por empreendedores da violência. Inicia-se, com o próprio surgimento da área, o ciclo da violência. Assim surgindo, assim permanecem e permanecerão, porque, segundo Sampson, esses “efeitos de vizinhança”, que assumimos como hipótese, são duráveis no tempo, reproduzem-se, reforçam-se:

Eu, portanto, rejeito a ideia comum de que a tecnologia, as redes sociais dispersas, políticas públicas e equipamentos típicos da (pós) modernidade expliquem a desigualdade de vizinhanças distantes e o foco em formas espaciais de organização social e comunitária. A questão que elaboro é que o enredo principal a ser explorado é a desigualdade duradoura do bairro e as manifestações de mudança social ao nível da comunidade, que persistem e podem se acelerar. Neste sentido, argumento que uma lógica espacial durável é altamente organizadora ou mediadora da vida social, com bairros e comunidades locais atuando como componente chave. Ao fazê-lo, expando a definição tradicional de efeito de vizinhança: estamos reagindo a diferenças de vizinhanças, e essas reações constituem mecanismos e práticas sociais que, por sua vez, formam percepções, relações e comportamentos que repercutem tanto dentro como fora das fronteiras tradicionais das vizinhanças, e que tomadas juntas vão além da estrutura social da cidade. (2012, p. 21)¹⁶⁶

¹⁶⁶ “I thus reject the common Idea that technology, dispersed social networks, state policy, and the accoutrements of (post) modernity explain away neighborhood inequality and a focus on spatial forms of social organization and community. The implication I draw instead is that the main storyline to be explored is enduring neighborhood inequality and the community-level manifestations of social change that persist and may be accelerating. In this sense I argue that a durable spatial logic organize or mediates much of social life, with neighborhoods and local communities a key component. In so doing I expand the traditional definition of neighborhood effect: we are react to neighborhood difference, and these reactions constitute social mechanisms and practices that in turn shape perceptions, relationships, and behaviors that reverberate both within and beyond traditional neighborhood

Ora, a reação a essas áreas é um dos componentes que as mantém dentro do padrão de reprodução social descrito por Sampson. E não há indicativos de que essa percepção esteja mudando por parte dos atores públicos, que as estigmatizam ainda mais quando as relacionam aos “baianos” ou consideram uma hipotética e intrínseca desorganização social de pessoas e jovens não devidamente socializados porque estão fora da escola. Além disso, ignoram que a própria formação dessas áreas se deve a um projeto político econômico de grandes proporções, liderado pelas elites locais, que submeteu, de forma arbitrária, os interesses sociais, coletivos à lógica econômica de um grupo dominante no âmbito dos interesses estaduais e nacionais.

Para além de toda essa lógica apresentada, existem elementos catalisadores que produzem situações nas quais o homicídio se torna uma opção viável, quando não recomendável. Não é somente o lugar ou a concentração de desvantagens que determinam a situação, até mesmo porque existem, obviamente, outras áreas da Região Metropolitana da Grande Vitória nas quais as desvantagens concentradas não produzem um alto número de mortes. Mesmo nos bairros, como vimos e aprofundaremos adiante, a violência não é generalizada, como é a concentração de desvantagens.¹⁶⁷

Para completar esse quadro, é importante destacar, ainda, que, se a violência se concentra em áreas muito específicas, pode-se dizer que ela se concentra em poucas pessoas. Da mesma forma que o desenvolvimento da capacidade de uso da violência é um recurso raro e, por esse motivo, portador de valor financeiro e social, e usado pelos empreendedores violentos a serviço do estado, também o será por alguns dos jovens que crescerão nesses territórios, nessas vizinhanças (COLLINS, 2008). É inevitável que a exposição à violência estimule, em alguns deles, as habilidades necessárias para manusear a violência de forma eficiente. Tal habilidade se torna fundamental para a resistência a algumas formas de dominação social, política e econômica, assim como para o surgimento de novas formas. O uso da violência para o controle social nessas áreas mantidas à parte da cidade é um gatilho que desencadeia o que Bruno Paes Manso chama de ciclo da violência letal. Dessa forma:

borders, and which taken together further the social structure of the city.”

¹⁶⁷ É sempre importante ressaltar que este trabalho se sustenta em uma lógica de acumulação social, na qual não há determinantes exclusivos ou preponderantes a ponto de sobrepor-se significativamente sobre os demais fatores.

Os homicídios, na medida em que se disseminam, engendram ciclos ampliados de violência. Vistos inicialmente como meio de controle da desordem, novos crimes passam a ser praticados como respostas necessárias às agressões sofridas. A motivação pode ser diversa, como vingança, demonstração de força, limpeza social, controle de território, ou punição, mas o resultado comum é a generalização da prática de crimes letais concentrada entre grupos de homens jovens (2012, p. 2).

É o que mostra também Freitas analisando os *accounts* que adolescentes em conflito com a lei de Vitória utilizam para justificar o assassinato. Em especial, os “justiçamentos”, a regulação de mercados ilegais, as ofensas pessoais e as guerras de quadrilhas são justificativas que ensejam um ciclo de mortes muitas vezes tolerado pela polícia, conforme depoimentos colhidos pelo autor (FREITAS, 2014).

No que se refere à distribuição espacial dos índices de violência letal no Espírito Santo, as áreas de maior concentração dos homicídios já estão devidamente identificadas pelos poderes públicos. A sistematização desses dados tem sido uma preocupação na direção de oferecer subsídios para sustentar ações de intervenção. São informações razoavelmente acessíveis.

Em Cachoeiro de Itapemirim, cidade polo do Sul do Estado que apresenta índices de violência letal abaixo das médias estaduais, o bairro foco das ações públicas é o Zumbi. No entanto, os dados da Polícia Militar referentes a 2013 e 2014 apontam uma dispersão dos homicídios pela cidade e não mais uma concentração nesse bairro e noutro que também faz parte das áreas em que o governo do estado pretende focar sua atuação na cidade: Village da Luz. Este último é de formação mais recente, concentrando alguma migração rural/urbana, certa precariedade urbana e ausência de infraestrutura. Uma especificidade desse bairro é a figura de “Rogerinho do Village”, um famoso traficante da cidade, que tem relações no Rio de Janeiro e forte capacidade de controle na região. Rogerinho está preso, mas há quem dê conta de que ainda exerça influência na área por meio de familiares.

A região norte do Espírito Santo, polarizada por Colatina, vem apresentando aumento nas taxas de homicídio nos últimos anos, em

especial no litoral norte. A violência rural, que marcou essa região até décadas atrás, concentrava-se na região noroeste, mais próximo da fronteira com Minas Gerais, em terras que foram contestadas entre os dois estados. Hoje, essa área apresenta uma baixíssima concentração populacional. Os conflitos rurais na região permanecem até os dias atuais.

É interessante observar que a região sul do estado não recebeu grande volume de investimentos públicos ou privados, nem nos anos 70, nos “Grandes Projetos”, nem nas décadas posteriores, à exceção da cidade de Anchieta, no litoral sul. Só recentemente, com novas descobertas de petróleo, os municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim, também no litoral sul, passaram a ser influenciados por essa indústria. Todavia, até o momento, não passaram por nenhuma aceleração em seu desenvolvimento.

Presidente Kennedy é um caso curioso, pois, mesmo sendo o maior PIB *per capita* do país, continua uma cidade muito semelhante à que era 50 anos atrás¹⁶⁸. A falta desses investimentos no sul pode ser considerada uma variável cuja ausência evitou maior acumulação social da violência nessas regiões, na forma do aumento das taxas de homicídios. Algumas regiões do Espírito Santo, se o considerarmos a partir das microrregiões, apresentam taxas extremamente baixas de violência letal.

A concentração da violência letal nos arredores da capital Vitória, em sua região metropolitana, é tão intensa, que torna um tanto irrelevante, até mesmo do ponto de vista estatístico, deter a discussão sobre essas outras regiões do estado. A especificidade histórica e sociológica no que se refere aos altos índices de violência letal está mesmo na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Os aspectos discutidos nesta sessão são extremamente importantes para a compreensão da acumulação social da violência no Espírito Santo e sua expressão no aumento das taxas de homicídio a partir dos anos 80. No próximo capítulo, a proposta é explorar o papel das instituições policiais nessa acumulação, seguindo a mesma linha de pensamento, buscando revelar que a violência letal, em geral, é anterior à sua percepção como problema público, mas que se intensifica a partir da entrada em cena de certas variáveis.

¹⁶⁸ Para se ter uma ideia, a cidade apresentava em 1991 9,433 habitantes. Em 2010, 10.314. Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

CAPÍTULO 4 – CRIANDO MONSTROS PARA GERIR REBANHOS

Lembro-me de nosso orgulho em formar juntamente com soldados de verdade, que vinham da guerra e tinham ganho a guerra; muitos deles usavam barbas e todos nos pareciam heróis. Grande foi a minha estranheza quando nosso pelotão, não sei por que, ficou parado junto ao meio-fio, e ouvi a conversa de uns homens que estavam ali na calçada. Diziam que aqueles soldados tinham feito um papel muito feio em São Paulo e eram covardes e ladrões, tinham roubado muita coisa, inclusive automóveis que certos oficiais estavam carregando para eles. Efetivamente vi alguns automóveis em um trem de carga, o que me impressionou. Bolas! Eu preferia que Rui Barbosa fosse um grande homem para o mundo e a nossa Força Pública tivesse feito uma bela guerra contra Isidoro; mas nas ruas de Cachoeiro nunca faltou um espírito-contradição, algum homem do povo de palavra solta para envenenar a nossa alegria cívica e nos ensinar desconfiança. Mesmo quando injusto, espírito de porco ainda hoje me parece útil, e temo qualquer regime o suprima, ou tente suprimi-lo.

[Rubem Braga]

INFLEXÕES

Os dois últimos capítulos exploraram aspectos percebidos como fundamentais para a compreensão da acumulação social da violência no Espírito Santo. No capítulo dois, focamos sua história atípica na região sudeste: de estado “fraco” que demanda níveis intensos de coerção para elevar a concentração e a acumulação de capital a padrões compatíveis com o “desenvolvimento” que se pregava como

ideal no decurso do século XX; no terceiro capítulo, vê-se o momento crucial da transformação econômica na direção de superar essas limitações considerando a desestruturação do modelo econômico anterior, com fortes impactos na estrutura urbana, demográfica e social.

Como se pôde discutir no capítulo anterior, o estado não tinha infraestrutura para fazer frente às enormes demandas sociais que adviriam dos intensos movimentos migratórios internos e externos que se deram na esteira da industrialização acelerada. E o próprio modelo de industrialização adotado, com renúncias fiscais e utilização de capital externo, não se mostrou capaz de capitalizar as estruturas públicas para dar conta do que se convencionou – e do que se constitucionizou – que seriam suas responsabilidades.

O término da implantação dos “Grandes Projetos” produz um excedente de mão de obra, o que coincide com a depreciação do quadro econômico nacional e, conseqüentemente, estadual. O resultado é que essa mão de obra que migrou para trabalhar na fase de implantação das plantas industriais não teria como e onde ser absorvida ao término dessa etapa.

A questão econômica é um dos elementos que comprometem a atuação do governo estadual no que se refere ao exercício da coerção que cabe a um ente federado de um Estado. A estrutura coercitiva do Espírito Santo sempre esteve, desde o início do século, muito aquém do necessário para o devido exercício do monopólio da violência nos limites do território do estado. Nos anos 80, as condições não eram melhores. Pelo contrário, a desproporcionalidade era ainda maior por causa dos aspectos econômicos citados.

Conforme se tem insistido neste trabalho, a violência não era novidade no estado. Grupos sabidamente de extermínio já cometiam – desde os anos 60, no mínimo – crimes como a violência no campo, entre outros. E os criminosos não entraram para os quadros do estado na década de 80. Sempre estiveram presentes, próximos, fosse comandando ou executando ações de limpeza social ou eliminação de adversários, concorrentes, comércio de mercadorias políticas, crimes em geral. Em um período de exceção, como o Regime Militar no Brasil, não era possível ver, com clareza, essa presença. A questão que interessa, então, é saber por que ocorre, no início dos anos 2000, uma mobilização por uma intervenção federal no estado. Se tivesse

ocorrido - e quase ocorreu - teria sido o reconhecimento da total falência das instituições políticas e públicas do Espírito Santo em suas atribuições mais básicas.

A hipótese para essa questão é que fatores internos e externos ao estado atuaram fortemente nas instituições ao longo do processo de redemocratização no Espírito Santo. No ambiente externo, a abertura democrática e a restauração do Estado de Direito abrem a possibilidade de que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil recorram à arena jurídica em busca do que a arena política não foi capaz de oferecer. No ambiente interno, há maior percepção da violência a partir do momento em que os homicídios emergem como problema público e o Espírito Santo é destacado na imprensa nacional como um dos estados mais violentos do país. Ainda se pode destacar, em nível interno, a necessidade das elites empresariais de restaurarem a estabilidade fiscal, política e econômica do estado para que se retomem novos ciclos de acumulação de capital.

É interessante observar que Max Mauro, que governou o Espírito Santo de 1987 até 1991, criou um Grupo de Operações Especiais no estado, o qual ficou a cargo do então Cláudio Guerra, com o objetivo de enfrentar o crime organizado e suas ramificações na polícia. Tempos depois, o próprio chefe da Operação, Guerra, acusado de ser “chefe do crime organizado” é expulso da Polícia Civil do Espírito Santo. O sucessor de Mauro, Albuíno Azeredo, que governou de 1991 até 1995, logo em seu primeiro ano de governo, também criou uma equipe especial para enfrentar denúncias de crime que ele mesmo dissolveu posteriormente. O governo seguinte, de Vitor Buaiz, foi marcado por desencontros entre o governador e seu partido, o PT, do qual ele acabou saindo. No governo de José Ignácio Ferreira - denunciado por corrupção e tendo sido “salvo” do *impeachment* pelo polêmico ex-bicheiro e, à época, presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz - todos esses processos que vinham se acumulando, sendo questionados e não solucionados, explodem, tanto do ponto de vista político quanto econômico.¹⁶⁹

¹⁶⁹ O ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e atual presidente da Assembleia Legislativa capixaba Theodorico de Assis Ferraço foi quem apresentou um dossiê com denúncias de corrupção, cobrança de propina, etc. Suas denúncias deram início a um processo de desidratação do governo José Ignácio, que acabou salvo do *impeachment* pelo então presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz, ex-bicheiro que foi braço local do Capitão Guimarães, chefe do jogo do bicho no Rio de Janeiro, antes de desenvolver seus próprios

O momento do pedido de intervenção tornou-se de um ponto de inflexão. Os modelos herdados do período militar entraram em colapso diante da realidade democrática, e os empreendedores violentos precisaram encontrar novas formas de atuação. Nesse “ajuste”, algumas estruturas se “atualizaram” para que pudessem atuar no novo contexto, enquanto outras formas de atuação violenta acabaram perdendo pertinência. Isso não significa negar que, de fato, houve uma reorganização econômica e institucional do estado a partir de 2003, o que refletiu em mais estabilidade no aparato estadual de segurança pública.

Segundo Ribeiro Júnior, os investimentos foram bastante expressivos nesse período, saindo de R\$ 421 milhões de reais em 2002 para R\$ 810,2 milhões em 2006. Os resultados não foram tão evidentes no que se refere ao sistema prisional (e em relação à queda dos homicídios): “[...] esse momento significou a reorganização das polícias civil e militar por meio da contratação de novos profissionais, compra de equipamentos e veículos, reforma de construção de delegacias etc.” (2011, p. 8). A partir de 2003, além de se reiniciar a reorganização da máquina estadual, as condições econômicas melhoraram também no setor privado, tanto em nível local quanto nacional.

Nesse contexto de fim de um ciclo e início de outro, o que se pretende, então, é discutir o papel das instituições no processo de acumulação social da violência, com especial foco no governo estadual e na ação das agências policiais. No que se refere às questões atinentes ao governo do estado, a análise se dá tomando como ponto de referência o momento de inflexão representado pelo pedido de intervenção federal e seu entorno temporal. Quanto à questão das agências policiais, a análise se dá entremeada pelas entrevistas realizadas e entrelaçadas às questões institucionais do próprio governo do estado.

Para melhor explanação, as hipóteses propostas para as questões serão apresentadas em nível nacional e em nível local, considerando que houve peculiaridades no caso capixaba. Muito do que se

negócios. Gratz, que aparece em diversas investigações dos mais diversos crimes no estado, tornou-se, à época, a personificação humana do crime organizado no Espírito Santo. Foi preso e, hoje, responde em liberdade a mais de centena de ações judiciais referentes ao tempo em que presidiu a Assembleia, que ficou conhecido como a “Era Gratz”. Em seu blog, o ex-deputado apresenta sua versão dos fatos que o envolveram. Em geral, diz-se vítima de uma conspiração política que influencia, inclusive, no andamento das ações judiciais. Tentou-se um contato com o ex-deputado, mas sem sucesso. O blog se encontra em: <http://jcgratz.blogspot.com.br/2012_08_01_archive.html>.

deu no Espírito Santo foi reflexo ou rebatimento do que ocorria em nível nacional, ainda que, eventualmente, em temporalidades diferentes do Rio e de São Paulo, haja vista as diferenças significativas entre esses estados.

UNIVERSO NACIONAL NO MUNDO ESTADUAL

Em nível nacional, o Espírito Santo sofre o que sofre todo o país no processo de redemocratização, o que é bem descrito por Peralva (2000, p. 87):

O crescimento da criminalidade é inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pelo controle da ordem pública, no curso de uma transição democrática longa e difícil. Exacerbou-se a violência policial contra a população civil e acentuou-se o comprometimento da polícia com o crime. A delinquência de oportunidade foi estimulada pela ausência de políticas eficientes de manutenção da ordem. A segurança privatizou-se e os fenômenos de justiça ilegal ganharam importância.

A autora segue afirmando que

A incapacidade do Estado em garantir a ordem pública engendrou formas particulares de violência que, por sua vez, delinearão o quadro dos novos conflitos socioculturais e a maneira pela qual a juventude pobre estruturou a percepção dos riscos que parecem pesar sobre o seu futuro (*id. ibid.*).

Em algum momento dos anos 80 - no Espírito Santo um pouco mais tarde - a emergência do tráfico como atividade lucrativa permitiu aos criminosos oferecer maior resistência a atos de extermínio praticados pela polícia. Apesar de registros apontarem que a violência sempre foi uma constante na polícia brasileira, os esquadrões da morte atuam, no mínimo, desde os anos 50 no Rio de Janeiro e pelo menos desde os anos 60 no Espírito Santo. De acordo com Misse (1999, p. 172),

Quanto mais atuavam os esquadrões da morte e os grupos de extermínio, mais cresciam os homicídios nas estatísticas, mais crescia a criminalidade comum e mais violenta essa ia ficando, como numa reação em cadeia ou num círculo vicioso. A violência da polícia antecede, na memória social, ao

incremento da violência entre os bandidos. A violência preventiva, muitas vezes arbitrária e ilegal, pode ter sido um dos principais fatores que acionaram o círculo vicioso que interliga a representação de impunidade legal ao reforço da demanda de punição arbitrária e ilegal e, finalmente, ao reforço da resposta violenta dos criminosos.

Manso (2012), referindo-se também aos anos 80, mas em São Paulo, afirma que:

Esse novo contexto social, portanto, cenário de instabilidade social e de desordem nos territórios onde os policiais militares já matavam, abriu espaço para que o extermínio e os homicídios passassem a ser praticados por iniciativa dos próprios habitantes locais, em defesa da segurança e dos direitos dos trabalhadores (p. 158).

Emerge, então, a figura do justiceiro, que mata para proteger a sociedade, não raro em conluio com a polícia.¹⁷⁰ O justiceiro é também uma figura que permeia o imaginário capixaba, e notícias recentes nos jornais locais dão conta de que continuam a atuar.¹⁷¹

A escolha pelo ingresso na carreira [de justiceiro], portanto, coloca o indivíduo em um novo patamar, transformando sua visão de mundo, que passa a levar em conta o alto risco de ser assassinado a qualquer momento. As escolhas passam a levar em consideração essa nova realidade e induzem a outros homicídios, que fogem ao controle do próprio indivíduo. Os critérios do justiceiro se personalizam e ele começa a ameaçar e se sentir ameaçado até mesmo por seus antigos apoiadores. Em poucos anos, ele deixa de ser visto como solução para a criminalidade e a desordem, que não param de aumentar. Os homicídios continuam a crescer, num contexto de criminalidade ascendente, num mundo em que o justiceiro não encontra mais voz nem espaço (MANSO, 2012, p. 179).

Com a roda da morte girando, o justiceiro acaba, eventualmente, vítima de sua própria forma de justiça. E começa a perder espaço quando as transformações econômicas e no mundo do trabalho produzem condições nas quais alguns tipos de atividades criminais

¹⁷⁰ Semelhante é o caso capixaba do pistoleiro Sasso, citado no capítulo anterior.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.portaltemonovo.com.br/jovem-amarrado-e-agredido-por-justiceiros-em-feu-rosa-continua-desaparecido/>; http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/06/noticias/cidades/3899360-justiceiros-do-transcol-usavam-aplicativo-para-combinar-ataques.html>. Acesso em: 28 jul. 2015.

são tolerados, desde que dentro de certas regras (proceder).

Nesse contexto, segundo Manso (2012), não era mais qualquer “bandido” que poderia ser morto. Só bandido “sangue ruim”. Exemplo desse fato é o diálogo no filme “Cidade de Deus”, quando o traficante “Cenoura” critica um criminoso que pretendia matar o temido “Zé Pequeno” – o bandido “sangue ruim”, que poderia ser morto, e por acidente mata o Bené – “Neguinho, tu matou o malandro mais responsa da Cidade de Deus”¹⁷². O destino do assassino de Bené não poderia ser outro senão a morte.

Apesar de sua existência, esses “códigos” são de aplicabilidade duvidosa. Com a disseminação das armas, as disputas por mercados ilícitos e o comércio de mercadorias políticas – dependente do contato com representantes do poder do Estado – o que se expande em diversas regiões metropolitanas do Brasil nesse período é um círculo vicioso dos homicídios. Segundo Manso (2012, p. 179,

Os homicídios são ações cujas características lhes conferem um efeito social multiplicador, capaz de provocar novas escolhas homicidas quando praticados. Esses efeitos da ação assassina afetam tanto o contexto como o indivíduo. Em relação aos efeitos nos territórios onde ocorrem, os contextos com taxas mais elevadas de homicídios acabam provocando nos demais moradores o medo da morte. Esse medo de morrer se transforma em um indutor de escolhas assassinas, já que, quanto maior a chance de um indivíduo ser assassinado em determinado conflito, maior é o incentivo para que ele mate primeiro para sobreviver.

A ocorrência desse ciclo é fundamental para explicar por que os homicídios se concentram muito em certas áreas e nem tanto em outras, como se tem podido observar no caso do Espírito Santo e, em especial, em alguns locais da Região Metropolitana da Grande Vitória. Segundo Manso, os próprios homicídios induzem a novas escolhas assassinas, produzindo “zonas de guerra” e “zonas de paz” não distantes umas das outras. Os habitantes de locais onde, diariamente, há mais corpos nas ruas e têm mais conhecidos, amigos ou familiares vitimados sentem-se mais vulneráveis e propícios a ser a “próxima vítima”, fortalecendo a possibilidade da escolha homicida como forma de sobrevivência, principalmente depois de cometido o primeiro assassinato.

¹⁷² Cidade de Deus. Direção Fernando Meirelles, Kátia Lund. Roteiro Bráulio Mantovani. 2002.

Outro fato importante é que o fim do regime autoritário trouxe uma debilitação geral do fundamento ideológico que sustentava a doutrina da limpeza social (PERALVA, 2000, p. 89). Ao contrário, emerge uma concepção sustentada nos Direitos Humanos que, inclusive, tem se tentado inserir na formação dos operadores de segurança nem sempre com sucesso, como se discutirá linhas adiante. Apesar disso, a violência das polícias continua, entretanto, sem fundamento ideológico, descambando, não raro, para a corrupção pura e simples.

De todos os lados, os critérios que, em tese, atuariam para re-frear a possibilidade da escolha homicida vão se reduzindo. Somando-se à impunidade e à disponibilidade de armas de fogo, ocorre uma expansão geral dos homicídios no Brasil. Soares e Saporì (2014) apontam também que a impunidade, somada à consolidação do tráfico de entorpecentes em décadas recentes, “[...] contribui para manter a criminalidade violenta na sociedade brasileira em níveis inaceitáveis” (p. 99). Os autores, a título de conclusão sobre o aumento geral da violência letal no Brasil, afirmam que:

À medida que as instituições estatais responsáveis pela garantia da segurança pública mostram-se fracas e ineficientes, o recurso à força física para a resolução de conflitos e a imposição de interesses pessoais tendem a se disseminar. A sociabilidade violenta, conforme define Luiz Antonio Machado¹⁷³, passa a ocupar espaço relevante nas relações sociais cotidianas (2014, p. 98).

Peralva (2000, p. 177), em sua análise do paradoxo brasileiro - no qual a democracia emerge após a ditadura militar, acompanhada de um aumento vertiginoso nas taxas de homicídio - conclui que

A redemocratização no Brasil não se limitou a um mero fato político, posto que veio imbricada em um conjunto de outras mudanças. Tendo como pano de fundo uma crise econômica prolongada, os contornos dessas mudanças

¹⁷³ Em entrevista, Luiz Antonio Machado afirma: “Não creio que a “sociabilidade violenta” seja um conceito. Penso nela como uma noção que tem relevância heurística por especificar (típico-idealmente) uma modalidade de coordenação de práticas sociais, nada mais. Ou melhor, há mais, e isso me interessa, porém estou longe de ser capaz de dar conta, ao menos neste momento: se a análise empírica da “sociabilidade violenta” (expressão que pretende indicar que a violência física é um princípio de coordenação das práticas, e não um simples meio de obtenção de interesses relativos a valores ideais ou materiais) se sustenta, como eu acredito, ela representa enorme desafio teórico para todas as variantes da tradição da ciência social que, cada uma à sua maneira, definem “social” como implicando necessariamente “referência de valor”.” (2010, p.146).

foram em muito obscurecidos. Entretanto, a violência generalizada que as acompanhou situa-se na confluência de duas lógicas, que é importante distinguir. A primeira refere-se a transformações no plano social propriamente e aos efeitos que daí derivaram, do ponto de vista da formação de uma conflitualidade urbana de novo tipo. A segunda refere-se à inépcia das instituições encarregadas de garantir a ordem pública e ao seu despreparo diante das novas exigências da vida na democracia.

Em suma, a autora defende que o retorno à democracia radicalizou uma cultura libertária e liberal por princípio, desconfiada do Estado e das instituições, para a qual o autoritarismo contribuiu, ao mesmo tempo em que a ocultou. A violência fatal, então, não se explicaria atualmente nem pela ausência de liberdade e nem pelas deficiências em termos de igualdade social.¹⁷⁴ A explicação mais adequada, segundo a autora, seria a debilidade dos quadros institucionais de regulação da experiência urbana e a frágil relação dos brasileiros com a lei (PERALVA, 2000, p. 179). Assim, os brasileiros produzem a violência de que são vítimas pela fragilidade de sua relação com a lei e por condutas que, em vez de colocar em questão a violência letal, naturaliza-a (p.180).

Da publicação do trabalho de Peralva, em 2000, até os dias atuais, pode-se dizer que alguns aspectos se modificaram, principalmente no que se refere ao enfrentamento da questão da violência fatal como problema de natureza pública, conforme discutido no terceiro capítulo. Entretanto, a análise da autora permanece pertinente. Em especial para descrever o período dos anos 80 até os 2000, que nos interessa nesse segmento do trabalho, ao analisar o papel das instituições na acumulação social da violência no Espírito Santo a partir de seu suposto esgotamento representado pelo pedido de intervenção federal protocolizado pela OAB regional em 2002.¹⁷⁵

A opção por esse episódio não implica a convicção de que ele signifique efetivamente em absoluto que as instituições do estado não tinham mais condições de se conduzir sem a intervenção do governo federal. A percepção defendida é que, de fato, ele marca a nomeação

¹⁷⁴ A autora ressalta que, atualmente, a pobreza nas favelas é bem menor do que aquela que se poderia observar décadas atrás em relação à data de publicação da obra (2000).

¹⁷⁵ Íntegra do pedido de intervenção no ES feito pela OAB. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/723/veja-integra-do-pedido-de-intervencao-no-es-feito-pela-oab?argumentoPesquisa=formsof>> . Último acesso em: 3 ago. 2002 (salvo em meio digital).

do novo fantasma no quadro de transformações que encerravam o ciclo da transição e inauguravam o novo ciclo, com novos “fantasmas” a serem enfrentados, como representação da violência em todas as suas formas.

Minha proposição é que para cada ciclo corresponde um específico «fantasma criminal», cuja metamorfose acompanha as transformações na *sociabilidade urbana e nos seus fantasmas* (e não apenas as transformações do mundo do trabalho), embora reconheça a dependência mútua entre essas dimensões, bem como com outras dimensões, como a das lutas políticas nesses períodos e as mudanças nas formas de governo. Ainda assim, uma linha tênue de continuidade parece atravessar todas as metamorfoses, unificando o sentido geral do processo normalizador como processo tipicamente *ideológico* (funcional à dominação, portanto, e não apenas expressivo de um sistema de crenças culturalmente autônomo) (MISSE, 1999, p. 179).

Tratava-se de enterrar o velho modelo de representações da violência, abrindo espaço para um “Novo Espírito Santo”, não por acaso, *slogan* adotado pelo governo que assumiu com quase unanimidade em 2003, na esteira do enfrentamento e da vitória sobre o “crime organizado”. A esse respeito, Ribeiro Júnior (2011, p. 9-10) ressalta que:

[...] especialmente na parte final do governo de José Ignácio, foi construída a ideia de que o grande problema era o enfrentamento do que se convencionou chamar de crime organizado. De fato, havia uma crise institucional real que levou, inclusive, ao pedido de intervenção federal no ano de 2000. No entanto, ao menos desde o início da década de 1990, o Estado possuía um dos maiores índices de homicídio do Brasil, chegando a seu ápice em 1997 com 57,5 homicídios por 100 mil habitantes. Desde então, o único momento em que houve uma queda brusca deste índice foi ao longo do governo de José Ignácio, chegando a 43,220 homicídios por 100 mil habitantes em 2001/2002, mas logo retornando a 51,2 em 2002.

As taxas de homicídio não assumiram uma tendência mais estável de queda até 2009. Outros “fantasmas” surgiram, à semelhança de outras regiões, como o “tráfico”, a nova representação dominante da violência e explicação quase definitiva para a violência que assola a nação. O “tráfico” é o novo inimigo.

A questão que se quer destacar é que, no fim dos anos 90, houve uma acentuada ênfase no “crime organizado”, na corrupção, enquanto as altas taxas de homicídio, ou a “violência difusa”, não necessariamente estavam ligadas a essas organizações. Tanto que o combate efetivo a essas organizações não produziu efeitos imediatos quantitativos e significativos em termos de redução de homicídios, melhoria das condições prisionais e outros aspectos ligados à segurança pública. É preciso reconhecer, então, que as condições do governo estadual antes de 2003 em termos econômicos e de desorganização institucional, incluindo a área de segurança pública, não permitiam ações efetivas para o enfrentamento de quaisquer formas de violência.

A “QUASE” INTERVENÇÃO E A FAMIGERADA “SCUDUERIE”

O documento da subseção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil que apresentou, em 2002, o pedido de intervenção federal no Espírito Santo traz o diagnóstico da situação do estado à época, segundo essa instituição. Diagnóstico esse que justificaria a solicitada intervenção, que é fato gravíssimo e inédito na história republicana recente do Brasil¹⁷⁶. Segundo o pedido da OAB,

É de conhecimento notório a existência de um clima de insegurança e incerteza no Estado do Espírito Santo. Sua população está assustada e receosa em face da disseminação da violência, oriunda, sobretudo, de integrantes da estrutura do crime organizado, sem a contrapartida do enfrentamento por parte das autoridades estaduais responsáveis pela segurança pública. Nos últimos três anos, 1999, 2000 e 2001, o Estado do Espírito Santo liderou as estatísticas de ocorrência de crimes dolosos contra a vida. As investigações

¹⁷⁶ Durante o Império, houve intervenções nas províncias por causa de movimentos separatistas. Durante a Primeira República e período de Vargas (não democrático), as intervenções nos estados eram constantes. Durante o Regime Militar, registra-se a intervenção no estado de Goiás. Depois de 1988, nenhuma intervenção federal foi efetivada e, hoje, tramitam mais de 100 pedidos de intervenção federal contra diversos estados. O pedido de intervenção no Espírito Santo chegou a ser sugerido pelo então Ministro da Justiça, Miguel Reale Junior, e aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. No entanto, foi “engavetado” pelo então Procurador Geral, Geraldo Brindeiro. Após esse fato, o Ministro Reale Júnior se demitiu do Ministério da Justiça. Quem governava o Espírito Santo na época era José Ignacio Ferreira, do mesmo partido do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o PSDB. O novo Ministro da Justiça instituiu, então, uma Missão Especial para apurar as denúncias relatadas no pedido de intervenção. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71738.shtml>> consta um bom resumo jornalístico do caso>. Acesso em: 9 jul. 2015.

de tais crimes não evoluem, não indicam seus autores, e a impunidade acaba prevalecendo, na maioria dos casos.

Interessante observar que, logo em seguida, o pedido da OAB relata o caso do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, que acontecera três meses antes. Tal assassinato, supostamente, ensejou mais quatro, os quais estariam dentro de uma estratégia de queima de arquivo. O caso envolvia empresários e ex-PMs no papel de mandantes, executores, queima de arquivo e arquivos queimados. A motivação para o crime, de acordo com o que se divulgou na imprensa, seriam licitações irregulares na Prefeitura de Vitória que, em vistas de serem denunciadas pelo advogado, causariam prejuízos aos empresários envolvidos.

O pedido de intervenção da OAB traz à tona o então grande inimigo do estado do Espírito Santo, cujo enfrentamento deveria, segundo os autores do pedido, ser realizado pelo Governo Federal, haja vista as estruturas políticas, policiais e judiciais locais estarem comprometidas: a famigerada *Scuderie Le Cocq*, principal representação do “crime organizado”. Pode-se observar que a posição do estado nos *rankings* de violência já fazia parte do conjunto dos argumentos do pedido de intervenção. “Nos últimos três anos, 1999, 2000 e 2001, o Espírito Santo liderou as estatísticas de ocorrência de crimes dolosos contra a vida”.

Em termos de temporalidade, nos anos 80, de acordo com Misse (1999, p. 268), no Rio de Janeiro, as representações da violência associadas ao tráfico de entorpecentes ainda são pequenas, enquanto a violência relativa a bandidos, policiais e ex-policiais se encontra em outro patamar, de acordo com o autor, “[...] inédito na cidade”.

No Espírito Santo, a *Scuderie Le Cocq* assume, definitivamente, o centro das atenções no fim dos anos 90 e início dos anos 2000, quando, também, teve sua extinção demandada pelo Ministério Público e aceita, posteriormente, pela Justiça. Oficialmente, encerra seu ciclo de atividades que vinham desde antes dos anos 80. Seu fim oficial representa também o término de um modelo bem sucedido de empreendedorismo violento (VOLKOV, 2002) e de uma importante representação da violência no estado. Em São Paulo, de acordo com Manso, o tempo da violência dos policiais e ex-policiais como representação principal da violência está, também, nos anos 80.

A *Scuderie Le Cocq* é extremamente importante para se compreender a crise institucional do Espírito Santo no fim dos anos 90, porque essa organização passa a personificar o inimigo público a ser combatido e se torna a expressão máxima do “crime organizado”. Mello Neto (2014, p. 26) traz um pouco da história dessa organização, considerando seu início (a equipe inicial):

O grupo é progressivamente formado por Milton Le Cocq a partir de 1952, quando abandona a extinta Polícia Especial - órgão de repressão política da Era Vargas (1930-1945) - ao passar em um concurso para detetive na Polícia Civil. Lá, durante as inúmeras diligências para as quais é escalado, ele forma aos poucos uma turma de 13 policiais que lhe acompanharia futuramente, alguns com maior frequência que outros. São eles Guilherme Godinho (“Sivuca”), Jaime de Lima, Euclides Nascimento (“Garotão”), Hélio Guaíba Nunes, Hermenegildo de Souza Cavalcanti Filho (“Jacaré”) Lincoln Monteiro, Ivo Americano, Anibal Beckman dos Santos (Cartola), “Chocolate”, Hélio Vígio e Milton “Malvadeza”. Todos viam Le Cocq como um líder e um ídolo. Quando ele é morto por Cara-de-Cavalo, seus “discípulos” partem em busca do assassino. Muitos bandidos amanhecem mortos na procura. Acham-no num casebre de uma praia deserta de Cabo Frio, costa azul do Rio de Janeiro. Cara-de-Cavalo termina assassinado com mais de 52 tiros. A associação do grupo de Le Cocq à categoria de “Esquadrão da Morte” data de 1964, mais de dez anos depois de formado. Após o assassinato de Cara-de-Cavalo, seus membros são dispersados por distritos e delegacias policiais do então Estado da Guanabara. Notícia o *Última Hora* em 09 de dezembro de 1964, por ocasião das transferências: “Detetives transferidos acusam: mataram o Esquadrão da Morte!”.

O próprio autor relata que esse não era o único grupo de extermínio atuando no Rio de Janeiro na época. Mas a mítica de Milton Le Cocq se disseminou e deu origem à organização que leva seu nome. De acordo com o pedido de intervenção da OAB do Espírito Santo,

Fundada em 1964, sob a ditadura militar brasileira, em homenagem ao detetive assassinado Milton Le Cocq D'Oliveira, a S. D. L. C. teve mais de 3.800 membros no começo dos anos 90, e teve filiais em todo o Brasil e América Latina. [121]. O aparato sofisticado da S. D. L. C. incluiu departamentos de Assuntos especiais, serviços de inteligência e contrainteligência, e a S. D. L. C. operava sua própria estação de rádio e revista. [122]. A Scuderie Detetive Le Cocq é formalmente reconhecida através de Registro Civil no Estado do Espírito Santo, sob a égide de “Uma instituição benemerita e

filantrópica, sem fins lucrativos, com o objetivo de servir à comunidade”. [123]. Segundo investigações realizadas sobre a S. D. L. C, o “serviço” prestado era vigilância, incluindo execuções extrajudiciais de suspeitos de crimes de rua. José Guilherme Godinho Ferreira, um dos fundadores do grupo, criou o *slogan* mais conhecido do grupo: “Bandido bom é bandido morto”. [124]. A partir de 1996, os membros do grupo incluíam juizes, promotores policiais, militares, fiscais do estado, vereadores, um deputado e um magnata do jogo do bicho, todos distinguidos por um adesivo de para-brisas com o logotipo da S. D. L. C, uma caveira com as iniciais E. M. Publicações do grupo afirmavam que estas letras vinham de Esquadrão da Morte, uma interpretação bem mais condizente com a imagem mórbida que as letras acompanham [125]. Além dos membros oficiais do grupo, a S. D. L. C tinha muitos simpatizantes em todo o Brasil, devido à infeliz, porém largamente difundida crença de que as principais vítimas da S. D. L. C, crianças de rua, deveriam ser eliminadas. Como resultado das atividades de grupos como a S. D. L. C, os assassinatos de crianças e jovens subiram muito em 1992 e 1993, sendo que trinta e quatro foram registrados em 1993 e somente no Espírito Santo. [126]. As investigações de Badenes sob o patrocínio da Comissão levaram a numerosas prisões de policiais ligados à S. D. L. C. [127]. Entretanto, as prisões levaram a poucas condenações, e muitos dos suspeitos foram subsequentemente liberados, criando um clima de medo tanto para as testemunhas como para os investigadores. Muitas das testemunhas se recusaram a fornecer provas ou testemunhar, e vários detetives trabalhando para a Comissão requisitaram transferência após serem intimidados, inclusive o presidente da Comissão, Manoel Antônio de Barros, que não acreditava que o governo do estado do Espírito Santo estivesse fazendo o suficiente para apoiar a Comissão [128].¹⁷⁷

Os registros apontam que, antes dos anos 80, a *Scuderie* já atuava no estado. De acordo com Bittencourt (2014, p.73), “Diante de várias denúncias contra a SDLC,¹⁷⁸ o Governador Albuíno Azeredo criou por decreto, em 5 de novembro de 1991, a comissão de processos administrativos especiais (CPAE), dissolvida por iniciativa do mesmo governante em 17 de agosto de 1994.” Além dos problemas econômicos que afetavam o estado no período de desaceleração pós-“Grandes Projetos”, o próprio funcionamento da *Scuderie* se fortalece na transição democrática, por motivos discutidos por Peralva (2000, p. 73) linhas acima:

¹⁷⁷ Diversas das informações contidas no pedido foram extraídas do relatório entregue pelo delegado Francisco Badenes à ONG Justiça Global.

¹⁷⁸ Sigla para *Scuderie Detetive Le Cocq*

Num local onde o efetivo policial federal e estadual flutua um pouco acima dos 10 mil em atividade, é de se esperar que uma organização que conseguiu filiar quase mil destes representaria uma influência considerável nos órgãos policiais. Entre os policiais filiados havia os de alto escalão corporativo, e ao lado destes, políticos eleitos e empresários. A “área de influência” da SDLC se situava, principalmente, na Grande Vitória, onde, em proporção à população e centralidade político-econômica, supomos que opere mais ou menos metade do efetivo policial presente no Estado, essa influência fica ainda maior. Considerando que entre os “lecoquianos” havia empresários, políticos e membros de profissões jurídicas, então há de se pensar qual é o impacto dessa organização na governabilidade do Estado.

Segundo investigações realizadas por órgãos de segurança diversos, a estratégia de funcionamento da *Scuderie* criava um cerco de proteção para seus associados: garantia que praticamente qualquer coisa poderia ser feita no estado e ficaria impune se o indivíduo fosse um “irmãozinho”.¹⁷⁹ O delegado Francisco Badenes, que conduziu a mais importante investigação sobre a organização e se encontra até os dias atuais sob programa de proteção a testemunhas, afirma

Que a associação dos extermínios, com a *Scuderie* e o Narcotráfico, residia no fato de que vários dos acusados de extermínio, membros da *Scuderie*, terem sido presos com grandes quantidades de cocaína, a exemplo dos ex-soldados da PM Luiz Cláudio e Paulo Jorge, traficantes e membros da *Scuderie*. Citou também o caso do traficante apelidado de “Toninho Mamão”, cujo advogado era o Presidente da *Scuderie Detetive Le Cocq*, Dr. José Américo Petronetto; que aqueles que cometeram crimes eram da *Scuderie Detetive Le Cocq*, e quem apurava também pertencia à *Le Cocq*, sendo fato que, em alguns casos, os autos eram encaminhados para Promotores e juízes da *Scuderie Le Cocq*, acarretando, assim, a completa impunidade dos criminosos.¹⁸⁰

Em diversas passagens sobre a *Scuderie* é reforçado esse aspecto de abrangência de seus membros, envolvendo magistrados, políticos, advogados, além de seu público preferencial, policiais e ex-policiais.

¹⁷⁹ De acordo com depoimento de Cláudio Guerra, “Nós, os associados [da *Le Cocq*], nos tratávamos por ‘irmãozinhos’; nossa relação era de extrema confiança”. (NETTO, MEDEIROS, 2012, p.128)

¹⁸⁰ Câmara dos Deputados. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico (CPI do Narcotráfico). Relator Moroni Torgan. Brasília, novembro, 2000. O capítulo do Espírito Santo está contido entre as páginas 356 e 458.

Esse é um dos aspectos que torna gravíssima a situação do estado, sendo também uma das motivações do pedido de intervenção federal.

Destarte, tal organização, *Scuderie Detetive Le Coq* – SDLC, congrega pessoas poderosas, com recursos e penetração política e age sobre o ânimo dos que têm de apurar a autoria dessas infrações. Agora, a *Scuderie Detetive Le Coq* – SDLC quer também inibir a ação dos advogados no Estado do Espírito Santo, especialmente os que aceitam promover a defesa dos direitos humanos e de interesses subjetivos contrários aos interesses ilícitos dos associados da *Scuderie Detetive Le Coq* – SDLC, ou de seus protegidos. Deste modo, a ordem pública está definitivamente comprometida pela absoluta impossibilidade de regular exercício das atividades do Estado necessárias à aplicação da lei e à administração da justiça. Até a opinião pública está paralisada pelo temor disseminado pela *Scuderie Detetive Le Coq* – SDLC e amplamente ecoado em declarações de autoridades públicas, inclusive do Poder Judiciário. A situação não é de mero agravamento da insegurança pública, de aumento da impunidade, de dificuldades operacionais para promover investigação policial, de resto compartilhada pelos diferentes Estados da Federação. No Estado do Espírito Santo, a situação é de comprometimento da ordem pública, porque as instituições, mesmo que seus membros o queiram, estão inibidas de aplicar a lei e de administrar a justiça contra os interesses e os agentes da *Scuderie Detetive Le Coq* – SDLC, que é instituição que se infiltrou nestas mesmas instituições do Estado e atemoriza quem se lhe oponha.

O pedido de dissolução da organização, solicitado pelo Ministério Público e atendido pela justiça, ressalta situação parecida:

Assim, o primeiro indício da ilicitude da “**SCUDERIE**” decorre da impressionante quantidade de seus membros envolvidos em crimes das mais diversas naturezas. Possivelmente apenas as entidades clandestinas e declaradamente criminosas possuem tantos associados ligados ao submundo do crime. É possível a conclusão, também, de que **justamente por estarem ligados a fatos delituosos** esses associados buscam refúgio na “**SCUDERIE**”, na esperança, **muitas vezes correspondida**, de que assim obtenham proteção e favorecimento no trato com a autoridade policial. Aliás, segundo o que se conclui a partir da leitura da farta documentação juntada, o tráfico de influência da “**SCUDERIE**” **DETETIVE LE COCQ** no aparelho policial é uma constante. Os associados agem, muitas vezes, sem que se saiba se no interesse da Scuderie ou da força policial a que servem. Utilizam sua condição policial para tratar de assuntos próprios da irmandade. E é justamente

aí que reside o aspecto mais nefasto da existência dessa entidade encravada no seio da organização policial.¹⁸¹

Tal envolvimento com as instituições públicas é condizente com a hipótese de pesquisa de Mingardi (1998, p. 18), de que

[...] o Crime Organizado não pode existir em larga escala se não tiver algum tipo de acordo, ou conluio, com setores do Estado Nacional. A pesquisa permitiu identificar pelo menos dois tipos diferentes de relacionamento entre o CO e o Estado. No primeiro tipo, o acordo é meramente financeiro, levando à corrupção de membros do aparelho repressivo, administrativo e de alguns políticos profissionais. No segundo, existe algo além da relação corrupto-corruptor. O Crime Organizado exerce influência política através do controle de uma série de clientes.

O autor ressalta que as organizações criminosas precisam dessa proximidade para garantir sua sobrevivência. Destaca que, a partir de certo nível de grandeza, essas atividades ilegais não podem ser ignoradas, tornando cada vez mais necessária essa aproximação com setores do Estado que garantam a proteção à organização, seus líderes, seus lucros e suas atividades (MINGARDI. 1998, p. 66).

A proximidade entre organizações criminosas e o Estado também se dá por interesses políticos. Uma troca de influências - de favores e proteção por votos - que se revertem novamente em favores e proteção. É comum que algumas organizações criminosas atuem em comunidades de forma clientelística, a fim de garantirem influência política que possa ser posteriormente negociada. Não surpreende, então, que membros da Milícia no Rio de Janeiro, e da própria *Le Cocq* no Espírito Santo, tenham sido eleitos para mandatos diversos (Ibid, p. 71).

Seguindo a caracterização da *Scuderie Le Cocq* no Espírito Santo, considerando os documentos referentes à investigação dessa organização, consta, no relatório da CPI do Narcotráfico, capítulo sobre o Espírito Santo:

¹⁸¹ O pedido de dissolução da Scuderie Le Cocq foi apresentado pelos então Procuradores da República Elton Ghersel, Ronaldo de Vasconcelos Meira Albo e H. G. Herkenhoff em Vitória, 08 de agosto de 1996. A justiça atendeu à pretensão dos procuradores apenas em novembro de 2004. Ou seja, oito anos depois, durante os quais a organização continuou existindo. Conferir http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/criminal-2006/mpf-es-obtem-na-justica-a-dissolucao-definitiva-da-scuderie-detetive-le-cocq-20060606; http://www.conjur.com.br/2004-dez-11/justica_federal_determina_extincao_scuderie_le_cocq; acesso em 03 de agosto de 2015.

A *Scuderie* surgiu como um meio operacional de apoio à criminalidade organizada do Estado do Espírito Santo, compondo-se basicamente dos seguintes serviços:

- intermediação nos assassinatos de mando;
- execução desses assassinatos;
- acobertamento e desvirtuação nas investigações policiais pertinentes a estes assassinatos;
- garantia da total impunidade na esfera judiciária.

O relatório destaca ainda a clientela preferencial da organização.

Quanto à clientela da *Scuderie*, é basicamente composta por empresários e políticos que se interligam ao crime organizado. Essa clientela articulou esquemas de violência (contando, para tal, com o sistema operacional da *Scuderie*), com o escopo de controlar o Poder Político das Administrações Municipais do Espírito Santo. Já detêm o poder político em diversas prefeituras municipais do Espírito Santo, com o objetivo de se coligarem para se apoderarem da Administração Pública Estadual. Já havia grupos especializados para a Execução dos crimes de mando. Os executores de Empreitadas de morte eram recrutados na *Scuderie Detetive Le Cocq*, ou por intermédio dela, através de associados dentro das polícias (civil e militar) ou, ainda, nas prisões (cujos presos se beneficiavam de fugas, com facilidade incrível) ou aliados nas malhas entrelaçadas do tráfico de drogas.

Pela descrição das funções da organização e de sua clientela, fica muito claro que a *Scuderie Le Cocq* se aproxima, significativamente, da caracterização que Volkov faz do empreendedorismo violento na Rússia no fim dos anos 80 e durante os anos 90¹⁸²: forte relacionamento com o Estado para garantir a proteção necessária a seus clientes e para garantir a si mesma, como organização, quando fosse necessário o uso da força física para garantir o atendimento das necessidades do cliente; utilização da força e da possibilidade de seu uso para fins econômicos; prestação de serviços de proteção em diversos níveis; gerenciamento e agenciamento da força física, entre outras atividades.

¹⁸² Já foi citado em capítulo anterior, mas apenas para manter em foco o conceito: “empreendedorismo violento” pode ser definido como um conjunto de soluções organizacionais e ações estratégicas que permitem que a força organizada (ou a violência organizada) seja convertida em dinheiro ou outro valor assentado sobre uma base permanente. (VOLKOV, 2002, p.27)

Vale ressaltar que a segurança pública do estado no fim dos anos 90 vivia em condições extremamente precárias, com salários atrasados e sem condições de exercer policiamento, e os empreendimentos privados - à semelhança do ocorrido na Rússia pós-soviética, estudada por Volkov - acabam afetando a decisão de optar por outras redes de proteção paralelas e alternativas ao Estado. Afinal de contas, segundo Volkov (p. 160), “[...] é fácil ver que o monopólio da força é uma pré-condição para a competição econômica pacífica. O modelo econômico clássico de livre mercado implicitamente pressupõe uma condição de igual segurança para todos os participantes”.¹⁸³ A segurança necessária tanto pode ser alcançada, segundo o autor, por iniciativas próprias contra competidores igualmente armados quanto por meio da abdicação do uso da força a uma terceira parte.

Na ausência do Estado, essa terceira parte pode ser uma agência de gerenciamento da violência, como as organizações russas ou a própria *Scuderie*. Ainda segundo Volkov (2002, p. 28), o gerenciamento de violência pode ser considerado a principal unidade do empreendedorismo violento.¹⁸⁴ Condiz com a descrição das funções da *Scuderie* dada pela CPI do Narcotráfico, citada linhas acima.

Para o exercício desse tipo de empresa, não basta somente a força física, embora essa seja fundamental. É preciso, ainda, acesso a informação, gerenciamento dos negócios, relacionamento com outras agências e uma rede de parceiros – forçados ou não – dispostos a colaborar com as atividades do grupo. Um dos argumentos do pedido de dissolução da *Scuderie* apresentado pelo Ministério Público Federal demonstra, claramente, a proximidade com o conceito de empreendedorismo violento:

Pretendendo substituir-se ao Estado, que considera inoperante e insuportavelmente tolerante no trato com a fatia marginalizada da Sociedade, a **“SCUDERIE” DETETIVE LE COCQ** patrocina, organiza e protege grupos paramilitares que, a princípio, destinam-se ao assassinato de supostos delinquentes, mas que, ao fim, sob tão poderosa capa de impunidade, não se pejam de praticar os mais hediondos crimes dentre os que afirmam combater.

¹⁸³ “[...] it is easy to see that the monopoly of force is a precondition for peaceful economic competition. The classic economic model of free-market exchange implicitly presupposes a condition of equal security for all participants.”

¹⁸⁴ “The main unit of violent entrepreneurship can be called a violence-managing agency.”

O Ministério Público não indica, na atuação da organização, apenas uma ideologia de “limpeza social”, o que a distanciaria da ideia de empreendedorismo violento. Destaca a ideia de “substituir-se ao Estado, que considera inoperante e insuportavelmente tolerante com a fatia marginalizada da sociedade”. As afirmações do ex-delegado Cláudio Guerra, apontado pela CPI do Narcotráfico como “Um dos mais notórios e atuantes membros da *Scuderie Detetive Le Cocq* e do crime organizado no Estado do Espírito Santo”, servem para corroborar um aspecto fundamental do empreendedorismo violento que a *Scuderie Le Cocq* assumiu no Espírito Santo: substituir-se ao Estado, mas com um custo financeiro.

O grupo tinha tentáculos em setores influentes da sociedade – políticos, juízes, delegados –, que se uniam para tornar impunes suas ações, muitas vezes criminosas. O discurso ideológico de combate ao crime e a articulação entre os membros da *Scuderie* colocavam-nos acima das leis, e tudo era permitido. Eu não me relacionava com o grupo do Espírito Santo. A associação nesse estado teve sua função desviada para o crime de mando; não visava servir ao país nem tinha viés ideológico – era **puro comércio, era para ganhar dinheiro** (NETTO, MEDEIROS, 2012, p. 128-129).

Na incapacidade do Estado de exercer plenamente o monopólio da violência no território do Espírito Santo, a *Scuderie Le Cocq* atuava ora como concorrente, ora como suporte e apoio ao Estado. Preenchia o vazio institucional e administrava a violência, ainda que – segundo os interesses econômicos de seus membros – sem ignorar que esses interesses eram diversos e acabavam tendo de encontrar pontos de consenso para a sobrevivência da própria organização.

Depois de conversar com ex-policiais civis e militares que participaram ou não da *Scuderie Le Cocq*, pude perceber que as funções atribuídas pelos atores investigativos à organização fazem sentido – no que se refere ao gerenciamento do uso da força e da violência, da prestação de serviços de proteção física, polícia e jurídica aos associados e clientes, assim como outras atuações descritas. Contudo, chamou-me a atenção o fato de que os entrevistados não relacionavam as altas taxas de homicídio do estado diretamente às atividades da *Scuderie*. Os crimes geralmente associados à organização são os de maior repercussão na mídia, porque tratam de criminosos inseridos

nos ambientes das elites (*white collar*): políticos; profissionais liberais, como advogados, jornalistas, concorrentes em atividades criminosas (jogo do bicho, sonegação e fraudes, entre outras); possíveis delatores.

Observando esses crimes mais detidamente sob o conjunto das informações obtidas, conclui-se que eles não eram necessariamente cometidos em nome dos interesses da própria organização, e, sim, por interesse de algum de seus membros que buscava na irmandade os serviços de proteção política, jurídica e física que lhes garantiriam a impunidade. Tratava-se de um tipo de assessoria e consultoria para a efetivação e o acobertamento de atos violentos, homicídios e assassinatos. Atos sempre muito ligados a fatos de natureza midiática e política, que, supomos, representam estatisticamente pouco do total de assassinatos ocorridos no Espírito Santo nos últimos anos.

Tendo em seus quadros grande número de policiais que poderiam realizar execuções com baixo risco de identificação, além de rede de contatos entre profissionais da violência, a *Scuderie* acabava funcionando efetivamente como agenciadora de serviços de violência, mas de caráter profissional, específico, não difuso.

Se a desorganização institucional do estado abre espaço para a atuação da *Scuderie Le Cocq*, não me parece plausível que a atuação da organização tenha tido impacto direto sobre o aumento das taxas de homicídio, a não ser no que se refere a sua contribuição quanto a comprometer o funcionamento dos órgãos de segurança pública e da própria estrutura de políticas públicas do estado. A *Scuderie Le Cocq* cresce no vácuo de um estado que recebeu milhares de migrantes para trabalharem em grandes projetos industriais e que, nos anos 80, vive uma crise econômica e tem total incapacidade para dar conta do acréscimo populacional resultante das decisões – tomadas nos anos 70 – acerca do desenvolvimento do estado. No entanto, as condições não são causadas pelo crime organizado ou pela *Le Cocq*. Isso tudo sob o pano de fundo de uma transição democrática longa e complexa, conforme descrito por Peralva e citado linhas acima.

Ressalte-se, ainda, que as ações da *Scuderie*, em que pesem algumas novidades e certa sofisticação, não se distanciam significativamente de outros fatos descritos neste trabalho. Tais fatos também estão relacionados ao conceito de empreendedorismo violento, em

épocas anteriores à consolidação dessa organização no Espírito Santo ou, ao menos, de seu salto para frente dos holofotes.

Independentemente de quaisquer desses aspectos, da intensidade real ou “fantasmagórica” da *Scuderie*, o fato é que ela se constitui no “inimigo” a ser combatido no Espírito Santo no fim dos anos 80, início dos anos 90. Todos os problemas do estado, nessa época, de uma forma ou de outra, estão aparentemente ligados à existência dessa organização que um Dossiê da Polícia Federal de 1999¹⁸⁵ caracteriza como “o maior grupo de criminosos organizados de que se tem notícia no Brasil para roubar, traficar, matar e espalhar o terror” (2002, p. 52).

Não se nega a importância da *Scuderie* em todo o contexto do estado nos anos 80 e 90. No entanto, este trabalho apresenta como hipótese que o “fantasma” da *Scuderie Le Cocq* foi apenas mais um capítulo de uma história de acumulação social da violência que antecede, em muito, os fatos narrados nesse segmento, e que não desaparceram após a justiça determinar a dissolução do “maior grupo de criminosos de que se tem notícia no Brasil [...]” (2002, p. 52).

Segue-se, então, um esboço de problematização de algumas questões referentes à atuação das agências policiais como instituições e, posteriormente, a visão não mais dos agentes investigativos do Estado e de suas versões para a violência no estado e para a *Scuderie Le Cocq*, mas de indivíduos que vivenciaram o outro lado da moeda.

“QUE FAIT LA POLICE”?

Monjardet (1996) introduz seu livro “Que fait la police” (Que faz a polícia) reportando-se à frase de Trotski subscrita por Weber na conferência “Política como vocação”: todo Estado se funda na força. Essa reivindicação, segundo Monjardet, se sustenta de diversos modos, mas o mais pragmático deles é a criação, a manutenção e o comando de uma força física autorizada pelo próprio Estado capaz,

¹⁸⁵ O dossiê é citado no RELATÓRIO DA COMISSÃO DESIGNADA PELA RESOLUÇÃO MJ Nº 11, DE 18 DE JUNHO DE 2002 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CC-QQFjABahUKEwjLwKrdn43HAhUBJR4KHTYODxM&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriadaimprensa.com.br%2Fartigos%2Fq17072002b.doc&ei=Uou_VcvPOoHKe-LacvJgB&usg=AFQjCNFE_M_1CSObt7iDjNsu7TFzpIFogg&sig2=_LeD24TG04xlg-08jsUMkDg&bvm=bv.99261572,d.dmo>.

por sua superioridade, de interditar ou conter todo e qualquer recurso à violência. Essa força pública é comumente chamada “polícia” (p. 7). A polícia é a ferramenta permanente e interente das comunidades políticas para reivindicar o monopólio do uso da força sobre o território no qual se abrigam. Para Monjardet, “a polícia é uma grande organização complexa, regida por regras estritas, cujos membros estão longe de partilhar uma visão comum das finalidades da polícia em geral, e de suas próprias missões específicas” – como será visto posteriormente – (1996, p. 35).¹⁸⁶

Essa grande e complexa organização que é a polícia, tão fundamental para a pretensão do exercício do monopólio da violência em determinado território, segundo a tradição weberiana, tem sido, no Brasil – e, em especial, no Espírito Santo – uma questão problemática. Conforme visto, o estado sempre amargou uma força pública pequena e incapaz de fazer frente aos desafios de impor-se como a principal agência de gerenciamento da violência.

Nos relatórios de governo do início do século, já citados, sobram queixas dos presidentes da província, depois governadores, da pequena força pública, da dedicação dos policiais, alguns voluntários sem nenhum compromisso e da pouca capacidade de coerção do Estado no território capixaba. Citamos, ainda, a absorção pelas forças públicas dos jagunços desempregados dos exércitos desmantelados dos Coronéis por ocasião do esforço de Getúlio Vargas em concentrar a violência nas mãos do Estado, preenchendo as vagas das forças públicas no Espírito Santo com indivíduos experientes na arte de exercer a força física, sem nenhum espírito público. Tais indivíduos, mesmo incorporados ao serviço público, continuavam fiéis a seus “padrinhos”, tendo em vista, ainda, o fato de que, até pouco tempo atrás (1989), o cargo de delegado, por exemplo, era preenchido por indicações políticas.

A ação das polícias é um aspecto relevante do processo de acumulação social da violência, seja no Espírito Santo ou em qualquer outro local em que esse processo possa ser identificado. Como um dos principais agentes do Estado para o exercício da violência, a polícia (ou as polícias) são agências de gerenciamento da força física. Volkov afirma que é a similaridade no manuseio de um mesmo

¹⁸⁶ La Police est une grande organisation complexe, régie par des règles contraignantes, et dont les mebres sont loin – on le verra – de partager une vision identique des finalités de la police en général et de leurs propres missions en particulier .

recurso, no caso a violência organizada, que caracteriza os “empresários da violência” (*violent entrepreneurship*) e não se a “empresa” que lida com o negócio da violência é legal ou não, faz parte ou não do Estado, está ou não dentro dos limites da lei.

Na linha de Tilly, tema já discutido neste trabalho, a distância entre crime organizado e Estado e entre legitimidade e ilegitimidade é algo que, se, por um lado, se mostra consolidado na compreensão política contemporânea sobre como deve agir o Estado, por outro lado, não é tão óbvio sob o escrutínio de um olhar histórico sociológico como o que empreende o próprio autor.

O que se pretende, neste segmento do capítulo, é apresentar alguns trechos de depoimentos colhidos de um policial militar, três ex-policiais militares e dois ex-delegados do Espírito Santo. O objetivo é ilustrar algumas hipóteses levantadas não somente neste capítulo, mas no conjunto do trabalho, assim como apresentar a visão de outros atores que vivenciaram o período de agudização da crise institucional do Espírito Santo. As descrições anteriores trazem a visão dos atores estatais de investigação e acusação e da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção capixaba.

Diante de algumas percepções apresentadas pelos entrevistados, é importante ressaltar que se trata de confrontar visões acerca de fatos, assim como de ilustrá-los para fins de compreensão de uma causalidade sociológica. Não interessa saber quem fez ou não, ou se os fatos narrados são, em si, verdadeiros como fatos. E nem mesmo isso seria possível, pois a verdade jurídica é construída a partir de procedimentos estranhos ao universo das hipóteses sociológicas. A visão dos policiais – alguns, inclusive, expulsos de suas corporações – denota outra percepção do mundo e dos fatos, assim como dos próprios atos, e não tem validade nenhuma para a percepção jurídica. Não se trata, portanto, de acreditar no depoimento dos entrevistados, e, sim, extrair deles elementos, indícios para a discussão proposta.

Cesar Barreira, considerando a experiência que acumulou entrevistando pistoleiros em suas pesquisas, afirma que

A entrevista é o momento de se explicar, buscando uma justificativa para um público. Ela é uma espécie de “contradepoimento” da versão que o entrevistado quer divulgar; versão que é a negação das informações divulgadas na imprensa, ou mesmo nos processos judiciais. [...] É o momento de fala-

rem, de se fazerem ouvir. Nestas situações, a assimetria e a hierarquização prevalentes nas entrevistas são, em parte, desfeitas e o entrevistado passa a comandar o depoimento (2008, p. 46)

A sensação da realização dessas entrevistas condiz muito com o descrito por Barreira. E, embora pequenos trechos dos depoimentos tenham sido citados pontualmente no decorrer do trabalho, é nesse segmento que eles são mais bem explorados na discussão da questão proposta e, portanto, mais bem detalhados em termos das circunstâncias dos encontros.

Para se compreender com melhor clareza o local social de onde fala cada entrevistado - com o cuidado de não os expor e comprometer o anonimato, compromisso assumido quando das entrevistas - segue um rápido perfil de cada um. Haja vista o elemento religioso ser significativo para alguns dos entrevistados, considerou-se importante ressaltar a opção religiosa do entrevistado. É uma informação que pode contribuir até mesmo para a compreensão de sua motivação para concederem as entrevistas, sua disposição em falar dos assuntos que tratam, assim como fornecer subsídios para a interpretação de algumas falas.

Entrevistado 1 – Ex-policial militar. Atuou na corporação de 1996 até 2001, tendo sido expulso por acusação de associação com o tráfico. Cumpriu pena no QCG (Quartel da Polícia Militar), tendo uma breve passagem por um presídio comum anos depois, por causa de um engano burocrático rapidamente resolvido. Já era cristão evangélico antes de entrar para a polícia e continua evangélico hoje.

Entrevistado 2 – Ex-policial Militar. Atuou na corporação de 1996 até 2001/2002 (não soube precisar), tendo iniciado seu curso de formação com 18 anos. Foi acusado por 26 homicídios e dez assaltos a banco, mas acabou expulso por desercão (de acordo com ele, simulada), em decorrência do tempo em que ficou afastado para tratamento de transtornos mentais. Relata que era usuário de entorpecentes. Tornou-se evangélico durante o processo de acusação e expulsão.

Entrevistado 3 – Ex-policial militar. Ingressou nas fileiras da corporação em 1996, com 18 anos, tendo ficado muito pouco tempo. Seguiu outras carreiras profissionais. Hoje, é advogado, tendo diversos policiais militares entre seus clientes. Não professa nenhuma religião fervorosamente, embora seja de origem católica.

Entrevistado 4 – Policial Militar há 17 anos: desde 1998. Atuou, prioritariamente, na região sul do Espírito Santo, em municípios pequenos. Não professava fervorosamente nenhuma religião, embora seja de origem católica.

Entrevistado 5 – Ex-delegado da Polícia Civil, na qual ingressou em 1973. Foi expulso em 1990, sob a acusação de “manter amizade com pessoas que denigrem a imagem da polícia”, conforme palavras do próprio, motivo por ele considerado injusto e ilegal. Foi acusado de uma infinidade de crimes, desde assassinatos a associação com jogo do bicho e crime organizado. Passou dez anos preso, quatro “na regalia” e seis “na dura mesmo”. Hoje, é pastor evangélico.

Entrevistado 6 – ex-subdelegado de polícia civil. Atuou de 1987 até 1989, ocupando o cargo por indicação do governador da época. Saiu quando mudou o modelo de seleção para a função, de indicação para concurso público. Foi indicado por um dos entrevistados como tendo cometido diversos assassinatos de “limpeza”¹⁸⁷, mas, durante a entrevista, não fez a mínima referência a qualquer crime que tenha cometido. Hoje, é pastor evangélico.

O entrevistado 1 concedeu o depoimento em seu local de trabalho, enquanto o entrevistado 2, em um *Shopping* em Cariacica. O entrevistado 3 respondeu às perguntas por *e-mail*, enquanto o 4 foi recebido em um laboratório de pesquisas. Os entrevistados 5 e 6 deram seus depoimentos juntos, na residência de um deles¹⁸⁸.

A discussão dos dados se dará considerando temas específicos, sendo, inicialmente, o processo de formação, o envolvimento com as atividades criminosas (os que se envolveram), incluindo a participação em grupos de extermínio e homicídios, e a visão acerca da crise institucional no fim dos anos 90 e início dos anos 2000.

¹⁸⁷ Segundo o entrevistado 2, “matava com força”.

¹⁸⁸ Os áudios e as transcrições estão em arquivo para fins de comprovação. Algumas das entrevistas já foram citadas em partes anteriores do trabalho, mas sem a ordem aqui apresentada. Essa ordem é necessária, pois vários depoimentos serão evocados em sequência, diferentemente dos segmentos anteriores, quando foram utilizados individualmente e em situações específicas.

COMO NASCEM OS “MONSTROS”

A discussão sobre a desmilitarização da Polícia Militar tem provocado um amplo debate sobre diversos aspectos dessa característica de um dos segmentos da polícia brasileira, incluindo seu processo de formação. Tem merecido resenhas e entrevistas em alguns jornais o livro escrito pelo ex-policia militar, hoje cumprindo pena no presídio de Bangu VI, Rodrigo Nogueira¹⁸⁹, intitulado “Como nascem os monstros – a história de um ex-soldado da polícia militar do estado do Rio de Janeiro” (2013). Na obra, o autor narra sua própria história e de outros policiais sob nomes fictícios, trazendo à tona histórias que revelam os bastidores da atuação da Polícia Militar fluminense. O livro¹⁹⁰ descreve, com detalhes, situações fortes que, para pesquisadores que estudam comunidades periféricas do Rio de Janeiro, não soam estranhas ou incompatíveis com a realidade, ainda que cruéis.

Nogueira relata execuções de criminosos rendidos e a montagem da cena do crime para justificar um “auto de resistência”, com posterior apropriação das armas de maior valor e de parte dos entorpecentes para venda, muitas vezes para os próprios traficantes e/ou milicianos. À polícia, chegavam a ser apresentadas armas de fabricação caseira e pequenas quantidades de droga para o atendimento das burocracias da ocorrência. Narra, ainda, uma cultura de extorsão de pequenos empresários, sem nenhuma organização, fosse de tráfico ou milícia, que partia espontaneamente dos próprios batalhões e de alguns grupos de policiais. O personagem que o representa na trama, “Rafael”, recusa participar de algo mais organizado, como entrar para as “Milícias”. Também são narrados episódios de sequestro, extorsão e assassinato de traficantes com finalidades financeiras. Tudo isso não somente em harmonia com oficiais e Comandantes de Batalhão.

¹⁸⁹ Preso desde novembro de 2009, Rodrigo foi condenado pela Justiça Militar a 18 anos por furto qualificado, extorsão mediante sequestro e atentado violento ao pudor. Condenado também a 12 anos e 8 meses no Tribunal do Júri por tentativa de homicídio triplamente qualificado.

¹⁹⁰ O livro é definido por diversas resenhas como “um brutal romance de não ficção”, em que o autor mistura suas próprias histórias às de outros colegas, casos de repercussão na crônica policial e “causos” da corporação. No livro, Rodrigo descreve com consistência a transformação de um jovem comum, com vagos ideais de defesa da sociedade e combate ao crime, em um criminoso fardado que usa sua posição para matar, sequestrar, extorquir e prestar serviços à milícia.” Ver em <http://apublica.org/2015/07/a-perversao-comeca-na-formacao-diz-ex-pm-condenado/>.

Os fatos narrados por Nogueira atingem, em cheio, a imagem da Polícia Militar, principalmente do Rio de Janeiro. Mas não são, como referido, incompatíveis com fatos que chegam ao conhecimento de pesquisadores e da própria população por meio de veículos de comunicação, quando, eventualmente, alguns desses fatos – que, segundo o autor, são cotidianos – alcançam alguma repercussão por causa, por exemplo, de uma situação imprevista¹⁹¹.

Rodrigo Nogueira (2013, p. 445) desmistifica a justificativa das mortes em combate, o que, como se viu no capítulo três, é argumento reiteradamente evocado para o arquivamento das mortes perpetradas pela polícia em supostos confrontos.

Acontece que, durante os tiroteios, a chance de matar alguém é muito pequena. Traficante não fica colocando a cara para ser baleado de bobeira. Mais do que escaldado, quando vê a polícia chegando, corre e se entoca primeiro; só atira se estiver em posição de extrema vantagem. Pouquíssimas são as vezes que um bandido cai baleado enquanto dispara ou aponta sua arma para um policial. A quantidade de tiros que se ouve durante as incursões policiais serve apenas para avançar no território inimigo, abrindo caminho à bala, e aí tem início o trabalho dos carrascos.

Em outro momento, o autor ressalta novamente a baixa possibilidade de acontecerem mortes em confronto:

Ao contrário do que muitos pensam, em raríssimas exceções os tiroteios acontecem com os atiradores ao alcance do campo visual um do outro. Na praxe, quem tem o elemento surpresa ganha e, uma vez que os contentores se percebam, é reação instintiva primeiramente procurar abrigo para depois abrir fogo (NOGUEIRA, 2013 p. 501).

A prática dos assassinatos, segundo Nogueira, é comum nos quadros da PM carioca e instituiu-se como um tipo de cultura corporativa, havendo, inclusive, mecanismos para evitar que algum policial acumule um número elevado de mortes e levante suspeitas sobre suas atividades (NOGUEIRA, 2013, p. 446).

¹⁹¹ A dona de casa cujo corpo caiu da viatura e foi arrastado por metros, sendo a situação filmada por cinegrafista amador; o garoto que foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça em uma incursão no Morro do Alemão; o desaparecimento de um “simples” pedreiro que gerou uma enorme repercussão; diversos outros.

Esses relatos reportam às conclusões de Collins, úteis para a compreensão da interação violenta entre seres humanos em certos contextos situacionais. Conforme visto, o autor defende que o natural do ser humano é evitar o conflito físico, justamente pelo risco que é enfrentar um indivíduo com as mesmas condições de perpetrar dano físico e até mesmo a morte. O autor insiste em que a violência é “difícil”, e não “fácil”, o que é um dos argumentos centrais de sua proposta teórica (COLLINS, 2008, 2009).

Diante de um confronto com outro ser humano de igual porte em que não se tem a certeza de dominar, de predominar fisicamente, recua-se para o terreno dos discursos agressivos, mas sem agressão física. No caso da descrição do ex-policial, recua-se para um abrigo. Existe uma tensão e um medo que impedem que os conflitantes sigam em direção ao confronto físico. Assim, a capacidade para perpetrar a violência se torna uma capacidade a ser aprendida em instituições específicas, como, por exemplo, o exército, que é um exemplo, mas não é o único ambiente onde se “aprende” a manusear a violência como recurso. Pistoleiros costumam ter seus “padrinhos” na violência, ou seja, um alguém, da família ou não, que o treinou para superar a tensão e o medo que impedem a maioria das pessoas de usar a violência com eficiência. O convívio constante tem por efeito indireto e possível (mas não certo e exato) produzir certa indiferença com a tensão e o medo, que impõem limites ao uso da violência. Mesmo em um exército, alguns se tornaram eficazes; outros, nem tanto.

Tornar-se apto para a violência requerer treinamento, preparação, condições específicas. Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS já citado neste trabalho, relata que seu “batismo” foi sob o comando do “célebre coronel PM de Minas Pedro Ferreira dos Santos¹⁹²”, participando de várias diligências, uma das quais eliminaram de uma só

¹⁹² Cláudio Guerra não é o único a reverenciar o Coronel Pedro. Em 2009, foi lançado um livro sobre a vida do oficial, de cerca de 800 páginas de façanhas. De acordo com a notícia do lançamento, o autor do livro afirma: “A vida do Cel. Pedro Ferreira dos Santos – o inigualável mestre do como fazer polícia – é uma simbiose de realidade e lenda. Os feitos do homem-policial, muitas vezes inacreditáveis, tomaram contornos de lenda, e aí, no imaginário popular, erigiu-se a lenda. Com a lenda, veio o mito-herói.” Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=6111&tipoConteudo=noticia>>. Acesso em: 1 ago. 2015. Mas é importante ressaltar que, de acordo com outras fontes, o Coronel PM Pedro estava ligado aos latifundiários da região de Governador Valadares e, a partir de depoimento do próprio Guerra, também ele, como policial, atendia aos interesses das elites rurais da região. Ver Borges (2004, p. 320).

vez “[...] cerca de 40 pistoleiros e algumas lideranças camponesas” (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 32).

Não se trata de afirmar a existência de sujeitos intrinsecamente “indivíduos violentos”. A questão é que alguns indivíduos desenvolvem, ao longo de suas trajetórias sociais, as capacidades particulares de gerenciamento da tensão e do medo que impedem o uso eficiente da violência. Tornam-se aptos para a violência a partir de algum tipo específico de socialização, experiência social e/ou mesmo treinamento.

Se existem teorias que seguem na direção de explicar a violência pela baixa capacidade de autocontrole de alguns indivíduos¹⁹³, pode-se depreender da teoria de Collins que alguns indivíduos perpetram a violência de forma eficiente pela sua alta capacidade de autocontrole. Adquirem a capacidade de gerenciar a situação, contornando a tensão que envolve o confronto, revertendo-a a seu favor e, então, perpetram a violência de forma bem sucedida, ou seja, eliminando o alvo.

Um pequeno número de indivíduos pode ser muito eficaz em termos de violência. Em todas as áreas da violência, uma pequena proporção do total da população nominalmente engajada, perpetra a maior parte da violência. Esse padrão foi encontrado inicialmente na Segunda Guerra Mundial, onde 15 a 25 por cento da infantaria da linha de frente era responsável por quase todos os disparos; é também condizente com o pequeno número de manifestantes ativos em uma multidão quando ocorrem tumultos, com a pequena proporção de policiais que respondem pela maior parte dos incidentes – onde há uso da força, e com a pequena proporção de criminosos que fazem um grande número de crimes (2009, p.15).¹⁹⁴

Collins ressalta que, por causa de uma variedade de técnicas sociais para perpetrar a violência de forma bem sucedida, indivíduos violentos podem emergir de qualquer diferente contexto social e não se pode, então, identificar um perfil ou uma personalidade para a violência. Para ele, o que distingue uma pessoa hábil, capaz de perpetrar a violência com eficiência não é uma sociopatia, até mesmo

¹⁹³ Em geral, as teorias e os desdobramentos de GOTTFREDSON; HIRSCHI.

¹⁹⁴ A small number of individuals are very effective at violence. In every arena of violence, a small proportion of the total nominally engaged population does the great majority of the violence; this pattern was initially found in World War II, where 15-25 percent of the front-line infantry were doing almost all the firing, and is paralleled by the small number of active rioters in a rioting crowd, the small proportion of police who account for most of the use-of-force incidents, and the small proportion of criminals who do large numbers of crimes.

porque uma significativa parcela da violência é exercida por indivíduos que estão a serviço da lei e não contra ela, que manifestam um comportamento social aceitável e comum. São pessoas “de bem” que, eventualmente, têm suas crises de consciência, mas que, ao fim, cumprem eficientemente sua “missão”.¹⁹⁵

A percepção de que pessoas extremamente violentas sejam desequilibradas se depara com o fato de que perpetrar a violência com eficiência exige uma técnica que deve ser aprendida: envolve sensibilidade para os componentes emocionais da interação, cuidadosa observação de outros e - em certos casos - uma dose extra de autocontrole. Collins (2009) ressalta que, ao menos no micronível, a habilidade crucial para a violência é dominar o “emotional attention space”. Essa habilidade não está disponível para todos e nem mesmo para a maior parte da população que reside em áreas conflituosas.

Considerando que são a tensão e o medo os obstáculos ao sucesso de uma ação violenta eficaz - que elimine o adversário do conflito ou, no mínimo, o atinja fisicamente - Collins (2009) apresenta cinco “caminhos” que os indivíduos devidamente habilitados podem utilizar para contorná-los. O primeiro deles é “Atacar o fraco”. De acordo com Collins, essa é a forma mais comum de violência e aparece claramente nas declarações de Rodrigo Nogueira sobre tiroteios e execuções. Consiste simplesmente em alguém mais forte, ou em situação física ou estrategicamente vantajosa, aplicar a violência física sobre o mais fraco. Vários exemplos podem ser apresentados para esse caso: a violência doméstica, desde a violência policial à escolha da vítima para o assalto na rua; os ataques ao membro isolado ou membros em menor número de uma “gang” rival.

O segundo “caminho” apresentado pelo autor consiste em um tipo de “luta justa” orientada para um público. Seria um tipo de encenação, o espetáculo da violência que só tem sentido se a luta for minimamente justa, seja no esporte, no pátio da escola ou na rua, com um público em volta para admirar o confronto. O principal exemplo desse tipo de “caminho” são os esportes de combate. Mas é possível encontrá-lo em várias situações que envolvem também o cotidiano de uma comunidade. Por

¹⁹⁵ Talvez esse tenha sido o espanto de Hanna Arendt ao se deparar com Eichman em Jerusalém, um homem banal que cumpriu ordens (Eichman em Jerusalém – filme Hanna Arendt). Esse aspecto é o que também se pode observar em duas obras cinematográficas, o nacional “Tropa de Elite” e a americana “American Sniper”.

exemplo, uma praça, a frente de uma escola e ou outros locais nos quais jovens se encontram e se confrontam de maneira quase cênica. Collins ressalta que os efeitos desse tipo de violência são muito reduzidos, se comparados ao “caminho” anterior, de atacar o fraco.

O terceiro “caminho” apontado por Collins (2009) consiste em contornar a tensão que envolve o confronto usando a violência remota, ou seja, bombas e artilharias controladas a distância. Essa estratégia pode, eventualmente, ser utilizada no crime organizado, mas dificilmente em crimes individuais ou conflitos de jovens no cotidiano. O quarto “caminho” consiste em evitar a tensão do confronto pelo engano, pela astúcia, pela dissimulação. É considerado por Collins (2009) o mais efetivo tipo de violência, com as mais altas chances de sucesso. É a tática compartilhada por matadores de aluguel e pistoleiros em sua interação direta com a vítima, bem como por terroristas (embora esses também tenham se utilizado, nos últimos tempos, de estratégias diretas de atacar pessoas desarmadas em campo aberto). Nesse “caminho”, ao enganar a vítima, o autor da violência engana a si mesmo. Não há confronto prévio. O autor está coberto e seguro. Portanto, a adrenalina que prejudica a precisão do ato se converte em calma.

O quinto “caminho” apresentado por Collins (2009) consiste em absorver-se na técnica, considerando o ato de violência uma ação exclusivamente técnica, pondo de lado o fato de o alvo ser um humano. O melhor exemplo desse “caminho” é o atirador de elite, que, isolado de um ponto não visível, seguro, calcula ventos, distâncias e se concentra em sua técnica, enquanto o alvo a distância não oferece nenhuma interação senão a de uma imagem na mira. É interessante notar como o “pistoleiro”, em sua relação direta com seu alvo, pode fazer uso do “engano” ou do caminho de “atacar o fraco”, sendo, entretanto, instrumento de “violência remota” para quem o contratou.

É interessante observar o trabalho que faz Bruno Paes Manso em São Paulo, analisando como começa o ciclo de violência naquela cidade e como isso conduz a uma elevação nas taxas de homicídios nos anos 1960. De acordo com Manso (2012), esse ciclo se inicia com profissionais da violência, policiais, ex-policiais que atuam como justiceiros. São indivíduos que foram preparados para perpetrar a violência com eficiência, que treinaram para controlar a tensão e o medo, que se prepararam para esse tipo de atividade.

Da atuação desses “profissionais da violência”, um ciclo de violência decorre cada vez mais alimentado pela corrida armamentista, que gera um aumento cada vez maior da letalidade. Apoiado nos estudos realizados por Soares (2008) sobre o aumento dos homicídios com armas de fogo, Manso (2012, p. 86) afirma que

[...] o crescimento dos homicídios com armas de fogo expressa a explosão de novos tipos de homicídio, como os praticados por policiais e justiceiros e aqueles relacionados com o tráfico de drogas que, às vezes, assume a forma de chacinas. Como o mercado do tráfico de drogas é um mercado altamente competitivo, o concorrente, que muitas vezes também é o inimigo, estabelece as regras da competição. Quando um adquire uma arma, os demais não podem ficar sem a sua para igualar as forças. A própria taxa elevada de homicídios é um incentivo para a aquisição de armas para se defender.

Nesse quadro, adquirir a aptidão para a violência é uma questão de sobrevivência. No caso de um conflito, alguém com essa aptidão, com esse preparo, em decorrência maior ou menor necessidade, terá o preparo (capacidade de administrar sua tensão e medo) e o meio (a arma de fogo disponível) para realizar a violência com eficácia.

Como afirmado anteriormente, são os devidamente treinados e detentores dos meios para o manuseio da violência que iniciam o ciclo. Manso (2012) cita, com base em estudos internacionais, que a tendência ao aumento dos crimes contra o patrimônio é uma tendência mundial, associada ao sentimento de privação trazido pela sociedade de consumo de massa.

No Brasil, especificamente em São Paulo, onde Manso realiza sua pesquisa, o aumento dos crimes patrimoniais serve como justificativa para o controle das ações dos “bandidos” (2012, p. 101). Esse “bandido” é o novo inimigo social que emerge com o aumento da percepção de insegurança que passa a assolar a população.

Assim como o sentimento de insegurança e medo, crescente na cidade desde os anos 70, «produziu» inúmeras empresas privadas legais de proteção e segurança (um mercado formal de agentes privados armados que oferece a mercadoria «proteção»), muitos agentes do Estado encarregados do uso legítimo da violência «privatizara» esse serviço, transformando-o em mercadoria política. Além disso, onde a proteção resultava problemática, pequenos e médios empresários apelaram à organização de pequenos grupos de extermínio (MANSO, 2012, p. 332).

Misse indica que a estratégia dos grupos de extermínio que atuavam com a suposta intenção de dissuadir os criminosos produziu uma reação em cadeia que fez aumentar ainda mais as mortes.

A violência da polícia antecede, na memória social, ao incremento da violência entre os bandidos. A violência preventiva, muitas vezes arbitrária e ilegal, pode ter sido um dos principais fatores que acionaram o círculo vicioso que interliga a representação de impunidade legal ao reforço da demanda de punição arbitrária e ilegal e, finalmente, ao reforço da resposta violenta dos criminosos (1999, p. 172).

Essa violência preventiva exerce um papel fundamental na predisposição ao uso da violência. Manso chama a atenção para o fato de que os homicídios são normalmente causados por pessoas cujo relacionamento é fundamentado na desconfiança, no medo de ser atacado, gerando uma tensão que atua como engrenagem indutora de escolhas homicidas (2012, p. 80).

A profilaxia social dura certo tempo, porque, tanto no Rio quanto em São Paulo, os grupos que, antes, atuavam com certo consentimento da sociedade – que os via como uma alternativa à insegurança à qual o Estado era incapaz de fazer frente – se revela uma mera retórica. Os homicídios eram cometidos não em nome do interesse coletivo, mas em nome de quadrilhas rivais, bicheiros concorrentes, traficantes, redes de prostituição. Revelam-se empreendedores violentos fazendo uso de sua habilidade de manusear a violência e a disponibilidade dos meios oferecida por sua posição no Estado para produzir ganhos materiais individuais.

Collins (2009, p. 28) destaca que

Comparações históricas mostram que a organização social é um componente importante para determinar a quantidade de violência ocorrida. A história dos exércitos é a história das técnicas de organização para manter os homens lutando, ou, pelo menos, não fugindo, mesmo que eles estejam com medo. Em sociedades tribais, as batalhas são, em sua maioria, curtas, entre algumas centenas de homens ou menos, de forma intermitente por algumas horas, e normalmente terminam quando uma única vítima é morta ou gravemente ferida. Sem organização social para manter os soldados juntos em fileiras, eles avançam e recuam na linha de combate, correm para longe se eles estão em terreno inimigo por mais de alguns segundos.

A estrutura é análoga às gangues de hoje, que exercem vinganças sob forma de ataques recíprocos, atirando contra o grupo oposto de um carro em movimento: quando um grupo se encontra com o outro em massa, eles geralmente gritam insultos, mas dão um jeito de fugir de um confronto aberto. A comparação mostra que a evolução da técnica social para promover a violência não é apenas uma questão de tempo histórico; grupos dentro das sociedades modernas estão na mesma condição estrutural que pequenas tribos primitivas, sem o aparato organizacional convincente para que as tropas fiquem em uma situação de combate.¹⁹⁶

É dessa forma que algumas regiões concentram um número significativo de pessoas aptas à violência, detentoras dos recursos materiais e das capacidades humanas necessárias para uma ação violenta eficaz. Isso sob uma constante ameaça que torna essa capacidade um elemento fundamental para a sobrevivência em um ambiente sempre ameaçador. Inicialmente, essa ameaça está representada na atuação dos grupos de extermínio, agentes do Estado que se utilizam dessa prerrogativa e dos meios públicos de violência e de sua própria aptidão para seu uso na extorsão de pequenos criminosos. Utilizam-nos, inclusive, em atividades criminosas. Tiram proveito da condição de sujeição criminal de suas vítimas. Em um momento posterior - e, por que não, concomitante - surge a ameaça do concorrente, do membro da outra gangue, da outra galera, da outra turma, da disputa por território, dos pontos de comércio de entorpecentes e de outras formas de crime. Um número cada vez maior de pessoas se torna apta para a violência, uma vez que, depois de um primeiro homicídio, só resta preparar-se adequadamente para sobreviver ao ciclo que dele decorre.

Manso faz alusão a uma engrenagem, uma bola de neve. Depois que de entrar, encontrar a saída é extremamente difícil.

¹⁹⁶ "Historical comparisons show that social organization is a huge component in determining the amount of violence that takes place. The history of armies is the history of organizational techniques for keeping men fighting, or at least not running away, even though they are afraid. In tribal societies, battles are short, mostly skirmishes among a few hundred men or less, intermittently for a few hours, usually ending when a single victim is killed or seriously wounded. Without social organization to keep soldiers together in ranks, they dart back and forth across a skirmish line, a few men at a time, running away if they are in enemy terrain for more than a few seconds. The structure is analogous to today's gangs who carry on vendettas in the form of reciprocal drive-by attacks, firing at the opposing group from a passing car: when one group meets the other en masse, they generally bluster and insult but contrive to evade an open clash. The comparison shows that evolution of social technique for promoting violence is not just a matter of historical time; groups within modern societies are in the same structural condition as small primitive tribes, without the organizational apparatus for compelling troops to stay in a combat situation."

[...] o primeiro assassinato pode ser um caminho sem volta. As novas mortes e a eliminação das ameaças potenciais não solucionam os problemas dos assassinos de maneira definitiva. Pelo contrário. Aparecem novos inimigos querendo vingança, tornando a vida da pessoa ainda mais vulnerável, situação que demanda novas e novas mortes, como se fosse uma bola de neve. [...] Por causa dessa engrenagem infalível, a vida de alguém, depois do primeiro homicídio, costuma mudar completamente, e não cometer o segundo assassinato passa a ser algo improvável (2005, p.122).

Essa engrenagem, esse ciclo descrito por Manso - identificado em seu trabalho de campo em São Paulo, entrevistando jovens envolvidos com os crimes de homicídio - são uma evidência interessante que sugere uma concentração de crimes de morte em alguns indivíduos e grupos, na direção do que defende Collins (2009).

O modelo de industrialização adotado pelo Espírito Santo nos anos 60 - e por que não dizer pelo Brasil - entre outros fatores, contribuiu para a concentração e a reprodução de indivíduos capazes de fazer uso da violência. Produziu aglomerações urbanas periféricas sobre as quais o Estado, por falta de condições econômicas para dar conta da demanda social; motivos ideológicos ou mesmo pela estratégia consciente de manutenção de currais eleitorais pela dependência social, não exerce o monopólio do uso da força. São “margens” que surge não se pode afirmar necessariamente por incapacidade, quiçá por oportunidade ou estratégia.

A questão não está na aglomeração em si, mas na concentração de indivíduos aptos para a violência. Essa concentração varia por causa de diversos fatores, que podem ser os listados por Sampson, quando ele se refere à concentração de desvantagens, ou por outros tão específicos que são quase acidentais. Isso que explicaria, por exemplo, por que áreas igualmente empobrecidas apresentam taxas de homicídios significativamente diferentes.

Hipoteticamente, pois não possuo os instrumentos para fazer qualquer afirmação mais contundente a respeito, é possível que alguns locais concentrem esses indivíduos e/ou que propiciem elementos facilitadores à superação da tensão e do medo que retêm a violência. Juntamente com as hipóteses de Sampson, contribuiria para explicar os locais de concentração das ocorrências de homicídios. Esses pontos de concentração são móveis no tempo e no espaço.

Nesse contexto, as vizinhanças próximas a esses pontos concentram desvantagens sociais: reproduzem as desigualdades ao longo do tempo intensificando o ciclo da sujeição criminal sobre os indivíduos, seja por sua origem étnica, regional, por seu “lugar de bandido”, seu “jeito de bandido”. Comprovar essa hipótese demandaria um esforço empírico significativo

Voltando à questão específica da polícia, de acordo com Misse,

A modalidade do controle social exercido pelas polícias no contexto carioca ao longo de sua história favoreceu os processos da acumulação social da violência, estimulando os criminosos a investirem no uso de armamento pesado e a se engajarem em modos violentos de interação com os agentes de tais instituições (2013, p. 14).

Bruno Paes Manso afirma (isso sobre o surgimento dos grupos de extermínio na Polícia Civil) que

Com o aumento dos crimes patrimoniais em São Paulo, refletido nas páginas diárias dos jornais, os homicídios são usados e justificados como pretensos instrumentos de controle na tentativa de coibir a ação dos “bandidos”. Sua existência e legitimidade, portanto, estão vinculados à construção de um inimigo social, o “bandido”, que, em oposição ao trabalhador, está disposto a matar para roubar (2013, p. 101).

Dentro das próprias instituições de segurança, considerando uma ideia não original, o homicídio deixa de ser visto como um crime para ser usado como instrumento de controle. Não são práticas novas, mas a diferença é que são reinventadas e aplicadas diante de um novo contexto moral, seguindo técnicas específicas. Informantes do Presídio Tiradentes são torturados para passarem informações aos integrantes do esquadrão sobre aqueles que devem morrer. A ironia é que os mesmos policiais que iniciam o esquadrão já eram envolvidos com a corrupção e a criminalidade. Se muitos alegavam matar em defesa da sociedade, buscavam, em verdade, obter vantagens no mundo do crime (2013, p. 112).

A partir do momento em que as instituições passam a ser coniventes com o homicídio de “bandidos” ou a tolerá-lo, essas mesmas instituições perdem o controle sobre as escolhas feitas pelos homi-

das. Assim, são produzidos resultados sociais incontroláveis e indesejáveis, com desdobramentos até os dias de hoje. O aval dado pela sociedade para os policiais praticarem homicídios para defender a sociedade de bem se torna, em verdade, uma oportunidade para que os homicidas matem em defesa de seus próprios objetivos pessoais, relacionados a atividades criminosas e ganhos pessoais (2013, p. 121).

Como mostram depoimentos e relatórios em processos que investigaram os integrantes do grupo, dentro do próprio esquadrão, com o passar do tempo, seus integrantes parecem deixar de obedecer às intenções que, supostamente, tinham servido para justificar a sua formação. Se os integrantes do Esquadrão da Morte alegam, inicialmente, a intenção de defender as pessoas e os bens da população da cidade eliminando “bandidos”, com o tempo, são reveladas informações de que os homicídios favoreciam quadrilhas de traficantes de drogas, prostituição e venda de proteção, a exemplo do que ocorria com as máfias americanas.

No que se refere à preparação do indivíduo para o uso eficaz da violência (entendendo eficaz como o mais letal possível), o treinamento da Polícia Militar em todo o Brasil tem sido alvo de questionamento. Rodrigo Nogueira, que se autodefine um “monstro” produzido pelo treinamento policial, afirma que

[...] o monstro nasce a partir do modo como a instituição policial militar fluminense deforma o indivíduo ao longo do tempo, ao ponto de ele perder sua própria identidade, pois, com um critério de seleção tão rígido, que não permite a entrada nem de devedores de crediário, fica óbvio que a maldade é adquirida, e não inata (2013, p. 383).

Em outra parte da obra, o autor revela a dependência que o policial cria com o ato de matar:

Matar, para o PM que se transforma em psicopata, é uma função que ele precisa exercer para se sentir vivo, para existir, e, quando lhe tiram isso, ele começa a entrar em curto por não se perceber mais como parte de algo (p. 574).

Para Rodrigo Nogueira, tudo começa no CFAP – Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – que ele chama de “fábrica

de monstros”. Nesse curso, durante seis ou sete meses, provoca-se a animosidade do policial contra o “bandido” e o “traficante”, inclusive mostrando imagens pesadas de policiais assassinados, sugerindo “dar o troco”. Humilhações e brutalidade são a tônica para se ensinar a submissão e a obediência às ordens. Nogueira afirma que foram

[...] apenas sete meses para doutrinar um homem a aguardar e decidir se vai realmente puxar o gatilho e matar alguém. Sete meses para que ele adquirisse a discricionariedade de quando deveria usar um fuzil, ou uma pistola, ou uma caneta (2013, p. 127).

Para Nogueira (2013), nenhum recruta sai pronto do CFAP. No entanto, o ódio aos “bandidos” era constantemente estimulado. Influenciado por esse tipo de treinamento e doutrinação, o recruta acabava extrapolando para qualquer um que pudesse – por opção ou não – ser associado por suas vestimentas, local de moradia ou qualquer outro motivo, a essa representação de alguém que lhe tirou um companheiro na guerra entre os “bons” (a polícia) e os “maus” (os “bandidos” e os “traficantes”) ((2013, p.231).

Segundo o autor, é justamente no Regime Militar que esse sentimento se acentua dentro da corporação. Nessa época,

Quando pegavam um bandido, era uma festa! Cortavam a cabeça, ateavam fogo, fuzilavam. A impunidade era tamanha que não havia preocupação em se esconderem os nomes nas fardas ou o número das viaturas. Quando entravam em uma favela, então, o marginal já sabia que, se fosse preso, era cemitério, e não cadeia. Então, para que se render? (2013, p. 115-116).

E, tendo estado durante seis anos na linha de frente e convivendo com policiais mais antigos, o autor reconhece que

Foi baseado nesse pensamento que os criminosos iniciaram as articulações para montar verdadeiros arsenais e assim protegerem seus domínios e vida. Se acaso pegassem o policial dando mole, descontavam na mesma moeda a judiaria feita com o irmãozinho fulano de tal, e a roda gigante do barbarismo fluminense começa a girar a todo vapor, com altos e baixos para todos os lados (2013, p.115-116).

As similaridades entre as descrições de Rodrigo Nogueira para a Polícia Militar do Rio de Janeiro e as instituições policiais militares de outros estados sugerem não ser o relato do ex-policial puro revanchismo por estar cumprindo pena.

Darlan, ex-policial militar do Ceará relata similaridades com a formação do Rio de Janeiro:

“Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!” O ex-soldado Darlan Menezes Abrantes imita a fala dos oficiais que o instruíam na academia quando ingressou na Polícia Militar do Ceará, em fevereiro de 2001. “Às vezes, era hora do almoço e os superiores ficavam no meu ouvido gritando que eu era um monstro, um parasita. Parecia que tava adestrando um cachorro. O soldado é treinado pra ter medo de oficial e só. O treinamento era só mexer com o emocional, era pro cara sair do quartel igual a um pitbull, doido pra morder as pessoas. Como é que eu vou servir à sociedade desse jeito? É ridículo. O policial tem que treinar o raciocínio rápido, a capacidade de tomar decisões. Hoje se treina um policial parece que está treinando um cachorro pra uma rinha de rua”, reflete.¹⁹⁷

Quanto a esse aspecto, o que se observa no Espírito Santo não difere do restante do país. A formação do Policial Militar capixaba, embora, hoje em dia, seja bem mais amena¹⁹⁸, também foi sustentada nos mesmos princípios.

Hehr Garcia (2013), que realizou pesquisa de campo na PM do Espírito Santo com o objetivo de identificar a aplicação dos conteúdos de Direitos Humanos no processo atual de formação no âmbito da matriz da SENASP, observa que

Os militares das Forças Armadas são formados e treinados para a total eliminação do inimigo externo que, salvo às leis da guerra, não têm direitos garantidos internamente. Assim os currículos de formação dessas forças têm como norte as estratégias e táticas de combate que em nada se assemelham

¹⁹⁷ BARROS, Ciro. Treinados para rinha de rua. Praças da PM criticam formação focada na servidão aos oficiais, vivida em um ambiente em que abusos físicos, psicológicos e disciplinares fazem parte da rotina. Portal Fórum. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/07/treinados-para-riinha-de-rua/>. Acesso em 30 de julho de 2015. Reportagem de Ciro Barros, da Agência Pública, publicada originalmente com o título “Treinados para rinha de rua” em 20.07.2015.

¹⁹⁸ É importante ressaltar que o autor Rodrigo Nogueira fez seu curso de formação de praças na década nos anos 2005-2006, alguns anos depois dos entrevistados para este trabalho, que fizeram a formação no fim dos anos 90.

ao cotidiano da sociedade em época de paz. Por outro lado, a função policial, seja ela militar ou civil, demanda uma formação diferente, pois nessa seara o destinatário do serviço – Segurança Pública – não é um inimigo, mas sim um cidadão que em território nacional é sujeito de direitos e deveres consagrados em leis complementares e na Constituição Federal. Por essa diferença, a eliminação do cidadão pela polícia seria uma solução indesejável, só justificada quando o policial agir em legítima defesa própria ou de terceiros, do contrário, seria um homicídio (GARCIA, 2013, p. 72).

Condizente com as declarações de Rodrigo Nogueira, Hehr Garcia (2013) também percebe, no processo de formação recente do policial militar do Espírito Santo, que “Expressões individuais são paulatinamente suprimidas para que tudo seja enquadrado dentro de um regulamento com estruturas hierarquizadas que tolgem posicionamentos individuais. Há a formação de um corpo militarizado, disciplinado, que deve agir a partir de ordens que foram previamente planejadas, e suas execuções seguem uma rotinização mecânica.” (p.74). Observou ainda o autor que a tradição militarista contribui para criar uma separação entre o policial e o “paisano”, que não entende as coisas de “polícia” e que está abaixo em níveis morais do militar. São os “folgados”.

O entrevistado 2, ex-policial militar que fez sua formação em 95/96, afirma:

Antigamente, quem dava o curso pra gente eram os “Praças Velhas”; hoje em dia, são mais os “Oficiais”. Antigamente, era Praça Velha, já tinha os “maus costumes”, tanto da época da ditadura, que tinha muito poder... aí, quando chegava lá, eles já colocavam todos aqueles “maus costumes” em cima da gente. Entendeu? “Você pode fazer isso, pode fazer aquilo outro” – Sempre bater, tem racismo com força: “você vê neguinho já quebra o neguinho”. – né? Tinha isso. Era brincadeira, mas é brincadeira de quem estava comandando, entendeu, o pelotão. Aí vai entrando aquilo na cabeça, você novinho, fazendo o curso, você sem receber, a comida de má qualidade, toda hora tendo que fazer apoio, ter que limpar folhinha com a mão, catando folhinha com a mão pra poder ir embora, sendo preso toda hora, os “cara endoia”. Aí quando saía pra rua pro estágio, tem o estágio, quando saía pra rua pro estágio, voltava aquele monte de gente com... quebrado o braço, naquele... tinha aquele, o... show de pancadão aqui, na praia... era porrada direto que a gente dava ali... entendeu? mas é coisa que já é colocada no curso. Desde o curso, eles não falam assim: “você tem que matar, você tem que bater” – Mas você... vão jogando piadinha: “tem que passar o cerol mesmo nessas peste”.

Tinha vez que tinha que beijar cobra, tinha “rala”, tinha que ficar tomando surra de “pinão”, ficar sem comer, ficar três dias andando no mato. Hoje, graças a Deus, não existe isso não. Aí o cara saía revoltado na rua. Aí o que ele via pela frente o cara se sentia o “Deus”. Ele podia fazer tudo que talvez não ia dar nada. Né... aí fazendo o quê... sempre segurava ó... Se num der nada... a coisa é: “Se num der nada eu seguro”

Na Polícia Civil do Espírito Santo nos anos 70 e 80, não havia, de acordo com os entrevistados, nenhum tipo de formação.

O entrevistado 5 era de outro estado, onde exercia função de oficial de justiça. Por ter passagem pelo exército e demonstrado aptidão para a violência em determinada situação em seu lugar de origem, ao chegar ao Espírito Santo para exercer funções administrativas, acabou recrutado para ser delegado. Já o entrevistado 6 afirma o seguinte:

Eu fui subdelegado de polícia. Na época, não precisava fazer concurso. Não precisava ter nível superior. Eu fiquei do início de 87 até finalzinho de 89. Praticamente 3 anos. Como era subdelegado, era cargo de confiança do estado, cargo nomeado pelo atual governador na época. Era o mesmo Max Mauro e, pela constituição do estado, esse cargo foi extinto. Ele foi extinto e, a partir de então, foram 300 e alguma coisa que foram exonerados, e aí eu fui exonerado. Tive a oportunidade de fazer o concurso pra retornar, mas não fiz. Deus assim o sabe por que, mas ficamos assim mais ou menos nessa data. Não tinha experiência nenhuma, nenhuma, nenhuma pra entrar na Polícia Civil... Nunca tinha pego numa arma. Nunca tinha dado um tiro. Colocaram uma arma na minha mão, não me ensinaram a atirar. Eu tive que aprender sozinho. E tudo que não presta você aprende rápido, né?! Então a escola foi os amigos aí... e, no finalzinho de 89, foi excluído todo mundo, eu saí.

Em suma, tanto a polícia civil como a militar assumiram os contornos atuais no período da ditadura militar, ainda que essas instituições narrem suas próprias histórias tentando ligá-las a um passado mítico, heroico e distante, na origem do próprio país. Quanto à polícia militar, o advogado e militante de Direitos Humanos Jair Krischke afirma:

Quem criou as polícias militares no Brasil foi um decreto-lei da ditadura. E aqui no Rio Grande do Sul, ouço, inclusive de oficiais da Brigada Militar, que a corporação tem 175 anos. É verdade, mas não como Polícia Militar. Foi historicamente o exército particular do governador do Estado. Em Minas

Gerais, havia a Força Pública de Minas, da qual o Juscelino Kubitscheck foi coronel-médico. Em São Paulo, a Força Pública de São Paulo, que canta em prosa e verso a sua atuação durante a revolução de 1932. Então, estados brasileiros tinham Força Pública, que era a Brigada Militar histórica, mas elas não tinham essa atribuição de polícia. Quem criou esse monstro foi a ditadura.¹⁹⁹

Krischke ((2013) afirma ainda que a permanência da polícia militar na estrutura da segurança pública brasileira foi um equívoco da Constituição atual, um “copia e cola”, influenciado pelos militares para manter certa influência sobre as polícias estaduais e o vínculo militar, que se trata, a seu ver, de uma antinomia. Isto porque “Polícia vem do grego “polis”, cidadania, cidadão, então é um nome adequado para esse aparelho de Estado destinado a dar segurança ao cidadão, a ser a garantidora de direito dos cidadãos. Isso é polícia. Militar vem do latim, “miles”, as milícias romanas, que, com muita sabedoria, o senado romano não permitia que ingressassem pelos muros da cidade.”²⁰⁰

Quanto à polícia civil no Espírito Santo, de acordo com Brito e Souza (2004, p. 311) em 1967, durante o regime militar, foi criada a Secretaria de Segurança Pública do estado, atribuindo à Polícia Civil o papel exclusivo de polícia judiciária, congregando-a ao campo da repressão política e ideológica mantida pelo DOPS. Em 1975, torna-se Superintendência Geral de Polícia Civil. No restante do país, o modelo foi similar.

De acordo com pesquisa de Brito e Souza, os policiais civis capixabas sentem-se pressionados politicamente e consideram inadequada a infraestrutura da instituição policial em relação a seu setor pedagógico, representado pela Acadepol – Academia de Polícia – além de trabalhos de baixa qualidade, além de cursos ineficientes, entre outras críticas (BRITO; SOUZA, 2004, p. 317).

¹⁹⁹ Entrevista a Alexandre Leboutte. Jornal do Comércio – Porto Alegre, 14 de outubro de 2013. p. 22. Disponível em: <<http://edgarlisboa.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/2013/10/14-JC22.pdf>> . Acesso em: 30 jul. 2015.

²⁰⁰ Entrevista a Alexandre Leboutte. Jornal do Comércio – Porto Alegre, 14 de outubro de 2013. p. 22. Disponível em: <<http://edgarlisboa.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/2013/10/14-JC22.pdf>> . Acesso em: 30 jul. 2015.

Hehr Garcia (2013) conclui seu estudo sobre o ensino de Direitos Humanos na Polícia Militar do Espírito Santo afirmando: “Depois desta pesquisa estou convencido de que a existência ou não de uma disciplina de Direitos Humanos não traz ao processo qualquer diferença.” (153). Considerando alguns avanços na formação dos policiais, o autor percebe que – ao menos no que se refere à matriz de formação da SENASP, que introduz a disciplina Direitos Humanos na formação do Policial Militar – o resultado é um choque de representações, no qual prevalecem as representações arraigadas na tradição da instituição. O ensino de Direitos Humanos, como preconizado pela matriz da SENASP, acaba ocorrendo muito mais para atender a uma pressão do governo federal, mas sem a oportunidade de uma discussão relevante acerca do tema. Os Direitos Humanos são ensinados de forma escolástica, exigindo habilidades exclusivas de memorização de fatos históricos e

[...] os professores/instrutores, ao tratarem da questão em termos práticos, colocam-na no sentido das consequências legais pela sua não observância, o que resulta nos alunos a ideia de que os Direitos Humanos é um ser orgânico que foi criado tão somente para defender marginais e perseguir os policiais que só pretendem fazer seu trabalho, e quando são os policiais que precisam deste ser orgânico este lhe vira as costas (HEHR GARCIA, 2013, p. 153).

Os preconceitos trazidos pelos alunos-soldados, em vez de serem debatidos e criticados, acabam reforçados “[...] pelas práticas tradicionais de um ensino policial que ainda não anda de mãos dadas com as questões ligadas à cidadania” (HEHR GARCIA, 2013, p. 154).

Talvez, hoje em dia, os alunos-soldados não beijem mais cobra ou ralem de forma tão intensa quanto em décadas atrás: as mudanças se deram de fora para dentro. Conforme destacado no primeiro capítulo, a transformação dos homicídios em problema público ainda não é uma realidade que afete de dentro para fora os atores do sistema de justiça penal (incluindo a polícia, em termos gerais, sem ignorar as exceções). Respeitar os Direitos Humanos, nessa visão, incluindo a vida, seria apenas uma imposição de um novo e ineficiente modelo democrático de sociedade, que deve ser respeitada para que não se termine na cadeia, diferentemente dos bons tempos em que a polícia podia tudo e ninguém nada podia contra ela.

CRIME E CASTIGO NA VIDA DE POLICIAIS

O envolvimento de policiais em atividades criminosas não é novidade no Espírito Santo. A questão é que há um tipo de separação que torna moralmente aceitáveis alguns crimes e outros não. Por exemplo, o entrevistado 2, ex-policial militar, narra um pouco dessa passagem:

Com 18 anos, eu entrei exatamente na polícia. No começo, eu era um policial normal. Só que, já no curso, eu tive alguns problemas. Comecei a fazer coisa errada. Por... um pouco por cabeça fraca. Policial, quando entra muito cedo, você ainda tá muito “garotão”. Aí o que aconteceu? Os outros policiais começaram a botar pilha em mim pra, pra invadir boca de fumo, “ripar os outro”, aquele monte de coisa. Já com dois meses de curso, eu já tava metido com toda a podridão que você pensar, da polícia já.

O mesmo entrevistado, em outro momento, lista os crimes que podem ser cometidos e os que são considerados imorais pela corporação:

Na polícia, é o seguinte: se você matar vagabundo ninguém te condena. Não condena assim – verbalmente – entendeu? Pode condenar agora na justiça, mas não te condena. Agora assim, se você roubar, traficar, aí você já é visto com outros olhos.

Um ponto em comum, possível de observar entre os entrevistados 1 e 2, ambos foram expulsos da Polícia Militar, é como a passagem pela segurança dos presídios afetou suas trajetórias. A situação carcerária no Espírito Santo era caótica no fim dos anos 90 e, durante os 2000, permaneceu como constante fonte de problemas para administração estadual, que chegou a utilizar contêineres para abrigar presos. No período em que os entrevistados estavam na PM-ES, fim dos anos 90 e início dos anos 2000, os presídios eram extremamente porosos à atuação criminosa. O entrevistado 1 dá um relato de como funcionavam os presídios capixabas nessa época:

Primeiro que quem era responsável pela guarda externa [dos presídios] era a PM. Então, tinha um... 1990... a polícia militar tomava conta do muro, certo? E também pela contagem dos presos internos. Então tinha seus agentes, e a PM tomava conta do muro. E isso era muito... era difícil, né, porque...

é... primeiro que não tinha contingente suficiente. Não tinha gente. Você trabalhava com um fuzil da década de 60, fuzil 7,62, daquele que “track-track-track”, um tiro por vez.

[...]

Ficava-se lá, nas guaritas, então a polícia tomava conta. Então, por conta disso, assim, os presos passavam o tempo todo soltos ali dentro. Era tudo capenga, caindo aos pedaços e você só enfiava gente pra dentro do presídio. Enfiava gente, enfiava gente, enfiava gente. E ficava todo mundo armado o tempo todo, tentando é... segurar os caras, pros caras não saírem. Agora, vou confessar que foi até o meu problema. Nessa época, o presídio era um comércio né. Porque a gente falava na época, pra que o presídio não explodisse, tinha bebida, tinha droga ali dentro, que eles ficavam ali dentro consumindo e tudo mais. E eles ficavam ali. Quando não tinha isso, eles faziam rebelião aquela coisa toda. Então, tipo isso, né, uma garrafa de cachaça custava 100 reais pra você botar pra dentro. Vamos dizer naquela época, né, nos tempos de hoje. Então, as coisas tinham um preço, né, pra você. E aí acabava aliciando outras pessoas. Enfim, era um comércio que tinha lá, que os próprios agentes faziam. Eles que faziam esse comércio ali dentro e “ta-ta-tal”, e aquilo se fazia vista grossa. Então, o que “que acontecia”? Você deixava assim. Era... fingia que fiscalizava. Mas pro preso também não fugir. Eles falavam: você não tem o direito de fugir! Então, se eles não deixavam o cara fugir e... Agora evidentemente que essa “saidinha” que você “tá” falando, que a gente chamava de “cocó”, que é o que acontecia muito ali na colônia e tal. Que o cara ficava lá, e então, de dia, ele dava uma escapada e tal. Às vezes, até praticava um crime e voltava pra deitar, dormia no presídio. E com a convivência de alguns agentes. Isso era muito comum, entendeu?

O livro “Espírito Santo”, que relata algumas situações vividas no Estado no fim dos anos 90 e início dos anos 2000,²⁰¹ traz uma situação que ilustra o depoimento do entrevistado. O juiz Alexandre Martins de Castro Filho, então na Vara de Execuções Penais de Vitória, que seria assassinado em 2003, recebeu um telefonema denunciando que assassinos condenados saíam à noite dos presídios para cometerem homicídios e voltavam pela manhã. E que o arranjo era montado e gerido pelo próprio diretor do presídio. Um dia depois,

²⁰¹ O livro reproduz a tese, em curso na justiça, de que o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho foi um crime de mando, fato esse questionado por alguns dos entrevistados. A obra gerou forte descontentamento entre membros do judiciário e da Polícia Militar por fazer referência a magistrados, oficiais e praças que estariam envolvidos no assassinato do juiz. Independentemente da versão dos fatos relativos à morte do juiz, o questionamento – se foi crime de mando ou latrocínio – permanece. Mesmo depois do julgamento de dois dos réus, a obra traz informações importantes que ajudam a recompor o cenário vivido no estado nos idos do início dos anos 2000.

a mesma pessoa telefona de novo e diz que haveria uma reunião - às cinco da manhã, em uma colônia de pesca - entre o diretor do presídio e os presos, para ajustarem os negócios.

O juiz Alexandre pede apoio à Polícia Federal, e flagra o diretor do presídio com cinco presos que cumpriam pena em regime fechado, sem nenhum documento que justificasse a presença dos condenados fora do presídio àquela hora. Estavam em uma casa à beira da praia, numa colônia de pescadores de propriedade de um Coronel da Polícia Militar capixaba. O livro relata uma verdadeira batalha entre os juízes Carlos Eduardo e Alexandre Martins e representantes do governo do Estado e da Polícia Militar, que tentavam explicar o fato e evitar a prisão do diretor do presídio, um capitão da PM (2009, p. 75-84).

Além disso, o próprio Juiz Alexandre denunciou esquema de venda de alvarás de soltura, o que permitia a presos sem direito à liberdade de qualquer tipo ficarem fora dos presídios, mediante serviços prestados ou valores pagos. O Entrevistado 1 relata que, na ocasião em que fora acusado de crimes, chegou, por meio de seu advogado, uma oferta em troca de uma sentença favorável.

Houve, na época [2001], um desembargador cobrando pra dar uma sentença favorável a minha pessoa, pedindo quantia em dinheiro. Mas eu não tinha esse dinheiro. Também não tinha interesse porque eu, na minha concepção, eu estava totalmente inocente com relação ao que eles estavam me acusando. Enfim, não tinha cabimento eu pagar por uma coisa sendo que eu não tinha é... não tinha... vamos dizer... culpa no cartório, embora eu tivesse de outra maneira, né!

O fato é que foi no exercício da segurança de presídios que o Entrevistado 1 acabou se envolvendo em atividades criminosas. De acordo com seu relato, ele não participou de nenhum grupo de extermínio e sempre evitou ações que envolvessem violência. Entrou para a polícia mais por questão de emprego. Enquanto na guarda do presídio, de acordo com seu relato, atendeu ao pedido de um colega para entregar um telefone a um dos detentos, traficante conhecido no Estado. Com o telefone, o interno coordenava o tráfico fora do presídio e os grampos acabaram levando o entrevistado a ser condenado por associação ao tráfico.

A história do entrevistado 2 revela uma nuance mais violenta:

Eu já fui muito policial, policial de matar e coisa. Aí, num certo momento, em 97 pra 98, comecei a ter uns problemas emocionais e tudo. Aí eu fui mandado pra trabalhar num lugar chamado Colônia Penal Agrícola em Viana, porque eles queriam me tirar da rua, pra não trabalhar na rua. Aí o que aconteceu? Lá eu conheci, eu comecei a conversar com... é que eu não dava muita conversa pra vagabundo, assaltante, pra nada. Aí eu comecei a conversar com eles. Aí o que que aconteceu? Eles chegaram e falaram assim: “Ô fulano (nome do entrevistado) o que que você tá ganhando matando os outros?” – porque eles sabiam que eu matei alguns colegas deles, aí o que que aconteceu: “que que você tá ganhando matando os outros?” – aí eu falei assim:

— “Rapaz, nada!

— Você tá com carro novo? (Detento)

— Não...

— Você tá com dinheiro no bolso? (Detento)

— Não...

— Então vamo fazer o seguinte, rapaz. Vamo parar de matar, rapaz. Vem com a gente aqui. Vamo assaltar banco e traficar que eu te garanto que, num mês, você tá com carro novo na garagem...

Eu falei: “Será?” – “Vamo ver, faz um teste”. Na colônia, ele saía pra trabalhar. Só que, naquela época, não tinha esse negócio de trabalhar. Eles só liberava e o cara se virava. Depois só tinha que ficar à noite. Aí o que que acontecia? Comecei a assaltar junto com eles, e começou a vir muito dinheiro. Entendeu? Veio muito mesmo! Primeira vez que eu saí pra assaltar, do nada assim deu 10 mil pra cada um. O salário, naquela época, o meu salário de PM, era 800 reais. Ganhei 10 salários.

O que se percebe, em alguns relatos do Entrevistado 2, é que o assassinato não era de fato malvisto, enquanto outros crimes se tornavam, realmente, vergonha para o policial. O próprio Entrevistado cita nomes de ex-policiais que matavam “dia sim, dia não”, aleatoriamente, e nunca foram presos. Sequer investigados.

Nada indica que na Polícia Civil fosse muito diferente. Uma das primeiras menções a grupos de extermínio no Espírito Santo, o “Esquadrão da Morte”, era formado, segundo Guimarães (1978), por policiais civis que começaram trabalhando “certo”, de acordo com o Entrevistado 5, mas que se perderam no decorrer das atividades:

Por isso que eu falo quando eu vejo: “ah, vamos organizar um grupo” – “certo, né? Legal” – Um grupo. Aí eu falo: “esse troço não vai dar certo” – porque começa trabalhando certo. Igual nessa época. Esse grupo, eles matavam só bandido. Mas depois começaram a roubar e começaram também a brigar entre eles pelas coisas, pelos ganhos. Aí um denunciou o outro e aí acabou o esquadrão da morte.²⁰²

Nos anos 70, enquanto a Polícia Militar estava voltada para o enfrentamento direto da “subversão” em suas diversas interpretações, era a Polícia Civil que estava nas ruas, em contato com os criminosos de todos os tipos, com o jogo do bicho, explorando as possibilidades financeiras com o uso da força. Além disso, os delegados estavam mais próximos das elites e dos governos, devido à proximidade com os órgãos de informação. O caráter investigativo da polícia civil e suas estratégias para obter informações, realizar execuções, entre outras capacidades datadas de muito tempo (HOLLOWAY, 1997), eram estratégias úteis aos serviços de informação do regime militar, atribuindo certo prestígio a essa instituição. Cláudio Guerra relata aos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto (2012, p. 35) o seguinte:

Virei combatente dos subterrâneos da batalha contra a guerrilha no segundo semestre de 1972, mas, nessa época, eu já era um policial experiente e famoso no Espírito Santo. Eu era delegado do DOPS, conhecido, temido e respeitado como investigador e exímio atirador de elite. Por esse motivo, fui convidado para uma reunião na Procuradoria da República, escritório de Vitória, no Espírito Santo, pelo procurador Geraldo Abreu.

Essa inserção nas altas esferas do regime militar dava aos delegados prestígio social e, ao mesmo tempo, lhes impunha a atribuição de defender os interesses das elites. Em outra parte de seu depoimento, Guerra afirma: “[...] vim para Vitória e ingressei na Polícia Civil. Se lá [Minas Gerais, seu estado de origem] servi às elites rurais, no Espírito Santo prestei serviço às suas elites políticas, ocupando os principais postos daquela corporação” (NETTO, MEDEIROS, 2012, p. 32).

²⁰² Esse comentário retrata com fidelidade o que foi observado por Bruno Manso (2012) no comportamento dos justiceiros em São Paulo. Começam pelos motivos “certos”, mas, depois, tomam outra direção.

Quanto se refere a prestar serviços às elites políticas, Guerra está se referindo a assassinatos e outros crimes que, segundo ele, na época, não eram percebidos como tal. Depois de prestar serviços diversos ao regime militar, como executor e estrategista, o ex-delegado se envolveu com o jogo do bicho, sendo acusado de assassinatos de repercussão, como o da colunista social Maria Nilce, de sua esposa e de um famoso bicheiro capixaba.

O Entrevistado 5, ex-delegado de polícia civil, relata um pouco como era o serviço da polícia prestado às elites:

Você começa servindo aos interesses das elites. Você começa servindo normalmente como policial. Atendendo. Você é um cara que conhece o trabalho policial. Você tem uma resposta contra um ato criminoso e aí você cai nas graças da sociedade e a sociedade começa a te tratar bem. Começa a abrir porta pra você. Eu não vou citar nome. Inclusive eles falam que são os [Nome do entrevistado] de agora, entendeu? Então, e tem, e começa a receber veemência. Aí tem uma coisa. Aí aparece um problema sério, e saber – “Não, esse cara é confiável, porque ele fez isso, ele deu uma resposta” – aí eles chamam você pra você resolver um problemão sério. E se você não tiver uma personalidade firme, e às vezes você vai até “vou fazer por que...”. O primeiro ato errado que eu cometi nesse item aí... Eu não vou citar nomes, mas pra uma pessoa da alta sociedade aí que... ele tinha, morava na Praia da Costa, isso foi no final dos anos 70. E um menor e mais dois caras entraram na casa, estupraram a irmã dele. A irmã dele ficou com problema mental. Tem até hoje. E aí ele desesperado, né. Queria porque queria vingar. E aquilo ali, tinha havido um caso quase idêntico, de uma menor, que não era filha, era empregada de um cara dono de uma oficina mecânica. Eles estupraram ela ali em São Torquato, na Linha. Eu prendi essa galera toda, levei eles. E a única pena que eles receberam foi o “pau” que eles levaram lá na nossa moca. Porque eram pessoas ligadas - um é promotor hoje - ligadas à sociedade e foi liberado esses caras. Aí quando aconteceu esse outro fato, eu já estava na bronca, por causa da covardia que os caras fizeram e coisa. E aí esse outro aí, que era da elite, né - “Não os caras estupraram minha irmã” – não pode deixar que nós vamos fazer justiça. Aí pegamos os caras. Pegamos aqui, executamos eles e desovamos lá em MG, entendeu? Então, foi o primeiro ato de coisa. Aí, daí pra cá, qualquer problema – não, vamos lá na equipe do delegado que eles resolvem.

O Entrevistado 6 completa:

E, às vezes, você fica preso no sistema. Porque eles sabem de alguma coisa. Então você fica preso naquilo ali e você se sente obrigado, né, a

cometer. E é uma bola de neve. Você vai entrando, vai entrando e vai entrando, quando vê [...].

O que foi possível perceber com as entrevistas e os dados apurados é que a violência no Espírito Santo, em especial os homicídios, subsiste em dois mundos distintos. Usando uma terminologia que aparece com frequência nos depoimentos dos Entrevistados 1 e 2, é um tipo de categoria “nativa”: existem as “vítimas que choram” e as “vítimas que não choram”.

Embora a *Scuderie Le Cocq* tenha se tornado, segundo determinada visão, a principal referência ao crime organizado no Espírito Santo e personagem fundamental da crise institucional de 2002 – por agregar em seus quadros boa parte dos atores envolvidos nas investigações em curso – os assassinatos associados à organização se enquadrariam entre as “vítimas que choram”. Todavia, a parte mais significativa das mortes por homicídio no estado não estavam ligadas à *Scuderie* e nem aos fatos políticos e institucionais que caracterizam a referida crise. O trecho citado pelo Entrevistado 5 se refere a um fato ocorrido no início da década de 70. Tudo leva a crer que outros fatos como esse continuaram – e, de acordo com o Entrevistado, continuam – a acontecer, em especial quando as vítimas “não choram”.

O Entrevistado 1 relata que, embora um número significativo de policiais fossem ligados à *Le Cocq* no fim dos anos 90, as pessoas “de lá não se caracterizavam de ter um grupo de extermínio. Era uma irmandade”. No que se refere à polícia, a maior parte dos assassinatos não se relacionava com a *Le Cocq*. O Entrevistado 2 chegou a ter a carteirinha para ser membro da *Scuderie*, mas foi barrado porque tinha muitos problemas na justiça:

[...] tinha os grupos nos batalhões que se revezavam durante as suas incursões nas madrugadas. E nas suas rondas, e diz aqui, que X e Y que eram as equipes que faziam a “limpeza”, como o pessoal falava. Pegava é... os meninos que “sempre roubava” muito. Pessoal do tráfico e tal... E executava a grande maioria nas suas escalas e muitos corpos enterrados e tal.

Se algum membro da *Scuderie* tivesse problemas por causa de assassinatos cometidos em outras circunstâncias, ele seria protegido pelos demais membros da organização, que eram oficiais, membros do

poder judiciário, políticos etc. Quando questionado sobre se já havia participado de algum desses grupos, o Entrevistado 1 responde:

Não. Eu nunca. Eu sempre evitava porque, na verdade, eu nunca gostei dessa questão de estar lá. De levar o pessoal, botar o cara no porta-malas e amarrar. Tocar fogo, queimar. E essa questão do pessoal. Eu nunca gostei, embora eu convivia com todo mundo ali, eu nunca gostei desse tipo de fazer justiça e tal. Isso é uma coisa que eu acho que é uma confusão na cabeça do policial. Porque a formação que se faz, hoje em dia melhorou muito isso, que na época você entrava, então, existia a transformação do cidadão. Então o que eles fazem na cabeça do cidadão era começar a castigar e botar o militarismo [...] Te preparar pra você ir pra rua e ser um policial militar. Só que eles confundem tanto a sua cabeça com os chamados ralas nas noites, na madrugada, e o tempo todo xingando e desmoralizando, formando em você um monstro. No período que eu entrei eu ainda peguei um pouco desse resquício, de você, o tempo todo, é... na sua cabeça pelo menos, que “você tem que resolver o problema da sociedade, que você tem que matar e tal. Isso na cabeça daquele cara despreparado. Depois de 9 meses, ele sai de lá querendo... um monstro querendo resolver o problema do mundo. E aí ele sai de lá muito novo, e querendo, e achando que é a lei, sendo que o policial é o agente da lei, não é a lei, então ele acha que é a lei e quer resolver.

O Entrevistado faz uma clara distinção entre o que se dava nos batalhões e a atuação da *Scuderie*:

É diferente! Era outra coisa, mas que também se entrelaça na questão da *Le Cocq* é proteção. É. Você tem um grupo que se protege de todas as coisas. Lá a proteção era. Como aqui, na maioria das vezes, você fazia justiça pra “limpar” a sociedade. Seu interesse era esse. Lá o interesse mais de proteção, de irmandade. Era uma irmandade que você... em todas as coisas, nomes políticos, justiça e tá-tá-tal. Tá todo mundo em “pé” de igualdade [...].

O Entrevistado 2 reforça a mesma questão de que a *Scuderie* era uma irmandade de proteção, e que ela não estava diretamente ligada, como organização, a muitos casos de assassinato.

“Rapá”, a maioria dos assassinatos não tem tanto a ver com a *Le Cocq* não. O que pesa é o seguinte. É igual você, a gente chama de paisana – porque nunca foi polícia. Todo paisana ele cria... tem uns idiotas que criam na cabeça dele – “eu vou ser da *Le Cocq* pra ter uma moralzinha. Colocar um boné, cordãozinho com uma caveira e tirar onda com os outros – e chamar os caras de

“irmão”, irmão, irmão. Pra mim, isso não existe não. Aí o que que acontece: esses idiotas acabam não tendo disposição pra matar nada e acabam botando a culpa: “Ah, são os caras da *Le Cocq*, são irmão” – são nada de irmão. A *Le Cocq* eu não sei se você já entrou. Não sei se alguém já te falou sobre a *Le Cocq*, é mais uma irmandade do que tudo. Só que o que quebra ela não são “os polícia”. O que quebra ela são os caras que não são polícia e estão nela.

De acordo com o Entrevistado 2, os policiais eram fiscalizados. Tinham sua vida vigiada e justamente por isso – os processos por assalto em especial – foi sugerido a ele que “deixasse um pouquinho para lá”. Afirmo que se criou um mito:

É que muita gente lá dentro mata. É a realidade. Só que o que mais ficha a *Le Cocq* são os caras que não matam.

É como se fosse uma maçonaria mais pobrezinha entendeu?!

Lá tem muito porque tem muito policial e tem muito cara querendo tirar onda.

Eles que denigrem o nome da *Le Cocq*, entendeu?! Porque *Le Cocq* virou sinônimo de “disposição pra matar”.

E, conforme citado em capítulos anteriores, o Entrevistado confirma que a organização continua existindo, só que com outro nome.

Agora não é mais *Le Cocq*, mudou o nome, agora é associação de amigos.

O Entrevistado 5, que fez parte efetivamente da *Scuderia*, afirma que, no Rio, a organização tinha um prestígio muito grande e

[...] e era uma coisa assim, a filosofia correta, era uma coisa contra bandido. Por exemplo: você era um associado da *Scuderia*, sua irmã sofria um abuso ou alguma coisa qualquer, o *Scuderia* fazia justiça pra você. E era uma coisa assim, um juiz, tinha juiz, governador, todo mundo fazia parte da *Scuderia*.

De acordo com o Entrevistado, a *Scuderia* ainda está em atividade, só que de maneira “melhor que na época”, porque, hoje, atua na clandestinidade. Antigamente, se sabia onde era sua sede, quem eram os membros e ela não existe oficialmente. Os Entrevistados 5

e 6 confirmam que a *Scuderie Le Cocq*, no Espírito Santo, continua atuando, com poder e sob outro nome.²⁰³

O que se percebe desses discursos é que o assassinato é tolerado em certos segmentos das polícias, dentro de códigos estabelecidos e desde que não venha acompanhado de outros tipos de crime considerados imorais. Certamente que esse pensamento – alguns dos Entrevistados são um exemplo ilustrativo – contribuiu para a disseminação dos homicídios de várias formas no Espírito Santo. Tanto pela própria execução quanto pelo aumento do risco de ser assassinado, o que leva a própria predisposição em cometer homicídios preventivos e ou por vingança. É extremamente complexo mensurar, ainda que hipoteticamente, o volume desses homicídios ligados às instituições policiais, devido ao desaparecimento dos corpos e à ausência de investigação.

Os fatos citados pelos Entrevistados vêm dos anos 70 até o fim dos anos 90. Ou seja, em 2002, ano do pedido de intervenção federal, nada do que acontecia no estado era novidade. Todavia, ainda assim, nessa época, vítimas famosas começaram a “chorar mais alto”, e providências acabaram sendo tomadas, o que acarretou algumas transformações na segurança pública do Espírito Santo. Além do “choro” das vítimas, a situação financeira do estado chegou a níveis insustentáveis no início dos anos 2000. E a exigência por uma reorganização financeira vinha, também, das elites empresariais, que dependiam de um ambiente político institucional mais estável para o desenvolvimento de novos ciclos de acumulação de capital. Nesse ínterim, alguma intervenção era necessária.

DIFÍCEIS ANOS 90

Desde o início do século XX, os governantes já apresentavam suas constantes queixas acerca da falta de dinheiro para tratar da questão da segurança pública no Espírito Santo. É provável, entretanto, que nunca a situação tenha chegado a um ponto tão grave quanto chegou durante a década de 90. A crise, em verdade, não

²⁰³ Foram citadas, em capítulo anterior, reportagens de jornais locais dando conta de investigações da Polícia Civil sobre uma organização denominada APROVEM – Associação de Proprietários de Veículos Auto Motores, que, de acordo com as investigações, seria a nova personalidade jurídica da *Scuderie Le Cocq*, e seus membros estariam envolvidos em assassinatos recentes.

afetou somente a segurança pública. Quem viveu esse período no estado lembra-se das intermináveis greves na educação,²⁰⁴ na saúde e nos mais diversos setores públicos.

Em especial na segurança pública, os policiais militares que adentravam as fileiras da PM nessa época eram obrigados a fazer um empréstimo dos próprios salários para sobreviverem ao curso, assumindo dívidas intermináveis. Curioso é que o agente financeiro que fazia o empréstimo era o banco do próprio estado do Espírito Santo. O Entrevistado 1, que entrou na PM, em 1996, relata:

Já entrava com uma situação de três meses de salários atrasados. Então nós... nós ... assumíamos um compromisso junto ao banco Banestes, “aonde” o Banestes te emprestava o “seu salário”. Você entrava, passava um mês, ia pro Banestes, pegava um empréstimo do seu salário, “que daqui a” três ou quatro meses o governo ia te pagar o seu salário. Quando pagava o seu salário, o Banestes pegava o “juro”, e você não recebia não. Você pagava o “juro”, pra receber com 3 ou 4 meses de atraso. Então, todas as coisas que você ia fazer você tinha que ter essa noção de que você não ia receber. Você ia trabalhar e ia ficar 3 ou 4 meses sem receber. Quem não pagava não tinha condição nem de se alimentar, entendeu?

O Entrevistado 2, que entrou na corporação na mesma época, não “usa” a falta de dinheiro para justificar seus atos criminosos, mas relata que a situação de dificuldade financeira que os policiais militares viviam na época afetava a forma como se relacionavam com seu trabalho. Seu relato também indica que já havia, no Espírito Santo dessa época, costumes como os da Polícia Militar do Rio de Janeiro retratados por Rodrigo Nogueira (2013): de extorquir traficantes, receber propinas, delimitação de território das extorsões etc.

Era o salário muito atrasado. Teve uma época que a gente teve até que pagar. A época que teve um negócio de crédito rotativo. Não sei se você já ouviu falar. A gente pagava do nosso salário, acho que 10%, pra ter o nosso salário. Já descontava direto. Isso aí acarretava nos outros. Eu não precisava, pra te falar a verdade. As coisas erradas que eu fiz eu fiz por safadeza minha mesmo, entendeu? Mas a grande maioria das pessoas que faziam alguma coisa errada faziam porque tinham família. Precisava pagar alimentação, material

²⁰⁴ Na década de 90, eu era estudante e enfrentei longuíssimos períodos de greve de professores. Todos os anos havia greve. Algumas, inclusive, foram tão extensas, que o ano letivo chegou a ser perdido.

dos filhos, comida. Tudo que precisava pagar eles pagavam com dinheiro de propina, extorquir algum assaltante, traficante. Sempre tinha propina e tudo. Aí era assim que funcionava. Já tinha já. Um não se metia no local do outro. Já tinha os locais que você podia pegar propina. Que você fazia blitz. Tudo tinha os seus locais. Cada um não se “interferia” no local do outro.

O Entrevistado 4, que entrou na Polícia Militar e está até hoje, faz uma distinção muito clara entre antes de 2003 e depois.

Teve uma melhora grande no funcionamento, nessa parte financeira, porque foi organizando de 2003 pra cá o pagamento. A gente pode se organizar, a gente podia fazer uma compra na época, usar um cheque, porque não tinha prazo, não tinha dia certo para receber, estava sempre atrasando, pagando juros do próprio dinheiro que a gente tinha direito. Então, antes de 2003 foi bem complicado. Depois, houve uma melhora grande.

O ápice da crise institucional do estado - cujo ponto de inflexão foi determinado para este trabalho com sendo o pedido de intervenção federal apresentado pela OAB regional - foi seguido por um programa de reorganização das contas públicas que priorizou o ajustamento do pagamento de salários dos servidores públicos. Com adiantamentos de *royalties* de petróleo, o então governador, a partir de 2003, iniciou a regularização dessas situações.

No entanto, o problema não se restringia ao pagamento de salários. A estrutura de trabalho era, de acordo com os Entrevistados, também muito precária: a insegurança nos presídios, conforme relatado linhas acima; o treinamento precário, quase inexistente na Polícia Civil e de cunho militarista na PM; a questão dos efetivos e dos equipamentos. O Entrevistado 1 relata que

Na época, a infraestrutura ainda era pouca. Nós éramos, se eu não me engano, 6 a 8 mil homens no estado. Ih... pouca gente pra trabalhar. A gente tinha que se virar e fazer uma escala “lá” pra poder cumprir com determinações do comando e os acordos que tinham sido feitos.

O Entrevistado 2 relembra uma situação que viveu em 1998, quando teve de atender um homicídio e pegou carona com um dos suspeitos de tê-lo cometido:

Teve uma vez eu fui atender um homicídio, e o cara teve que me dar carona pra eu ir lá atender o homicídio, entendeu?

E era um conhecido meu ainda que tinha morrido. E o cara que eu peguei carona era um dos acusados de participar da morte do cara ainda, e eu nem sabia. Quer dizer, época difícil...

O governador que assumiu logo após o ápice da crise, iniciando seu mandato em 2003, Paulo Hartung,²⁰⁵ em entrevista concedida em seu escritório particular, frisou, com muita ênfase, a fraqueza institucional e econômica do Espírito Santo ao longo de toda sua existência, destacando as fortes vinculações entre políticos e policiais. Cita, como exemplo dessa fragilidade, o fato de ter realizado, em 2003, o primeiro concurso para defensor público no Estado. Antes, esse cargo era preenchido por meio de apadrinhamentos políticos, assim como diversos outros, estratégicos.

Lembra, nesse mesmo período, a total inexistência da Secretaria de Segurança Pública, tendo esta de ser “refundada” – ou, quem sabe, “fundada” – considerando a total desorganização institucional, operacional, tecnológica, gerencial em que se encontrava. Hartung diz que, ao assumir o governo, os comandos policiais militares e civis estavam totalmente subordinados aos interesses privados e políticos, numa tradição já do Espírito Santo de políticos se utilizarem das forças públicas para seus interesses privados e, normalmente, ilegais.

Na esteira de uma forte aliança política que se construiu sob o signo da união contra o crime organizado (Marcelo Denadai havia sido assassinado em 2002, e Alexandre Martins, em 2003), o ex-governador alega ter conseguido “isolar” as polícias da influência política, principalmente dos parlamentares. No entanto, a própria polícia continuou a praticar o clientelismo político e manter velhos padrões tradicionais dentro da instituição. Com a quebra do vínculo entre políticos e policiais, acabaram eles mesmos se candidatando, praticando e mantendo o clientelismo político.²⁰⁶

Nos anos 80, em especial na segunda metade, tiveram início as tentativas de desarticular o crime organizado do estado, que estava,

²⁰⁵ Na época da entrevista, ocorrida em seu gabinete pessoal em Vila Velha, Paulo Hartung não exercia nenhum mandato eletivo, atuando exclusivamente como economista, sua profissão de formação.

²⁰⁶ De fato, diversos oficiais, e mesmo praças, vêm se candidatando e vencendo eleições no Espírito Santo nos últimos anos.

em grande parte, instalado justamente na Secretaria de Segurança²⁰⁷. Tal fato tanto pode comprovar a desestrutura do aparato de segurança quanto explicar a total desorganização desse órgão do governo, fragilizando ainda mais as ações de controle social. É possível que a própria desarticulação do crime organizado possa ter gerado uma onda de assassinatos (vinganças, queimas de arquivo, etc.).

Eis uma onda que acabou tendo repercussão nas taxas de homicídio após 2003, considerando que, com a baixa população, um número mais elevado de mortes interfere com mais significância nas taxas. Contra essa hipótese, entretanto, pesa o fato de que, conforme relatado e defendido, a suposição é de que as mortes ligadas aos movimentos de crime organizado não eram significativas e afetavam, em especial, criminosos de outros estratos sociais (*White Collar*), o que não parece ter sido o caso. A total desorganização da Secretaria Estadual de Segurança e sua incapacidade funcional são um fator importante a se destacar, uma vez que, sem nenhum tipo de controle, as ações dos policiais se tornam uma total incógnita, seja em sua atuação legal, no controle da criminalidade, seja praticando crimes.

Torna-se, em verdade, extremamente complicado discutir o aumento das taxas de homicídio no Espírito Santo após o ápice da crise institucional, porque, simplesmente, não há confiabilidade nenhuma nos dados anteriores à reorganização mínima da Secretaria Estadual de Segurança, que, certamente, não ocorreu em um ou dois meses.

Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tem início o esboço de um novo recorte para a segurança pública, envolvendo a elaboração e a apresentação à sociedade do Programa Nacional de Direitos Humanos. Desse desenvolvimento, é lançado em 2000 pelo governo federal o Plano Nacional de Segurança Pública, que aposta em um modelo de gestão integrada, na reforma das polícias e na aliança com a sociedade civil (CARDOSO, 2009, p. 46). Esse plano contempla também um fundo, por meio do qual se financiariam os projetos na área de segurança. O Espírito Santo, já no primeiro “Mapa da Violência”, publicado em 1998, aparece em segundo lugar no *ranking* nacional de homicídios por 100 mil

²⁰⁷ Se considerarmos outras passagens desse trabalho, desde o início dos anos 60, no mínimo. (GUIMARÃES, 1978).

habitantes. Surge, então, a primeira iniciativa para a redução dos homicídios no estado, denominada PROPAS.²⁰⁸

Nesse contexto, é esclarecedor o depoimento do Entrevistado 4:

Acho que não havia política de combate a esse tipo de crime e, em 2002, se eu não me engano, foi lançado até projeto voltado para a diminuição do homicídio no estado do Espírito Santo, começando em 2002, se eu não me engano. Eu não vou ter agora a data, mas foi 2002, que foi voltado justamente para “abaixar” índice de homicídio no estado e que colocava o policial 24 horas em determinados locais estratégicos e a pessoa sabia que ali teria o policial. Eram duas viaturas e a outra ficava parada, rodava uma hora, duas horas parado; a outra uma hora, duas horas. Então, uma viatura - a não ser que ela saísse para apoiar a outra - sempre havia uma viatura. Sabia-se se que haveria ali viatura então. Era efetivo bom, o equipamento na época era novo. Tudo novo. Eram só Santanas na época. Eram carros último ano. Então eu acho que foi o primeiro ano que se baixou muito, porque foi primeiro ano que teve uma política que realmente é voltada para a redução do índice de homicídios. Antes disso, não existia nada. Era normal viaturas rodando. Se ligasse ia lá e atendia. Se não ligasse, ficava lá o corpo. Eu ia lá e fazer ocorrência, encaminhado para a delegacia. IML recolhia o corpo e não havia uma política de investigação. Não havia uma política de união entre as polícias civil e a polícia militar. Era geralmente quem chega primeiro que colhe os primeiros dados. “Muitas das vezes”, até corrompe o local onde teve o homicídio. Porque vai olhar se tá vivo ou não tá. Chega para tirar uma pulsação. Fazer um teste. Só de tocar já está adulterando um estado ali. Que não existia perícia não. Acaba sendo o policial militar mesmo que chegava botava a mão. , virava o corpo, era 1 tiro, 2 quantas perfurações e fazer a ocorrência policial. Encaminhar. Vinha o carro da funerária, ele recolhia o corpo. Nem carro de IML tinha na época.

Quando questionado sobre a questão das investigações de homicídio no estado no fim da década de 90, quando atuou na PM do Espírito Santo, o Entrevistado 2 afirma:

Se era muito “traficante”, nem investigava. Tinha vários policiais aí que já até morreram. Que matou um monte de gente e nunca foi investigado em nada. Todo mundo sabia que era “ele”, mas como tinham alguns “peixes”, eles seguravam. [...] não investigava - porque não tinha carro pra investigar... Investigador não tinha carro, a gente não tinha nem viatura pra ir atrás.

²⁰⁸ Esse programa foi discutido em capítulo anterior.

O Entrevistado 1, questionado também sobre a questão da investigação dos homicídios antes de 2003, fosse entre traficantes, criminosos ou perpetrados por policiais, diz:

Era sempre, em todo momento que houver um problema, alguém chegava lá, dava o “abafe” e não tinha mais nada. A não ser que fosse pra imprensa. Se tivesse imprensa. Se tivesse, a gente chama assim: a “vítima sem choro” né? Se tivesse “a vítima “com choro”, “tava” enrolado. Porque botava em camisas, ia pra júri... e “tá- tá-tá-tal”. Então aí não tinha como segurar no caso.

Da parte dos ex-policiais civis entrevistados (5 e 6), percebe-se que essa agência policial agia mais em relação aos crimes de mando, de repercussão política ou entre as elites. Depreende-se que a Polícia Civil estava ainda mais subordinada aos interesses políticos e das elites do que a própria Polícia Militar, que em nível de praças, atuava com certa “liberdade”. Quando questionado se houve melhorias na segurança pública do estado após 2003, o Entrevistado 5 afirma que

Não tem, você vê que não teve nada de mudança. Você vê quantas pessoas desaparecem aqui no ES. No país. Mas vamos por aqui no nosso estado. Pega uma cidadezinha que alguém desapareceu e a notícia de que achou ou não achou. Continua a mesma coisa. Você vê que o tráfico aumentou muito mais. O crime de mando prevalece até hoje. Entendeu?

Para o entrevistado 6, o pedido de intervenção federal por parte da OAB “[...] foi política mesmo, foi conversa”.

O “ESPÍRITO SANTO” EM AÇÃO!

Sem adentrar o mérito dos depoimentos colhidos, o que se pode extrair é que, de fato, a infraestrutura de funcionamento da segurança pública do Espírito Santo estava em frangalhos no fim dos anos 90. O pedido de intervenção federal (apresentado pela OAB), a Missão Especial e a “união” contra o crime organizado foram resultado da oportunidade que se abria com a redemocratização do país e da emergência da segurança pública e do combate ao crime como preocupações do governo federal. Isso resultou, também, da própria emergência do problema do homicídio como sendo problema público

e da divulgação dos *rankings* de violência, figurando o Espírito Santo sempre entre os primeiros.

Outro fator importante é que a desorganização do estado, em todos os níveis, estava claramente afetando a estabilidade institucional e, naturalmente, comprometendo os processos de acumulação de capital, uma vez que comprometia a confiabilidade do estado como local de investimento e tornava onerosas e imprevisíveis as relações com o poder público.

Não à toa, em 2003, surge a organização “Espírito Santo em Ação”, para atuar nessa reorganização do estado, essencial para o empresariado: “No início, o objetivo era contribuir para que o Estado retomasse suas características de destaque, revigorando a economia, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais e resgatando a autoestima dos capixabas e daqueles que escolheram o Espírito Santo como sua terra”.²⁰⁹ Como ressalta Rainha (2012, p. 78),

Os empresários não ficaram indiferentes, até porque o quadro de crise política e econômica e de ausência de estratégias de desenvolvimento por parte do poder público teve impactos nos rumos da economia estadual e, consequentemente, em seus empreendimentos. O Estado encontrava-se em dificuldades financeiras e administrativas que inviabilizavam a expansão e até mesmo a permanência de grandes empresas no Espírito Santo. A falta de investimento em infraestrutura, somada às práticas abusivas do poder público, levou algumas empresas a transferirem suas sedes para outros estados, afetando as empresas locais que integravam aquelas cadeias produtivas.

A autora, que pesquisou essa organização especificamente, ressalta, ainda, que a solidez institucional é “apreciada” pelos empresários porque reduz as margens de incerteza, e o agravamento da crise político-institucional tornou-se altamente prejudicial para as empresas por causa da instabilidade que causou.

Quanto as áreas periféricas, o que se pode concluir é que elas eram - e continuaram a ser - o foco dos homicídios e do aprisionamento em massa. Para as áreas mais desfavorecidas, a desorganização total, no fim dos anos 90, da Secretaria de Segurança Pública - que nunca teve atuação abrangente - gerou um total descontrole dos ci-

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.es-acao.org.br/index.php?id=institucional/espírito_santo_em_acao/index.php>. Acesso em: 4 ago. 2015.

clos viciosos de assassinatos, das rodas da violência interpessoal e também, como se pode perceber, da própria polícia. Esse controle ainda está em curso de ser recuperado, com investimentos na melhoria das condições de trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil, visando superar gargalos antigos, como, por exemplo, o da investigação e da condenação por crimes de homicídio, conforme visto em segmentos anteriores deste trabalho.

Apesar de todas as transformações recentes, as representações da violência letal - quando esta aplicada contra indivíduos sob a égide de uma “sujeição criminal” - continuam sendo vistas com certa tolerância. A visão da vítima como responsável por seu destino exime o Estado de suas atribuições e justifica a ineficácia do sistema de justiça criminal. Este acaba se movimentando contra os homicídios, em muitos casos, muito mais em decorrência de uma pressão externa, voltada para defender a imagem do estado na perspectiva do *marketing*, do que decorrente de transformações na percepção dos atores acerca do fato em si.

Enquanto isso, as taxas de homicídio no Espírito Santo continuam altas, embora estejam em retração desde 2009. E ainda existem numerosos casos de desaparecimento e localização de cadáveres cuja explicação jamais será encontrada (ZANOTELLI *et al.*, 2011, p. 110-111), uma vez que 80% dos inquéritos de homicídios são engavetados nos mutirões do Ministério Público.

Ribeiro Júnior (2012, p. 28) resume bem a situação: “[...] apesar dos índices de homicídio elevados desde o início da década de 1990, a visão era a de que este não era o verdadeiro problema. Não havia um problema de ‘segurança pública’, mas de ‘crime organizado’, máfia.” Essa percepção teve suas consequências.

Ribeiro Júnior (2012) chama a atenção para o fato de que, nos anos posteriores a 2002, o Espírito Santo apresentou um vertiginoso aumento em sua participação no PIB nacional, alcançando um crescimento acumulado de 29,7% entre 2002 e 2011. Ampliou ainda mais seu setor industrial, além de acompanhar o Brasil nas tendências de redução da pobreza e ampliar as oportunidades de emprego.

Entretanto, as tendências das taxas de homicídio permaneceram em alta até 2009 e só então entraram em tendência de declínio. Ainda assim, trata-se de uma redução pequena ano a ano. Enquanto

isso, as taxas de encarceramento aumentaram exponencialmente: em dezembro de 2002, eram 2.920 presos, contra 10.191 em junho de 2010. O modelo implantado após 2002 segue em curso, considerando a manutenção de muitos dos atores do setor de segurança pública em nível estadual e a intensificação da lógica de encarceramento em massa, que ultrapassa os dois mandatos de Paulo Hartung e perpassa o de Renato Casagrande (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 75).

O problema penitenciário no Espírito Santo vem persistindo desde muito antes de 2002, como foi possível observar no depoimento dos ex-policiais. O fato é que as melhorias nas condições econômicas do estado não acarretaram melhorias imediatas das condições de segurança, tanto em termos de homicídios quanto de condições carcerárias. Estas, nos últimos anos, foram, inclusive, objeto de fortes questionamentos, denúncias, investigações e produziram risco de intervenções judiciais no sistema carcerário do estado.

Essa é uma evidência muito clara de que explicar a violência no Espírito Santo considerando modelos sustentados principalmente nos processos de urbanização acelerada, industrialização não planejada, entre outros, são insuficientes. As escolhas dos atores que influenciam com maior intensidade os direcionamentos da máquina pública estadual são, sempre, fatores que, de nenhuma forma, podem ser negligenciados. Assim como o modelo de industrialização dos anos 70 foi uma escolha dos grupos dirigentes sob as condições que se apresentavam - tanto em termos materiais quanto ideológicos - as escolhas do pós-2002 também foram uma opção.

CONCLUSÃO

E no meio dessa confusão alguém partiu sem se despedir; foi triste. Se houvesse uma despedida talvez fosse mais triste, talvez tenha sido melhor assim, uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval — uma pessoa se perde da outra, procura-a por um instante e depois adere a qualquer cordão. É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito — depois apenas aconteceu que não se encontraram mais. Eles não se despediram, a vida é que os despediu, cada um para seu lado — sem glória nem humilhação.

Rubem Braga

Encerrar um trabalho no campo da ciência em que essa pesquisa se localiza é sempre um desafio. Ainda que tal afirmação seja um “lugar comum”, a violência, de fato, continua em curso e não para no tempo para que a compreendamos. As transformações seguem seu curso, e os padrões prosseguem encontrando novos caminhos diante dos obstáculos.

Diante desse desafio, é preciso retomar que o objetivo inicial desta pesquisa, que em idas e vindas passou por assuntos diversos, foi compreender como o Espírito Santo passou a ser considerado um dos estados mais violentos do Brasil, considerando a ótica da acumulação social da violência. O empenho concentrou-se em identificar uma narrativa para o processo de acumulação social no Espírito Santo que, como em outras realidades, intensifica-se em alguns momentos. Combinado a condições pré-existentes que decorrem da história do estado, esse processo produz seus efeitos, que são tanto específicos, inerentes à história particular da região, quanto generalizados, semelhantes aos padrões observados em outras partes do Brasil em temporalidades diversas. O que se buscou foi identificar tanto as par-

ticularidades quanto aquilo que fosse “generalizável”, no esforço de sugerir caminhos para o estudo da violência dentro da ótica do conceito de acumulação social.

Os dados e as análises apresentados nos permitem concluir que a violência no Espírito Santo não ocorre da noite para o dia. Que não foi de repente, na década de 80, que emerge um padrão de relação social que tem no assassinato uma de suas mais fortes expressões.

Para o caso do Espírito Santo, é de extrema importância maior conhecimento público da realidade da violência à medida que o crime contra a vida emerge nacionalmente como um problema público e sua discussão passa a interessar aos pesquisadores e à imprensa. Isso porque, desde o início da divulgação dos *rankings* de assassinatos na mídia de massa, o estado figurava como o “segundo” mais violento do país, deixando suas elites políticas diante dessas exigências dos novos tempos, quando as demandas da democracia e da igualdade tornaram-se, de fato, concretas.

Essa mudança não se dá desconectada de uma mudança na percepção social do que seja a vida humana, que emerge internacionalmente, com intensidade, nos anos subsequentes à organização da ONU, da Declaração dos Direitos Humanos e dos órgãos internacionais votados para essa temática. No Brasil, isso terá maior receptividade e afetará as políticas públicas com o fim do regime militar. E não se pode dizer que, hoje, no Brasil – e no Espírito Santo – a ideia de que qualquer ser humano tenha direito à vida esteja amplamente disseminada. Prevalece, ainda, em segmentos diversos – incluindo operadores do sistema de justiça criminal – atualizações das concepções que, historicamente, acompanham a trajetória nacional que divide, de forma maniqueísta, o mundo dos homens entre: os dignos de viver e aqueles cuja vida é uma dádiva indevida; entre os “cidadãos de bem”, aos quais os direitos deveriam estar assegurados, e os “não cidadãos”, aos quais os direitos não deveriam estar assegurados.

Como referências comparativas, foram evocados casos do Rio de Janeiro e São Paulo, estados e cidades mais estudados, com maior intensidade, mas não exclusivamente, considerando os trabalhos, respectivamente, de Misse e Manso e, em alguns momentos, o nordeste, considerando os estudos de Barreira e outros. No entanto, o modelo analítico da acumulação social da violência pode ser aplicado

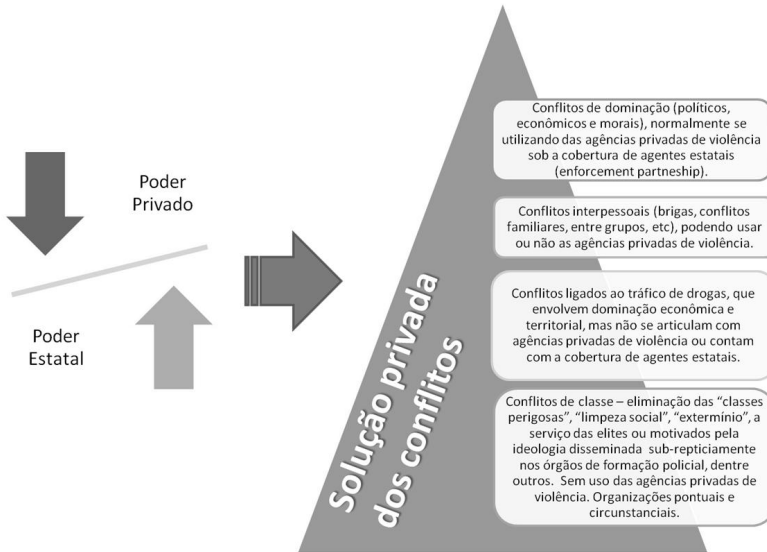
a qualquer estado brasileiro e, certamente, apontará as especificidades de cada um, as variáveis que divergem de uma região para outra, as temporalidades diferentes e algumas constantes que atribuem a estabilidade ao conceito. Penso ainda que, resguardadas as devidas precauções, é um modelo extensivo a outros países que guardem mínimas similaridades, como se pode observar ao trazer para o debate os resultados dos estudos desenvolvidos por Vadim Volkov na Rússia pós-soviética. O empreendedorismo violento, conceito desenvolvido por Volkov, é um também expansível a outras realidades além da Rússia, como este trabalho empenhou-se em mostrar.

Um aspecto geral da análise é generalizável e digno de nota nesta conclusão. independentemente de ser legítimo ou supostamente legítimo, de como se consolida ao longo da história da formação dos Estados nacionais, da presença ou da ausência (intencional ou condicional, de alguma centralização de armas e homens armados sob uma autoridade única) – o controle maior ou menor da violência considerada legítima (o monopólio weberiano) interfere no processo de acumulação social da violência. Quando considerada legítima, a violência exercida interrompe ciclos de acumulação social da violência. Cautelosamente evocando Girard (1972), a violência considerada legítima se dá no âmbito do “sagrado”, do diferenciado; enquanto a violência que se dá fora desse sistema historicamente consolidado ocorre de forma indiferenciada, e, portanto, incontrolável, caótica, mergulhada no círculo infinito da vingança, até que algum evento a traga de volta para dentro do âmbito sagrado e a distribua de forma mais ordenada no seio da sociedade.

Independentemente do aspecto moral das funções do Estado, ou das questões teóricas de fundo sobre a possibilidade ou a legitimidade da concentração da força sob uma autoridade conceitual controlada por indivíduos que a utilizam para a manutenção da dominação; a maior ou menor presença da legitimidade no exercício da violência altera o ritmo da acumulação social. Não se trata da atuação em si do Estado, mas da atuação considerada legítima. Ao se observar a acumulação social da violência no Espírito Santo – e mesmo processos similares em outros contextos citados neste trabalho – não se vê, necessariamente e a todo tempo, a ausência da representação da violência do Estado. Vê-se seu exercício sob formas consideradas ile-

gítimas no tempo em que as ações se dão. Um modelo elaborado a partir do desenvolvimento da pesquisa e buscando reunir conceitos e ideias discutidas servem para ilustrar o raciocínio proposto.

Figura 10: Modelo explicativo poder privado x poder estatal



No modelo proposto, a redução da influência do poder estatal - o que se dá no âmbito do “sagrado”, sob ritos e regulamentações - acarreta, conseqüentemente, a ampliação do poder privado, ausente de formas rituais aceitáveis, atuando de forma indiferenciada e caótica, produzindo ciclos de vingança intermináveis e sem perspectiva de reestabelecimento da ordem. O resultado desse desequilíbrio da balança é a solução privada dos conflitos, e o foco em especial desta tese foi a violência homicida, o assassinato.

A solução privada dos conflitos não diz respeito, exclusivamente, a conflitos interpessoais, mas também a conflitos econômicos, culturais e mesmo de classe, o que, talvez, por vias indiretas, seja a maior causa dos assassinatos no Espírito Santo. Propõe-se tal especulação exclusivamente no plano hipotético, haja vista não haver possibilidades de se conhecer a fundo a motivação dos homicídios do estado por causa da pequena quantidade de crimes solucionados e da precariedade com que são solucionados quando alcançam esse ponto, conforme discutido ao longo do trabalho.

Ciente de que essa discussão demanda outras hipóteses que demandariam outros estudos de igual ou maior escopo do que o presente, fica a expectativa do desenvolvimento teórico e empírico das bases lançadas em trabalhos futuros.

CONCLUSÕES PONTUAIS

Em um plano mais específico da pesquisa, mais voltado para os aspectos relacionados à acumulação social da violência no Espírito Santo, pode-se afirmar, a título conclusivo, o seguinte:

- Os crimes violentos sempre foram uma constante no Espírito Santo, assim como no Brasil. No entanto, agravam-se, inicialmente, na ocupação do norte do estado a partir dos anos 30, considerando o modelo de ocupação dessa região sustentado em grande propriedade, grilagem de terras e uso das forças públicas para garantir os interesses econômicos majoritários. Por meio de extrema violência, de sublocação da violência para agentes do próprio Estado (policiais) ou outros, era realizada a “limpeza” necessária para a implantação dos empreendimentos de interesse. Já nesse contexto, percebe-se que a fraqueza institucional e econômica do governo do Espírito Santo o conduz a associações com agências rústicas de gerenciamento da violência, como forma de garantir a coerção e proteger o capital que, nesse período, ainda se concentrava na produção cafeeira. Esse modelo vai permanecer parcialmente nessa região até épocas bem recentes, como se pode ver nos casos envolvendo a instalação da empresa Aracruz Celulose, hoje Fíbria;
- O período militar no Espírito Santo garantiu a impunidade para agentes do Estado que se envolveram em ações criminosas, desde as de alta rotatividade de capital, até as de menor volume econômico. A maioria das situações envolvendo o uso extensivo e indiscriminado do assassinato como forma de resolução dos conflitos entre criminosos, muitos deles policiais e agentes públicos. Nesses tempos de violência ilegítima obscurecida pelo autoritarismo, as estruturas de legitimidade da coerção se corroem e, após o fim do regime, mostraram sua face deteriorada;

- As políticas de erradicação dos cafezais e os “Grandes Projetos” produziram efeitos contraditórios. A industrialização, a acumulação e concentração de capital foram acompanhadas por um significativo empobrecimento urbano. O caso dos “Grandes Projetos”, do ponto de vista político, tornou o estado refém das grandes empresas; do ponto de vista econômico, foi incapaz de capitalizar o estado em proporções minimamente equiparáveis para que o setor público pudesse fazer frente aos desafios que adviriam do acelerado processo de industrialização e, conseqüentemente, urbanização. Ressalte-se, porém, que essas políticas foram impostas em um contexto de regime autoritário, sem discussão pública, sob uma forte influência de uma ideologia desenvolvimentista, deixando poucas opções, mesmo ao empresariado local, e nenhuma à população local;
- Se a erradicação dos cafezais e os “Grandes Projetos” provocam, de fato, uma explosão migratória e uma urbanização desordenada da região metropolitana da Grande Vitória, não se pode dizer que sejam esses os fatores determinantes do aumento da violência. Existe uma série de outros fatores ligados ao fato e que não se resumem à “urbanização desordenada”. Eis alguns: as mudanças no país; a redemocratização; o hiato institucional por que todo o país passou, incluindo o Espírito Santo; as mudanças de mentalidade no mundo (de maneira intensa); a mudança das formas de sociabilidade; a difusão do tráfico de entorpecentes e de armas ampliando a capacidade de resistência à violência do Estado que vinha desde sempre. Como afirma Soares e Saporì (2014, p. 129), “Fatores sociais e econômicos contam, mas não determinam os níveis de crime e de violência”. Observa-se, no Espírito Santo, algo similar a outros estados do país em épocas diferentes, antes ou mais recentemente, de alguma forma acompanhando os modelos de desenvolvimento econômico que parecem não ter se modificado nos últimos 30 anos, apesar dos questionamentos a eles direcionados considerando suas conseqüências sociais;
- É extremamente complexo falar em quantidade de homicídios no Espírito Santo antes de 2003. Pelo que verificado na pesquisa, as estruturas de segurança pública tinham um funcionamento absolu-

tamente precário e estavam impregnadas de agentes que pertenciam a organizações criminosas mais ou menos complexas. Tais agentes utilizavam suas próprias condições de atores do segmento de segurança para acobertamento das atividades criminosas, incluindo assassinatos. Desde o início do século, o Espírito Santo dispõe de uma precária estrutura coercitiva, policial. Nos anos 70, 80 e 90, não era diferente. Mesmo depois da reorganização institucional do estado, até hoje o Espírito Santo sofre com sua pequena estrutura administrativa e operacional para lidar com a questão da segurança pública. Inegavelmente alguns aspectos da segurança pública no estado melhoraram após 2003 mediante o aumento dos investimentos, por outro lado, os resultados alcançados não foram imediatamente dos melhores, o que se pode atribuir à ideologia por trás desses investimentos. É de fato discutível a qualidade dos dados sobre homicídios antes de 2003, o que poderia levar a uma conclusão – precipitada, diga-se de passagem – de que a partir desse ano as taxas não necessariamente aumentaram e sim se aproximaram da “realidade” para só começar a cair a partir de 2009; por outro lado o aumento astronômico das taxas de encarceramento seletivo e focado em pequenos delitos e segmentos sociais específicos, já que até hoje a população carcerária condenada por crimes contra vida é muito menor em relação a outros tipos de crime menos graves e é desproporcionalmente predominante de jovens pardos e negros, sugere o viés ideologicamente informado das políticas de segurança pública implantadas a partir de 2003 na direção de uma sujeição criminal. Em termos estruturais, o problema do sistema penitenciário no Espírito Santo é muito anterior a 2003. Embora não seja foco desse trabalho, é digno de nota que o problema do encarceramento em massa vem atravessando governadores sem, ao menos ao tempo em que esse trabalho se produz, soluções mais eficazes além da construção de presídios e mais presídios, inclusive inchando a máquina pública com mais e mais agentes penitenciários, reverberando em um “problema fiscal”, argumento comum para a discussão da perigosa “privatização do sistema penitenciário”, experiência que vem se mostrando desastrosa onde é implantada no Brasil ou fora do país.

- Houve, de fato, uma deterioração significativa das condições institucionais da administração do estado no fim dos anos 90, mas que

já vinha sendo gerada desde o início do processo de transição democrática no estado. Antigos agentes do crime que estavam imiscuídos no governo obscuramente desde os tempos do Regime Militar se tornam públicos e começam a afetar a sensibilidade social, em especial das classes médias, que, agora, em um regime democrático, poderiam se expressar. Soma-se a isso que a deterioração do ambiente institucional e organizacional da máquina pública estadual traz instabilidade e, consequentemente, prejuízos às empresas instaladas em solo capixaba. Não se trata, exclusivamente, de pequenas, médias ou grandes empresas locais, mas de empresas gigantescas do porte da Vale do Rio Doce, da Aracruz Celulose (hoje Fíbria), Samarco, entre outras. Fazia-se necessária uma mudança de rumo que reduzisse a incerteza e garantisse a manutenção da acumulação de capital. Ou seja, era do interesse do grande capital “Um novo Espírito Santo”, que funcionasse mais de acordo com as regras próprias do novo modelo de capitalismo internacionalizado, algo que o modelo anterior era incapaz de fazer, pelo fato de estar preso a estruturas patrimonialistas, clientelísticas, corrupção pura e simples e incapacidade gerencial;

- Todo o contexto que envolve as situações entre 2000 e 2003 bem expresso no pedido de intervenção federal apresentado pela OAB regional e que, apesar de engavetado, surtiu forte repercussão - foca-se essencialmente no “fantasma” do crime organizado. Embora cite, por alto, o fato de que o estado já ocupava o segundo lugar no *ranking* dos homicídios entre os estados da federação, o grande inimigo a ser combatido é o crime organizado e a *Scuderie Detetive Le Cocq*. Dessa forma, o problema dos homicídios não é tratado com destaque nesse contexto, que dá destaque às ameaças e ao assassinato de militantes de Direitos Humanos, magistrados, sem maior ênfase ao “crime difuso”;
- Se não há nenhum indício que a *Scuderie Le Cocq* seja responsável pela maior parte dos homicídios do estado, e, sim, que ela esteja ligada a assassinatos de maior relevância e de caráter profissional. É fato que a não estruturação da Secretaria Estadual de Segurança - na medida de ampliação da demanda de controle social e adequação aos moldes que emergiam da redemocratização (como em outras partes do país) - participa da construção de condições favoráveis à ocorrência

de homicídios. A quase total incapacidade operacional da Secretaria - sem armamentos, sem contingente, sem viaturas, equipamentos e com salários atrasados - associada à forte influência da própria *Le Cocq* capixaba nos órgãos de segurança pública e o descontrole da segurança nos presídios, é um dado relevante na ampliação quantitativa dos assassinatos no estado. Fossem estes perpetrados por policiais em seus grupos eventuais e não organizados de extermínio e limpeza social, fossem em conflitos entre criminosos e interpessoais em geral;

- A forma de organização e funcionamento da *Scuderie Le Cocq* no Espírito Santo constitui excelente exemplo de “empreendedorismo violento” fora da Rússia, onde Vadim Volkov (2002) desenvolve o conceito. Observem-se as similaridades entre o perfil das atividades das organizações analisadas por Volkov e a *Le Cocq*, considerando as condições de um estado em transição, com suas condições de exercício do monopólio da violência comprometidas, e em fase de reorganização. Essa percepção enseja novos estudos que busquem maiores aproximações, incluindo outras organizações em outros estados do Brasil a título de se verificarem as hipóteses de uma teoria de maior alcance que envolva Estados fracos e/ou em transição e a emergência de agências de “empreendedorismo violento”;

- A partir de 2003, o Espírito Santo inicia uma trajetória de recuperação econômica, organizacional e institucional, incluindo os setores público e privado, atraindo investimentos, aumentando sua participação no PIB, gerando empregos, reduzindo a pobreza e reativando o crescimento das atividades industriais,²¹⁰ Apesar disso, os índices de violência letal continuam em tendência de alta até 2009, e o estado enfrenta desafios gravíssimos no setor prisional, que ensejaram, inclusive, contestações em nível federal, e mesmo internacionais, acerca da condução do governo estadual. O crime organizado e a *Scuderie Le Cocq* haviam sido “vencidos”, mas essa vitória não afetou direta e imediatamente o problema dos homicídios no estado. Isso porque, conforme apresentamos como hipótese, a maior parte dos homicídios

²¹⁰ Embora a reorganização institucional do estado seja aspecto fundamental dessa retomada do desenvolvimento econômico, o cenário nacional e internacional eram favoráveis ao estado, incluindo as descobertas de petróleo cuja antecipação de direitos contribuiu para essa reorganização financeira do estado.

não estão ligados ao crime organizado, e, sim, ao crime comum, ou “difuso”. A maior parte das mortes causadas pela polícia, na época, não eram em nome da *Scuderie Le Cocq*, mas dos esquemas dos batalhões no cotidiano da ação policial, em especial da Polícia Militar. É fato que políticas de segurança têm um prazo para se efetivarem e surtirem efeitos mais significativos. Mas, ainda assim, é de chamar a atenção o paradoxo capixaba, no qual o crime organizado é vencido, seus representantes são presos, o estado se desenvolve, a pobreza diminui, mas os homicídios continuam a aumentar, ao lado da implementação de uma radical política de encarceramento que não impacta o número de assassinatos;

- Não se pode negar o impacto da melhoria das condições de contabilidade dos crimes de homicídio no Brasil e, em especial, no Espírito Santo. Períodos em que as taxas de homicídios se elevam no estado estão próximos a eventos relativos à forma de se contabilizarem os assassinatos. O Espírito Santo é, hoje, um estado considerado razoavelmente confiável no que se refere à alimentação de dados ao Anuário de Segurança Pública, publicado anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O início da década de 80, os meados dos anos 90 e os anos posteriores a 2002, o ano da crise institucional do estado, são períodos que coincidem, respectivamente, com a emergência do DATASUS, com mudanças na codificação do DATASUS e com a reorganização institucional do Espírito Santo;

- No pano de fundo de todo este trabalho, o que se percebe é que, por trás dos mitos, dos fantasmas, o que se tem é a negação do reconhecimento social por parte do Estado a certos segmentos do estado. Ainda que a emergência dos homicídios como problema público venha se consolidando ao longo dos anos, não foi o assustador número de assassinatos ocorridos no estado o principal motivador da mobilização política e empresarial que resultou no pedido de intervenção federal e na reorganização do estado a partir de 2003. Consistia em um aspecto de segunda importância. Posteriormente, continuaram a ser questão de menor importância desde os planos para o futuro do Espírito Santo, o ES 2025 e seguintes, até a atuação dos atores do sistema de justiça criminal que lidam com o dia a dia do crime

de assassinato no estado, resolvido juridicamente, via de regra, pelo engavetamento. É possível ver como a pressão externa é dos principais motivadores no que se refere ao enfrentamento do crime de homicídios, seja na repressão ou na persecução penal. Os recursos para “atender às metas”, ou seja, para dar conta da pressão externa pela diminuição, pela investigação e punição dos crimes de homicídio produzem figuras jurídicas inovadoras. Uma delas, citadas neste trabalho, é a “testemunha protegida”, que nada mais é do que um instrumento duvidoso para obter resultados rápidos nas investigações de homicídio diante das limitações técnicas da Polícia Civil em termos de produção de provas de maior base científica e aceitação no decurso do processo judicial. Observa-se que o problema do assassinato tem sido visto como um problema menor, seja por “policiais matadores” (que podiam matar, mas não traficar ou roubar), ou mesmo pelos operadores do sistema de justiça penal, que, no caso das investigações aqui realizadas, demonstram preocupações burocráticas com a questão das altas taxas de homicídios.

A compreensão do que chamo, nesta conclusão, de “paradoxo capixaba” é um desafio teórico e empírico que induz à continuidade de pesquisas e ensaia-a. Como hipótese, o entendimento é que os homicídios não foram nem priorizados e nem devidamente compreendidos adequadamente nos anos subsequentes a 2003. Isto se associa à própria reorganização institucional em diversos âmbitos administrativos, incluindo saúde e segurança, o que acaba por revelar algo que não era novo, mas se mantinha oculto, ignorado. Tal situação resultou em políticas de segurança que, ao mesmo tempo em que tentavam recuperar os prejuízos de anos de descaso, implantavam modelos inadequados ao problema em enfrentamento, até mesmo porque restringiam o problema do estado ao “crime organizado”, sem um olhar mais apurado para o crime difuso.

É notório que houve uma significativa melhora no funcionamento da Polícia Militar do Espírito Santo, que, atualmente, pouco frequenta o noticiário local com denúncias de violência extrema, apresenta baixos índices de violência em confronto e autos de resistência. O que não se investigou neste trabalho é se a figura do “policial matador” ainda existe na corporação e se os antigos esquemas

de alocação de batalhões - em certos agrupamentos e locais para a realização de “limpeza social” - ainda estão em curso.

Ressaltando-se que parte significativa dos homicídios no estado, apesar dos avanços reconhecidos, ainda não é esclarecida, tornam-se complexas afirmações nesse sentido, tendo em vista a própria permanência das altas taxas de assassinatos. Existem relatos, que não foram inseridos neste trabalho pela dificuldade de aprofundamento e verificação, que dão conta da existência - ainda- de “pistoleiros” e “matadores”, mas não explicitam tratar-se de policiais. É possível que essa prática ainda exista dentro da PM capixaba, mas com menor visibilidade. Assim, é necessário buscar outras hipóteses para esse paradoxo.

A ideia de concentração de desvantagens sociais (SAMPSON, 2012) e a de sociabilidade violenta de Machado da Silva (1995, 2004, etc.) podem ser caminhos para se compreender a atual dinâmica da acumulação social da violência no estado. Ressalta-se que a sociabilidade violenta de que nos fala Machado é tomada com a ressalva de que essa forma de sociabilidade não é uma novidade radical ou inédita, mas antes se trata de uma novidade quantitativa e não qualitativa, como destaca Misse ([s.d.], p. 5). Observam-se também as permanências e as novas formas da “sujeição criminal” a novas modalidades - que, antes, eram explícitas e, hoje, são subterrâneas - de comércio de “mercadorias políticas” que marcam essa acumulação.

Essa agenda de pesquisa passa pelo reconhecimento da necessidade urgente de se compreenderem os motivos que produziram a tendência de queda das taxas de homicídios no estado a partir de 2009. Acrescente-se um estudo mais aprofundado das áreas que concentram os crimes contra a vida, em especial na Região Metropolitana da Grande Vitória, onde essa concentração se manifesta com maior relevância. As áreas estão identificadas por pesquisadores que realizaram importantes trabalhos, como Pablo Lira e Rossana Matos. O governo do estado tem a tecnologia necessária para contribuir com essa tarefa. Resta o investimento na pesquisa empírica, etnográfica, em profundidade qualitativa e quantitativa dessas áreas para a compreensão da dinâmica dominante dos homicídios no Espírito Santo após ações da *Scuderie Le Cocq*.

A acumulação social da violência é um processo e está sempre em curso. Se existem variáveis que a intensificam, existem também as que

contribuem para sua retração. Faz-se fundamental compreender a dinâmica do processo nos diversos. Vale ressaltar que houve, de fato, uma deterioração significativa das condições institucionais da administração do estado no fim dos anos 90, mas que tal deterioração já vinha sendo gerada desde o início do processo de transição democrática no estado. Antigos agentes do crime – que estavam imiscuídos no governo obscuramente desde os tempos do Regime Militar – tornam-se públicos e começam a afetar a sensibilidade social, em especial das classes médias, que, agora, em um regime democrático, pode se expressar. Soma-se a isso que a deterioração do ambiente institucional e organizacional da máquina pública estadual traz instabilidade e, consequentemente, prejuízos às empresas instaladas em solo capixabas. E não se trata, exclusivamente, de pequenas, médias e ou grandes empresas locais, mas de empresas gigantescas do porte da Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose (hoje Fíbria), Samarco, entre outras. Fazia-se necessária uma mudança de rumo que reduzisse a incerteza e garantisse a manutenção da acumulação de capital, para a sustentação de políticas públicas que atuassem de forma eficaz no enfrentamento da violência letal, ou haveria a surpresa em virtude da emergência de fatores que a intensificassem novamente. Além disso, embora em tendência de baixa, as taxas de homicídio no Espírito Santo ainda são extremamente altas, na casa de 39,4 por 100 mil habitantes, com 1.529 pessoas assassinadas durante 2014.²¹¹ E a impunidade para esse crime ainda é a regra no estado, apesar de esforços no sentido de mudar essa situação.

Para além dessas questões, espera-se que este trabalho tenha contribuído em relação a despertar para o fato de que, em raros casos, há uma explosão de violência em determinada região. A análise histórica permite perceber os elementos que antecedem e preparam o terreno para o momento do enfrentamento do “fantasma” que, embora seja o que mais assuste, nem sempre é o real problema. Mais: é necessário repensar o conceito e o papel do Estado na Segurança Pública e em relação aos problemas ligados à violência letal, considerando ser essa figura uma “entidade teológica”, como nos diz Bourdieu (2014, p. 36). O alfa e o ômega, o começo, o meio e o fim da violência, pois “a velha

²¹¹ Boletim de Informações Criminais Espírito Santo 3º quadrimestre de 2014. IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves.

potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (FOUCAULT, 1999, p. 131).

E da morte, afinal, como nos diz Hans M. Enzensberger: “A violência se liberou de qualquer fundamento ideológico”.

REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 367p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. 142p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207p.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. ISSN 2236 7527.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 152p.
- ANJOS, Erly Euzébio dos. A 'Pistolagem' Entre Nós: Crimes de Mando na Violência do Espírito Santo. In: **SINAIS - Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição v.1 n.04, p.186-217, Dezembro. 2008.
- ARAUJO, Fábio Alves. **Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 224p.
- ARCHER, Margaret. **Structure, Agency and the Internal Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 370p.
- BANCK, Geert A. **Dilemas e símbolos**. Estudos sobre a cultura política no Espírito Santo. 2. ed. Vitória: Edufes, 2011. 424p.
- BANCK, Geert. **Caçar com gato**. Escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 1977. 198f. Universidade de Amsterdam. Amsterdam: CEDLA. 1977 (Traduzido do original holandês de 1977 por Karel Van Den Bergen. Edição revista e editada pelo autor. Vitória, 2011.)
- BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e r-existência tupiniquim: Mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose**. Tese (Doutorado em Geografia). 2008. 424f. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

- BARREIRA, Cesar. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1998. 172p.
- BARREIRA, Cesar. **Cotidiano despedaçado**. Cenas de uma violência difusa. Campinas, SP. Pontes Editores, 2008. 262p.
- BEATO FILHO, Claudio Chaves; Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998. ISSN 1806-9053.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; MARINHO, Frederico Couto. Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.p. 177-190.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1963]. 232p.
- BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Brasília: Editora UNB, 1986. 428p.
- BENDIX, Reinhard. **Nation-building and citizenship**. Berkeley: University of California Press. 1977. 692p.
- BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo**: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas. 2009. 177f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia do Centro de Ciências Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2009.
- BITTENCOURT, Mateus Boni. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às Masmorras do Novo Espírito Santo. 2014. 194f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- BLACK, Donald. **The Behavior of Law**. Academic Press. New York, 1976. 202p.
- BLACK, Donald. Dreams in the pure sociology. **Sociological Theory**. V.18. n. 3. p. 343-367. November, 2000.
- BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering**. Morality, media and politics. Cambridge University Press. Cambridge, RU/UK, 2004. 246p.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De La justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991. 483p.

- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Rev. Bras. Hist.** [online].V.24, nº.47, p. 303-326. 2004. ISSN 1806-9347.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no College de France** (1989-1992). Cia das Letras, São Paulo, 2014. 573p.
- BRASIL. Código Penal. **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública** Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012. p 36/37. 64 p.: il. color. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- BRITO, Alexandre Sant’Ana de; SOUZA, Lídio de. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 6, n. 12, jul/dez., p. 304-327, 2004.
- BROOKMAN, Fiona. **Understanding homicide**. London: Sage Publications, 2005. 355p.
- CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 252p.
- CAÇADOR, Sávio Bertochi; GRASSI, Robson Antonio. Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, n. 3, p. 453-480, jul.set.ro, 2009. Disponível em:< http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1144>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**. Repressão e Estado policial na Era Vargas (1930-1945). 1991. 468f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1991.
- CARDOSO, Míria Santos. **O novo paradigma da segurança pública no Brasil e sua repercussão no Espírito Santo: o caso PROPOAS (1985-2003)**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito, Vitória, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. 236p.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. n. 18, 1996.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro. V. 40 n. 2. 1997. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003#>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo. Cia das Letras, 1987. 216p.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998. 459p.

CICCARONE, Celeste; EHRENBRINK, Ana Percília Paim; SILVA, Ana Maria da. Novos territórios étnicos. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: RBA, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAI/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2034/celeste%20ciccarone.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

COLLINS, Randall. Micro and Macro Causes of Violence. **IJCV**. v. 3, n. 1. 2009, p. 9 – 22. Disponível em: <http://www.ijcv.org/docs/licence/DPPL_v2_en_06-2004.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015 - ISSN: 1864-1385

_____. **Violence**. a micro-sociological theory. Princenton: Princenton University Press, 2008. 558p.

COONEY, Mark. **Is killing wrong?** a Study in pure sociology. Charlottesville: University of Virginia Press. 2009. 256p.

DADALTO, Maria Cristina; RODRIGUES, Marcia Barros Ferreira. Migração e violência: o ‘baiano’ na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. **Dilemas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 7, n. 1, p.143-166, jan./fev./mar., 2014.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Et-nografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008, jul, 2008. ISSN 1850-275X. Original em: Das, V. y Poole, D. (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*(pp. 3-33). Santa Fe: SAR Press, 2004. 352p.

DE PAULA, Ricardo Henrique de Arruda. **Com a morte nos olhos:** itinerários de matadores de aluguel. 2008. 282f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

DE SWAAN, Abram. **In care of state**. Cambridge – UK: Polity Press, 1998. 352p.

DECKER, Oliver (*et al.*). Economic Prosperity as “Narcissistic Filling”: A Missing Link Between Political Attitudes and Right-wing Authoritarianism. **IJCV**, 7, n. 1, 2013, p. 135-149.

DOS SANTOS, Daniel. A formação do Estado em Angola na época da Globalização. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 22, 1º Sem, 2007, p. 95-125. ISSN 1414-7378.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1939]. v. 2. 307p.

ELIAS, Norbert. **Os alemães:** a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997. 431p.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos:** gênese e lutas. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 2009. 247p.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ÂNGELO, Vítor Amorim de. Grandes projetos, grandes esquecimentos. In FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ÂNGELO, Vitor Amorim de. (org's). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014. 242p.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; DE ANGELO, Vitor Amorim (Orgs.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014. 242p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro Globo, 2001. 945p.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. 293p.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2015.

FILHO, Namy Chequer Bou Habib. **A Revolta da Xandoca: De-savio à oligarquia Monteiro no ES (1916)**. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

FOUCAULT, M. “Direito de morte e poder sobre a vida”. p.124-149. In: _____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p.124-149.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento**. Ditos e Escritos II. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 402p.

FREITAS, Amilcar Cardoso Vilaça de. Porque adolescentes matam: cinco tipos puros de *accounts* para o assassinato na região metropolitana da Grande Vitória elaborados a partir de relatos de adolescentes em conflito com a lei. In **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**. Porto Alegre, ABraSD. V. 1, n. 2, p. 32-46. Jul./Dez, 2014.

FREITAS, Amilcar. **Tráfico de drogas e causas banais?** GT2 Justiça, democracia e seletividade. Seminário do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar. Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade. São Carlos: UFSCar, 2014. ISSN 2236-1138

GEERTZ, Clifford. **Further essays in interpretative anthropology**. USA: BasicBooks 1983. 244p.

GOVE, Walter R.;GEERKEN, Michael. Deterrence, overload and incapacitation: a empirical evaluation. **Social Forces**. Vol. 56, nº2, Special Issue, Dec, 1977.p.424-447.

GIFFONI PINTO, Raquel. **O poder da crítica. Um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais**. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Sociologia, com concentração em Antropologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

GIRARD, René. **La violence et le sacré**. Paris: Bernard Grasset, 1972. 452p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. 274p.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime**: a verdadeira história do esquadrão da morte. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1978. 441p.

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems**: drinking-driving and the symbolic order. Chicago: Chicago press. 1984. 263p.

HEHR GARCIA, Cristiano. **O impacto da matriz curricular da SENASP na formação das praças na Política Militar do Espírito Santo**: um estudo de caso. 2013. 164f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós - Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, 2013.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. 367f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: tepressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 296p.

IGLESIAS, **Análise dos grandes projetos de investimento no Espírito Santo**. Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010. p.165-218.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010. 464p.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**. v. 2, , p 25-51. 2009 -2.

KARSTEDT, Susanne. Organizing crime: the state as agent. In: PAOLI, Letiziz (ed). **The Oxford Handbook of organized crime**. Oxford University Press. UK, 2014. 303-320.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, p. 339-352. 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. Cia das letras, São Paulo, 2012. 363p.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Orgs.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Urbana/ANPOCS, 2011. 304 p.

LIMA, Renato Sérgio de. Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 2005. 205f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2005.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Vitória, Oficina Editora, 2014. 186p.

LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja (ed's). **Vitória**: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2014, 394p.

LIRA, Pablo; LYRA, Ana Paula; GUADALUPE, Thiago de Carvalho. Organização social do território e criminalidade violenta Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV In: OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja (Eds.). **Vitória**: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014, p. 293-318.

LODHI, Abdul Qaiyum; TILLY, Charles. Urbanization, Crime, and Collective Violence in 19th-Century France. **American Journal of Sociology**, v. 79, n. 2, p. 296-318. September, 1973.

LOUZEIRO, José. **Aracelli, meu amor**. São Paulo. Prumo, 2012. 232p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Entrevista com Luiz Antonio Machado da Silva. **Revista Habitus** – IFCS/UFRJ. v. 8, n. 2, p.142-147, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84. Jan./jun., 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Um problema na interpretação da criminalidade violenta. **Sociedade e Estado**, 2, 1995.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. Usuário ou traficante? A seletividade penal na nova lei de drogas. In XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 09-12 de junho de 2010, Fortaleza, Ceará. **Anais do Encontro**. Conpedi, 2010. p.1098-1111. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3836.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010**: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

MANSO, Bruno Paes. **Homicídios e homicidas**: reflexões sobre a atualidade urbana em São Paulo. 2003. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003.

MANSO, Bruno Paes. **O Homem X**: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo. Editora Record. São Paulo, 2005. 362p.

MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Edufes, Vitória, 2011. 219p.

MEDEIROS, Rogério; CALADO, Stenka do Amaral. **Um novo Espírito Santo**: onde a corrupção veste toga. Capital Cultural. Rio de Janeiro, 2010. 216p.

MELLO NETO, David Maciel de. **Esquadrão da morte**: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1987). 2014. 173p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas/Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

MILLS, C.Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 246p.

MISSE, Michel *et al.* **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. NECVU/Booklink, Rio de Janeiro, 2013. 196p.

MISSE, Michel (org), **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica**. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ, Booklink. 2010. 475p.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.300p.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva**. Mimeo. S.d.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**. São Paulo. V. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**. Porto Alegre, V. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

MISSE, Michel. **Violência e teoria social**. Conferência integrante das atividades requisitadas para Promoção à Classe E com a denominação de Professor Titular da UFRJ, de acordo com a Resolução n. 08/2014 do Conselho Universitário da UFRJ em 12 de junho de 2015. (cedido pelo autor)

MONJARDET, Dominique. **Ce que fait La Police**. Sociologie de la fore publique. Editions de La découverte . Paris, 1996. 313p.

MONTEIRO, Latussa Laranja; BERTOLANI, Marlon Neves; BERGAMASCHI, Rodrigo Bettim. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja (Eds.). **Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.p. 196-236

MOREIRA, Edilson Saloto; CORREIA, Isaac de Almeida; PARIS, Romulo Paneto; COSTA, M.A.B. O movimento operário no

Espírito Santo: um estudo de caso – a greve de 1908. Dossiê História e Mídias. **Sobre Ontens**. On line. Outubro de 2014. ISSN 21761876. Disponível em:<<http://revistasobreontens.blogspot.com.br/2014/10/dossie-historia-e-midia-2014.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MYRDAL, Gunnar. **O valor em teoria social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1965. 326p.

NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**: Cláudio Guerra. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. 291p.

NOGUEIRA, Rodrigo. **Como nascem os monstros**. A história de um ex-soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013. 606p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3. ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. Vitória, ES, 2008 727p.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo : Paz e Terra, 2000. 217p.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO 2025 - SÍNTESE DO PLANO ELABORADO POR EQUIPE TÉCNICA DO IJSN. Vitória, IJSN, 2007.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público**: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o Governo do estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, UFES, 2012.

REIS, Elisa. **The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880- 1930**. 1979. 375f. These (Doctor of Philosophy) - Massachussetts Institute of Technology, EUA, 1979.

REIS, Maria Elisa Pereira. **Processos e escolhas**: estudos de Sociologia Política. Contra Capa Livraria. Rio de Janeiro, 1998. 318p.

RIBEIRO DA SILVA, Erilaine. **Fé e repressão política**: atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social do estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1974 – 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. **Encarceramento em massa e cri-**

iminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Cousa, 2012. 96p.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. As políticas penitenciárias e de segurança pública do Espírito Santo no governo Hartung (2003-2010). In XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR) Grupo de trabalho “Mercados Ilícitos e Processos de Criminalização: desafios metodológicos”. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2368&Itemid=171>. Acesso em: 24 ago. 2015.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Nem tudo que reluz é ouro: Uma análise da qualidade dos dados do SINESPJC. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública. Ano 6, 2012. ISSN 1983-7364.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo 1888-1930**. Vitória: Edufes, 1996.

_____. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1996. 162p.

SAMPSON, Robert J. **Great american city**. Chicago and enduring neighborhood effect. Chicago: The University Chicago Press, 2012. 5

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Editora Puc Minas – Autência, 2014.143 p.

_____; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Arranjos institucionais e políticas de segurança na sociedade brasileira. CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (org’s). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.p.191-228.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano:** o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001. 179 p.

SOARES, Gláucio A. D. **Não matará:** desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro. FGV, 2008.197p.

SOARES, Luiz Eduardo; LEMOS, Carlos Eduardo Ribeiro; MIRANDA, Rodney. **Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Objetiva 2009.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **União do Estado União de Jeovah**. IHGES, Vitória, 1998. 91p.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do “ex-bandido”:**

um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas/Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984. 176p.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996. 356p.

TILLY, Charles. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. Revista Académica de Relaciones Internacionales, Núm. 5 Noviembre de 2006, UAM-AEDRI ISSN 1699 – 3950. Este artículo fue publicado en inglés bajo el título “War Making and State Making as Organized Crime” en P. EVANS, D. RUESCHMEYER y T. SKOCPOL (eds.) Bringing the State Back, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1985. 390p.

TILLY, Charles. Organizaciones violentas. **Revista Sociedad y Economía**. n.7, p.1-7, octubre, 2004. Disponível em: <<http://sociedadyeconomia.univalle.edu.co/index.php/sye/article/download/151/159>> . Acesso em: 24 ago. 2015.

VILLAÇA, Adilson. **Cotaxé: a reinvenção de Canudos**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória, 2007. 135p.

VOLKOV, Vadim. **Violent Entrepreneurs**. The use of force in the making of Russian capitalism. New York: Cornell University Press, 2002. 201p.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. SP: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. 161p.

_____. **Mapa da violência: Os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania**. Garamond, Rio de Janeiro, 1998. 136p.

WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. 18º ed. São Paulo: Cultrix, 2011 [1919]. 124p.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012. 375p.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da polí-**

tica de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro: Revan, 2015. 278p.

ZANETIC, André. **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime:** impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento. 2010. 203f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós Graduação do Departamento de Ciência Polícia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2010.

ZANOTELLI, Cláudio L. A CPI do narcotráfico e as redes criminosas no território brasileiro: um balanço provisório do caso do Espírito Santo. **Dimensões**. v. 12, p.116-128, jan./jul., 2001.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. *et al.* **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. Annablume/FAPES, São Paulo/Vitória, 2011. 218p.

ZANOTELLI, Cláudio. **Planejamento estratégico Agenda 21 2007-2027**. Estudo temático Segurança Pública. Serra, 2008. (Material completo disponibilizado pelo autor no formato digital).

ZORZAL E SILVA, Marta. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In Instituto Jones dos Santos Neves. **Espírito Santo:** Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010. p. 29-66

_____. **Espírito Santo:** Estado, interesse e poder. 1986. 822f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro, 1986.

Título: Vítimas que choram: trajetórias de coerção,
acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo

Autoria: Marco Aurélio Borges Costa

Edição: 1^a

Editora: Opção Editora

Data de publicação: Julho de 2016

ISBN: 978-85-8305-079-7

Impressão: Minion pro 12/14 (miolo)

Papel miolo: Pólen 80g

Papel capa: Cartão supremo 250 g

Formato: 156 x 23 cm
